

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

IVO DA COSTA DO ROSÁRIO

CONSTRUÇÕES CORRELATAS ADITIVAS EM PERSPECTIVA FUNCIONAL

NITERÓI
2012

IVO DA COSTA DO ROSÁRIO

CONSTRUÇÕES CORRELATAS ADITIVAS EM PERSPECTIVA FUNCIONAL

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras, da Universidade Federal Fluminense, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Letras. Área de concentração: Estudos de Linguagem.

ORIENTADOR: Prof^a Dr^a Mariangela Rios de Oliveira

NITERÓI
2012

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

R789 Rosário, Ivo da Costa do.
Construções correlatas aditivas em perspectiva funcional / Ivo da Costa do Rosário. – 2012.
250 f.
Orientador: Mariangela Rios de Oliveira.
Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, 2012.
Bibliografia: f. 226-239.

1. Língua portuguesa; gramática. 2. Língua portuguesa; conectivos.
3. Funcionalismo (Linguística). I. Oliveira, Mariangela Rios de.
II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Letras. III. Título.

CDD 469.5

IVO DA COSTA DO ROSÁRIO

CONSTRUÇÕES CORRELATAS ADITIVAS EM PERSPECTIVA FUNCIONAL

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras, da Universidade Federal Fluminense, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Letras. Área de concentração: Estudos de Linguagem.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª Dr^ª MARIANGELA RIOS DE OLIVEIRA - Orientadora
UFF

Prof^ª Dr^ª NILZA BARROZO DIAS
UFF

Prof^ª Dr^ª VANDA MARIA CARDOSO DE MENEZES
UFF

Prof. Dr. MARCELO MÓDOLO
USP

Prof^ª Dr^ª VICTÓRIA WILSON
UERJ/FFP

Prof^ª Dr^ª ROSANE SANTOS MAURO MONNERAT – Suplente
UFF

Prof^ª Dr^ª KAREN SAMPAIO BRAGA ALONSO – Suplente
UFRJ

Aos meus pais e à minha amada esposa.

Essas foram, são e serão a razão do meu viver.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer a Deus, princípio e fim de todas as coisas visíveis e invisíveis.

De modo especial, à Prof^a Dr^a Mariangela Rios de Oliveira, pelos anos de convivência, pela sua competência, seriedade e amizade.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela concessão de bolsa de doutorado durante os dois primeiros anos do curso.

À Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), pela concessão da bolsa do *Programa Doutorado Nota 10*, durante os dois anos finais do curso de doutorado.

Aos membros titulares e suplentes desta banca, que gentilmente aceitaram participar deste momento tão importante de minha vida acadêmica, bem como a todos os meus professores de Mestrado e Doutorado, com especial carinho ao saudoso Prof. Mário Martelotta (*in memorian*), que tanto contribuiu com esse trabalho, no exame de qualificação.

Aos colegas de Mestrado e Doutorado.

À minha mãe e ao meu pai (*in memorian*), por desde cedo terem me ensinado como é importante a dedicação aos estudos, a honestidade e a perseverança.

À minha amada esposa, Anelise, que desempenha o papel fundamental de dar sentido à minha vida e de me completar em todos os sentidos.

Finalmente, a todos os amigos e amigas que acreditaram em mim, compreenderam minhas ausências em função deste ideal e, principalmente, creram neste sonho.

A todos vocês, meu muito obrigado!

RESUMO

Nesta tese, avalia-se a relevância de se considerar a correlação como um processo distinto dos demais (coordenação e subordinação), à luz da Linguística Funcional de vertente norte-americana e da Gramática das Construções. Propõe-se que a correlação aditiva seja analisada em uma perspectiva que a esquematize em micro, meso e macro-construções. Em termos metodológicos, aplica-se o instrumental teórico aos dados da língua portuguesa, a partir de um *corpus* de textos políticos, extraídos do *site* da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2009, ou seja, em nossa atual sincronia. A perspectiva é quantitativa e qualitativa, com ênfase nesta última modalidade. A adoção do paradigma da gramaticalização permeia as investigações. Constata-se que, no campo das correlatas aditivas, é possível detectar a existência de, pelo menos, 28 padrões micro-construcionais, que utilizam elementos pré-existentes na língua em sua configuração morfossintática. Esses padrões micro-construcionais podem ser hierarquizados em 5 ou 6 padrões meso-construcionais que, por sua vez, estão ligados a um padrão macro-construcional mais genérico, abstrato e esquemático. A constituição básica da prótase regularmente é a seguinte: elemento de negação seguido de focalização. Na apódose, por sua vez, há um elemento de inclusão, seguido ou não de um elemento de reforço. Há, assim, um jogo entre restrição negativa ou negação de um foco (na prótase), acompanhada de uma inclusão, que conta ou não com reforço (na apódose). Diante dessas reflexões, pode-se comprovar a seguinte tese: *as construções correlatas aditivas, de fato, apresentam características suficientes que as distinguem das coordenadas aditivas e podem ser esquematizadas em uma perspectiva construcional em três níveis: macro, meso e micro-construções.*

ABSTRACT

This thesis evaluates the relevance of considering the correlation as a process distinct from others (coordination and subordination), under the North-American Functional Linguistics and Construction Grammar. It is proposed that the correlation is analyzed in an additive perspective sketch of the micro, meso and macro-constructions. In methodological terms, it is applied the theoretical tools to the data of the Portuguese language from a corpus of political texts, taken from the site of the Legislative Assembly of the State of Rio de Janeiro, in 2009, that is, in our current synchrony. The approach is quantitative and qualitative, with emphasis on the latter mode. The adoption of the paradigm of grammaticalization permeates the investigation. It is possible to detect in the field of additive constructions, the existence of at least 28 micro-constructions, using pre-existing elements in the language in their morphosyntactic configuration. These micro-constructural patterns can be ranked in 5 or 6 meso-constructions, which in turn are connected to a macro-constructural pattern, that is more generic, abstract and schematic. The basic constitution of the protasis is regularly the following: element of denial followed by focus. In the apodosis, in turn, there is an element of inclusion, or not followed by a reinforcement element. Thus, there is a match between restricted or denial of a negative focus (the protasis), accompanied by an inclusion, that counts or not reinforced (the apodosis). Given these considerations, the following thesis may be proved: *the correlative additive constructions, in fact, have enough features that distinguish them from coordinated additive and can be outlined in a constructional perspective on three levels: macro, meso and micro-structures.*

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Correlação, segundo a perspectiva de autores tradicionais.....	32
Quadro 2 – Tipos de orações correlatas.....	37
Quadro 3 – Relação de conjunções subordinativas, segundo Pereira (1943).....	38
Quadro 4 – Propriedades dos conectivos.	43
Quadro 5 – Dependência e encaixamento.	80
Quadro 6 - Propriedades relevantes para o <i>cline</i> da combinação de orações.....	81
Quadro 7 – Traços da coordenação e da subordinação, segundo Barreto (1992).....	82
Quadro 8 – Graus de integração de orações, segundo Abreu (1997).....	85
Quadro 9 – Quadro comparativo entre Barreto (1992) e Abreu (1997).....	86
Quadro 10 – Aspectos dos estágios de gramaticalização, segundo Lehmann (1985)	89
Quadro 11 – <i>Continua</i> de vinculação sintática entre orações, segundo Lehmann (1985)	90
Quadro 12 – Categorias básicas, intermediárias e secundárias	93
Quadro 13 – Distribuição de quatro gêneros textuais segundo o meio de produção e a concepção discursiva	105
Quadro 14 – Formação da prótase e apódose, na correlação aditiva	189
Quadro 15 – Correlação e coordenação, segundo a perspectiva funcionalista	219
Quadro 16 – Distinção entre correlação e coordenação	221

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – <i>Desde...até e tanto...quanto</i>	125
---	-----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Fala e escrita no <i>continuum</i> dos gêneros textuais	104
---	-----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Padrões micro-construcionais correlativos aditivos	128
Tabela 2 – Inclusão de verbos nos correlatores aditivos	145
Tabela 3 – Padrão meso-construcional correlativo aditivo 1	192
Tabela 4 – Padrão meso-construcional correlativo aditivo 2	194
Tabela 5 – Padrão meso-construcional correlativo aditivo 3	195
Tabela 6 – Padrão meso-construcional correlativo aditivo 4	196
Tabela 7 – Padrão meso-construcional correlativo aditivo 5	197
Tabela 8 – Padrão meso-construcional correlativo aditivo 6	200
Tabela 9 – Padrão meso-construcional correlativo aditivo 7	201
Tabela 10 – Padrão meso-construcional correlativo aditivo 8	201
Tabela 11 – Padrão meso-construcional correlativo aditivo 9	202
Tabela 12 – Padrão meso-construcional correlativo aditivo 10	203
Tabela 13 – Padrão meso-construcional correlativo aditivo 11	203

LISTA DE ESQUEMAS

Esquema 1 – Coordenação de diferentes níveis	57
Esquema 2 – Coordenação na prótase correlativa aditiva	148
Esquema 3 – Coordenação na prótase e apódose correlativa aditiva	149
Esquema 4 – Coordenação no segmento inicial e estrutura paralelística	161
Esquema 5 – Correlação no interior da coordenação	183
Esquema 6 – Correlação e estrutura paralelística	186
Esquema 7 – Padrão macro-construcional correlativo aditivo	208
Esquema 8 – Correlação em nível inferior e superior à coordenação	213
Esquema 9 – Correlação assimétrica	215

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	1
1	PROCESSOS DE ESTRUTURAÇÃO SINTÁTICA	7
1.1	COORDENAÇÃO E SUBORDINAÇÃO	7
1.2	CORRELAÇÃO	26
2	CONSTRUÇÕES ADITIVAS	42
3	PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	68
3.1	GRAMATICALIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO ORACIONAL	70
3.2	GRAMÁTICA DAS CONSTRUÇÕES	94
3.3	TEORIA DOS GÊNEROS	101
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	108
5	ANÁLISE DE DADOS	118
5.1	PADRÕES MICRO-CONSTRUCIONAIS	118
5.2	PADRÕES MESO-CONSTRUCIONAIS	191
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	218
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	226

INTRODUÇÃO

(Quanto ao estudo da correlação), faço-o agora o mais completo que posso. Outros, futuramente, com mais lazer, alargarão as pesquisas, pois, neste assunto, deparam-nos os autores, floresta inexplorada”. (Oiticica, 1952, p. 2)

O tema de nossa pesquisa configura-se como um dos assuntos mais centrais para as discussões no tocante à sintaxe do chamado período composto¹. Afinal, nossas gramáticas e demais compêndios ressentem-se da falta de uma reelaboração segura e atualizada da chamada *Teoria da Correlação*, proposta por Oiticica, na segunda metade do século XX.

A análise superficial de qualquer gramática que tente descrever a língua portuguesa mostra que a correlação foi preterida nos capítulos dedicados à ligação de orações. Quando é abordada, contudo, parece não receber o tratamento merecido, tendo em vista sua complexidade e multifuncionalidade em nosso vernáculo.

Como disse Oiticica (1952, p. 2), de fato, essa é uma “floresta inexplorada”, que precisa ser desbravada pelos estudiosos da língua. Nossa pesquisa, portanto, intenta contribuir com essa tarefa, haja vista a incipiente literatura linguística produzida sobre tal temática. Certamente essa é a grande justificativa de nosso trabalho: “alargar as pesquisas”, contribuindo para uma descrição mais pormenorizada desse fenômeno linguístico.

A correlação reúne em seu bojo uma série de estruturas muito diversificadas, o que nos levou a uma decisão fundamental: selecionar um aspecto da questão, tendo em vista a necessidade de conferir à investigação aqui proposta, de caráter essencialmente sincrônico, um tratamento aprofundado e detalhado. Com esse objetivo, portanto, para análise, selecionamos um grupo de estruturas dentro da **correlação aditiva**.

Nossa escolha baseou-se nesse tipo de construção², principalmente pelo fato de a adição ser um dos matizes semânticos mais básicos, se comparado à comparação, concessão, adversatividade, causa, resultado etc. Assim, acreditamos que ao tomar a adição como ponto de partida, estamos criando uma agenda de estudos que poderá ser adotada em momentos posteriores ao dessa pesquisa, com vistas à investigação das outras construções correlatas.

¹ Tomamos o termo *período composto* em acepção similar ao da tradição gramatical.

² Para o conceito de construção, ver a seção 3.2 desta pesquisa.

Nosso trabalho intenta responder às seguintes questões centrais:

- Quais são as motivações para o uso de construções correlatas em língua portuguesa?
- Quais são as principais propriedades morfossintáticas das construções correlatas aditivas em nosso idioma, que as distinguem da coordenação e da subordinação?
- Como conferir um tratamento construcional para a correlação aditiva, que a esquematize em macro, meso e micro-construções?

Com a intenção de perseguirmos os objetivos transformados em questões acima formuladas, traçamos um percurso por diversas obras já escritas sobre o assunto e sobre temas afins. Paralelamente a essa bibliografia, também provemos a presente pesquisa com ampla exemplificação, ao longo de todos os capítulos, que contam com dados não só do *corpus* selecionado para a análise mas também de outras obras constantes na bibliografia.

Em linhas gerais, podemos assim formular a nossa tese: *as construções correlatas aditivas apresentam características suficientes que as distinguem das coordenadas aditivas e podem ser esquematizadas em uma perspectiva construcional*. A hipótese central que norteia essa discussão é a de que a correlação, além de apresentar características singulares, serve a outras funções pragmáticas e discursivas diferentes da coordenação aditiva.

No capítulo 1, que trata dos processos de estruturação sintática, traçamos um estudo comparativo da coordenação e da subordinação sob a ótica de autores nacionais e estrangeiros. Nosso objetivo é investigar com que bases esses assuntos são tratados. Justificamos essa seção de nosso trabalho porque a correlação só pode ser devidamente analisada se tivermos em mente quais são as propriedades que a diferenciam dos outros dois processos mais canônicos de ligação intersentencial, ou seja, a subordinação e a coordenação.

Verificamos que há um grande número de conceitos e tipologias diversificados no tocante aos processos de ligação de orações. Afinal, os estudos normativos, segundo pesquisas já realizadas, tendem a uma grande heterogeneidade tipológica e conceitual. Ainda neste capítulo, abordamos os conceitos de prescindibilidade, mobilidade e (in)dependência sintática e semântica, e também analisamos como as gramáticas tradicionais, assim como outras obras teóricas, tendem a lidar com as zonas de imprecisão ou limites tênues entre a coordenação e a subordinação.

Na segunda seção desse capítulo, dedicado exclusivamente à correlação, também utilizamos as contribuições de autores nacionais e estrangeiros. Balizamos as opiniões dos estudiosos que agasalham a correlação tanto dentro da coordenação e/ou da subordinação quanto como tendo um estatuto autônomo. Também procuramos evidenciar quais são os correlatores mais prototípicos, que têm como função precípua efetivar esse processo de ligação.

Cunhamos o termo *correlatores*³, em analogia a coordenadores e subordinadores, para nos referirmos aos articuladores sintáticos responsáveis pela correlação. Da mesma forma, utilizamos os termos *conectivos* e *conectores* como formas genéricas de nos referirmos a quaisquer elementos linguísticos, em língua portuguesa, que tenham como função ligar sintagmas, frases ou orações.

Desde já, é necessário afirmar que também estamos tomando os termos *frase*, *oração* e *período* (simples e composto) como conceitos cujos significados são semelhantes aos dados pela tradição. Dessa forma, acreditamos que estamos simplificando a descrição linguística, sem nos embrenharmos em discussões secundárias, que não contribuem em imediato para os nossos propósitos.

Verificamos que a grande preocupação dos autores no tocante à correlação diz respeito ao seu estatuto de processo autônomo ou não de ligação de orações. Segundo nosso ponto de vista, que investiga as correlatas aditivas de acordo com princípios funcionalistas e construcionistas, essa questão deve ceder lugar ao grau de esquematicidade com que tais construções são organizadas (em micro, meso e macro-construções), bem como à força pragmático-discursiva que emerge dessas estruturas. Assim, não pretendemos focalizar uma perspectiva que aloque as construções correlativas em um lugar estanque na descrição gramatical. Afinal, segundo o funcionalismo, subordinação, coordenação, correlação, justaposição etc. são processos que se inserem em um *continuum*, compartilhando muitas propriedades em comum.

É importante, desde já, caracterizar a correlação. Para isso, nós nos inspiramos principalmente em Camara Jr. (1981, p. 87). Assim, entendemos por correlação uma *construção sintática prototipicamente composta por duas partes interdependentes e relacionadas entre si, encabeçadas por correlatores, de tal sorte que a enunciação de uma (prótase) prepara a enunciação de outra (apódose)*. Acreditamos que essa definição é bastante funcional, visto que é útil e suficiente para o nosso trabalho de investigação.

³ Ora os chamaremos como itens ou partículas descontínuas ora como pares correlativos.

No capítulo 2, após uma breve asserção sobre o papel das conjunções e da coordenação propriamente dita, focalizamos o estudo da adição, tal como tem sido explorada em nossos compêndios e gramáticas, além de outras obras de referência. Discutimos a questão do paralelismo (semântico e sintático) e os conceitos de copulação e aproximação, que são comumente tratados de forma conjugada à adição.

Ainda no capítulo 2, investigamos como a adição tem sido tratada fora da coordenação, o que mostra o equívoco de sempre se associar esses dois conceitos, como se aquela (adição) só existisse dentro desta (coordenação). Além disso, discutimos as particularidades da partícula coordenativa prototípica *e*. Muitas vezes, as propriedades morfossintáticas da adição como um todo confundem-se com as propriedades desse conectivo. Além da origem do *e* (na filogênese e na ontogênese), abordamos questões relacionadas a frequência, valores semânticos e sintáticos e reversibilidade. Também discutimos a tese da verifuncionalidade, a coordenação múltipla e binária e as interpretações coletiva/grupal x individual/distributiva da adição.

No capítulo 3, focalizamos os pressupostos teóricos de nossa pesquisa, que partem mormente do funcionalismo linguístico de vertente norte-americana. Investigamos, com base em diversos autores, os conceitos de *discurso* e *gramática*, como se dá a emergência de novas construções, entre outras questões.

O funcionalismo linguístico de vertente norte-americana é adotado em nossa pesquisa, tendo em vista sua íntima relação com a pesquisa empírica, que se baseia em dados de língua real. Desapegado dos axiomas formalistas, o funcionalismo revela-se como uma corrente teórica eficaz na descrição de fenômenos cuja gênese e propagação são atestados no uso das diversas comunidades linguísticas.

Natureza da mudança, efeitos da gramaticalização, frequência, cognição, uso, pancronia, questões socioculturais e comunicativas permeiam esse capítulo, que tem como seção uma parte destinada exclusivamente ao estudo da gramaticalização e integração oracional (seção 3.1). Esse assunto, aliás, é estudado sob a ótica de muitos funcionalistas, entre eles Hopper e Traugott (1997), Heine (2003), Hopper (1991), Traugott e Dasher (2008), Lehmann (1985), Givón (1979; 1990; 1993; 1994; 1995), entre outros; e no Brasil, por Decat (1999; 2001), Abreu (1997), Votre et al. (2004), Gonçalves et al. (2007), entre outros.

Ainda com relação à seção 3.1, focalizamos os princípios funcionalistas que mais se relacionam com nossa pesquisa, ou seja, os de Lehmann, Haiman, Heine e Hopper. Tais autores

são destacados porque certamente apresentam contribuições para a descrição e análise do fenômeno linguístico da correlação aditiva, em seus diversos padrões esquemáticos.

Na seção 3.2, abordamos a gramática das construções. Esse aporte cognitivista é útil para o nosso trabalho tendo em vista que essa linha de investigação linguística auxilia a análise pautada pelos pressupostos teóricos funcionalistas. Conceitos e corolários dessa linha de pesquisa são conjugados ao funcionalismo linguístico de vertente norte-americana, com o objetivo de traçarmos uma representação esquemática para as construções correlatas aditivas.

Por fim, a última seção do capítulo 3 discute a teoria dos gêneros. A análise dos dados desta pesquisa é feita em estreita relação com a natureza textual do *corpus*, que tem como fonte materiais de mesma natureza discursiva. Por esse motivo, justifica-se essa inserção cuja abordagem lida mormente com categorias analíticas de cunho essencialmente textual-discursivo.

O capítulo 4 tem como objetivo caracterizar o *corpus* utilizado para a presente pesquisa, que é do domínio discursivo político, mais especificamente composto por discursos de deputados estaduais da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ). Como explicitaremos melhor nos procedimentos metodológicos, esse gênero foi escolhido, tendo em vista a alta carga de argumentatividade presente no discurso.

Por fim, o capítulo 5 analisa os dados de nossa pesquisa, em duas seções: 1) *padrões micro-construcionais*; 2) *padrões meso-construcionais*. Essas duas seções serão subdivididas, de modo a especificar o objeto de nossa pesquisa de forma mais detalhada e pormenorizada. As micro e meso-construções retratam dois níveis diferentes de esquematização para as construções correlatas aditivas. O nível mais elementar de esquematicidade é ocupado pelas micro-construções, que apresentam um grau menor de formalização. A seção 5.1 explora esses padrões correlativos.

O nível intermediário de esquematicidade das construções é ocupado pelas meso-construções, que são blocos com comportamento sintático e semântico similar, em nível intermediário entre as macro-construções e micro-construções. As meso-construções são exploradas na seção 5.2, segundo duas diferentes possibilidades de análise.

Ao percorrermos essas duas seções, objetivamos esquematizar uma macro-construção, da qual emergem as micro e meso-construções exploradas ao longo das duas seções já apontadas. Essa é a tarefa a ser encetada no final da seção 5.2.

Em seguida, teremos chegado ao epílogo deste trabalho, que, por sua vez, reabre as discussões para desdobramentos futuros e, por fim, as referências bibliográficas. Assim, esperamos, ter contribuído um pouco mais para a descrição e a análise morfossintática de nossa língua e, conseqüentemente, também ter cooperado com o “alargamento das pesquisas” na área da correlação aditiva. Da mesma forma, esperamos que outros trabalhos se juntem a esse de forma a traçarmos um quadro cada vez mais atualizado e coerente do nosso idioma, sempre tendo em vista suas motivações pragmáticas e funcionais, que são as marcas da teoria linguística com que trabalhamos.

1 PROCESSOS DE ESTRUTURAÇÃO SINTÁTICA

Como já expusemos no título do nosso trabalho e na introdução, nosso objetivo é produzir uma pesquisa, de caráter teórico e empírico, que leve em conta as particularidades de uma construção muito especial na língua portuguesa: a correlação aditiva.

Assim sendo, consideramos relevante uma seção destinada à explicitação dos dois mais tradicionais processos de estruturação sintática conhecidos: a coordenação e a subordinação. De certa forma, essa seção nos instrumentaliza na busca das particularidades da correlação aditiva, que é nosso fenômeno em foco.

1.1 COORDENAÇÃO E SUBORDINAÇÃO

Constatamos muitas divergências acerca dos conceitos e particularidades envolvendo os tradicionais processos de coordenação e subordinação. Essas divergências são numerosas e o tratamento dado ao assunto, por vezes, é bastante heterogêneo, tanto nas abordagens tradicionais quanto nas mais modernas.

As discussões em torno da justaposição e da correlação são ainda mais polêmicas, já que ambas não são reconhecidas como processos distintos de estruturação sintática na Nomenclatura Gramatical Brasileira, consagrada pela Portaria Ministerial nº 36, de 28/01/1959. São poucos os autores que defendem esses processos como distintos da coordenação e da subordinação, como veremos na seção seguinte.

Não é nosso objetivo dar conta desse assunto por completo, entretanto, entendemos que essa discussão é de grande importância. Afinal, se postulamos que a correlação é um processo distinto dos demais, precisamos abordar as características centrais da coordenação e da subordinação.

Como nosso trabalho é de base essencialmente funcionalista, aqui cabe uma explicação para o motivo pelo qual estamos partindo de uma análise tradicional. Carvalho (2004, p. 10) justifica esse tipo de postura teórica:

A inclusão do tratamento concedido a esses processos pela abordagem tradicional [...] se faz necessária uma vez que as propostas de descrição e tipologização de sentenças complexas que têm sido apresentadas na literatura linguística, independentemente das correntes teóricas em que se inserem, fazem, de algum modo, referência a essa abordagem: ou a questionam, demonstrando suas incoerências, e/ou ampliam os seus conceitos.

A coordenação e a subordinação são os dois processos de estruturação sintática consagrados pela Nomenclatura Gramatical Brasileira em vigor e enfocados pela maioria dos gramáticos de orientação tradicional. Entretanto, a citada NGB só apresenta as palavras *coordenação* e *subordinação* a partir do item relativo ao período composto (cf. Carone, 2003, p. 16).

Essa orientação oficial pode levar estudantes e pesquisadores da língua ao pressuposto de que esses processos não operariam no nível do período simples, o que é falso, pois, na formação dos sintagmas, por exemplo, a articulação das palavras se dá justamente graças à conexão sintática – que vem a ser a própria subordinação. Bechara (1999, p. 47), ao falar na hipotaxe, é um dos poucos autores tradicionais que reconhecem essa propriedade: “O importante é [...] verificar que este tipo de propriedade [...] tem uma aplicação mais extensa. Em princípio, toda unidade superior ao estrato do monema pode ser subordinado. Um texto inteiro pode funcionar como uma oração num outro texto”.

Assim, da mesma forma como a coordenação, a subordinação também operaria em vários níveis, desde o do vocábulo (cf. Soares; Campos, [19--], p. 3) até níveis superiores, como ao da oração. Ribeiro (2004, p. 306) e Perini (2000, p. 131) também defendem posição semelhante ao afirmar que coordenação e subordinação podem operar em nível inferior ao período composto.

Se partimos do pressuposto de que tanto a coordenação quanto a subordinação operam em diversos níveis, desde já, estamos aferindo empiricamente semelhança entre esses dois processos e a correlação. Vejamos alguns exemplos extraídos de nosso *corpus*:

- Nível suboracional (nível do vocábulo):

(01) Por isso, espero que o Presidente da República, que afirma nos jornais de hoje que até agora a epidemia, graças a Deus, não chegou ao Brasil, siga também os mandamentos de Deus e cumpra todas as ações preventivas, não só a União, mas também todos os Estados da federação. – 28/04/2009

- Nível oracional:

(02) Nós, do PDT, estamos possuídos de uma alegria muito maior, porque V.Exa. não só representa nossa bancada na Mesa Diretora como também, e seguramente, representa o pensamento melhor do Poder Legislativo. Parabéns! – 05/02/2009

- Nível supraoracional (nível do período composto):

(03) O Brasil paga muito caro, nesses anos que se passaram, sobre a questão de tarifas aéreas. Será que a Anac, que gosta de tomar decisões desse tipo – sofremos tanto com a Anac nesses anos que passaram – não poderia pensar, não só em revitalizar os aeroportos, em colocar os aeroportos em funcionamento, porque seria bom para a Economia do Estado e dos estados, que seria bom para a população, como também para combater a questão da tarifa? – 05/03/2009

No exemplo (01), a correlação está reunindo os núcleos vocabulares *União e Estados*. No exemplo (02), verificamos a correlação de duas orações aditivas que compartilham o mesmo sujeito. Por fim, no exemplo (03), destacamos o primeiro correlator *não só...* que tem como escopo duas orações completivas e duas orações explicativas.

Voltando à coordenação e à subordinação, outro ponto em particular nos chama a atenção: de um modo geral, as gramáticas tradicionais preceituam que a subordinação é definida em termos de dependência sintática, já que a oração subordinada consiste em um termo que exerce função na principal; e semântica, porque a subordinada não tem sentido completo sem a principal. As orações coordenadas, por outro lado, são definidas como independentes, porque possuem sentido completo e não constituem um termo da oração a que se ligam.

Contudo, a questão não é tão simples. Para Rocha Lima (1999) e Ribeiro (2004), por exemplo, a subordinação exhibe uma relação de *dependência sintática*. Para Almeida (2004) e Bueno (1963), por outro lado, trata-se de uma relação de *dependência semântica*. Da mesma forma como há divergência no tocante à subordinação, também há dissensões no âmbito da coordenação. Assim, para Cunha e Cintra (2001) e Kury (2003), na coordenação há

independência semântica. Já para Rocha Lima (1999) e Ribeiro (2004), trata-se de um caso de *independência sintática*.

Camara Jr. é um crítico desse critério da (in)dependência. Vejamos como o autor aborda essa questão, em obra organizada por Uchôa (2004, p. 109):

O fato de cada oração coordenada manter a sua individualidade não quer dizer que cada uma seja independente das outras. Ou melhor: uma oração coordenada não forma sentido ‘completo’, como se costuma dizer erroneamente por força de uma tradução falsa da definição de Dionísio da Trácia – ‘autotele’, que no velho gramático alexandrino significa ‘autonomamente’, isto é, com sua individualidade. [...] Mesmo nas orações assindéticas, cada uma não dá o sentido completo, pois cada uma prepara a compreensão da seguinte.

De acordo com Rosário (2007a), os critérios semântico e sintático estão presentes na maioria das definições apresentadas, juntamente com o conceito de dependência, mas não são bem definidos, gerando incompreensões e falta de clareza nas exposições teóricas. Essa heterogeneidade evidencia a carência de uma posição precisa por parte dos gramáticos de orientação tradicional e dificulta uma análise gramatical criteriosa.

Outra perspectiva defendida por alguns autores é a de advogar a ideia de que a diferença entre subordinação e coordenação poderia ser fixada com base semântica e/ou pragmática. Vejamos:

As relações no nível da coordenação são paratáticas e constituem significantes de uma linguagem prevalentemente afetiva, mais apropriada para a transmissão de estados emocionais. Ao contrário, as construções no nível da subordinação são hipotáticas e implicam necessariamente uma rigidez de raciocínio lógico, sendo significantes de linguagens especificamente informativas ou intelectivas [...] As construções paratáticas valem [...] como significantes de espontaneidade, revestem os enunciados de tons evocativos. [...] Por isso, também a fala coloquial usa de preferência o estilo paratático. [...] Com o fenômeno da hipotaxe [...], há uma maior formalização do estilo, a fim de que o discurso se torne mais austero, já que todas as ideias se vinculam por meio de elos de subordinação. Como consequência, maior objetividade, menos espontaneidade. (Monteiro, 1991, 48-50)

Entretanto, sabemos que a questão não é tão simples assim. Aliás, é contestada por alguns especialistas de postura menos ortodoxa como Garcia (1967, p. 22-23), que demonstra haver entre coordenação e subordinação limites muito tênues. Vejamos:

Dependência semântica mais que do que sintática observa-se também na coordenação, salvo, apenas, talvez, no que diz respeito às conjunções ‘e’, ‘ou’ e ‘nem’. Que independência existe, por exemplo, nas orações ‘portanto, não sairemos?’ e ‘mas ninguém o encontrou?’ Independência significa autonomia, autonomia não apenas de função mas também de sentido. [...] Quando se diz que as orações coordenadas são da mesma natureza, cumpre indagar: que natureza? Lógica ou gramatical? As conjunções coordenativas que expressam motivo, consequência e conclusão (pois, porque, portanto) legitimamente não ligam orações de mesma natureza, tanto é certo que a que vem por qualquer delas encabeçada não goza de autonomia sintática. O máximo que se poderá dizer é que essas orações de ‘pois’, ‘porque’ (dita explicativa) e ‘portanto’ são limítrofes da subordinação. Em suma: coordenação gramatical mas subordinação psicológica

Apesar de Garcia (1967) também não definir claramente os conceitos de coordenação e subordinação, tratando-os de forma relativamente subjetiva, lança questionamentos muito válidos no que tange a esses dois processos de estruturação sintática, uma vez que reconhece a existência de uma zona de interseção difícil de ser definida entre eles. Esse ponto da questão é fundamental para o desenvolvimento de nossa pesquisa, haja vista a perspectiva teórica adotada por funcionalistas no tocante a esse assunto.

Azeredo (2003, p. 50-51), ao abordar os conceitos de subordinação e coordenação, também corrobora a posição de Garcia (1967), ao focar a sutileza muitas vezes existente na diferença entre esses dois processos. Além disso, o autor enfatiza a necessidade de diferenciarmos uma conceituação de base semântica de outra de base sintática. Vejamos:

Subordinação e coordenação não correspondem sempre a conceitos muito claros e inconfundíveis. Tradicionalmente, é comum identificar unidades coordenadas com unidades independentes e unidades subordinadas com unidades dependentes. Esta identificação nada esclarece até que se defina a natureza dessa dependência, que para uns é puramente sintática, mas para outros deve dizer respeito antes ao sentido.

Pelo exposto, podemos concluir que identificar coordenação como independência de elementos e subordinação como dependência de um elemento a outro, como tradicionalmente se faz, gera equívocos e imprecisões de ordem teórica, já que o conceito de dependência é complexo e ainda muito mal definido.

O critério de categorização subjacente às propostas até aqui abordadas está calcado na chamada tradição aristotélica, segundo a qual há correlação perfeita entre os atributos das categorias. Segundo a visão aristotélica, ao saber a que categoria um determinado membro pertencia, seria possível afirmar com certeza total que determinados atributos co-ocorreriam. Entretanto, as diversas experiências empreendidas, inclusive a observação do nosso dia-a-dia, revelam que tais correlações são bastante raras.

Em sentido oposto à categorização de base aristotélica, cada vez mais a prototipicidade (ou prototipia) vem ocupando lugar nos estudos descritivos da língua portuguesa. Considerado o “membro que ostenta o maior número de propriedades que bem caracterizam uma categoria” (cf. Neves, 2006, p. 22), o *protótipo* determina a classificação dos demais membros de uma categoria em função de sua semelhança com o núcleo conceptual desta mesma categoria. Neves (2006, p. 22) refina esse conceito, apresentando duas visões particulares:

A categoria decorre, pois, das relações associativas entre os diversos referentes, não sendo necessariamente postulada uma entidade central que a represente. Como mostra Kleiber (1988), essa é, na verdade, uma ‘versão ampliada’ da semântica do protótipo, a qual sucedeu a uma versão padrão, que apresentou duas fases: na primeira, o protótipo é entidade central em torno da qual se organiza a categoria, situando-se no centro aqueles exemplares que têm maior semelhança com o protótipo, e na periferia os que têm menor semelhança (o protótipo é o melhor exemplar da categoria, para o falante, e a análise semântica representa associar-se um vocábulo a um referente, na determinação do protótipo); na segunda fase, o protótipo é visto como uma entidade cognitivamente construída com base nas propriedades típicas da categoria (pode-se, ainda, falar de um melhor representante ou exemplar da categoria, mas apenas com base no conjunto das propriedades que representam da melhor forma a categoria.

Taylor (1992, p. 42), em abordagem semelhante à de Neves (2006), utiliza a noção de *protótipos*, que servem como pontos de referência para a categorização de exemplares não tão claros de uma determinada categoria. Diversas pesquisas foram realizadas em diferentes campos científicos. Por exemplo, comprovou-se, por meio de experimentos, que há exemplos focais (ou

prototípicos) de cores, na área da psicologia. Isso aponta para o fato de que o grau de pertença a uma categoria, longe de ser algo insignificante, representa uma noção psicologicamente real.

A teoria dos protótipos, portanto, indica que as categorias tipicamente têm limites difusos e podem até mesmo fundir-se uma na outra. Alguns atributos podem ser compartilhados por apenas alguns membros de uma categoria, como pode haver categorias até mesmo sem atributos compartilhados por todos seus membros.

Essas considerações ajudam a explicar as sobreposições de critérios e características dos processos de estruturação sintática, tanto entre subordinação e coordenação, como entre coordenação e correlação.

Entre as várias vantagens da Teoria dos Protótipos devemos sublinhar a possibilidade de inclusão de dados não canônicos, antes deixados à margem por abordagens de cunho aristotélico. Os casos ambíguos e de difícil classificação não ficam marginalizados nessa abordagem. Ao contrário, também os membros periféricos podem ser associados às diversas categorias, já que não é necessário que todos os membros de uma determinada categoria apresentem os mesmos traços em comum. Aliás, segundo Neves (2006, p. 23), “eles podem, mesmo, pertencer a subcategorias diferentes, mas constituir uma mesma categoria, por meio de princípios de encadeamento e associação”.

Como se verá, a noção de protótipo encontrou amplo espaço para desenvolver-se no âmbito dos estudos de gramaticalização, conforme propuseram Hopper e Traugott (1997, p. 25), uma vez que este processo caracteriza-se justamente pela fluidez no *continuum* categorial: “Temos visto que a gramaticalização apresenta um desafio para abordagens de língua que assumem categorias discretas embutidas em sistemas fixos, estáveis.”⁴

De fato, nosso ponto de vista aponta para uma concepção de categorias gramaticais como entidades difusas, e não como compartimentos estanques claramente definidos e delimitados. Afinal, as categorias que podem ser definidas por condições necessárias e suficientes não são mais do que um grupo, muito reduzido, das categorias existentes. (cf. Cuenca; Hilferty, 1999, p. 35).

A teoria dos protótipos, portanto, permite uma análise mais confortável dos dados, visto que os exemplos marginais ou de difícil classificação podem ser agasalhados pela investigação

⁴ “We have seen that grammaticalization presents a challenge to approaches to language which assume discrete categories embedded in fixed, stable systems”.

linguística, sem necessidade de afirmações *ad hoc* ou grandes elucubrações. Em vez disso, partimos do princípio de que as categorias são *fuzzy*, ou seja, não-discretas e, portanto, com limites fluidos. Essa, enfim, é a perspectiva de categorização que sustenta a nossa pesquisa.

Alguns outros autores mais afinados com teorias de base linguística, como Perini (2000), Abreu (1994), Mateus et al. (2003), entre outros, oferecem pontos de vista distintos para o tópico referente à coordenação e à subordinação. Os autores citados diferem-se significativamente da tradição gramatical, ao apresentar alternativas para a descrição dos processos de estruturação sintática.

De acordo com Perini (2000, p. 129), a dicotomia que se instaurou entre os conceitos de coordenação e subordinação representa uma “simplificação e está longe de dar conta de todos os fatos”. A subordinação, segundo o autor, é um fenômeno estrutural, em última análise, bastante simples. Já os casos tradicionalmente classificados como de coordenação não formam um grupo tão consistente e homogêneo. Vejamos ambos os conceitos apresentados respectivamente pelo autor:

(A subordinação) é decorrência direta do modo como se estrutura a oração, acrescido à possibilidade de se encaixar orações dentro de diversos tipos de sintagmas. Uma oração subordinada, assim como o sintagma de que faz parte são constituintes de pleno direito da oração. Em certo nível de análise, uma oração complexa é em tudo idêntica a uma oração simples. (Perini, 2000, p. 43)

A união observada entre orações coordenadas é de natureza muito menos estreita do que a que existe entre uma principal e suas subordinadas. Em muitos casos, a coordenação se aproxima dos fenômenos discursivos, muito menos dependentes da estrutura interna das formas linguísticas e baseados, em vez disso, de preferência em fatores semânticos e cognitivos em geral. Assim, um tratamento unificado da coordenação dentro da sintaxe é praticamente impossível. (Perini, 2000, p. 143)

Perini (2000, p. 143) estabelece algumas diferenças entre um processo e outro, mas reconhece a dificuldade de agregar as tradicionais orações coordenadas em um mesmo conjunto, por falta de características comuns. Na verdade, segundo o autor, quase a única afirmação que vale para todos os casos é a de que, quando duas ou mais estruturas são unidas por coordenação, nenhuma delas exerce função sintática dentro de nenhuma outra: “definição negativa e que vale para outras relações que não a coordenação”.

Por fim, o autor afirma que um “tratamento unificado da coordenação dentro da sintaxe é praticamente impossível”. Essa tarefa, sem dúvida, torna-se ainda mais árdua quando se agasalham as construções correlatas no interior da coordenação, pois, como se verá ao longo desta tese, coordenação e correlação, apesar de comungarem de diversos aspectos semelhantes, também apresentam características singulares e distintivas.

Abreu (1994) opta pela não distinção entre subordinação e coordenação em seus trabalhos. Segundo o autor, é mais prática a adoção do termo *articulação sintática*, para nos referirmos aos mecanismos que ligam as sentenças umas às outras. Esse termo, de base genérica, evitaria uma possível classificação inadequada para os casos em que a diferença entre subordinação e coordenação é difícil de ser estabelecida. O autor acrescenta que a articulação sintática pode ser de cinco tipos, a saber: de *oposição*, de *causa*, de *condição*, de *fim* e de *conclusão*. Destacamos que o foco do autor recai, em grande medida, sobre as tradicionais orações adverbiais, portanto, não faz menção às aditivas.

Mateus et al. (2003), de inspiração gerativista, também trazem inovações significativas para os estudos descritivos em língua portuguesa. As autoras conferem tratamento diferenciado ao assunto ao propor três grandes processos de estruturação sintática, em abordagem semelhante à de Azeredo (2000): *coordenação*, *subordinação* e *aposição*.

Segundo as autoras, as orações coordenadas são caracterizadas por construções que combinam constituintes de mesmo nível categorial – sintagmas ou frases. Diferenciam-se da subordinação, sobretudo em termos formais, já que uma coordenada não desempenha função sintática, nem função temática em relação à outra.

A coordenação serviria, portanto, como um mecanismo gerador recursivo, por meio do qual se combinam constituintes ou partes de constituintes. No âmbito da sentença composta, as orações são consideradas estruturalmente independentes, ou seja, não são encaixadas no lugar de um dos constituintes de outra, como ocorre com as chamadas subordinadas substantivas (ou subordinadas completivas, como as autoras preferem denominá-las).

Souza e Koch (1991, p. 120) observaram que a coordenação aditiva “constitui um mecanismo gerador recursivo”, o que garantiria a combinação de constituintes ou partes de constituintes, em construções que vão além de dois ou três termos apenas. Sobre esse tópico, García (2004, p. 2638) estabelece a distinção entre *coordenações múltiplas* (realizadas com mais de 2 elementos) e *coordenações binárias* (realizadas com apenas 2 elementos). Também Halliday

e Hasan (2002, p. 234) abordam essa questão e afirmam que não há um limite fixo de elementos nem em termos de quantidade nem em termos de extensão na coordenação de estruturas.

Aqui cabe novamente uma observação que coteje a coordenação e a correlação. O primeiro processo, como foi lembrado por Mateus et al. (2003), é de natureza recursiva, ou seja, possibilita a enumeração de diversos itens em mesmo nível. A correlação, por outro lado, apresenta uma configuração sintática distinta. Vejamos mais dois exemplos de nosso *corpus*:

(04) Presidente, esta ameaça de privatização da cultura já foi objeto de preocupação de todos os servidores da área, não só do Theatro Municipal, como também da Funarte. – 05/02/2009

(05) Então, quero agradecer, não só em meu nome, mas também no nome do Marcus Vinícius, vice-presidente da nossa Comissão de Segurança Alimentar, da Deputada Aparecida Gama, Deputada Sula e Deputado Rodrigo Neves. – 1º/04/2009

O exemplo (04) espelha uma construção correlata prototípica, visto que engloba dois elementos, cada um ligado por um correlator. Assim, a correlação normalmente agasalha apenas dois elementos, de forma binária: um na prótase e outro na apódose. Essa configuração sintática diferencia a correlação da coordenação, visto que esta última permite, como já dissemos, um mecanismo recursivo de acréscimo de diversos elementos.

O exemplo (05) assemelha-se a um caso de coordenação, visto que mais de dois elementos são enumerados no trecho do discurso. Por outro lado, devemos observar que esses elementos enumerados não estão em mesmo nível de igualdade como estariam em uma construção coordenativa *stricto sensu*. O termo *em meu nome* ocupa sozinho o primeiro membro correlato, o que confere destaque de ordem pragmática a esse elemento. Os outros itens da enumeração (*Marcos Vinícius, Aparecida Gama, Sula e Rodrigo Neves*), por sua vez, encontram-se em mesmo nível hierárquico, como em uma coordenação prototípica, o que é corroborado, inclusive, pela presença do conectivo *e*, que é o mais comum nas relações de coordenação aditiva.

Essas observações vão ao encontro de nosso trabalho, no sentido de permitirem mais uma diferença entre a coordenação prototípica e a correlação. Como vemos, as diferenças não são apenas de ordem formal, mas também pragmática, discursiva e semântica.

Devemos reconhecer, contudo, que nem sempre as tendências aqui apontadas revelam-se categóricas. Isso não chega a constituir um problema para a nossa análise, tendo em vista a perspectiva teórica adotada em nossa pesquisa, ou seja, a da teoria dos protótipos, como já apontamos anteriormente neste capítulo.

Para ilustrar o que afirmamos, devemos analisar um pouco mais a fundo a estratégia de recursividade. Certamente é uma estratégia bem marcante no âmbito da coordenação; por outro lado, esse fenômeno linguístico também pode ocorrer na correlação. Vejamos:

(06) Sr. Presidente, nobre Deputado Gilberto Palmares, Sras. e Srs. Deputados presentes a esta Sessão, eu queria fazer uso da tribuna no Expediente Final para fazer o relato da reunião que tivemos hoje em Nova Friburgo, com hoteleiros de Friburgo, Teresópolis e municípios vizinhos, por convite da ABIH, para tratar um pouquinho do turismo naquela região; tratar um pouquinho das verbas do Prodetur, recurso de empréstimo autorizado por esta Assembleia Legislativa, e os seus desdobramentos naquela região; tratar um pouquinho dos grandes eventos que se avizinham, não só os Jogos Olímpicos, não só a Copa do Mundo, mas os Jogos Militares - também jogos olímpicos -, enfim, que tipo de repercussão pode ter para o Estado do Rio de Janeiro, para o nosso interior, para aquela região turística, para esses jogos. – 06/10/2009

Neste exemplo (06), a correlação não se estabelece como acontece usualmente. Ao contrário do que é mais prototípico, a prótase é composta por dois segmentos de mesmo nível (*Jogos Olímpicos* e *Copa do Mundo*), ambos encabeçados pelo correlator *não só*. Essa constatação aproxima esse exemplo de correlação da coordenação, que é tipicamente recursiva em potencial.

Por outro lado, exemplos como esse são marcados, no sentido de não espelharem o padrão usual e mais recorrente da correlação. Além disso, mesmo havendo a possibilidade de dois segmentos na prótase, ainda assim, essa estratégia certamente não é utilizada de forma muito frequente e rotineira. Em outras palavras, esse tipo de uso é residual e não chega a criar um problema para a generalização que propomos em termos de comportamento morfossintático das correlatas.

Voltando à discussão sobre coordenação e subordinação, Mateus et al. (2003, p. 555), à maneira de Garcia (1967) e Azeredo (2003), também reconhecem que “a distinção entre

subordinação e coordenação nem sempre é fácil de estabelecer. Há construções que estão na fronteira entre uma e outra”. Por outro lado, não tecem comentários diretos sobre a correlação.

Essas autoras também notaram em seus estudos que muitas vezes percebe-se nas sentenças complexas um valor semântico de subordinação com comportamento formal de coordenação. A esses casos, as autoras chamam *coordenações assimétricas*. Vejamos alguns exemplos dados pelas próprias autoras:

(a) *Não comes a sopa e não te levo ao cinema!*

(b) *Está um dia quente mas a criança tem frio.*

(a') *Se não comeres a sopa, não te levo ao cinema!*

(b') *Embora esteja um dia quente, a criança tem frio.*

Apesar do valor semântico de subordinação, as frases (a) e (b) devem ser consideradas como casos de coordenação, segundo Mateus et al. (2003), pelos seguintes motivos:

1º - nenhum dos seus membros exibe a mobilidade característica das estruturas subordinadas correspondentes;

2º - os membros coordenados podem tipicamente ocorrer com autonomia em fragmentos discursivos distintos, sem serem necessariamente interpretados como envolvendo o concurso de dois locutores distintos para a realização concertada de uma única frase complexa formada por coordenação.

Em suma, Mateus et al. (2003, p. 557) retomam o velho debate acerca dos limites entre coordenação e subordinação, já travado por tantos autores, e concluem que “a distinção entre coordenação e subordinação é sobretudo de ordem formal e não semântica”. E acrescentam sucintamente uma observação acerca do terceiro processo considerado por elas: “A coordenação distingue-se igualmente da aposição, um processo que consiste em justapor a sintagmas ou frases outros sintagmas e frases, materializando-se a conexão entre essas unidades através da utilização de pausas e de uma entoação específica”.

Como já afirmamos, a proposta de Mateus et al. (2003) é distinta da dos demais autores. A classificação das autoras avança, entre vários motivos, porque concebe o não encaixamento sintático de algumas orações adverbiais e o nexos semântico de algumas coordenadas, além de verificar que os processos de coordenação e subordinação nem sempre são bem delimitados, diante de uma análise sintática criteriosa e coerente. Por outro lado, é preciso destacar que ainda se trata de análise de base mais formalista, no que se afasta dos propósitos desta tese.

Essas observações impelem-nos cada vez mais a buscar uma proposta em que esses limites entre as construções sejam menos rígidos, ou seja, uma proposta menos categórica, que dê conta dos limites difusos que naturalmente existem entre os processos de estruturação sintática, o que permitirá também o reconhecimento de outros processos, como a correlação.

De acordo com García (2004), as noções de hipotaxe e parataxe, tanto na área do discurso quanto na da oração, são de grande importância, pois servem como instrumentos para conferir coesão aos textos. Entretanto, apesar de o autor (2004, p. 3514) precisar bem a diferença entre os termos gregos (parataxe e hipotaxe) e os termos latinos (coordenação e subordinação), reconhecem que o assunto enfocado é muito mais complexo do que parece, além de apresentar outros matizes. Vejamos:

O reconhecimento da diferença que existe entre a parataxe e a hipotaxe (como também de seu correlato mais amplo: coordenação e subordinação) não está isento de problemas, e a sinonímia imperfeita entre os termos gregos e latinos reflete ainda mais essa situação. Dados dois elementos A e B, sejam frases ou orações, em que nos baseamos para assegurar que A e B estão no mesmo nível ou, ao contrário, que B está sob A ou dominado por A? Os gramáticos costumam dizer que quando dois termos estão unidos por coordenação, qualquer um deles resulta prescindível, mas, quando estão unidos por subordinação, dita supressão potencial é impensável⁵.

⁵ “El reconocimiento de la diferencia que existe entre parataxis e hipotaxis (como la de su correlato más amplio: coordinación y subordinación), no está exento de problemas, y la sinonímia imperfecta entre los términos griegos y los latinos no hace sino reflejar dicha situación. Dados dos elementos A y B, ya se trate de frases o de oraciones, ¿em qué nos basamos para asegurar, que A y B están en mismo nivel o, el contrario, que B está por debajo de A o dominado por A? Los gramáticos suelen decir que cuando dos términos están unidos por coordinación, cualquiera de ellos resulta prescindible, pero que cuando están unidos por subordinación, dicha supresión potencial es impensable” (García, 2004, p. 3514)”.

De fato, o critério estabelecido pelos gramáticos, ou seja, o da prescindibilidade, pode ser válido para um grande número de casos. Vejamos alguns exemplos adaptados dos próprios autores, e como eles os classificam:

- (a) *Os estudantes leem Freud e Kafka.* → *Coordenação.*
- (b) *Os antúrios nascem na selva e os cactos crescem no deserto.* → *Coordenação ou Parataxe.*
- (c) *Meu primo deseja uma moto.* → *Subordinação.*
- (d) *Meu primo deseja que lhe comprem uma moto.* → *Subordinação ou Hipotaxe*

Segundo a análise desenvolvida por alguns gramáticos e apresentada por García (2004), o exemplo (a) admitiria, sem problemas, os seguintes desdobramentos:

- “*Os estudantes leem Freud*”.
- “*Os estudantes leem Kafka*”.

Como também seria possível, em relação ao período (b), lermos:

- “*Os antúrios nascem na selva*”.
- “*Os cactos crescem no deserto*”.

Por outro lado, obteríamos um efeito ilógico ou incompreensível se suprimíssemos tanto o segmento “uma moto” do exemplo (c) quanto a oração subordinada “que lhe comprem uma moto” do período (d). Vejamos:

- * “*Meu primo deseja*”.

Assim, de acordo com os exemplos apresentados, o critério da prescindibilidade, utilizado pela maioria dos gramáticos, de fato, poderia ser útil e proveitoso; entretanto, não é assim que acontece sempre. Na verdade, quando lidamos com a coordenação e a subordinação, esse critério pode apresentar falhas. Vejamos os exemplos a seguir, também fornecidos e classificados por García (2004, p. 3514):

(a) *Juan y Pedro se parecen.* → *Coordenação*

(a') *João e Pedro se parecem.*

(b) *O te callas o te echo de classe.* → *Coordenação ou Parataxe*

(b') *Ou você se cala ou lhe expulso da sala de aula.*

Por meio dos exemplos (a) e (b), podemos verificar que nem sempre podemos prescindir de membros coordenados. Se assim fosse possível, as orações acima desdobradas “João se parece(m)”, “Pedro se parece(m)”, “Ou você se cala” e “Ou lhe expulso da sala de aula” teriam sentido completo se tomadas isoladamente.

Sendo assim, concluímos que o critério da prescindibilidade, também apresentado por vários autores de base tradicional no Brasil sob o rótulo de *independência*, carece de solidez. Mesmo podendo ser aplicado a algumas situações, não pode ser considerado totalmente seguro (cf. Rosário, 2007a).

Em se tratando da correlação, também podemos afirmar que ocorre o mesmo. Em alguns casos, como em (7), o segundo elemento correlato parece ser mais prescindível do que o segundo elemento correlato em (8). Vejamos:

(07) Sr. Presidente, hoje minha fala é bastante profunda. Falarei não só em nome da política e dos políticos do Estado do Rio de Janeiro mas também dos políticos de todo o Brasil. – 30/04/2009

(08) Cabe a nós, legisladores, promovermos também esse tipo de lei e esse tipo de incentivo. Não só a cultura, mas principalmente a saúde se encontra um caos no Brasil de uma forma geral. – 17/02/2009

Em (07), seria possível concluir o discurso logo após o término do primeiro elemento correlato, sem grande prejuízo de sentido para o discurso. Afinal, ao deputado afirmar que falará não só em nome da política e dos políticos do Estado do Rio de Janeiro, certamente é fácil subentender que sua fala intenta ser dirigida a todos em geral.

Por outro lado, no exemplo (08), o segundo elemento correlato é totalmente necessário ao sentido do discurso. Isso ocorre porque a correlação se estabelece entre vocábulos que encabeçam o período. A omissão do segundo membro correlato significaria a omissão do próprio predicado da oração.

Em síntese, fica claro que a correlação mantém esse ponto de semelhança com a coordenação e a subordinação. Afinal, tanto o primeiro processo como os demais podem ter elementos prescindíveis ou independentes em um contexto e não-prescindíveis ou dependentes em outro.

Ante as dificuldades que estabelecem os critérios formais, alguns estudiosos modernamente preferem justificar a diferença entre parataxe e hipotaxe com argumentos do tipo semântico. Entretanto, García (2004, p. 3541) afirma que estabelecer propriedades semânticas que diferenciem a parataxe da hipotaxe também é tarefa árdua. Por exemplo, vejamos o par de orações abaixo, adaptadas da gramática do autor:

(a) *Corra e eu lhe darei um prêmio.* → *Coordenação.*

(b) *Se você correr, eu lhe darei um prêmio.* → *Subordinação.*

Se com a conjunção paratática *e* podemos relacionar orações⁶ como (b), de caráter hipotático, podemos concluir que não há, em termos gerais, uma diferenciação cabal entre um “sentido paratático” e outro “sentido hipotático”.

Da mesma forma como García (2004), Andrade (1987, p. 67) também acredita que orações coordenadas possam refletir uma carga semântica semelhante às subordinadas e vice-versa. A autora apresenta os seguintes exemplos:

(a) *Vai e verás; ou você crê, ou morrerá.*

(a') *Se fores, verás; se você não crer, morrerá.*

(b) *Matou um guarda, e foi preso.*

(b') *Foi preso, porque matou um guarda.*

⁶ Certamente, as cargas semânticas de (a) e (b) não são totalmente idênticas. Em (a), por exemplo, a forma verbal *Corra* é de caráter assertivo, o que já não ocorre em (b), que se situa no nível hipotético: *Se você correr...* Por outro lado, assumimos que existe uma possibilidade de aproximação semântica entre ambas.

(c) *Comprei um carro, é muito bom.*

(c') *O carro que comprei é muito bom.*

As frases (a), (b) e (c) são constituídas de orações coordenadas, enquanto (a'), (b') e (c') são subordinadas; entretanto, verificamos que os conteúdos semânticos emergentes de ambas são bem semelhantes.

Essa proximidade entre subordinação e coordenação levou alguns autores como Soares e Campos ([19--], p. 20 e 26-27) a postularem a existência de coordenação semântica diferente da coordenação sintática, em termos semelhantes aos já vistos em García (1967). Vejamos:

Há *coordenação semântica* quando orações que se coordenam 'gramaticalmente' são orações que guardam, cada uma, seu sentido próprio, autônomo, independente. A coordenação é tanto gramatical quanto semântica quando as orações se organizam numa enumeração de fatos ou de ações independentes. [...] A coordenação gramatical se aproxima de uma *subordinação semântica*: na verdade, as orações não são inteiramente independentes e autônomas quanto a seu sentido, pois o sentido de cada uma depende, de certa forma, do sentido da oração anterior e determina o sentido da oração seguinte. [...] Dependência de sentido, ou subordinação semântica, aparece ainda mais claramente nas orações que sintaticamente se classificam como coordenadas sindéticas adversativas, conclusivas e explicativas

Como se verá, os argumentos contrários à correlação como terceiro processo de estruturação sintática baseiam-se mormente em argumentos de ordem semântica. Como temos visto, esses argumentos não são confiáveis nem mesmo para a distinção entre os clássicos processos de subordinação e coordenação.

Macambira (1978, p. 78) também notou esse fenômeno ao afirmar que “não há oração subordinada que não se possa expressar por meio da coordenação. Se não fosse desta maneira, que seria do hebraico e do gaulês, onde não há subordinação gramatical?”.

Assim, excluída a possibilidade de associarmos categoricamente um dito conceito semântico à parataxe e outro à hipotaxe, só nos resta a possibilidade de determinar que significados são mais paratáticos e quais são mais hipotáticos, em uma espécie de *continuum* escalar, como têm feito os pesquisadores funcionalistas de vertente norte-americana.

Tradicionalmente, segundo García (2004, p. 3541), vem-se considerando que a mera adição (orações aditivas) ou a subtração (orações adversativas) são mais paratáticas, enquanto outros matizes, como a causa e a condição são mais hipotáticos. Entretanto, como vimos, essa divisão não pode ser considerada rígida⁷.

Por fim, resta-nos analisar uma última proposta inspirada nos pressupostos teóricos funcionalistas: Castilho (2002; 2010). Vale lembrar que na seção 3.1 atentaremos com maior afinco para os processos de ligação de orações, segundo o funcionalismo de vertente norte-americana. Por ora, basta a exposição desse autor, com base em nosso vernáculo.

Da mesma forma que vários outros autores até aqui analisados, Castilho (2002, p. 131) também afirma que “não é pacífica, na literatura especializada, a forma de tratar as sentenças complexas”. Há, portanto, várias abordagens alternativas à classificação tradicional, como já vimos definindo e ilustrando ao longo deste capítulo.

Ao investigar os três tipos de relação intersentencial (estruturas independentes ou coordenadas, estruturas dependentes ou subordinadas e estruturas interdependentes ou correlatas), Castilho (2002; 2010)⁸ classifica as sentenças complexas a partir de cinco parâmetros:

- **Sentenças complexas estruturadas por justaposição** – uma sentença se apõe a outra, sem qualquer nexo conjuncional (justapostas e assindéticas);
- **Sentenças complexas estruturadas por coordenação** – uma sentença se coordena à outra por meio de nexos conjuncionais. Há relação de independência entre elas. Um elemento coordenado não modifica o outro, no sentido de que não lhe dá qualquer contribuição semântica (por isso, não é adequado considerar a primeira como “principal”);

⁷ Mais à frente, verificaremos que essa associação deve ser vista apenas em termos de **tendência**, já que o sentido aditivo também pode estar presente em construções mais próximas à subordinação ou hipotaxe adverbial.

⁸ Essa proposta é muito semelhante à verificada em Melo (1978, p. 145): “O período composto pode ser constituído de: 1. orações independentes, cada qual representando um pensamento autônomo, e coordenadas entre si; 2. uma oração denominada *oração principal*, que teve um ou mais de um de seus termos desdobrados em outras orações, as quais recebem o nome de *orações subordinadas*; 3. uma oração principal acompanhada de várias orações subordinadas, que nela desempenham a mesma função, estando, portanto, coordenadas entre si; 4. orações interdependentes (correlação); 5. um misto de dois, ou mesmo de três processos sintáticos (coordenação, subordinação, correlação).”

- **Sentenças complexas estruturadas por encaixamento** – aquelas em que uma sentença está encaixada num constituinte da outra:

A. *subordinada substantiva* – o encaixamento ocorreu no SV da primeira sentença, estabelecendo uma relação argumental entre elas;

B. *subordinada adjetiva (relativa)* - o encaixamento ocorreu no SN anterior, estabelecendo-se uma relação de expansão;

- **Sentenças complexas estruturadas sem encaixamento** – uma sentença está em relação de adjunção com outra (orações subordinadas adverbiais);
- **Sentenças complexas interdependentes ou correlatas** – são estruturadas de tal forma que na primeira sentença figura uma expressão correlacionada com outra expressão. Verbalizam dois atos de fala com relacionamento recíproco.

Castilho (2002; 2010) amplia o número de processos de ligação de orações para cinco, e propõe a existência de orações correlatas em um grupo à parte dos demais. Como se verá na seção seguinte, há vários outros autores que comungam dessa mesma opinião. Por ora, é necessário afirmarmos que sua proposta afina-se bastante com a dos consagrados autores funcionalistas, que rompem com a proposta dicotomizadora de considerar apenas a subordinação e a coordenação como processos de ligação de orações.

Enfim, fica claro que não são poucas as abordagens alternativas à Nomenclatura Gramatical Brasileira. Cabe aos pesquisadores continuar os trabalhos investigativos com vistas a uma descrição que seja progressivamente aperfeiçoada. De acordo com Rosário (2007a), as motivações para abordagens tão diferentes, em grande parte, originam-se na fragilidade com a qual o assunto vem sendo tratado, especialmente nos estudos de base tradicional, mas também à diversidade de linhas teóricas que alimentam as propostas apresentadas.

Até o momento, limitamo-nos apenas a expor as diferentes visões analíticas sem a preocupação excessiva de cotejá-las a fundo. Assim, nossa análise não teve como princípio a preocupação em desvelar a abordagem mais “correta” ou mais adequada do ponto de vista descritivo e empírico.

Nosso objetivo foi, na verdade, mostrar quão numerosas são as propostas de descrição da coordenação e da subordinação. Aliás, essa diversidade é atestada não só nas concepções teóricas, mas também nas definições, nos exemplos e nas tipologias apresentadas. Assim, essa primeira parte da tese cumpre o seu papel de apresentar o desafio de descrever um terceiro processo, que é o da correlação. Afinal, ora ele embrenha-se na coordenação ou subordinação, ora está descrito como processo autônomo. Passemos, portanto, a analisá-lo mais pormenorizadamente, sob a égide de diversas correntes de investigação linguística.

1.2 CORRELAÇÃO

Nesta seção do nosso trabalho, cabe investigarmos os diferentes pontos de vista assumidos pelos autores no tocante à correlação. Há alguns que simplesmente ignoram esse fenômeno sintático; outros o consideram como processo distinto da coordenação e da subordinação; e, por fim, há quem o agasalhe dentro dos processos mais canônicos. Essa última perspectiva parece ser a mais adotada entre os autores brasileiros, de uma forma geral.

Segundo Módolo (1999, p. 06), Oiticica (1952) propôs uma perspectiva funcional da teoria da correlação. Por seu trabalho ter sido publicado na década de 50 do século passado, Módolo (1999) advoga o título de funcionalista *avant la lettre* para Oiticica, por ter sido ele o precursor dos estudos funcionalistas nessa área da sintaxe de língua portuguesa, antes mesmo de tais estudos terem florescido no campo da investigação linguística.

De fato, um dos pilares do funcionalismo linguístico é a preponderância da função sobre a forma, ou seja, esta estaria a serviço daquela. Assim, diante da necessidade de maior expressividade ou de um tipo de argumentação mais formal ou enfática, houve a necessidade de criação de um arranjo sintático formal diferente dos já tradicionais esquemas subordinativos ou coordenativos. Vejamos dois exemplos criados para ilustrar essa asserção:

(a) *João é rico e feliz.*

(b) *João não só é rico como também é feliz.*

Os exemplos (a) e (b), à primeira vista semanticamente similares, apresentam arranjos sintáticos diferentes e atendem a necessidades comunicacionais e pragmáticas distintas. No exemplo (a), a conjunção coordenativa aditiva e simplesmente reúne dois termos coordenados entre si, que funcionam, na terminologia tradicional, como predicativos do sujeito. Por outro lado, no exemplo (b), não podemos afirmar que há uma simples união de predicativos referentes ao sujeito. De certa forma, há uma ideia de gradação enfática crescente do primeiro termo predicativo ao segundo, enunciados na construção do período (cf. Rosário, 2009). Além disso, a correlação específica, na apódose, uma informação que muitas vezes vai na contra-expectativa do leitor/interlocutor.

Parece que os dois exemplos apresentados servem para espelhar ou justificar a premência de um trabalho de pesquisa que contemple as vicissitudes desse arranjo sintático da língua portuguesa, ou seja, o processo de correlação, ainda uma “floresta inexplorada”, como afirmou Oiticica ainda na década de 50 do século passado.

Para fins ilustrativos, vejamos algumas construções correlativas, propostas e classificadas por Rodrigues (2007):

- (a) Hoje eu trabalho mais do que trabalhava. → *Correlação comparativa*.
- (b) Quanto mais o conheço, tanto mais o admiro. → *Correlação proporcional*.
- (c) Trabalhou tanto que adoeceu. → *Correlação consecutiva*.
- (d) Não só trabalha de dia, senão que estuda à noite. → *Correlação aditiva*.
- (e) Você ou estuda ou trabalha. → *Correlação alternativa*.

Apesar das diferenças já verificadas entre a coordenação e correlação (assim como acontece também entre a subordinação e a correlação), existe uma tendência nos compêndios tradicionais de considerar apenas a coordenação e a subordinação como processos únicos de estruturação sintática. Aliás, esse pensamento vai além das obras consideradas tradicionais e converge até mesmo com a concepção de influentes linguistas brasileiros como Camara Jr., em obra organizada por Uchôa (2004, p. 108, grifo nosso). Vejamos:

Para compreendermos bem o acerto da decisão, convém esclarecer o que se entende por coordenação e subordinação da linguagem. Numa e noutra se resume toda a estruturação da linguagem. Podemos compará-las, no âmbito matemático, com a adição e a multiplicação, respectivamente. Na coordenação os elementos linguísticos se somam, como se juntam as parcelas de uma soma, e o conjunto não é mais do que a reunião de partes justapostas. Na subordinação, ao contrário, eles se fundem para se tornar outra coisa: o multiplicador, ou seja, o elemento modificador, se integra no multiplicando, ou seja, o elemento modificado, e o resultado é um produto em que se absorvem um e outro.

Assim, não haveria, segundo o autor, espaço para a existência de outros processos autônomos de ligação intersentencial. De fato, grande parte dos gramáticos tradicionais não incluiu em suas obras a correlação, apesar de esta apresentar especificidades bem particulares em relação aos processos mais canônicos de estruturação sintática, como veremos adiante. Aliás, verificamos até mesmo posições bastante radicais que rechaçam essa proposta, como a de Camara Jr., em seus *Dispersos*:

Os adeptos da correlação, à força de explorar o conceito, chegaram à demonstração por absurdo de que ele é falso, quando criaram a ‘correlação alternativa’ como faz Gladstone Chaves de Melo atendendo a uma sugestão do jovem professor Maximiano de Carvalho. Assim, dois professores excelentes (e Gladstone Chaves de Meio é uma pessoa que muito admiro, como já frisei mais de uma vez) aboliram a coordenação alternativa com – ‘ou...ou...’, ‘quer... quer...’ sob alegação de que uma oração de ‘ou’ ou ‘quer’ não se justifica sem a outra. Mas isso é normal em toda coordenação: na adversativa, na explicativa, na conclusiva e até na aditiva, em que cada oração se compreende em função da anterior: ‘mas preguiçoso’, ‘preguiçoso pois’ e assim por diante não formam ‘sentido completo’. A ser válido o raciocínio dos dois dignos professores, não há coordenação, e em seu lugar teremos a correlação. (Uchôa, 2004, p. 111-112)

As dissensões, portanto, são notáveis. A despeito de a NGB preconizar apenas a existência dos processos sintáticos de subordinação e coordenação, no âmbito do chamado período composto, houve vozes e opiniões dissonantes ao longo do percurso de sua normatização. Chediak (1960, p. 74), consultado acerca do assunto, na época da elaboração da NGB, afirmou: “É lamentável que o Anteprojeto tenha excluído a correlação e a justaposição como processos de composição de período”, já que são produtivas em nosso idioma. Aliás, de acordo com Módolo (2004, p. 40), a correlação é uma estrutura sintática muito produtiva não só em língua portuguesa mas em toda a România, de um modo geral.

O processo de elaboração da NGB foi bastante conturbado. Ainda durante o período de consultas, Chediak (1960, p. 213) nos informa que o Departamento de Letras da Universidade do Rio Grande do Sul, em 1958, também requereu a inclusão deste processo como distinto do da subordinação e da coordenação, mas não teve sorte em seu requerimento.

Posição totalmente oposta à de Chediak (1960) e à de Módolo (2004) adotou Camara Jr. (cf. Uchôa, 2004, p. 108) sobre exatamente o mesmo tópico, quando afirmou o seguinte:

Quero aqui apenas focalizar dois pontos em que acho que a Comissão da Nomenclatura prestou um grande serviço ao estudo e ao ensino da língua materna entre nós em questão de análise sintática: a supressão dos conceitos de ‘correlação’ e ‘justaposição’ como estruturas frasais paralelas à coordenação e à subordinação.

Camara Jr. (1981, p. 87), em outra obra, assevera que a correlação “é uma construção sintática de duas partes relacionadas entre si, de tal sorte que a enunciação de uma, dita prótase, prepara a enunciação de outra, dita apódose”. A explicitação teórica do autor admite que a correlação apresenta um arranjo sintático particular, mas, como já tivemos a oportunidade de verificar anteriormente, defende que a correlação não deve ser considerada como um processo de estruturação sintática distinto, já que ela se estabelece tanto por meio da coordenação como por meio da subordinação.

Em outro ponto de seus *Dispersos*, Camara Jr., ao tratar de construções aditivas, explicita melhor seu pensamento quanto às chamadas orações correlatas:

No terceiro tipo da alegada ‘correlação’, o que se tem na realidade é uma coordenação aditiva enfática. ‘Ele é desatento e preguiçoso’ equivale em princípio a — ‘Ele não só é desatento mas também preguiçoso’. Apenas na segunda frase se insiste na gravidade dos defeitos: ser desatento é ruim e ainda por cima é preguiçoso! Que importa para conceituar a coordenação que os elementos ‘não só’ e ‘mas também’ exijam uma parte seguinte e uma parte anterior? Por acaso, em — ‘ele é bom mas preguiçoso’ a partícula ‘mas’ também não exige uma parte anterior? E — ‘Não me limitarei a dizer isso; acrescentarei...’, a oração com ‘não limitarei’ não exige uma parte seguinte? (Uchôa, 2004, p. 111)

Segundo palavras do autor, a correlação seria caracterizada como um processo enfático. Bechara (1999), Luft (2000), Kury (2003), entre outros autores, concordam com Camara Jr. (1981). Também Carone (2003, p. 62 e 87), à maneira de Camara Jr. (1981), prefere considerar as correlatas, bem como as justapostas, como variantes dos processos de subordinação e coordenação, entretanto, não presta maiores esclarecimentos que sustentem a sua opção teórica. Vejamos:

As relações estabelecidas entre orações podem apresentar, por vezes, características de realização que as distinguem do usual, o que tem levado alguns gramáticos a ver nisso outros tantos procedimentos sintáticos. Trata-se da correlação e da justaposição, variantes formais dos [...] processos (de subordinação e de coordenação). [...] Não nos deteremos na justaposição e na correlação porque são variantes formais de subordinação ou coordenação: aquela, com omissão do instrumento gramatical (conjunção); esta, com significantes descontínuos (ex: *seja...seja, não só...mas também*).

Alguns outros autores referem-se à correlação, e também à justaposição, como modos diferentes de se realizar a coordenação e a subordinação ou ainda como modalidades de conexão, corroborando o ponto de vista da maioria dos autores até aqui estudados, já que insistem em afirmar que a correlação não estaria no mesmo plano dos outros processos mais canônicos. Vejamos:

Os conceitos de correlação e justaposição não se encontram no mesmo plano da coordenação e da subordinação. Estes últimos dizem respeito ao valor sintático de independência ou dependência em que se acham as orações dentro do contexto. Já correlação e justaposição se referem ao modo de se ligarem entre si essas mesmas orações. (Ribeiro, 2004, p. 307)

(Justaposição e correlação) não passam de modalidades da coordenação e da subordinação. Em princípio só há duas ligações oracionais: coordenação ou parataxe; subordinação ou hipotaxe. Os conceitos de justaposição e correlação partem de dois pressupostos que (são) falsos: 1. a subordinação exige um conectivo; 2. a oração coordenada é independente (de sentido completo). (Uchôa, 2004, p. 110)

Como vemos, essa é a postura seguida por grande parte de nossos gramáticos: considerar a correlação uma espécie de variante da coordenação e da subordinação. Luft (2000, p. 51) fala em “tipos especiais de conexão que se estabelecem dentro da coordenação e da subordinação”. Bechara (2004, p. 116) também fala em “modo de ligação”, quando se refere à correlação e justaposição, em extensa nota de pé de página:

As expressões correlativas aditivas, comparativas e consecutivas (*não só ... mas também, tão ... quanto, não só ... senão que, não só ... como também, tão ... que*, etc.) levaram o Prof. JOSÉ OITICICA a colocar, ao lado das orações coordenadas e subordinadas, mais dois tipos diferentes: as correlatas e as justapostas. No presente trabalho sinto não adotar a lição do mestre por julgar que coordenação e subordinação, como tipos de oração (melhor diríamos aqui orações independentes e dependentes), não estão no mesmo plano da correlação e justaposição. Os dois primeiros conceitos dizem respeito ao valor sintático de independência ou dependência em que se acham as orações dentro do contexto; correlação e justaposição se referem ao modo de se ligarem entre si essas mesmas orações. Poderíamos dizer que, quanto ao valor sintático, as orações podem ser independentes e dependentes quanto à ligação, exercem o papel de conectivo as conjunções coordenativas, as conjunções subordinativas, os pronomes relativos, as conjunções e expressões correlativas, ao lado das orações que não se ligam por palavras especiais, isto é, as justapostas. Só quanto à ligação, teríamos: orações coordenadas, subordinadas, correlatas e justapostas. Ora, como os termos coordenadas e subordinadas atendem, por tradição, ao valor sintático, a proposta do Prof. JOSÉ OITICICA nos levaria a confusões. Por tudo isto, julguei melhor seguir a lição adotada no presente compêndio. Quanto à justaposição, isto é, ligação de orações sem conectivo, ela pode abranger a tradicional coordenação assindética (vim, vi, venci) e as subordinadas do tipo Espero SEJAS FELIZ.

Assim, de acordo com Bechara (2004), quanto ao valor sintático, teríamos apenas orações dependentes e orações independentes. Somente quanto “à ligação”, teríamos quatro processos: *subordinação, coordenação, correlação e justaposição*.

Azeredo (2003) e Azevedo Filho (1971, p. 96), em concordância com Luft (2000), também optam por defender a correlação como um subtipo ora da subordinação ora da coordenação, funcionando como um verdadeiro recurso expressivo de ênfase.

Essa parece ser a linha adotada pela maioria dos teóricos em língua portuguesa: considerar a correlação, assim como a justaposição, procedimentos sintáticos que funcionam como variações de forma dentro do âmbito da subordinação e da coordenação. Assim, é comum verificarmos algumas palavras como *vigor, ênfase, realce* quando os gramáticos se referem a esse processo. Vejamos (com grifos nossos):

Quadro 1 – Correlação, segundo a perspectiva de autores tradicionais

Vigor	Para dar mais vigor à coordenação, valemo-nos de uma fórmula correlativa (<i>não só...mas também; não só...mas ainda; não só...senão também; não só...senão que</i>). (Rocha Lima, 1999, p. 261)
Ênfase	- Aditivas enfáticas – Ex: Tanto lê como (quanto) escreve. (Luft, 2000, p. 51) - Já no terceiro tipo da alegada ‘correlação’, o que se tem na realidade é uma coordenação aditiva enfática. (Uchôa, 2004, p. 111) - A expressão enfática da conjunção aditiva <i>e</i> pode ser expressa pela série <i>não só...mas também</i> e equivalentes. (Bechara, 1999, p. 321)
Realce	De dar realce à pluralidade dos objetos serve (entre membros de uma oração) <i>tanto [assim] – como</i> (que substitui o latim <i>et-et</i>). Ex: “offeyro.. todo hu herdamento de Crexemil, assi us das sestas como todo u outro herdamento (Doc. de 1193)” (Dias, 1970, p. 252).

A mesma postura pode ser verificada também em gramáticas de línguas estrangeiras. Vejamos os exemplos abaixo, traduzidos de Quirk et al. (1985, p. 1001), que traçam uma longa e minuciosa análise da língua inglesa:

- (a) *Quanto mais eles trabalhavam, mais com fome eles ficavam.*
- (b) *Embora os trabalhadores tenham ficado infelizes com alguns aspectos do novo contrato proposto, mesmo assim eles votaram neles.*
- (c) *Se a colheita deste ano for boa, então não será preciso importar trigo.*
- (d) *Como você não respondeu minha carta, então estou entrando em contato com você.*

Ao analisar construções como as anteriores, Quirk et al. (1985, p. 1001) afirmam que a correlação estaria a serviço de uma argumentação mais persuasiva em estilos de escrita mais formais, estabelecendo um melhor efeito de paralelismo, que intenta, de alguma forma, recuperar a relação semântica estabelecida pelo primeiro conectivo.

Assim, à maneira de Luft (2000) e Camara Jr. (1981), Quirk et al. (1985) afirmam que a correlação em tais construções seria usual para expressar melhor a força dos argumentos. Além disso, os autores acrescentam que tais construções costumam surgir quando a oração inicial

costuma ser muito extensa, o que proporcionaria o uso de uma partícula descontínua⁹ para estabelecer a coesão de maneira mais perfeita.

Além dessas funções apresentadas, Quirk et al. (1985, p. 935) afirmam que as partículas correlativas também servem para reforçar ou tornar mais clara a função da prototípica conjunção *e*. Também concordam com Quirk et al. (1985) outros estudiosos da língua inglesa como Eastwood (1985, p. 324) e Berndt *et al.* (1983, p. 264), para quem a correlação representaria um uso enfático ou intensivo de declarar alguma informação.

Oiticica (1952), como já apontamos anteriormente, foi citado por diversos autores brasileiros. O estudo desse autor, contido em *Teoria da Correlação* (1952), é uma das mais importantes obras sobre o tema da correlação em nosso vernáculo. Nessa obra, Oiticica advoga a existência da correlação como um mecanismo de estruturação sintática ou procedimento sintático em que uma sentença estabelece uma relação de interdependência com a outra no nível estrutural. Ele também defende a ideia de que as orações consecutivas e comparativas devem ser consideradas correlatas, diferentemente do que preceitua a tradição gramatical brasileira que as considera como subordinadas adverbiais.

Rodrigues (2007), seguindo a orientação proposta pelo autor, estabelece a distinção entre a correlação e os outros processos de estruturação da seguinte forma:

- a) *Subordinação* – processo de hierarquização de estruturas em que as orações são sintaticamente **dependentes**. (cf. Rodrigues, 2007, p. 227).
- b) *Coordenação* – processo em que as orações são sintaticamente **independentes** uma das outras, caracterizando-se pelo fato de implicarem paralelismo de funções ou valores sintáticos idênticos. (cf. Rodrigues, 2007, p. 227).
- c) *Correlação* – processo em que “duas orações são formalmente **interdependentes**, relação materializada por meio de expressões correlatas”. (cf. Rodrigues, 2007, p. 231)

⁹ Como veremos, nem sempre as partículas são descontínuas *stricto sensu*, já que em alguns momentos a correlação é estabelecida sem o emprego de uma partícula na apódose (e até mesmo na prótase). Além disso, alguns autores como Dik (1972, p. 45-46) *apud* Módolo (2004, p. 77) afirmam que é o segundo elemento, na correlação, que projeta o primeiro. Assim, para os autores, são dois elementos que se correlacionam e não uma unidade descontínua. Em nossa pesquisa, preferimos não entrar nesse mérito.

Melo (1978, p. 152) também considera a correlação como um terceiro processo de estruturação sintática, distinto da subordinação e da coordenação. Em sua gramática, o autor produz um longo arrazoado sobre o assunto e afirma que a correlação “é um processo sintático irreduzível a qualquer dos outros dois (subordinação ou coordenação), um processo mais complexo, em que há, de certo modo, interdependência.”

O autor (1978) declara ser sabedor de toda polêmica que envolve o assunto, mas afirma que esse é um problema de doutrina, que não lhe causa escrúpulos didáticos. Aliás, Melo (1978) lembra que a NGB é apenas uma sugestão. Por esse motivo, dentro da concepção do autor, seria possível o ensino e a pesquisa dentro dessa área. A mesma posição é reafirmada por ele em outra obra:

Há um terceiro processo sintático, de certo modo ligado à subordinação, mas a rigor autônomo. Trata-se da correlação. [...] Neste processo há uma sorte de interdependência, melhor, há na primeira oração um elemento de ênfase, que exige complementação. Há uma espécie de finca-pé para um salto que vai acabar no segundo termo: ‘Ventou tanto /que as casas se destelharam’. (Melo, 1997, p. 146)

O autor (1978, p. 152) amplia o escopo da correlação que, segundo ele, abarca além das *consecutivas* e *comparativas*, também as *equiparativas*¹⁰ e *alternativas*. Melo (1978) acrescenta que, na linguagem oral, a intensificação normalmente expressa por um advérbio de intensidade (primeira parte da correlação) seria foneticamente realizada por um esforço e alongamento acentuadamente maiores no produzir a tônica, como em: *Chovia, que era um desespero!*

Castilho (2002, p. 143) também se filia às ideias de Oiticica (1952). Na correlação, segundo o autor, a cada elemento gramatical na primeira oração corresponde outro elemento gramatical na segunda, sem o quê o arranjo sintático seria inaceitável. Para o autor, há quatro tipos de correlação: *aditiva*, *alternativa*, *consecutiva* e *comparativa*. As duas primeiras, nas obras tradicionais, geralmente são diluídas na coordenação, e as duas últimas, na subordinação, o que não seria adequado devido às suas particularidades.

¹⁰ Melo (1978) afirma que a *correlação equiparativa* ocorre quando queremos estabelecer igualdade ou equivalência para o segundo termo, que vem fechar um pensamento deixado em aberto ou em suspenso no primeiro termo. São normalmente utilizadas com as expressões “*assim... assim também*”, “*não só... mas também*”, “*senão também*”, “*assim como... assim*”.

Módolo (1999) também concorda com o autor, definindo a correlação da seguinte maneira:

Tipo de conexão sintática de uso relativamente frequente, particularmente útil para emprestar vigor a um raciocínio, aparecendo principalmente nos textos apologeticos e enfáticos, que se destacam mais por expressarem opiniões, defenderem posições, angariarem apoio, do que por informarem com objetividade os acontecimentos.

Segundo análise de Módolo (1999), a tendência a negar a existência da correlação em um nível paralelo à subordinação e à coordenação advém da herança do paradigma estruturalista, fundado nas dicotomias saussurianas. Filiado ao estruturalismo linguístico, Camara Jr. (1981) teria optado por defender opinião diversa da de Oiticica (1952) por ser fiel à disposição binária dos conceitos de Saussure, para quem a existência de um terceiro conceito na esfera da descrição linguística aniquilaria a opção teórica pelas dicotomias.

Aliás, essa ideia é seguida provavelmente pela maioria dos nossos autores brasileiros, justamente por conta de o estruturalismo ter sido tão representativo em nosso meio acadêmico ao longo de muitas décadas. Essa asserção é quase que totalmente divulgada por Camara Jr., em *Dispersos*. Vejamos:

A eliminação dos conceitos de ‘justaposição’ e ‘correlação’ na nova Nomenclatura oficial, foi [...] a meu ver uma medida das mais salutares. O retorno à dicotomia coordenação-subordinação (ou parataxe-hipotaxe) reata uma tradição gramatical, que se apóia na verdadeira natureza da expressão linguística, e faz cessar toda uma série de considerações e elucubrações inconsistentes, que em última análise decorrem de dois princípios falsos — o de que só há subordinação com o conectivo subordinativo e o de que a oração não-subordinada tem de apresentar ‘sentido completo’. (Uchôa, 2004, p. 112)

Sendo assim, o autor, de certa forma, reitera nossa intuição acerca da força desse ideário nos estudos linguísticos brasileiros. Por outro lado, como vimos insistindo, não são poucos os autores que, em contrapartida, defendem a autonomia da correlação perante os outros processos mais canônicos. Rodrigues (2007, p. 232-233), por exemplo, aponta as seguintes características para a correlação:

- 1º - a correlação apresenta conjunções que vêm aos pares, cada elemento do par em uma oração¹¹;
- 2º - no período composto por correlação, as orações não podem ter sua ordem invertida, isto é, não apresentam a mobilidade posicional típica das subordinadas adverbiais;
- 3º - as correlatas não podem ser consideradas parte constituinte de outra, como ocorre com as substantivas, as adverbiais e as adjetivas¹².

Ney (1955), tal como faz Oiticica (1952), também inclui a correlação nos tipos de estrutura do período composto. Segundo ele, “na correlação há interdependência das declarações, e sempre dois conectivos claros ou subentendidos, ou somente um claro e outro subentendido através dos quais se faz a correlação” (cf. Ney, 1955, p. 61). Ele é um dos únicos autores a admitir que nem sempre os conectivos são preenchidos na construção.

Muitos autores das mais diversas linhas teóricas, como Manna (1984, p. 31 e 180, grifo nosso), também defendem a existência da correlação como processo distinto dos demais, caracterizado pela noção de interdependência, como fizeram alguns autores anteriormente citados. Vejamos:

Nem todos os processos estruturais da língua podem ser reduzidos aos padrões descritos até agora. Há relações combinatórias que não se enquadram nem no tipo determinado/determinante [...] nem no tipo unidades ou conjugados independentes entre si. [...] Pode acontecer que os termos considerados se vinculem numa relação de interdependência para a expressão, no plano considerado. Ora, em tais casos, ter-se-á de admitir que o processo é distinto dos demais. Chamamos-lhe, portanto, valendo-nos de nomenclatura já consagrada, ‘estrutura correlacional’. [...] O padrão estrutural de que se cogita agora não responde a nenhuma de tais características (da subordinação e da coordenação), já que os seus constituintes, ou membros, são interdependentes, ou seja, a expressão de um deles desencadeia necessariamente o aparecimento do outro.

¹¹ Por meio de um aprofundado estudo das conjunções, Mateus et al. (2003, p. 563, grifos nossos) afirmam que “as conjunções podem ocorrer isoladamente, como *e, nem, ou, mas*. Podem, contudo, requerer a presença de um correlato no primeiro membro de coordenação. No primeiro caso as estruturas de coordenação mobilizam uma conjunção simples; no último caso, locuções conjuncionais que assumem a forma de uma expressão descontínua, as chamadas conjunções correlativas. São exemplos de conjunções correlativas expressões coordenativas como: *não só...como, não só...mas também, tanto...como, ou...ou, ora...ora, nem...nem, quer...quer*.”

¹² Como veremos na análise de nossos dados, há alguns casos em que essa terceira característica não se sustenta. Vejamos um exemplo: “Começamos a compreender que não se vai transformar e nem preparar essa sociedade, [...] sem que tenhamos investimentos maciços em Educação. – 08/09/2009”. Neste caso específico, a correlação oracional se caracteriza como um constituinte que completa a predicação do verbo *compreender*, à semelhança das chamadas orações subordinadas substantivas objetivas diretas.

Entretanto, a questão ainda está por ser pesquisada com maior profundidade, haja vista os estudos já realizados, à nossa disposição, terem sido publicados na forma de artigos ou em décadas passadas ou ainda sob o fundamento de outras vertentes teóricas, o que irremediavelmente reclama um aprofundamento mais atual para o assunto.

Vale acrescentar que, pela análise que empreendemos, as dissensões não se restringem apenas ao conceito ou à existência autônoma da correlação, mas também quanto à tipologia. Rodrigues (2007), como vimos anteriormente no início desta seção, apresenta uma lista de cinco construções correlativas diferentes: *comparativas*, *proporcionais*, *consecutivas*, *aditivas* e *alternativas*. Por outro lado, há diversas outras propostas alternativas. Vejamos algumas¹³:

Quadro 2 – Tipos de orações correlatas

Luft (2000)	Castilho (2004)	Melo (1978)	Melo (1997)	Uchôa (2004)
Aditivas	Aditivas	-	-	Aditivas
Comparativas	Comparativas	Comparativas	Comparativas	Comparativas
Consecutivas	Consecutivas	Consecutivas	Consecutivas	Consecutivas
Alternativas	Alternativas	Alternativas	Alternativas	-
-	-	Equiparativas	-	-
Proporcionais	-	-	-	-
-	-	-	Paralelísticas	-

Vemos, assim, que as dissensões só crescem à medida que os estudos se aprofundam. Na literatura estrangeira, aliás, as diferenças são ainda mais marcantes, como podemos verificar em Quirk et al. (1985, p. 1000-1001), para quem são quatro as proposições correlatas. Vejamos alguns exemplos devidamente traduzidos:

- (a) Quanto mais eles trabalham, mais com fome eles ficam. → *Proporcional*
- (b) Apesar de os trabalhadores estarem insatisfeitos, mesmo assim eles votaram em favor dele. → *Concessiva*
- (c) Se a colheita deste ano for boa, então eles não precisarão importar trigo. → *Condicional*
- (d) Como você não respondeu à minha carta, eu então retirei minha proposta. → *Motivo*

¹³ Mais adiante, teremos outro quadro com acréscimos de outros autores, no tocante à relação de orações correlatas.

Nosso percurso até aqui já foi suficiente para verificarmos como são divergentes os pontos de vista acerca desse assunto, o que justifica plenamente um trabalho de maior profundidade teórica. Afinal, o ambiente acadêmico e também a didática do ensino das línguas ressentem-se de uma abordagem mais coesa para este assunto. Além disso, novas abordagens teóricas demonstram maior potencial para a descrição e análise dessas construções. Esses pontos, portanto, justificam um tratamento mais aprofundado ao assunto.

Mesmo constatando-se algumas posições ainda muito radicais, como a de Ribeiro (2004, p. 306), para quem só existem “dois processos universais – coordenação e subordinação”, alguns autores, inclusive considerados de base tradicional, reconhecem a necessidade dessa revisão: “Na classificação de orações coordenadas e subordinadas, a NGB incorporou os processos da correlação e da justaposição, fenômenos sintáticos de características próprias que justificariam um reexame na descrição da estrutura do período composto”. (Henriques, 2003, p. 95)

As divergências no tocante à correlação vão além dos pontos até aqui ressaltados. Temos verificado que alguns gramáticos, principalmente os mais antigos, tendem a considerar a correlação como um tipo de conjunção/oração subordinada. Assim, vejamos o quadro abaixo, feito com base em Pereira (1943), com grifos nossos:

Quadro 3 – Relação de conjunções subordinativas, segundo Pereira (1943)

Conjunções subordinativas (p. 166-168)	Conjunções subordinativas (p. 278)	Conjunções subordinativas (p. 283-284)
Temporal (ou periódica)	Temporal	Temporal
Condicional	Condicional	Condicional
Causal	Causal	Causal
Final	Final	Final
Modal	Modal	Modal
Concessiva	Concessiva	Concessiva
Consecutiva	Consecutiva	Consecutiva
Correlativa	-	Correlativa
Integrante ¹⁴	Integrante	Comparativa

¹⁴ Segundo o autor, as integrantes incluem as comparativas e as dubitativas.

Percebemos, portanto, que, em três momentos diferentes de sua gramática, Pereira (1943) aborda as conjunções subordinativas. Contudo, por algum motivo não divulgado, só inclui as *conjunções correlativas* entre as subordinadas em dois momentos, mesmo tendo listado todas as conjunções em três distintas situações. Além disso, na relação das proposições subordinadas, ao contrário do que se deve esperar, o autor não listou as orações correlatas (ou correlativas).

Postura semelhante é adotada por Bueno (1963, p. 142-144), que também considera as correlativas como um tipo de subordinada. Porém, em uma análise mais aprofundada, todas as alegadas proposições correlativas são correlatas comparativas.

É importante frisar que tanto Pereira (1943) quanto Bueno (1963) também aceitam a existência de comparativas, em coexistência com as chamadas correlativas. Assim, constatamos uma sobreposição de classificações que não expressa bem uma análise criteriosa ou, pelo menos, clara, do ponto de vista descritivo e analítico.

Cabe agora abordarmos a lista dos principais conectivos correlativos, que podem ser definidos como “conectivos de orações (assim como de outros tipos de constituintes) e que são compostos de dois elementos, que sempre coocorrem, mas não contiguamente” (cf. Perini, 2000, p. 148). Para tal, abordaremos apenas alguns autores:

- Almeida (2004, p. 349-350) - *não só...mas também, tanto...como, assim...como, assim...quanto, assim...que, não só...como, não só...porém sim, não só...que também, não só...senão que, não só...senão também, não só...também.*
- Perini (2000, p. 148) - *não só... mas também* (o mais prototípico), além de suas variantes: *não só...mas ainda, não apenas... mas também, não só... como ainda* etc.
- Azeredo (2003, p. 118) - ‘ou...ou’, ‘quer...quer’, ‘não...nem’ (*exprimem disjunção*), ‘não só...mas também’, ‘não só...senão também’, ‘não apenas...mas ainda’, ‘tanto...como’ – (*exprimem união*), ‘senão...ao menos’, ‘não...mas’, ‘mas...não’ (*exprimem preferência/compensação*).

Como podemos observar, a correlação pode envolver um par de conectivos descontínuos iguais (*Tal* pai, *tal* filho) ou um par de conectivos descontínuos diferentes (*Tal* mulher tu sejas, *qual* te eu sou marido), respectivamente chamados por Maciel (1931, p. 379) de *introdutores de correlação similar* e *correlação dissimilar*.

Perini (2000, p. 148) também aborda essa questão, apesar de não defender a correlação como processo autônomo de ligação intersentencial. Vejamos:

Alguns desses conectivos descontínuos são formados pela repetição do mesmo elemento. E alguns deles podem também ocorrer sem repetição; assim, temos *ou...ou* e *nem...nem*, ao lado de *ou* e *nem* sem repetição. Talvez a melhor análise nesses casos seja considerar que certos coordenadores podem, opcionalmente, ocorrer repetidos, diante de ambos os membros da coordenação (caso de *ou*), e que alguns são excepcionais por só ocorrerem repetidos (caso de *quer...quer*). Assim, únicos conectivos realmente descontínuos, isto é, não formados pela repetição de um elemento diante dos constituintes coordenados, seriam *tanto...quanto*, *tanto...como* e as várias formas de *não só... mas também*.

O arrazoadado que elaboramos até este ponto da pesquisa serviu para demonstrar as inúmeras dissensões no âmbito da correlação. As definições, concepções, classificações e terminologias são diversas e constituem um grande emaranhado de informações, muitas vezes contraditórias entre si.

Por outro lado, é necessário buscar algum ponto de convergência, que, neste momento, tentará definir o fenômeno que estamos pesquisando. Diante dessa constatação e inspirando-nos principalmente em Camara Jr. (1981, p. 87), podemos definir a correlação como uma *construção sintática prototipicamente composta por duas partes interdependentes e relacionadas entre si, encabeçadas por correlatores, de tal sorte que a enunciação de uma (prótase) prepara a enunciação de outra (apódose)*. Acreditamos que essa definição é funcional e atende aos objetivos desta pesquisa.

Nossa hipótese aponta para a correlação como uma construção com características distintas da coordenação e da subordinação. Nesse ponto, aproximamo-nos dos trabalhos do segundo grupo de autores anteriormente apresentados, partidários da correlação como terceiro processo de ligação intersentencial. Contudo, à diferença deles, assumimos uma perspectiva de categorização distinta da que é adotada pelos autores analisados neste capítulo, e também estendemos nossa análise para as construções não-oracionais. Para sermos mais precisos, em vez de a correlação ser vista como um processo autônomo e categórico, consideramo-la como um processo difuso e escalar, sem limites claros, como teremos a oportunidade de verificar nos capítulos seguintes desta pesquisa.

Como vimos ao longo deste capítulo 1, a correlação apresenta diferenças marcantes em diversos níveis: semântico, pragmático e morfossintático. Mesmo em termos formais, a correlação distingue-se da subordinação e da coordenação, já que vem perfilada por partículas descontínuas (ou *correlatores*, como preferimos denominá-las). A expressão das noções subsidiárias de *vigor*, *ênfase* e *realce*, como foi apontada por tantos estudiosos, de fato, normalmente permeia a correlação, revelando-se como uma importante característica desse processo.

Essas constatações ajudam a afirmar a tese que estamos defendendo, ou seja, a de que a *correlação aditiva* apresenta características suficientes que a distinguem da *coordenação aditiva*, especialmente pelas funções pragmáticas e funcionais que se revelam no discurso.

Com o objetivo de traçarmos um perfil ainda mais pormenorizado das correlatas aditivas, é necessário, após a investigação teórica da correlação, realizar algumas incursões no campo da adição, o que certamente nos revelará importantes pontos para o nosso trabalho de investigação.

2 CONSTRUÇÕES ADITIVAS

Como o foco de nossa pesquisa é a correlação aditiva, cabe, neste momento, uma análise mais pormenorizada da ideia de adição, que pode ser considerada uma das mais básicas, se comparada à concessão, explicação, causa, adversatividade etc. Segundo Halliday e Hasan (2002, p. 234), a adição é uma relação especial na formação do sistema semântico do texto, que é baseada na noção lógica de *e*.

Contudo, como a adição costuma ser abordada dentro da coordenação e por meio de conectivos, cabe estendermos um pouco mais nossa análise quanto a esses aspectos, para logo em seguida nos atermos com mais ênfase na adição propriamente dita.

Mithun (1988, p. 331) afirma que a coordenação é a construção mais básica e universal, uma forma relativamente estável e constante pelo tempo e pelas culturas. A autora, aliás, afirma surpresa ao verificar a variedade de tipos de construções coordenativas exibidas pelas várias línguas do mundo. Em várias delas não existem conjunções coordenativas. Em seu lugar, utilizam-se marcadores de hesitação, marcadores de aspecto perfectivo, ou palavras que signifiquem algo semelhante a “com” ou “também”. Assim acontece principalmente com *pidgins* e crioulos.

Vejamos como Pezatti e Longuin-Thomazi (2008, p. 865) abordam a coordenação:

A construção coordenada consiste em dois ou mais membros, funcionalmente equivalentes, combinados no mesmo nível estrutural por meio de mecanismos de ligação. Isso implica que nenhum dos membros de uma construção coordenada é subordinado aos demais ou dependente em relação a eles.

Como já tivemos a oportunidade de observar, os autores costumam definir a coordenação como um processo em que não se constata relações de dependência. Assim, a coordenação combina constituintes de mesmo nível categorial – núcleos ou constituintes plenamente expandidos, i.e., sintagmas ou frases (cf. Mateus et al., 2003, p. 551; Peres e Mória, 1995, p. 375), que desempenham as mesmas funções sintáticas e semânticas. É por isso que Carone (2006, p. 92) afirma haver, na realidade, “relação entre orações” apenas no âmbito do período composto por coordenação.

A noção de paralelismo atrelada à coordenação é reiterada por outros autores, como veremos a seguir. Por ora, vale destacar que esse paralelismo não pode ser considerado de mesma natureza, quando cotejamos uma estrutura coordenada com uma estrutura correlata.

Peterson (1999, p. 137), após longo e detido estudo, apresentou as propriedades dos conectivos coordenativos em cotejo com outros conectivos, por meio de um quadro bastante esclarecedor. Vejamos:

Quadro 4 – Propriedades dos conectivos

Propriedade	Coordenadores	Subordinadores	Preposições	Advérbios conectivos
<i>Requer equivalência sintática</i>	sim	não	não	-
<i>Iteração sem camadas¹⁵</i>	sim	não	não	-
<i>Permite assíndese</i>	sim	não	não	-
<i>Reversibilidade</i>	alguns	não	não	-
<i>Requer paralelismo estrutural</i>	sim	não	nem sempre	-
<i>Posição inicial do elemento ligado</i>	sim	sim	sim	não
<i>Não permite coordenador precedente</i>	sim	não	não	não
<i>Não permite introduzir um primeiro termo</i>	sim	não	algumas	sim
<i>Pode ligar verbos</i>	sim	não	-	-
<i>Pode ligar nomes</i>	sim	-	não ¹⁶	-

A análise do quadro anterior nos possibilita, desde já, caracterizar pormenorizadamente as características centrais das conjunções coordenativas:

- Requerem equivalência sintática entre os termos ligados (não necessariamente identidade categorial, mas funcional), já que cada membro coordenado pode substituir o todo.

¹⁵ Esse critério significa que os membros de um conjunto podem ser ligados em série.

¹⁶ Esse critério não se aplica à língua portuguesa, no tocante às preposições. Afinal, tais conectores podem, em nosso vernáculo, ligar palavras. Exemplo: *pão com manteiga, café com leite, ouro e prata, etc.*

- Os elementos coordenados podem ser teoricamente ilimitados, já que não há um número fixo de possibilidades para os itens coordenados.
- São substituíveis por simples justaposição (ou assíndese), geralmente com exceção do último elemento.
- Em casos prototípicos, pelo menos na adição, a simetria é possível, visto que uma sequência [X coord. Y] costuma ser equivalente semanticamente a [Y coord. X].
- Podem ligar elementos diversos de mesma natureza, inclusive elementos subordinados.
- O coordenador precisa preceder o elemento coordenado, portanto não podem ser movidos de sua posição estrutural.
- Só há possibilidade de uma conjunção coordenativa por coordenação. Isso significa que os coordenadores são mutuamente excludentes, no mesmo nível hierárquico.
- É impossível iniciar uma oração com uma conjunção coordenativa, já que ela deve ocupar posição intermediária entre os elementos coordenados.
- Por fim, as conjunções coordenativas podem ligar verbos, nomes e até mesmo categorias funcionais como determinantes.

A análise de um simples exemplo de nosso *corpus* já seria suficiente para estabelecermos a distinção entre diversas características apontadas acima com as características da correlação aditiva. Vejamos:

(09) Parabenizo V. Exa. por ter destacado aqui o Fernando em função da sua história de serviços prestados não só ao INSS mas também a outros órgãos públicos deste Estado e deste País. – 10/02/2009

A análise do exemplo (09) revela que os elementos correlatos não poderiam ser ilimitados, visto que a correlação une uma parte a outra, limitando-se a uma estrutura de díade¹⁷. Além disso, a simples justaposição não seria capaz de substituir a estrutura correlata, visto que a carga semântico-pragmática da construção seria alterada, desfazendo-se, por exemplo, a ideia de

¹⁷ Na verdade, é possível a inclusão de mais de um elemento na correlação, como ficou comprovado no capítulo anterior de nossa tese. Por outro lado, reiteramos que essa configuração sintática com mais de duas partes interligadas é rara do ponto de vista empírico, ou seja, é bastante marcada.

crescendum (INSS – outros órgãos públicos deste Estado e deste País). O mesmo se aplica à questão da simetria. A mudança da prótase pela apódose desfaria esse arranjo sintático-semântico-pragmático.

A coordenação sempre se estabelece por meio de um conectivo apenas; no exemplo (09), destacamos a existência de um par de conectivos (*não só... mas também*), o que denota uma diferença estrutural. Por fim, devemos destacar que à diferença da coordenação, a correlação pode ser introduzida por conectivo, como ocorre no exemplo a seguir, também extraído de nosso *corpus*:

(10) Não apenas eu, mas muitos parlamentares, deputados e deputadas, têm procurado fazer um trabalho exigindo melhoria de qualidade nos serviços. – 15/04/2009

Assim, pela análise dos exemplos (09) e (10), reafirmamos a tese que defendemos, ou seja, a correlação aditiva, de fato, apresenta características suficientes que a distinguem da coordenação aditiva. Da mesma forma, começamos a esboçar a resposta para uma de nossas questões principais de trabalho: quais são as principais propriedades morfossintáticas das construções corretas em nosso idioma?

Voltando ao foco deste capítulo, com relação à noção semântica de adição, constatamos algumas definições profundamente lacônicas por parte de alguns autores, como a de Cunha e Cintra (2001, p. 596), para quem as orações aditivas existem “se a conjunção é aditiva”. Verificamos não só laconismo como também circularidade na definição.

Para Kury (2003, p. 66), ocorre oração aditiva “quando os vários pensamentos coordenados estão simplesmente em sequência, sem o acréscimo de outra ideia.” Essa definição é profundamente questionável, como se verá mais à frente, já que a adição, por ser extremamente básica, está sujeita ao amálgama de outros matizes semânticos.

Outra concepção de adição permeia a teoria exposta por alguns autores de língua estrangeira, como Berndt et al. (1983, p. 306-307). Segundo os autores, a adição descreve eventos que são adicionados ou usados juntos, por meio de uma combinação neutra (cf. Kury, 2003)¹⁸. Segundo um ponto de vista diverso do adotado pelos autores brasileiros, Berndt et al. (1983)

¹⁸ Neves (2000, p. 739, grifo nosso) também afirma o mesmo que Kury: “O *E* marca uma relação de *adição* entre os segmentos *coordenados*, o que indica que esse coordenador possui um caráter mais neutro do que os outros”.

acreditam que é justamente a neutralidade dessas conjunções que propicia o amálgama do sentido aditivo com outros matizes semânticos:

Sentenças complexas aditivas descrevem eventos etc. que são adicionados e usados juntos porque elas são todos relevantes da mesma maneira para o conteúdo da descrição ou contexto particular e situação na qual são usados. [...] Como a adição é um tipo de combinação neutra entre sentença 1 e sentença 2, os mecanismos de ligação são usados para expressar não só relações do tipo aditivo, mas também outras relações dominantes¹⁹.

Barros (1985, p. 213) também é profundamente lacônico. Vejamos: “Aditivas – ligam apenas as orações ou termos de função idêntica”. Segundo nosso ponto de vista, essa definição também é muito problemática, visto que pode ser aplicável a qualquer tipo de oração coordenada, quiçá a orações subordinadas, visto que em toda união de orações há *ligação*.

Ainda com respeito à caracterização das chamadas orações aditivas, Said Ali (1966, p. 133) afirma que “caracterizam-se as orações copulativas pelas partículas *e* e *nem* (=e não). Denotam fato ou simultâneo ou sucessivo a outro”. Dois destaques precisam ser dados a partir dessa definição: em primeiro lugar, o autor denomina as aditivas como copulativas; em segundo lugar, ele afirma que tais orações denotam simultaneidade ou sucessividade de fatos.

O rótulo *copulativa* é utilizado não só por Said Ali (1966). É também compartilhado por outros autores como Pereira (1943), Lima (1937), Llorach (1999), Mateus et al. (2003) e Bosque y Demonte (2004). Para Maciel (1931, p. 153, grifos do autor), “o termo **copulativa** é tão absurdo quanto impróprio, pois toda conjunção é **copulativa**”. De fato, se entendemos por *cópula* a ideia básica de ligação, o autor está correto em sua asserção.

Mattos e Silva (2006, p. 185), em estudo aprofundado sobre o português arcaico, também denominam as aditivas como copulativas, além de afirmar que a conjunção aditiva por excelência é o *e*, multifuncional desde séculos atrás:

¹⁹ Additive complex sentence describe events etc. which are added and used together because they are all relevant in the same way to the content of the description or to the particular context and situation in which they are used. [...] Because addition is a kind of neutral combination of sentence 1 and sentence 2, the relevant linking devices are used to express not only additive relation type, but also other dominant features.

A coordenação por excelência é do tipo *aditivo ou copulativo* e a conjunção que a expressa é o *e* (latim *et*). Na documentação do período arcaico o *e*, além de ligar frases, ocorre como conector de enunciados, isto é, como elo encadeador do discurso. Além disso o *e* pode coordenar quaisquer constituintes da sentença, como aliás outras conjunções aditivas e disjuntivas.

Outro rótulo costumeiramente utilizado para fazer referência à adição é o de **aproximação**, conforme nos dão conhecimento Pereira (1943), Maciel (1931) e Bueno (1963). Esse rótulo parece ser mais icônico, tendo em vista o fato de que a adição, em certa medida, consiste na aproximação de dois termos quaisquer. Por outro lado, é comum os autores esvaziarem as possibilidades de interseção da adição com outros matizes semânticos diferentes. Assim, lemos em Lima (1937, p. 219): “Exprimem simples aproximação de termos ou proposições”. Também constatamos em Torres (1973, p. 135): “Aproximam simplesmente dois pensamentos”.

Precisamos, neste ponto, retomar a definição de Said Ali (1966), para quem as orações copulativas denotam fato ou simultâneo ou sucessivo a outro. Pelo que observamos, essa asserção presta-se mormente a um modo de organização do discurso, que é marcado pela temporalidade, ou seja, a narração. Afinal, há situações em que isso não se opera na coordenação aditiva prototípica.

Em construções correlatas, que costumam ser de caráter profundamente argumentativo, essa “sucessão” ou “simultaneidade” normalmente não são aferidas. Vejamos:

(11) Há um documento importante, que merece ser lido não apenas pelos membros da CPI, mas também por outros Deputados da Casa, demonstrando que, desde o início da concessão até fevereiro, quando completou onze anos, o aumento das tarifas em todos os trechos foi acima da inflação. – 19/03/2009

No exemplo (11), o orador convoca a assembleia a ler um documento relativo a tarifas de transporte público. Os itens correlatos *membros da CPI e outros deputados da Casa* não estão dispostos em uma relação temporal de simultaneidade ou sucessividade. Na verdade, a relação que pode ser estabelecida, que normalmente emerge da correlação, é a de relevância pragmática,

especialmente em um texto cujo modo de organização discursiva é argumentativo por natureza, e não narrativo.

Por fim, verificamos que são poucos os autores que abordam a adição fora da coordenação. Como temos visto, no máximo, isso ocorre no âmbito da correlação. Por outro lado, sabemos que há possibilidade de construções aditivas, inclusive, no âmbito da hipotaxe adverbial. Segundo Givón (1994, p. 298), as orações adverbiais aditivas são usadas quando a matriz adiciona alguma informação que amplifique alguma informação presente. Vejamos um exemplo oferecido pelo autor, devidamente traduzido (e possível) para a língua portuguesa:

(a) **Além de** ter perdido o ônibus, também fiquei molhado com a chuva²⁰.

Agora, cabe analisarmos com mais cuidado as propriedades sintático-semânticas do articulador sintático *e*, já que este é o conectivo mais prototípico da adição, segundo autores brasileiros e de língua estrangeira.

Em primeiro lugar, com base em Vilela e Koch (2001, p. 389), destacamos que os significados dos conectivos representam operações na elaboração do conteúdo do enunciado ou do texto, ou seja, “o significado da conjunção representa uma indicação para serem feitas determinadas operações cognitivas sobre os significados dos conjuntos frásicos ou dos elementos frásicos relativamente ao conjunto total do enunciado”.

Além da função de organizar as operações cognitivas que emergem dos enunciados, as conjunções, de certa forma, estabelecem relações que limitam o que pode ser conectado. Em outras palavras, as conjunções balizam a associação dos significados.

Segundo Barreto (1992, p. 38), a conjunção *e* teria vindo do latim *et*, que ocorria também em *etiam* e *etsi*. Todas elas teriam vindo de um antigo advérbio indo-europeu. Ao lado de *nem* (cuja origem é do conectivo latino *nec*), a conjunção coordenativa *e* foi uma das poucas conjunções que o português herdou do latim. Isso evidencia, obviamente, sua antiguidade.

Gili y Gaya (1955, p. 252) apresentam a gênese da conjunção *y*, em espanhol, que corresponde à prototípica conjunção aditiva *e*, em língua portuguesa. Segundo os autores, essa conjunção é a primeira a aparecer na linguagem das crianças e progressivamente ocupa o lugar da

²⁰ Admitimos a possibilidade de esse exemplo perfilar um caso de correlação aditiva, visto que há dois conectivos descontínuos: “**Além de** ter perdido o ônibus, **também** fiquei molhado com a chuva”.

justaposição, amalgamando desde cedo muitas outras relações semânticas além da simples adição. Com o tempo, vai cedendo lugar a outras expressões aditivas. Vejamos:

A conjunção *e* (*y*) é a primeira que aparece na linguagem da criança; *nem*, por encerrar uma dupla significação negativa e conjuntiva, é mais tardia, mas é também uma das primeiras. Uma vez incorporadas à linguagem individual, se observa uma longa etapa na qual substituem a justaposição com muito mais frequência que na fala do adulto: *e casas e árvores e pássaros e flores*. Até os sete anos, aproximadamente, começa a diminuir esta profusão de conjunções; mas costuma tardar de 2 a 5 anos, segundo a instrução escolar que a criança receba, em fixar o uso que o idioma sente como normal. O pleonasmo de *e* (*y*) é a forma infantil e popular das narrações. Nessas primeiras fases da linguagem, a conjunção *e* (*y*) serve para expressar muitas relações que mais tarde se expressarão por outros meios²¹.

A multifuncionalidade da conjunção prototípica aditiva *e* continua sendo intensa ao longo de toda a vida dos falantes da língua portuguesa, assim como também na língua espanhola e na língua inglesa²². Pezatti e Longuin-Thomazi (2008, p. 877) afirmam que as conjunções de adição, no português falado, restringem-se às formas *e* e *nem* com a predominância da primeira. Também assim é na língua escrita (cf. Novaes, 2000).

Há um intenso debate entre os estudiosos no tocante à carga semântica das conjunções. Para alguns, seria um item vazio; para outros, apresentaria carga semântica definida. Vejamos os argumentos de cada grupo de pesquisadores.

Segundo Ilari (2008, p. 833), no que diz respeito às conjunções *ou*, *se* e *e*, acreditou-se por algum tempo que “sua principal característica semântica é a verifuncionalidade, isto é, o fato de que apresentam o valor de verdade da expressão resultante como uma função dos valores de verdade das expressões constituintes, excluindo qualquer outro aspecto semântico”.

²¹ La conjunción *y* es la primera que aparece en el lenguaje del niño; *ni*, por encerrar una doble significación negativa y conjuntiva, es algo más tardía, pero es también de las primeras. Una vez incorporadas al lenguaje individual, se observa una larga etapa en la cual sustituyen a la yuxtaposición con mucha más frecuencia que en el habla del adulto: *y casas y árboles, y pájaros, y flores*. Hacia los siete años, aproximadamente, comienza a disminuir esta profusión de conjunciones; pero suele tardarse de 2 a 5 años, según la instrucción escolar que el niño reciba, en fijar el uso que el idioma siente como normal. El pleonasmo de *y* es la forma infantil y popular de las narraciones. En estas primeras fases del lenguaje, la conjunción *y* sirve para expresar muchas relaciones que más tarde se expresarán con otros medios.

²² Segundo Quirk et al. (1985, p. 930), “*and* is the coordinator which has the most general meaning and use”, e de acordo com Bosque y Demonte (2004, p. 2640), “la conjunción copulativa *y* es la más neutra en cuanto a su significado básico, que es el de adición”.

A tese da verifuncionalidade foi desenvolvida no final do século XIX por Gottlob Frege. Segundo essa tese, calcada na lógica, o total seria a soma literal das partes. Sendo assim, o conectivo *e* ligaria elementos, expressando única e simplesmente a ideia de adição. A tese da verifuncionalidade segue a mesma linha das gramáticas categoriais de Montague:

A conjunção *e* interpõe-se sempre entre duas expressões ‘sintaticamente equivalentes’ e constrói uma expressão composta que do ponto de vista categorial recebe o mesmo enquadramento de cada uma das expressões componentes, ou seja: une dois adjuntos adverbiais, dando origem a uma expressão que ainda é um adjunto adverbial, ou parte de dois substantivos comuns e resulta em uma expressão composta que ainda vale sintaticamente por um substantivo comum, ou faz, de duas sentenças completas, uma espécie de sentença composta. (Ilari, 2008, p. 839)

Essa tese foi retomada por alguns gramáticos de língua portuguesa, como Almeida (2004, p. 349) e Bechara (1999, p. 320), com referência às conjunções aditivas:

A conjunção *e* é o tipo das conjunções aditivas e indica mera relação de nexos; por isso é comumente suprimida, sem prejuízo para o sentido, em uma série coordenada e só é expressa entre o penúltimo e o último termo: ‘Sócrates, Platão e Aristóteles são filósofos de nomeada’. Quando, porém, queremos pintar, com viveza, certa aglomeração de coisas, é de belo efeito torná-la expressa entre os membros da série: ‘De gente de guerra e hostes e de arrancada e de cavalaria e de besteiros e de flecheiros e de ases e de tons e engenhos, disse sei eu mais a dormir do que vós acordado, mestre João das Regras (Herculano).

A aditiva apenas indica que as unidades que une (palavras, grupos de palavras e orações) estão marcadas por uma relação de adição. Temos dois conectores aditivos: *e* (para a adição das unidades positivas) e *nem* (para as unidades negativas).

Como vemos, Almeida (2004) e Bechara (1999) reforçam a ideia de que o *e* indicaria mera relação de nexos, união de sintagmas ou orações sem acréscimo de outros matizes de significado. Aliás, Bechara (1999, p. 477, grifo nosso), em outra seção de sua gramática, é ainda mais enfático quanto a este ponto, ao afirmar que o período composto por coordenação aditiva “adiciona ou entrelaça duas ou mais orações, sem nenhuma ideia subsidiária”.

Essa mesma tese da verifuncionalidade também foi adotada por autores de língua estrangeira, como Llorach (1999, p. 318), quando o autor traça um estudo pormenorizado das

conjunções coordenativas: “Fora de seu valor ‘aditivo’, a conjunção copulativa não aporta nada mais ao sentido do grupo oracional. Outras relações semânticas que podem perceber-se entre as orações copuladas procedem exclusivamente das noções léxicas ou referenciais de cada uma delas”²³.

Vale ressaltar, contudo, que o autor supracitado, em outra parte de sua gramática, modaliza a asserção anterior e admite a possibilidade de haver alguns significados subsidiários decorrentes da adição de sintagmas e orações: “o papel dessas conjunções, ainda que aportem certos conteúdos particulares à mensagem global, se esgota na mera conexão de orações entre si.” (cf. Llorach, 1999, p. 227, grifo nosso)²⁴.

Assim, na verdade, observamos certa divergência de opiniões no que diz respeito à carga semântica das conjunções. Ilari (2008, p. 838) afirma que a verifuncionalidade das conjunções não é ruim em princípio, “mas pode vir a pulverizar, por assim dizer, o estudo das conjunções como um todo, pois implica decidir, para cada um de seus usos, até onde vai o sentido literal, e onde começam os aportes propriamente contextuais”. Assim, a verifuncionalidade pode soar irrealista, apesar de ter sua validade assegurada para alguns casos, como diz o próprio autor.

Por outro lado, verificamos que a grande maioria dos autores opta pela defesa da ideia de que as conjunções, em especial o *e*, traria anexo a si uma considerável possibilidade de outros valores semânticos passíveis de agregação.

Vilela e Koch (2001, p. 262, grifo nosso), por exemplo, são muito claros a esse respeito quando se referem à conjunção *e*. Após afirmar que seu sentido básico é o de união gramatical, os autores asseveram que a natureza dessa ligação pode ser de ordens diversas. Vejamos:

Podemos definir ‘e’ do seguinte modo: serve para unir duas ou mais palavras da mesma natureza gramatical ou duas ou mais orações exprimindo relações de natureza diversa. Esses valores inserem-se todos no que designamos como ‘coordenada copulativa’, em que o valor normal e prototípico é o de adição ou o de inclusão (concomitativa), em que o valor dos dois elementos ligados é equivalente.

²³ “Fuera de su valor ‘aditivo’, la conjunción copulativa no aporta nada más al sentido del grupo oracional. Otras relaciones semánticas que pueden percibirse entre las oraciones copuladas, proceden en exclusiva de las nociones léxicas o referenciales de cada una de ellas”.

²⁴ “El papel de estas conjunciones, aunque aporten ciertos contenidos particulares al mensaje global, se agota en la mera conexión de las oraciones entre sí, sin intervenir para nada en la estructura de cada una de ellas”

Os próprios autores Vilela e Koch (2001) dão-nos uma lista de usos possíveis para a conjunção *e*, que vão muito além de seu uso prototípico de simples adição²⁵. Vejamos alguns usos e exemplos arrolados a seguir, com contribuições de outros autores:

I. Como o valor próprio de adversativa (opondo, restringindo, explicando) equivalendo a ‘contudo’, ‘mas’, ‘porém’, ‘todavia’, ‘apesar disso’, ‘e contudo’, ‘no entanto’” – (Vilela; Koch, 2001, p. 262).

- (a) Ele fala muito e não diz nada.
- (b) Uma moça bonita e antipática.

II. “Os valores de causa ou efeito, consequência ou resultado, equivalendo a ‘por isso’” – (Vilela; Koch, 2001, p. 263). Neste caso, a primeira oração apresenta circunstâncias (frequentemente um fundo circunstancial) possibilitando o evento descrito na segunda oração acontecer. Assim, a ordem das cláusulas refletirá também uma sequência cronológica.

- (a) Estava mau tempo e decidimos não sair.
- (b) O livro era interessante e li tudo numa sentada.

III. “Valor de implicação (condicional)” – (Vilela; Koch, 2001, p. 263)

- (a) Não trabalhes e depois vês as consequências.
- (b) Bebe cerveja e vês a barriga crescer”.

IV. “Valor de valor distintivo entre N e N” – (Vilela; Koch, 2001, p. 263)

- (a) Há carros e carros!
- (b) Há clubes e clubes, como há árbitros e árbitros.

V. “Valor intensivo ou enfático” – (Vilela; Koch, 2001, p. 263)

²⁵ Para Neves (2000, p. 740), esses seriam usos marcados da conjunção coordenativa *e*.

(a) Ele viu a atriz e saudou-a e beijou-a e pediu-lhe namoro e vão casar em breve.

VI. “No início e desligado do pré-texto, confere valor de ênfase e de exortação²⁶” – (Vilela; Koch, 2001, p. 263)

(a) E a hora é de trabalhar, mas todos fazem apenas política eleitoreira.

VII. “Integra-se numa sucessão temporal ou de ordem” – (Vilela; Koch, 2001, p. 263). Nesse caso, a segunda cláusula é cronologicamente sequente à primeira, mas sem implicação de relação causa-resultado.

(a) Ele veio e partiu de seguida.

A lista de usos observados também é corroborada por outros estudiosos como Quirk et al. (1985, p. 930-932). Assim, podemos afirmar que a tese da verifuncionalidade não se aplica à língua portuguesa, pelo menos ao prototípico conectivo *e*. Nossa tarefa será verificar em que pontos há semelhanças e diferenças que poderiam nos ajudar a comprovar uma de nossas hipóteses: a de que a correlação aditiva estaria a serviço de outras funções pragmáticas e discursivas diferentes da coordenação aditiva.

No tocante a essa questão, Correa (2007, p. 55-56) percebeu que

são maiores as possibilidades de paráfrase quando o conectivo *e* liga orações, ou seja, ao ligar nomes e predicadores, mantém sua propriedade de adição, no entanto, ao ligar orações, além de adição, encontramos o conectivo *e* com funções de causalidade (por isso), contraste (mas), temporalidade (quando) e ilimitação (além disso), embora essas ocorrências sejam em menores escalas.

Contudo, vale frisar que, mesmo apresentando diversos outros valores semânticos, a noção de adição nunca é apagada totalmente (cf. Mateus et al., 2003, p. 568), em clara alusão ao princípio funcionalista das *camadas*, cujo mote central afirma não ser necessário desaparecer o

²⁶ Segundo Neves (2006, p. 243), os marcadores de coordenação no início da frase podem “representar início de parágrafo, início de capítulo, início de obra, e (...) portanto, tais elementos extrapolam a organização puramente sintática e constituem articuladores de altíssimo valor semântico-discursivo”.

sentido primário ou mais básico quando há o surgimento de outros usos mais atuais. Aliás, o próprio fato de a adição ser um dos matizes mais básicos propicia esse fenômeno linguístico, conforme afirmam García (2004, p. 2640) e Berndt et al. (1983, p. 307).

O próprio Ilari (2008, p. 836-837), após ter apresentado a tese da verifuncionalidade, acredita ser mais acertado aceitarmos a existência de outros valores semânticos que possam ser adjungidos à conjunção prototípica *e*. Vejamos:

Quando se tenta referir as palavras *e*, *ou* e *se* da língua natural aos valores de verdade do cálculo sentencial, salta aos olhos que, ao invés de uma relação estritamente verifuncional (que seria talvez suficiente para expressar as verdades da matemática e das ciências exatas), essas conjunções exprimem normalmente nexos mais substanciais e psicologicamente densos – por exemplo, os nexos de tempo e causa –, exigindo-se frequentemente que as duas sequências manifestem algum tipo de coerência ou orientação argumentativa comum.

Assim, o autor (2008, p. 838) opta por uma espécie de “versão fraca” da tese da verifuncionalidade, que determinaria para cada conectivo um sentido literal e um sentido não-literal. Apesar de ele mesmo reconhecer que essa postura poderia “pulverizar” o estudo das conjunções como um todo, visto que seria muito difícil definir até onde iria um sentido literal, mesmo assim, ele adota essa postura, por ser mais conveniente. Dessa forma, o sentido literal da conjunção *e* seria o de adição, sem dúvida. Os vários sentidos não-literais seriam todos os que já apontamos anteriormente, além de outros usos possíveis, devido ao caráter dinâmico das línguas humanas.

É possível, portanto, postular como princípio teórico que as conjunções possuem um sentido central ou básico, que se estende para outras interpretações e relações significativas, por meio de deslizamentos semânticos. Nesse caso, estamos diante de um caso de polissemia.

Azeredo (2000, p. 246-248), Quirk et al. (1985, p. 921-925) e Mateus et al. (2003, p. 569-575) realizaram um trabalho de investigação que completa o que encetamos anteriormente, ao abordar os usos sintáticos das partículas coordenativas *e*, portanto, do *e*. Assim, para os autores, esse conectivo, assim como os outros coordenadores, exibe as seguintes propriedades:

I. Tende a ocupar a posição inicial do membro coordenado²⁷:

(a) Eles leram o jornal e viram o noticiário na televisão.

II. Não pode deslocar-se no interior do termo coordenado, ou seja, é sequencialmente fixo:

(a) A Marta compra livros para os filhos, e o Paulo os lê.

(a') *A Marta compra livros para os filhos, o Paulo e lê-os.

III. Não pode concorrer para uma mesma posição estrutural – a de núcleo da estrutura coordenada. Sendo assim, não pode haver coocorrência de coordenadores²⁸.

(a) *Eles não leram o jornal *e mas* viram o noticiário na televisão.

IV. Pode co-ocorrer com complementadores quando coordena as frases subordinadas por eles iniciadas.

(a) Ela disse que estava cansada *e que* não podia deitar.

(b) Quando estiveres de férias *e quando* não tiveres aula podes ir ao cinema.

V. Liga sintagmas que exerçam a mesma função morfossintática, qualquer que seja ela (elementos frásicos e não-frásicos)

(a) O porteiro e o zelador conhecem o dono do apartamento. (sujeitos)

(b) O condomínio não pode funcionar bem sem porteiro e sem zelador. (adjuntos)

²⁷ Segundo Dias (1970, p. 253), “na enumeração de vários termos, o ordinário é pôr a copulativa antes do último: enfaticamente também se põe antes do segundo e dos seguintes, e, no estilo oratório – o que todavia é raro – até antes do primeiro”. Para Barreto (1992), a posição inicial absoluta pode, inclusive, vir seguida de outros elementos conjuncionais explicativos, adversativos, condicionais, causais, temporais, concessivos, consecutivos, modais, comparativos e finais, com farta exemplificação. Essa afirmação vai contra a radicalidade de Almeida (2004, p. 349) ao afirmar que “a conjunção *e* é o tipo das conjunções aditivas (que) só é expressa entre o penúltimo e o último termo”.

²⁸ Bosque y Demonte (2004, p. 3533) também observam o mesmo para a língua espanhola: “Partindo da premissa de que duas frases só podem ser coordenadas por uma partícula coordenante, o caráter coordenante de uma conjunção dependerá da impossibilidade de aparecer junto a outra cujo *status* coordenante tenha sido estabelecido previamente”.

(c) O calor começa a fazer-se sentir e os turistas começam a chegar. (orações coordenadas)

VI. Liga orações que estejam subordinadas a uma mesma oração principal.

(a) É possível que ele volte amanhã e nos procure.

VII. Pode combinar núcleos lexicais em unidades nucleares complexas.

(a) Ele trazia uma camisa azul e branca.

(b) O pai e patrão de Antônio é o Sr. Gonçalves

VIII. Pode ligar unidades estruturais mais vastas do que a frase, e envolver fragmentos textuais que se encontram adjacentes.

(a) A sua infância passou-se no meio de ruínas, muralhas, pedras, granito, campo. E o Minho acabou por legar à sua arte as serpentes e as cores.

(b) João jogou futebol e Maria jogou tênis, mas Alice ficou em casa.

IX. Não pode introduzir ambas as unidades coordenadas.

(a) * E tenho certeza de que ele virá pessoalmente e mandará alguém para representá-lo.

Se alguém defende que os pares correlativos são realizações possíveis da coordenação aditiva, então, em consonância com a perspectiva aristotélica, precisa ser verdadeiro o fato de todas as características arroladas acima serem aplicáveis também à correlação. Partindo-se dessa premissa, analisemos mais um exemplo de nosso *corpus*:

(12) Portanto, para nós do Partido dos Trabalhadores, e não apenas para os deputados, dirigentes, executivos, governadores, prefeitos, mas acima de tudo para os militantes que deram a sua vida, militantes como eu que, há muito tempo atrás nem pensava estar aqui hoje neste Parlamento - eu pensava em dar minha contribuição para mudar o mundo, transformar o Brasil num País mais justo - são esses militantes que permitiram e possibilitaram ao Partido dos Trabalhadores ser o que é hoje e completar 29 anos sendo o que foi e é. – 10/02/2009

O exemplo (12), representativo da correlação aditiva, vai contra diversas características da prototípica coordenação aditiva. Por exemplo, o par correlativo *não apenas... mas* hierarquiza diversos termos coordenados, que ficam em posição inferior. Dessa forma, dentro do escopo de *não apenas* há uma enumeração que se realiza por meio da coordenação aditiva (*deputados, dirigentes, executivos, governadores, prefeitos*) e dentro do escopo de *mas* há outro elemento que compõe o conjunto dos envolvidos (*militantes*). Trabalha-se, portanto, com dois níveis distintos em que a correlação é superordenada e a coordenação é um nível subordinado.

A clássica asserção de que a coordenação não permite duas conjunções em mesma posição estrutural também não se sustenta na correlação. No exemplo (12), verificamos a existência do prototípico coordenador *e*, antecedendo o primeiro correlator *não só*. Essa observação nos instrumentaliza a corroborar ainda mais a diferenciação existente entre coordenação e correlação. Afinal, se ambas podem ser reduzidas ao mesmo processo, no mínimo, as características que definem a coordenação deveriam ser alteradas.

Neves (2000, p. 741), ao abordar um arranjo sintático bastante sofisticado, possível no âmbito da coordenação aditiva, apresenta uma proposta esquemática muito elucidativa. Trata-se dos casos em que, dentro de um mesmo enunciado, “diferentes grupos de elementos coordenados por *e* (sintagma e sintagma, oração e oração) podem aparecer lado a lado, compondo uma organização coordenada hierarquizada”. Vejamos:

Esquema 1 – Coordenação de diferentes níveis

Temos	dois braços	<u>E</u>	uma cabeça	<u>E</u>	somos donos do mundo.
	SINTAGMA		SINTAGMA		
ORAÇÃO					ORAÇÃO

A possibilidade de repetição do mesmo coordenador *e* possibilita o arranjo sintático acima. Podemos verificar que tal arranjo, no âmbito da correlação, só seria possível estruturalmente com os correladores negativos *não* e *nem*, já que os outros são binários e unem obrigatoriamente termos de mesma natureza (cf. Di Tullio, 2005, p. 277).

Qualquer tentativa de alteração do enunciado acima, por meio de uma estratégia de correlação aditiva, alteraria visivelmente o significado proposto pelo enunciado original, além de

necessitar obrigatoriamente da inclusão do elemento *e*. Em outras palavras, não seria possível utilizar o mecanismo da correlação para manter a ideia original. Vejamos alguns exemplos:

- a) Temos não só dois braços e uma cabeça como também somos donos do mundo.
- b) Temos não só dois braços e uma cabeça mas também somos donos do mundo.
- c) Não só temos dois braços e uma cabeça como também somos donos do mundo.

Em qualquer tentativa de paráfrase da frase original proposta por Neves (2000), perderíamos a ideia de implicação que existe entre a primeira e a segunda oração. Dessa forma, defendemos o princípio geral da *não-sinonímia da forma gramatical* (cf. Goldberg, 1995). De fato, se há dois arranjos sintáticos distintos na língua, necessariamente haverá também diferenças semânticas ou pragmáticas entre eles, como temos visto nos exemplos anteriores.

Uma das propriedades mais evocadas para expressar a coordenação diz respeito ao paralelismo sintático, afinal, como dizem Soares e Campos ([19--], p. 10), “numa oração só podem coordenar-se vocábulos que têm a mesma função”. De fato, em termos canônicos, esse paralelismo precisa ser observado, principalmente para garantir coesão à estrutura coordenada. Assim, fica assegurado o mesmo estatuto formal para ambos os membros coordenados, já que nenhum deles exerce função sintática ou semântica dentro do outro. Por outro lado, como afirmam Mateus *et al.* (2003, p. 581), esse paralelismo nem sempre é observado de forma *stricto sensu*. Vejamos:

Em suma, as estruturas coordenadas requerem paralelismo entre os membros coordenados. Nos casos canônicos, esse paralelismo manifesta-se a nível categorial e em termos de relações gramaticais e semânticas. Nos casos não canônicos o paralelismo pode ser afrouxado, de dois modos diversos: (a) é possível coordenar constituintes categorialmente diversos desde que eles mantenham as mesmas relações gramaticais e semânticas; (b) alternativamente é possível estabelecer entre os membros coordenados nexos próximos das estruturas formadas por subordinação, desde que os termos coordenados mantenham paralelismo formal.

Assim, nem sempre esse paralelismo é observado. Com relação à conjunção *e*, por exemplo, Alárcon (2003, p. 6) assevera que os usos que incluem as noções de resultado, sequência e contraste são as mais frequentes quando o paralelismo é quebrado.

Na correlação ocorre o mesmo. Normalmente o paralelismo sintático é observado. Contudo, há situações em que, de fato, isso não acontece. Vejamos:

(13) Paquetá já foi, num passado recente, uma área importante não apenas para os seus moradores, mas também um lugar de atração turística, incluindo turismo local, de pessoas de baixa e média renda. – 22/09/2009

O exemplo (13) correlaciona um termo oblíquo (*para os seus moradores*) com um não-oblíquo (*um lugar de atração turística*). Assim, o paralelismo sintático é quebrado, da mesma forma como pode ocorrer também com a coordenação aditiva. O paralelismo sintático só seria mantido se o primeiro correlator (*não apenas*) fosse deslocado para outra posição, ou seja, após o adjunto adverbial (*num passado recente*). Nesse caso, teríamos o paralelismo sintático restabelecido: “Paquetá já foi, num passado recente, *não apenas* uma área importante para os seus moradores, *mas também* um lugar de atração turística, incluindo turismo local, de pessoas de baixa e média renda.”

Por fim, no plano da correlação, suspeitamos que não é comum a possibilidade de adjunção de matizes semânticos diversos à ideia prototípica de adição, tal como pode acontecer na coordenação aditiva. Em outras palavras, a correlação aditiva tenderia à verifuncionalidade.

Após termos verificado as propriedades semânticas e sintáticas do coordenador *e*, passemos agora a analisar a questão da reversibilidade de orações coordenadas, já brevemente indicada nas propriedades sintáticas do coordenador *e*.

Segundo Quirk et al. (1985, p. 920), muitas vezes os teóricos afirmam que uma importante diferença entre a subordinação e a coordenação é que, nesta última, a relação entre as duas unidades linguísticas pode ser revertida sem mudança de sentido. Contudo, isso é uma meia-verdade, visto que nem sempre isso se confirma com os dados da língua, por conta de fatores sintáticos, semânticos e/ou pragmáticos.

Assim, nos exemplos abaixo, a reversibilidade seria possível, já que não há fatores que impeçam a mudança de ordem dos termos coordenados:

(a) Maria estuda na universidade e João trabalha na fábrica.

(b) João trabalha na fábrica e Maria estuda na universidade.

Por outro lado, em vários outros casos, isso não é possível. Segundo Pezatti e Longhin-Thomazi (2008, p. 881), de uma forma geral, “espera-se que dois ou mais termos coordenados apresentem equivalência estrutural, pois é essa equivalência que faz com que os dois termos tenham reversibilidade (ou seja, permite que eles troquem de posição entre si sem provocar qualquer alteração no valor semântico final da sentença)”. Contudo, essa possibilidade de reversibilidade nem sempre se confirma, o que levou os estudiosos a advogar a existência de dois tipos de adição: a *adição simétrica* e a *adição assimétrica*.

Na *adição simétrica*, seria possível uma mudança de ordem entre os membros coordenados, sem alteração do sentido ou da gramaticalidade do todo, além da possibilidade do livre acréscimo de qualquer número de membros. Seria, portanto, um emprego caracterizado pela reversibilidade²⁹, “e mais próximo do valor verifuncional do conectivo lógico” (cf. Pezatti; Longhin-Thomazi, 2008, p. 889). Além disso, na adição simétrica, cada membro da adição é independente do que o segue e do que o precede na sentença completa. Assim, há a manutenção da integridade dos elementos ligados e, portanto, há menor probabilidade de acréscimo de significados a outros membros.

Na *adição assimétrica*, por outro lado, essa reversibilidade seria excluída. Isso faz com que o primeiro membro seja pressuposto para que o segundo membro seja interpretável. Os “casos mais comuns em que a interferência do princípio da iconicidade bloqueia a reversibilidade da conjunção são constituídos por pequenos fragmentos narrativos [...] em que cada evento de que se fala segue necessariamente o outro evento de que já se falou” (cf. Pezatti; Longhin-Thomazi, 2008, p. 893). Para Peterson (1999, p. 132), a coordenação assimétrica geralmente implica sequência temporal ou relação causal entre os elementos coordenados.

²⁹ Peterson (1999, p. 132) também aborda todas essas características apontadas por Pezatti e Longhin-Thomazi (2008), mas lembra que a reversibilidade simétrica não é uma propriedade necessária de todas as construções coordenadas, apesar de ser suficiente para a sua caracterização.

Defendemos em nossa tese que a correlação aditiva é sempre assimétrica, apesar de, em alguns casos, apresentar traços que a poderiam aproximar de uma adição simétrica. Analisemos os dois exemplos abaixo:

(14) E é óbvio que S. Exa., o Governador Sérgio Cabral, há de contar, tenho eu a certeza, também com a unanimidade do Parlamento estadual na defesa dos *royalties* do petróleo, tendo em vista os diversos impactos sofridos pelas unidades da Federação que são as produtoras, aquelas onde estão os recursos do petróleo, não apenas no pré-sal, mas também nas outras camadas do nosso mar territorial. – 09/09/2009

(15) Estamos assistindo ao Big Brother e, no momento da divulgação do resultado das apostas, o locutor diz não sei quantos milhões de ligações, não apenas por telefone, mas também via internet. – 17/02/2009

No exemplo (14), a reversibilidade dos termos correlatos não é procedente, visto que criaria uma estrutura sem coerência. A apódose contém o termo *outras camadas do nosso mar territorial*. Esse termo só pode ser alocado após um elemento anterior, visto que só podemos ter “outras camadas”, se tomamos como parâmetro um elemento precedente. Além disso, percebemos uma ideia de *crescendum*, bem típica das construções correlatas, o que seria anulado caso a alteração da ordem dos termos fosse realizada.

No exemplo (15), por outro lado, aparentemente a inversão poderia ser realizada. Afinal, em princípio, tanto é possível a construção “*não apenas por telefone, mas também via internet*” como “*não apenas via internet, mas também por telefone*”. Por outro lado, devemos destacar duas particularidades que incidem sobre essa permuta de termos. Em primeiro lugar, essa alteração, apesar de ser gramaticalmente possível, desfaz o *crescendum* argumentativo, em que o *telefone* é visto como um recurso mais utilizado para votações do *reality show* do que a *internet*, que, por sua vez, ocupa o limite de uma linha imaginária. Em segundo lugar, consideramos essa reversibilidade possível porque não alteramos os termos correlatos juntamente com seus correlatores. Se assim fosse feito, teríamos a sequência agramatical **mas também via internet não apenas por telefone*.

Com relação ao uso do *e* em construções assimétricas, certamente há algumas razões discursivas que explicam esse fenômeno. Vejamos que razões são essas, seguidas de alguns exemplos (cf. Pezatti; Longhin-Thomazi, 2008, p. 882-884):

I. Interferência de motivações icônicas - “Uma explicação possível é que (o exemplo a seguir) fere o princípio funcional de motivação icônica. A motivação icônica é um princípio pelo qual as expressões linguísticas refletem iconicamente (isto é, mediante semelhanças perceptíveis em sua forma) certas características dos objetos denotados, como no caso dos discursos narrativos, em que se espera que a ordenação dos constituintes reflita a sequência dos eventos” (Pezatti; Longhin-Thomazi, 2008, p. 882).

(a) “Quinta e terça a menina tem fonoaudiologia”.

II. Gradação semântica.

(b) “O homem está sujeito e até certo ponto escravo da lei”.

III. Razões pragmáticas – “Possibilidade de permuta fica bloqueada por razões pragmáticas – o adjetivo *linda* expressa uma avaliação do falante, por isso vem depois de *pronta*, um adjetivo mais ‘objetivo’” - (Pezatti; Longhin-Thomazi, 2008, p. 883).

(c) “Ela está pronta e linda”

IV. Interferência de relações anafóricas – (o segundo componente da conjunção contém alguma referência anafórica ao anterior, ou uma referência a um constituinte mencionado antes mesmo da coordenação) – O que determina o bloqueio da reversão da ordem de constituintes coordenados são motivações de ordem estrutural, gramatical. (Pezatti; Longhin-Thomazi, 2008, p. 883).

(d) “A traqueia e os seus ramos de bifurcação”

V. Idiomatismos – expressões prontas do léxico com alguma forma de modalização avaliativa – (Pezatti; Longhin-Thomazi, 2008, p. 884)³⁰.

³⁰ De acordo com Bosque y Demonte (2004, p. 2663), “um tipo de estrutura coordenada muito produtiva é a chamada ‘coordenação estereotipada’. Sua característica principal é que costumam ser sequências lexicalizadas e relativamente fixas, embora algumas delas permitam certa variabilidade. Dado seu caráter marcado, o princípio da composicionalidade do significado – segundo o qual o significado de uma coordenação se baseia na soma de suas partes – não resulta efetiva”. Os autores citam como exemplos: *unha e carne, como o diabo e a cruz, como o dia e a noite*.

- (e) “toda e qualquer assistência”
- (f) “pura e simplesmente”.

Quirk et al. (1985, p. 971) acrescentam a possibilidade de outros fatores interferirem na reversibilidade, ou seja, de influenciarem a fixação de uma ordem mais fixa ou, pelo menos, preferencial. Esses fatores aludidos por Quirk et al. (1985) situam-se no campo da pragmática. Vejamos alguns exemplos:

VI. O termo mais longo vem em segunda posição.

- (a) Ela é feia e ridícula.

VII. O membro mais saliente ou culturalmente dominante vem em primeiro lugar.

- (b) Nossa relação é de pai e filho.
- (c) Ofereço a você o que tenho de mais precioso: ouro e prata.

VIII. Fatores de dominância cultural, que prestigiam o sexo masculino.

- (d) Homens e mulheres, venham todos!
- (e) Meninos e meninas, estejam prontos logo!

Mateus et al. (2003, p. 554) também tratam do tema da reversibilidade, sob o rótulo de *intercomutabilidade de termos coordenados*. Segundo as autoras, essa propriedade, frequentemente apresentada como uma das características da coordenação pelas gramáticas tradicionais “repousa numa certa liberalidade de manipulação dos exemplos e na consideração de um subcaso muito restrito de estruturas coordenadas”. Sendo assim, as autoras vão contra a possibilidade de haver, inclusive, coordenações simétricas, tal como foi exposto por outros autores anteriormente.

Para Neves (2000, p. 742), nos pares correlativos do tipo *não só...mas também, não só...como também*, a reversibilidade, em princípio, é impossível, “pela pressuposição que se cria”.

Seriam construções intermediárias entre a não-correlação aditiva e a correlação comparativa. De fato, essa propriedade da reversibilidade se aplicaria apenas aos correladores negativos do tipo *não...nem* e *nem... nem*. Contudo, mesmo sendo a reversibilidade possível em termos sintáticos, acreditamos que seria produzida uma importante alteração na força pragmático-discursiva do enunciado, já que, via de regra, como já analisamos anteriormente, a correlação apresenta uma ideia de *crescendum*, que poderia ser desfeita com inversões.

Por fim, encerramos essa seção com uma questão igualmente importante, que diz respeito à interpretação coletiva ou distributiva da coordenação encetada pelo coordenador *e*. Segundo García (2004, p. 2639), quando uma oração contém um nome que denota um grupo (seja um nome plural ou uma coordenação de nomes), quase sempre se dão duas interpretações possíveis: uma coletiva e outra distributiva. Vejamos:

(a) Miguel e Maria limparam a mesa e as cadeiras.

Como vemos, o período acima é ambíguo, visto que não é possível verificarmos se a ação praticada foi coletiva ou individual. Em termos gerais, aliás, de acordo com García (2004, p. 2665), não é possível definir contextos sintáticos em que se imponha uma ou outra interpretação da conjunção aditiva. Na verdade, há apenas alguns contextos tipicamente coletivos, como (a) e (b) a seguir, em que o próprio predador abona essa interpretação:

(a) Miguel e Maria conheceram-se em 1998.

(b) O luxo e a vaidade encontraram-se na casa dos Borba.

Peres e Mória (1995, p. 376-377, grifo nosso) também abordam essa questão com outros rótulos. Para os autores, em certos casos de coordenação copulativa de estruturas nominais, “se verifica um processo algo complexo de composição dos valores semânticos das expressões coordenadas, o qual dá origem às chamadas *leituras grupais*, que contrastam com as chamadas *leituras distributivas*”.

No plano semântico, a frase “Paulo e Maria compraram um carro” é ambígua³¹, na medida em que pode significar que Paulo e Maria compraram um carro juntos ou que cada um comprou o seu carro. Assim sendo, podemos considerar que a conjunção coordenativa *e* ou está permitindo a referência a uma entidade coletiva formada a partir das entidades Paulo e Maria, entidade essa que é o comprador de um carro – leitura grupal, ou está permitindo que a propriedade de comprar um carro se aplique tanto a Paulo como a Maria, tomados independentemente um do outro – leitura distributiva.

Entre os autores estrangeiros, também há muitas pesquisas no tocante a esse assunto. Progovac (1999; 2002), por exemplo, no âmbito da língua inglesa, afirma que uma construção correlativa necessariamente envolve uma interpretação “*multiple-event*”, ou seja, deve encerrar a ideia de que há uma interpretação distributiva. Por outro lado, a coordenação poderia encerrar não só uma interpretação “*multiple-event*” mas também “*single-event*”³².

A hipótese central de Progovac (2002, p. 277) é a de que o par correlativo aditivo possui um efeito semântico preciso e consistente na estrutura do evento: a indicação de dois eventos ou estados gramaticalmente codificados. Vejamos:

- (a) Maria e Pedro vão trazer uma garrafa de vinho. → *1 evento* (“*single-event*”) ou *2 eventos* (“*multiple-event*”) - (*ambíguo*)
- (b) Tanto Maria quanto Pedro vão trazer uma garrafa de vinho. → *necessariamente 2 eventos* (“*multiple-event*”) - (*possibilidade única de análise*)

Segundo a autora, há outras situações linguísticas que abonam essa interpretação. Afinal, a sentença a seguir soa agramatical, ou pelo menos, muito pouco usual, já que os correladores obrigam a uma leitura *multiple-event*, mas o predicador, a uma leitura *single-event*. Vejamos:

- (a) * Tanto Maria quanto Pedro encontraram-se no parque.

³¹ Vale ressaltar que Peres e Mória (1995, p. 377) consideram interpretações ambíguas apenas as referências à coordenação de SNs.

³² Bosque y Demonte (2004, p. 2665-2671) defendem tese exatamente oposta, ou seja, para esses autores espanhóis, a correlação é essencialmente de interpretação distributiva, ou seja, as ações se concebem como um evento único, embora as ações não precisem ser simultâneas.

As observações de Progovac (2002) atestam a maior complexidade da correlação, haja vista o maior custo sintático e maior especificidade semântica. Além disso, a exposição da autora aponta para uma importante diferença de ordem semântica entre a coordenação e a correlação.

A coordenação aditiva seria mais econômica, por isso mais geral (poderia expressar tanto um evento único quanto um evento múltiplo). Por outro lado, na correlação, o uso de um marcador conjuncional extra evidenciaria iconicamente a possibilidade também de um evento múltiplo. Aliás, isso é ainda mais transparente em língua inglesa, já que a partícula *both*, que significa *ambos*, que é utilizada na correlação aditiva.

Aliás, em muitas línguas, o equivalente ao par *both...and* é expresso por meio da repetição de uma conjunção primária, como é o *e*, em língua portuguesa, o que revela um alto grau de iconicidade. Vejamos:

(a) Jean connait (et) Paul et Michel – *français*.

(a') Jean conhece tanto Paulo quanto Michel.

(b) Sono arrivati (e) Anna e Roberto. – *italiano*.

(b') Tanto Ana quanto Roberto chegaram.

(c) (I) Marija i Milan donose vino – *servo-croata*.

(c') Tanto Maria quanto Milan vão trazer vinho.

A iconicidade manifestada entre o número de marcadores conjuncionais e a leitura *multiple-event* encontra maior resistência teórica quando analisamos outros fenômenos morfossintáticos igualmente icônicos em outras línguas do mundo. Assim, na língua agta, a reduplicação é o mecanismo utilizado para a formação do plural – por exemplo, *ulu* significa 'cabeça', e *ululu* 'cabeças'; *takki* significa 'perna', e *taktakki* 'pernas'. (cf. Progovac, 1999, p. 145)

A língua turca também explora a reduplicação para fins morfossintáticos. Porém, diferentemente da língua agta, utiliza-a para processos de intensificação. Por exemplo, *gyzel* significa 'lindamente', e *gyzel gyzel* significa 'muito lindamente'; *iji* significa 'bem', e *iji iji*

‘muito bem’ (cf. Progovac, 1999, p. 145). Dessa forma, tanto em agta quanto em turco, podemos afirmar que operam mecanismos icônicos na expressão da codificação morfossintática.

Assim, concluimos nossa exposição quanto às construções aditivas e às propriedades gerais do conectivo *e*. Toda análise empreendida até o momento nos permitiu também cotejar as propriedades gerais da coordenação aditiva com a correlação aditiva. As observações feitas, sem dúvida, já nos permitem entrever a distinção necessária existente entre ambos os processos, que não podem ser reduzidos a um mesmo fenômeno.

3 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

De acordo com a perspectiva funcionalista, a gramática de uma língua natural não é totalmente estática ou acabada. Ao mesmo tempo em que constatamos parâmetros mais rígidos, também encontramos tantos outros fluidos e maleáveis. Assim, coexistem aspectos estáticos com aspectos dinâmicos na estrutura das línguas.

Partimos da premissa de que novas construções gramaticais emergem para suprir novas necessidades discursivas e passam a suprir lacunas nos paradigmas gramaticais e no universo dos conceitos mais abstratos. Essas perquirições são agasalhadas pelo que chamamos *funcionalismo linguístico*, que vem travando um diálogo cada vez mais profícuo com a gramática das construções e a teoria dos gêneros.

De certa forma, a gramática deve ser vista como o produto instável (gramática emergente, cf. Hopper, 1991) ou ainda como um sistema de regularidades decorrentes das pressões de uso, que estão ligadas a diversos interesses e necessidades comunicativas e pragmáticas. Inicialmente as inovações possuem caráter *ad hoc*, por meio de um discurso individual, e progressivamente podem ser adotadas por outros, produzindo expansão e regularização de uso (cf. Traugott, 2008a, p. 1).

Por *uso*, termo tão caro ao funcionalismo de vertente norte-americana, entendemos não só o registro da modalidade falada, como tradicionalmente se preferiu nas primeiras pesquisas de base funcionalista, mas também as fontes escritas, tanto em variedade padrão como não-padrão. Mesmo as intuições do analista modernamente podem ser levadas em consideração em uma análise tipicamente funcionalista. (cf. Oliveira; Votre, 2009, p. 105)

De acordo com Oliveira e Votre (2009, p. 99), os conceitos de *discurso* e *gramática* sofreram algumas alterações desde quando começaram a ser utilizados no âmbito do funcionalismo linguístico de vertente norte-americana. Modernamente, o termo *discurso* faz referência “às estratégias criativas dos usuários na organização de sua produção linguística, aos modos individuais com que cada membro da comunidade elabora suas formas de expressão”. Por outro lado, o termo *gramática* é concebido como o “conjunto das regularidades linguísticas, como o modo ritualizado ou comunitário do uso”. Dessa forma, as ideias de liberdade e autonomia são atreladas ao discurso; as noções de sistematização e regularização, por sua vez, são ligadas à noção de gramática.

Diversas questões ainda se colocam no terreno das pesquisas linguísticas, entre elas, “questiona-se se a regularidade da gramática emergiria diretamente de um suposto *caos* discursivo, no qual os usuários, livres e autônomos, elaboram sua expressão para os distintos propósitos e situações cotidianas” (Oliveira; Votre, 2009, p. 103). Se assim o for, ainda perguntam os autores: “o que molda e como se organiza esta instância maior? Ao plano discursivo pertence somente a criatividade, a potencialidade e a individualidade dos usos?” Sem dúvida, muitas questões ainda estão por serem respondidas.

Entretanto, por ora, podemos conceber as noções de *discurso* e *gramática*, como noções imbricadas, fortemente unidas por uma ligação de caráter simbiótico:

[...] ganha relevo a vinculação entre discurso e gramática, na defesa de que fatores de natureza pragmático-comunicativa não só podem ser responsáveis pela regularização gramatical, como também atuam na seleção e na organização daquilo que a própria gramática atualiza. Em outros termos, uma vez sistematizados, os constituintes gramaticais são usados conforme as condições interacionais, são dependentes de fatores que marcam as práticas envolvidas no uso. (Oliveira; Votre, 2009).

Após termos fixados os conceitos de *uso*, *discurso* e *gramática*, que são basilares na teoria funcionalista, podemos acrescentar que constituem as bases teóricas desse trabalho, além do paradigma da gramaticalização, os princípios de Hopper, Haiman, Heine e Lehmann, e também a gramática das construções e a teoria dos gêneros. De certa forma, todos esses aspectos relacionam-se intimamente com uma gramática funcional, embasando-a ou tomando-a como auxiliar nos trabalhos de descrição das línguas naturais.

Cada vez mais o funcionalismo de vertente norte-americana tem proposto pontes com a gramática das construções, de inspiração cognitivista. Essa parceria tem possibilitado um olhar ainda mais crítico e uma análise ainda mais aprofundada para os fenômenos linguísticos. Assim, esse importante aporte teórico será utilizado em nossa pesquisa. Porém, inicialmente, analisemos um pouco mais o paradigma da gramaticalização e suas relações com a integração oracional.

3.1 GRAMATICALIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO ORACIONAL

A gramaticalização está no cerne dos estudos funcionalistas de vertente norte-americana. Para que possamos abordá-la adequadamente, é necessário precisá-la em termos conceituais, visto que há diversos pontos de vista e concepções até mesmo divergentes entre si.

Em primeiro lugar, concordarmos com Haspelmath (2002), quanto ao estatuto teórico da gramaticalização. Segundo o autor, não costuma fazer parte dos interesses dos linguistas defensores da gramaticalização defender o estatuto de teoria para esse processo de mudança. Os termos *teoria*, *fenômeno* ou *paradigma* são frequentemente tomados de forma intercambiável, conforme também o faremos em nossa pesquisa. Não queremos dizer que de fato o sejam, mas para nossos propósitos, essa diferenciação não é de maior importância.

Segundo Poggio (2003, p. 59), a gramaticalização tem aparecido intimamente relacionada com outros nomes. Alguns autores costumam associar o termo *gramaticalização* a uma perspectiva histórica, e *gramaticização* a uma perspectiva sincrônica da mudança contínua de categorias e significados. Há, contudo, vários outros termos intercambiáveis ou não, que são os seguintes: *gramatização*, *apagamento semântico*, *condensação*, *enfraquecimento semântico*, *morfologização*, *reanálise*, *redução*, *sintaticização etc.*

Conforme afirmou Rosário (2007b), é necessário que tenhamos bastante prudência, já que tais termos nem sempre são sinônimos de gramaticalização. Muitas vezes expressam uma de suas características sintáticas ou semânticas, ou ainda tomam o fenômeno sob outra perspectiva ou estágio.

Heine et al. (1991, p. 3) fornecem-nos uma das mais clássicas definições para gramaticalização, que foi apresentada primeiramente por Jerzy Kurylowicz ([1965] 1975): “A gramaticalização consiste no aumento do percurso de um morfema que avança do léxico para a gramática ou de um estado menos gramatical para um estado mais gramatical.”³³.

A perspectiva adotada por Kurylowicz aproxima-se da do grupo que estudava os processos de gramaticalização a partir das relações entre o léxico e a gramática. Os processos de mudança estavam restritos a esses dois domínios.

³³ “Grammaticalization consists in the increase of the range of a morpheme advancing from a lexical to a grammatical or from a less grammatical to a more grammatical status”

Atualmente, a concepção de gramaticalização alargou-se, deslocando o foco do item linguístico para a construção que o instancia. Dessa forma, operou-se uma reorientação nos estudos funcionalistas, cujo objetivo é focalizar a emergência, o uso e os processos de mudança das construções gramaticais (cf. Bybee, 2010, p. 57), que serão mais bem definidas na próxima seção desta tese.

Heine e Kuteva (2007, p. 32) defendem que o desenvolvimento de formas gramaticais não é independente do das construções às quais elas pertencem. A esses autores filiam-se outros pesquisadores funcionalistas e ao cognitivistas. Dessa forma, os estudos de gramaticalização atualmente costumam ser indissociáveis do estudo das construções e de segmentos discursivos mais amplos.

Um traço bastante regular das diversas concepções de *gramaticalização* reside no fato de grande parte dos autores a considerarem como um processo essencialmente diacrônico. De fato, até 1970, a gramaticalização foi vista como parte da linguística diacrônica, como um meio de análise da evolução linguística, de reconstrução da história de uma dada língua ou de um grupo de línguas. Ainda nessa linha de pensamento, vejamos a definição de gramaticalização apresentada por Traugott e König *apud* Heine et al. (1991, p. 4):

A gramaticalização refere-se principalmente a um processo histórico unidirecional e dinâmico por meio do qual itens lexicais, com o passar do tempo, adquirem um novo *status* como formas gramaticais ou morfossintáticas, e no processo começam a codificar relações que ou não foram codificadas antes ou foram codificadas diferentemente³⁴.

A definição anteriormente apresentada acrescenta novos elementos à de Kurylowicz. De acordo com Traugott e König, a gramaticalização é um processo histórico de mudança unidirecional, ou seja, as mudanças linguísticas no escopo da gramaticalização ocorreriam em um *continuum*, do “menos gramatical” para o “mais gramatical” e não vice-versa.

Heine et al. (1991, p. 4 e 11) tratam dessa questão sob outro viés. Para eles, existe a possibilidade de se conceber a gramaticalização também como um processo sincrônico. Vejamos:

³⁴ “Grammaticalization refers primarily to the dynamic, unidirectional historical process whereby lexical items in the course of time acquire a new status as grammatical, morphosyntactic forms, and in the process come to code relations that either were not coded before or were coded differently”.

Um dos méritos principais dos estudos de gramaticalização após 1970 foi a atenção dada ao potencial que eles oferecem como um parâmetro explicativo para entender a gramática sincrônica. O descontentamento com modelos existentes de descrição gramatical funcionou como o incentivo principal para transformar a gramaticalização como um meio de sobrepujar as abordagens estáticas de análise gramatical, em particular o estruturalismo e a gramática gerativa-transformacional³⁵.

Hopper e Traugott (1997, p. 2) também estabelecem uma distinção entre gramaticalização sincrônica e gramaticalização diacrônica. A perspectiva diacrônica (ou histórica) investiga as fontes das formas gramaticais e os típicos caminhos de mudança que os afetam. A partir dessa perspectiva, a gramaticalização é conhecida como um conjunto de mudanças linguísticas através das quais um item lexical, em certos usos, torna-se mais gramatical. A perspectiva sincrônica, por sua vez, vê a gramaticalização como primariamente um fenômeno sintático, discursivo-pragmático, a ser estudado do ponto de vista de modelos fluidos de uso linguístico.

Em bases mais modernas, de acordo com orientação de Traugott (2008b), que intersecciona princípios funcionalistas com princípios da gramática construcional, a gramaticalização pode ser assim definida:

“Mudança pela qual, em certos contextos linguísticos, os falantes usam partes de uma construção com uma função gramatical. Ao longo do tempo, a construção gramatical resultante pode continuar a receber novas funções gramaticais³⁶”

Os estudos em gramaticalização, portanto, oferecem uma explicação plausível que dá conta de como e por que as categorias gramaticais surgem e se desenvolvem ao longo do tempo. Sua principal motivação é a necessidade de a comunicação ser adequadamente efetuada. Para alcançar esse objetivo, uma estratégia humana altamente utilizada e comprovada cientificamente

³⁵ “One of the main merits of grammaticalization studies after 1970 was that attention was drawn to the potential they offer as an explanatory parameter for understanding synchronic grammar. Dissatisfaction with existing models of grammatical description provided a major incentive for turning to grammaticalization as a means of surmounting ‘static’ approaches for analyzing grammar, in particular structuralism and generative transformational grammar.”

³⁶ “The change whereby in certain linguistic contexts speakers use parts of a construction with a grammatical function. Over time the resulting grammatical construction may continue to be assigned new grammatical functions”.

consiste na utilização de formas linguísticas concretas para a expressão de sentidos mais abstratos, menos facilmente acessíveis.

Essas informações são fundamentais para a compreensão do fenômeno da correlação aditiva. Afinal, por que haveria, na língua, outra estratégia para adição de sintagmas e orações (correlação aditiva), se já existe uma anterior, aparentemente semelhante, ou seja, a coordenação aditiva?

Segundo Fried (2008, p. 25), isso ocorre porque a força dos fatores externos à língua motivam mudanças na compreensão dos falantes e também os incita à busca de formas mais expressivas, que carregam novas nuances semânticas e pragmáticas. Dessa forma, não se criam construções totalmente sinônimas ou iguais à anteriormente criadas, mas outras que sejam mais adequadas a determinadas situações comunicativas.

Traugott (no prelo, p. 1-2) apresenta uma perspectiva um pouco mais abrangente para essa questão. Para a autora, na verdade, com referência à gramaticalização de novas formas, agem fatores internos e externos. Para ela, as motivações podem ser cognitivas, experienciais, perceptuais etc.

Com relação aos fatores externos, a negociação *on-line* de sentidos, a partir de um chão comum (*common ground*), põe em cena formas em competição. Quando ocorre essa negociação de significados, também se cria muitas vezes um contexto de ambiguidade pragmática (cf. Traugott, 2008a, p. 3), o que acarreta os chamados processos de subjetivização³⁷ e intersubjetivização, que estão a serviço de uma maior expressividade para o discurso. Esse fenômeno explicaria o porquê de haver duas construções na língua com funções aparentemente iguais: a coordenação aditiva e a correlação aditiva, por exemplo.

De acordo com Cuenca e Hilferty (1999, p. 162-163), a mudança linguística pode ser atribuída a alguma implicação do emissor (atitudes, valores etc.) na forma linguística ou no enunciado, ou seja, o fenômeno da subjetivização faria com que expressões linguísticas se enriquecessem pragmaticamente.

A subjetivização se ativa por meio de processos de ordem metonímica. Surge na tensão entre a tendência do emissor de não dizer mais o que o necessário (princípio da economia) e a do receptor a selecionar a interpretação mais informativa do que se diz, a mais relevante.

³⁷ De acordo com Traugott e Dasher (2002, p. 19), o conceito de subjetividade foi citado nos trabalhos de Bréal já em 1964. Portanto, não é algo totalmente novo na linguística de inspiração funcionalista.

Essa tensão entre necessidades comunicativas aparentemente opostas leva os falantes à intenção de serem cada vez mais específicos por meio da codificação gramatical. Esse processo, que não possui poucos pontos em comum com a hipótese da gramática emergente, conduz a um verdadeiro reforço de informatividade (cf. Cuenca; Hilferty, 1999, p. 169), baseado em um processo metonímico de caráter inferencial.

A subjetivização pode ser definida como a semanticização de significados baseados no falante, gradualmente abstratos, pragmáticos e interpessoais (Cacoullos; Schwenter, 2010, p. 1). Aliás, para Traugott e Dasher (2002, p. 7), a subjetivização é o principal mecanismo de mudança semântica de que se tem conhecimento.

Em se tratando de discursos políticos, a força da subjetivização atua ainda em maior medida, visto que há um forte apelo por graus cada vez maiores de expressividade. Essa necessidade discursiva pode funcionar como um verdadeiro motor para o aparecimento de novas formas na língua.

Igualmente importante é o conceito de intersubjetivização, que é justamente a utilização de recursos linguísticos para atuação sobre o interlocutor, com vistas à sua adesão ou anuência ao que é assertado. Nesse caso, desloca-se o foco apenas do locutor para ambos os interlocutores no discurso.

Outro aspecto bastante relevante em relação à gramaticalização diz respeito à natureza da mudança. Este, certamente, é um dos aspectos mais controvertidos desse fenômeno. De acordo com muitos autores, as mudanças observadas ao longo dos processos de gramaticalização não costumam ocorrer de forma abrupta. Ao contrário, a mudança de um estágio para outro pode levar séculos e isso, como veremos por meio dos princípios de Hopper (1991), não significa a exclusão da forma mais antiga. Pelo menos por algum tempo, tanto a forma mais antiga quanto a mais inovadora permanecem na língua em competição. Vejamos:

Básico para o trabalho em gramaticalização é o conceito de '*cline*' [...] Do ponto de vista da mudança, as formas não mudam abruptamente de uma categoria para outra, mas passam por uma série de transições graduais, transições que tendem a ser semelhantes em outros idiomas.³⁸ (Hopper; Traugott, 1997, p. 6)

³⁸ “Basic to work on grammaticalization is the concept of a ‘cline’ (...) From the point of view of change, forms do not shift abruptly from one category to another, but go through a series of gradual transitions, transitions that tend to be similar in type across languages”.

Como a mudança costuma ser gradual e lenta, não podemos falar em categorias discretas. De fato, a gramaticalização não é operada por meio de realidades estanques, mas podemos afirmar, baseados na teoria dos protótipos, que uma dada categoria vai afastando-se do seu núcleo conceptual e vai gradativamente aproximando-se de outro.

Entre as várias vantagens da teoria dos protótipos, devemos sublinhar a possibilidade de inclusão de dados não-prototípicos, antes deixados à margem por abordagens de cunho aristotélico. Os casos ambíguos e de difícil classificação não ficam marginalizados nessa abordagem. Ao contrário, também os membros periféricos podem ser associados às diversas categorias. A teoria dos protótipos, assim, reconhece um gradiente entre os membros de uma dada categoria.

A noção de protótipo encontrou amplo espaço para se desenvolver no âmbito dos estudos de gramaticalização, conforme propõem Hopper e Traugott (1997, p. 25), visto que esse processo caracteriza-se justamente pela fluidez no *continuum* categorial: “Temos visto que a gramaticalização apresenta um desafio para abordagens de língua que assumem categorias discretas embutidas em sistemas fixos, estáveis.”³⁹

Decerto, parece ser mais conveniente estabelecermos a pertença de um elemento a uma categoria a partir de um grau de similitude com o protótipo, entendido como o exemplar que melhor se reconhece, o mais representativo e distintivo de um grupo, posto que é o que compartilha mais características com o resto dos membros da categoria e menos com os membros de outras categorias.

Assim, nosso ponto de vista aponta para uma concepção de categorias gramaticais como entidades difusas, e não como compartimentos estanques claramente definidos e delimitados. Afinal, as categorias que podem ser definidas por condições necessárias e suficientes não são mais do que um grupo, muito reduzido, das categorias existentes. (cf. Cuenca; Hilferty, 1999, p. 35).

Outra questão merece destaque. Heine et al. (1991, p. 17) observaram importantes características do processo de gramaticalização. A primeira dessas características diz respeito ao

³⁹ “We have seen that grammaticalization presents a challenge to approaches to language which assume discrete categories embedded in fixed, stable systems”.

processo de *generalização* ou *enfraquecimento do conteúdo semântico*, que deve ser entendido de duas formas: por um lado, um morfema mais utilizado acaba tendo uma maior distribuição, já que é usado em um maior número de contextos; por outro lado, ele tende a ser mais geral porque perde determinadas características específicas de significado. Assim, frequência e gramaticalização, segundo a visão de tais autoras, estão intimamente ligadas.

Por outro lado, devemos frisar que não são apenas as questões referentes à frequência que determinam o processo de gramaticalização. Os fatores, segundo Heine et al. (1991, p. 23), são de várias ordens e requerem, ainda, um estudo mais pormenorizado. Vejamos:

A gramaticalização pode ser influenciada por vários fatores, como nossa configuração física, nosso aparato neurofisiológico, nosso ambiente sociocultural, o contexto no qual nós agimos, o contato linguístico, a interferência entre a forma escrita e a forma falada de uma determinada língua, os desenvolvimentos tipológicos globais, etc.⁴⁰

A esses fatores supracitados, devemos acrescentar as investigações de base cognitiva, cujos estudos modernamente as inserem nas pesquisas sobre gramaticalização com mais intensidade. Assim, podemos dizer com Cunha, Oliveira e Martelotta (2003, p. 59), que o motor da gramaticalização baseia-se em fatores de ordem cognitiva, sociocultural e comunicativa.

Com relação a esses aspectos, Poggio (2003, p. 24) acrescenta uma informação, relacionada à cognição humana:

Os caminhos que os elementos gramaticais das línguas percorrem no tempo refletem as crenças e os processos de raciocínio da ‘mente coletiva’ dos grupos linguísticos que as usam, como também os padrões de discurso pertinentes às interações linguísticas entre membros de um grupo. Segundo S. Svorou (1993), quaisquer semelhanças observadas na comparação dos percursos de mudança de morfemas linguísticos espaciais interlinguais refletiriam não apenas a natureza de uma língua humana, nem somente a natureza de uma cultura, mas a natureza da cognição humana, como se manifesta acima e além de línguas e culturas específicas.

⁴⁰ “Grammaticalization may be influenced by various factors, such as our physical configuration, our neurophysiological apparatus, our sociocultural environment, the context in which we act, language contact, interference between the written and the spoken form of a given language, overall typological developments, etc.”

Como já afirmamos, modernamente, há um movimento cada vez mais forte de se estudar a gramaticalização pelo prisma das construções sintáticas, ou seja, há um deslocamento teórico e empírico que volta o olhar para segmentos mais amplos de análise. Assim, é sob essa perspectiva que nosso trabalho se constrói, haja vista a definição de gramaticalização com a qual trabalhamos (cf. Traugott, 2008b), já descrita e aqui novamente repetida: *“mudança pela qual, em certos contextos linguísticos, os falantes usam partes de uma construção com uma função gramatical. Ao longo do tempo, a construção gramatical resultante pode continuar a receber novas funções gramaticais”*

Segundo Gonçalves et al. (2007, p. 27), resumidamente, e numa escala evolutiva dos estudos de gramaticalização, há:

- (i) a versão de Meillet, que concebe a gramaticalização como a passagem do [lexical] > [gramatical]
- (ii) a oferecida por Kurilowicz, que adiciona ao *cline* de Meillet a passagem do [- gramatical] > [+ gramatical].
- (iii) as versões dos estudos atuais: [qualquer material linguístico] > [+ gramatical].

Assim, atualmente é mais acertado considerarmos a gramaticalização um fenômeno sintático, discursivo-pragmático, que deve ser estudado do ponto de vista de modelos fluidos de língua (cf. Traugott; Heine, 1991, p. 1). Essa perspectiva está no bojo do que denominamos *gramaticalização de cláusulas*.

Hopper e Traugott (1997) afirmam que do ponto de vista da mudança linguística, a formação inicial de uma oração complexa envolve a combinação de dois núcleos separados e autônomos mutuamente relevantes em uma estrutura mais integrada.

A gramaticalização de orações/construções, segundo Traugott (2008a), tem sido um assunto investigado por vários pesquisadores no conjunto dos trabalhos funcionalistas. Vejamos algumas referências a esse movimento:

A gramaticalização não envolve apenas uma palavra ou morfema... mas toda a construção formada pelas relações sintagmáticas do elemento em questão⁴¹. (Lehmann, 1992, p. 406 *apud* Traugott, 2008a)

É a construção inteira, e não simplesmente o significado lexical da base, que é o precursor e, por esta razão, a fonte do significado gramatical⁴². (Bybee; Perkins; Pagliuca, 1994, p. 11 *apud* Traugott, 2008a)

Segundo Hopper e Traugott (1997), “todas as línguas têm dispositivos para interligar as cláusulas no que chamamos de períodos complexos”. Entretanto, esses mecanismos de ligação intersentencial, de acordo com os autores, diferem radicalmente de uma língua para outra, desde construções justapostas razoavelmente independentes até construções retóricas dependentes e complexas.

Trazendo raízes dos primeiros trabalhos de Givón (1979), Hopper e Traugott (1997) advogam a possibilidade de inclusão das combinações oracionais no bojo dos estudos de gramaticalização⁴³: “Se a gramaticalização for definida amplamente de forma a abranger as motivações e desenvolvimento das estruturas gramaticais em geral, então os processos de combinação de cláusulas claramente se enquadram no seu domínio, como Givón sugeriu”. (Hopper; Traugott, 1997, p. 168).

Segundo Heine et al. (1991, p. 20), tanto a coordenação quanto a subordinação gramaticais teriam se desenvolvido a partir de estruturas discursivas que se convencionalizaram. Por isso, a combinação de orações pode ser interpretada como uma gramaticalização da organização retórica do discurso. (cf. Matthiessen; Thompson, 1988, p. 286). Afinal, as relações entre as orações são as mesmas que se estabelecem entre as partes de um texto.

Os autores acrescentam que a tendência à proposição de uma forte distinção entre os clássicos processos de subordinação e coordenação advém, em parte, de evidências de estudos da modalidade escrita de línguas indo-europeias. Ao contrário, seria mais acertado afirmarmos que

⁴¹ “Grammaticalization does not merely seize a word or morpheme... but the whole construction formed by the syntagmatic relations of the element in question”.

⁴² “It is the entire construction, and not simply the lexical meaning of the stem, which is the precursor, and hence the source, of the grammatical meaning”.

⁴³ Traugott e Heine (1991, p. 3-4) afirmam que nem todo caso de mudança pode ser considerado um caso de gramaticalização. Segundo os autores, a gramaticalização envolve necessariamente sintaticização em estágios primários, e aumento na perda da independência morfossintática em estágios mais avançados, levando a entidade linguística ao zero, isto é, grande morfologização e fonologização.

os períodos compostos hierarquizam-se de variadas formas, o que pode ser simplificado por meio de um declive com, pelo menos, três “pontos de aglomeração”. Assim, Hopper e Traugott (1997, p. 170) advogam a existência dos seguintes processos:

- 1) **Parataxe** ou independência relativa. Pode apresentar orações justapostas ou coordenadas. As primeiras se caracterizam pela adjacência de dois ou mais núcleos expressos em um único contorno entonacional sem o uso de elementos conectores. Já as coordenadas diferem das primeiras pelo fato de virem ligadas formalmente por um conectivo.
- 2) **Hipotaxe**, em que há um núcleo, e uma ou mais orações que não podem ficar sozinhas e que são, por conseguinte, relativamente dependentes. Incluem as orações relativas apositivas e as adverbiais da gramática tradicional.
- 3) **Subordinação**, ou, em sua forma extrema, encaixamento; em outras palavras, dependência completa, em que uma margem está completamente incluída no constituinte de um núcleo. Abrangem as orações completivas e as relativas restritivas.

A parataxe, segundo os autores, é menos integrada que a hipotaxe, que por sua vez, é menos integrada que a subordinação. Nos termos de Givón (1979), a maior integração semântica ou pragmática acarreta também maior integração sintática. Assim, a estruturação sintática estaria imbricada com a significação veiculada pelas sentenças da língua.

De acordo com Gonçalves et al. (2007, p. 134), “a integração sintática entre duas orações é explicada pelo subprincípio da proximidade, que, direcionado para os processos de combinação de sentenças, estipula que tal integração decorreria de uma vinculação semântica entre os dois eventos codificados pelas orações articuladas”.

Dessa forma, há um certo isomorfismo entre integração sintática e integração semântica, já que “integração pode ser entendida como uma incorporação ou fusão de elementos morfossintáticos e semânticos de duas orações” (cf. Gonçalves et al., 2007, p. 134). Assim, o conceito de *(in)dependência*, preconizado pelas gramáticas tradicionais, cede lugar ao de *integração*. Givón (1990, p. 826) asserta:

Primeiramente, nenhuma oração é totalmente independente de seu contexto imediato - em discurso conexo, coerente. Por conseguinte, os fios de coerência do discurso sempre requerem alguns acompanhamentos gramaticais, que poderiam ser interpretados justamente como dependência sintática. Em segundo lugar, a distinção absoluta entre orações subordinadas ('dependentes') e coordenadas ('independentes') funciona apenas dentro de trabalhos rigidamente tipológicos⁴⁴.

O critério da (in)dependência, portanto, precisa ser refinado a partir de outras bases, porque sempre há conexão da oração com a situação discursiva, com o contexto precedente ou com o conhecimento de mundo dos falantes. Em outras palavras, há dependência pelo menos semântico-pragmática, em maior ou menor grau. Seria mais acertado falarmos, portanto, em graus de dependência e integração, em vez de adotarmos posturas rígidas de categorização.

Valendo-se da combinação dos traços [dependência] e [encaixamento], Hopper e Traugott (1997, p. 170) propõem o seguinte *continuum*:

Quadro 5 – Dependência e encaixamento

	Parataxe	> Hipotaxe	> Subordinação
[Dependência]	-	+	+
[Encaixamento]	-	-	+

Apesar de Hopper e Traugott (1997) apresentarem um trabalho de grande profundidade teórica, parecem não ter contemplado as construções correlativas oracionais, tal como as conhecemos em português. Afinal, ao proporem os três pontos do declive (parataxe, hipotaxe e subordinação), os autores deixaram de fazer menção a estruturas interdependentes, como são as orações correlatas. A mesma lacuna encontra-se em outro gradiente proposto pelos autores (1997, p. 171):

⁴⁴ “First, no clause is totally independent of its immediate clausal context – in connected, coherent discourse. Consequently, the strands of discourse coherence always entail some grammatical concomitants, which one could rightly interpret them as syntactic dependency. Second, the absolute distinction between subordinate (‘dependent’) and coordinate (‘independent’) clauses works only within rigidly prescribed typological bounds”.

Quadro 6 - Propriedades relevantes para o *cline* da combinação de orações

Parataxe (independência)	Hipotaxe (interdependência)	Subordinação (dependência)
núcleo		margem
integração mínima		integração máxima
máxima combinação explícita		mínima combinação explícita

Nossa proposta, entre outras questões, visa a investigar a relevância de considerarmos a correlação como outro “ponto de aglomeração” do *cline* proposto por Hopper e Traugott (1997). É importante frisar, desde já, que nossa proposta justifica-se por uma perspectiva de base prototípica, ou seja, a existência de um quarto ponto no *continuum* dos processos de ligação intersentencial não significa assumirmos uma postura tradicional de considerarmos a correlação como um processo estanque dos demais, seguindo uma visão aristotélica.

As orações correlatas apresentam características bem diferentes das tradicionais subordinadas e coordenadas. Lehmann (1985, p.183-184), que traça um amplo estudo sobre a tipologia de orações em diversas línguas do mundo, apresenta uma hierarquia de integração de orações, que inclui as correlatas. Essa hierarquia pode ser esquematizada com o seguinte gradiente:

PARATAXE → DÍPTICO CORRELATIVO → HIPOTAXE → COSUBORDINAÇÃO → ENCAIXAMENTO⁴⁵

Lehmann (1985) é um dos únicos autores considerados funcionalistas a agasalhar as chamadas orações correlatas no *continuum* de integração de orações. Para o autor, elas se situam entre a parataxe e a hipotaxe, e não podem ser encaixadas, conforme também asseverou

⁴⁵ Segundo Hopper e Traugott (1997, p. 193), “nós deveríamos assumir que o encaixamento não é necessariamente um ponto final no processo de relativização”. Afinal, relativas hipotáticas, por exemplo, já existiam nas línguas indo-arianas.

Rodrigues (2007). O problema, contudo, é que não são tecidos comentários ulteriores sobre o fenômeno em destaque.

Módolo (2008, p. 1093), ao pesquisar a ligação de orações correlatas, também afirmou tese semelhante à de Lehmann (1985). Vejamos:

Dentro do princípio do contínuo de propriedades, a correlação conjuncional está em uma posição intermediária, que se dispõe no intervalo de duas categorias tidas como prototípicas, ou seja, a coordenação e a subordinação. Assim, a correlação possui traços tanto da coordenação como da subordinação.

Barreto (1992, p. 291), também baseada na teoria funcionalista, criou um quadro de matrizes, que estabeleceu alguns critérios que diferenciam a coordenação da subordinação, após longo exame das diversas conjunções e demais conectivos que as instanciam.

A abordagem da autora configura uma proposta de aplicação dos pressupostos teóricos funcionalistas relativos à integração de orações. Segundo Barreto, o *continuum* de ligação intersentencial pode ser definido a partir de seis diferentes níveis, que vão de [+ coordenação] a [+ subordinação], passando por quatro níveis intermediários. Vejamos esquematicamente a proposta da autora:

Quadro 7 – Traços da coordenação e da subordinação, segundo Barreto (1992)

TRAÇOS	+ Coord	+ Coord - Sub	+ Sub - Coord			+ Sub
			1	2	3	
1. Posição interfrástica	+	+	+	+	+	+
2. Posição intrafrástica	+	-	-	-	-	-
3. Emprego pós-encadeador	-	+	+	+	+	-
4. Modo indicativo	+	+	+	+	+	+
5. Modo subjuntivo	-	-	-	-	+	+
6. Permissão de elipse	+	+	-	-	-	-
7. Emprego como encadeador	+	-	+	-	-	-
8. Introdutor de S completiva	-	-	-	-	-	+

Com base em tais matrizes e na exposição teórica da autora, podemos assim caracterizar cada ponto:

- [+ coordenação]

- * Conjunções aditivas, disjuntiva *ou*, adversativa *mas* e **correlações aditivas** e disjuntivas.

- [+ coordenação – subordinação]

- * Conjunções comparativas e correlações comparativas e modais.

- [+ subordinação – coordenação] – tipo 1

- * Conjunções explicativas e causais.

- [+ subordinação – coordenação] – tipo 2

- * Conjunções adversativas e conclusivas

- [+ subordinação – coordenação] – tipo 3

- * Conjunções concessivas, condicionais, modais, finais, temporais e correlações consecutivas.

- [+ subordinação]

- * Conjunções integrantes.

A autora observa que tais matrizes não intentam englobar todas as conjunções possíveis, afinal, há características específicas de apenas determinados itens conjuncionais. Isso justificaria algumas exceções. Além disso, Barreto (1992, p. 312) afirma não haver distinção, em termos sintáticos, entre a coordenação aditiva e a correlação aditiva. Talvez a autora assevere isso em função dos traços por ela analisados, ou seja, os que constituem o quadro anterior.

Outro ponto que nos chama a atenção é a visão de Barreto (1992), em linhas gerais, quanto ao processo de correlação. Para a autora, a correlação aditiva e a correlação disjuntiva ocupariam o ponto de [+coordenação]; por outro lado, as correlações comparativas e modais ocupariam, por sua vez, o ponto mais à direita de [+coordenação –subordinação]. Essa constatação já seria suficiente para analisarmos a correlação não como fenômeno único, tal como

fazem Lehmann (1985) e Módolo (2004), mas como um processo enearizável, visto que as construções correlativas podem ocupar diferentes lugares em um *continuum* de ligação de orações.

Outra proposta que busca um *continuum* entre coordenação e subordinação foi formulada por Abreu (1997). Segundo o autor, os processos de ligação de orações estabelecem relações e atividades de construção textual realizadas por interlocutores por ocasião do processamento do texto, quer escrito, quer falado.

Por meio do uso de seis propriedades propostas por Haiman e Thompson, Abreu (1997) analisa as diversas orações da gramática da língua portuguesa em busca de um *continuum* de integração, tal como fez Barreto (1992). Entretanto, o autor utiliza diferentes parâmetros. Vejamos:

1. Identidade de tempo e/ou sujeito.
2. Redução de uma das orações por elipse ou “*opposition loss*”⁴⁶
3. Incorporação marcada gramaticalmente de uma das orações.
4. Ligação entonacional.
5. Uma oração estar dentro do escopo de outra oração.
6. Ausência de iconicidade.

Após aplicação dos seis parâmetros anteriores, sob a perspectiva da teoria dos protótipos, Abreu (1997) traça um *continuum* com seis escalas. A proposta de Abreu (1997) apresenta vantagens sobre a de Barreto (1992), uma vez que o autor engloba, em sua análise, também as orações adjetivas (ou relativas). Eis as escalas:

⁴⁶ *Opposition loss* significa a perda do tempo finito.

Quadro 8 – Graus de integração de orações, segundo Abreu (1997).⁴⁷

ESCALA	Tipo de oração	Identidade de tempo e/ou sujeito	Possibilidade de redução	Incorporação marcada	Ligação entonacional	2ª oração no escopo da 1ª	Ausência de iconicidade
6	Oração subordinada substantiva subjetiva	+	+	+	+	+	+
5	Oração subordinada substantiva objetiva direta	+	-	+	+	+	+
	Oração subordinada substantiva objetiva indireta	+	-	+	+	+	+
	Oração subordinada adverbial modal	+	+	+	-	+	+
4	Oração subordinada substantiva completiva nominal	-	+	+	+	+	-
	Oração subordinada substantiva predicativa ⁴⁸	-	-	+	+	+	+
3	Oração subordinada substantiva apositiva “fact sentences” ⁴⁹	-	+	+	+	-	-
	Oração subordinada adjetiva restritiva	-	-	+	+	-	+
	Oração subordinada adverbial causal	-	+	+	-	-	+
	Oração subordinada adverbial condicional	-	+	+	-	-	+
	Oração subordinada adverbial concessiva	-	+	+	-	-	+
	Oração subordinada adverbial final	-	+	+	-	-	+
	Oração subordinada adverbial temporal	-	+	+	-	-	+
2	Oração subordinada adjetiva explicativa	-	-	+	-	-	+
	Oração subordinada adverbial comparativa	-	+	+	-	-	-
	Oração subordinada adverbial proporcional	-	-	+	-	-	+
1	Oração subordinada apositiva típica	-	-	+	-	-	-
	Oração subordinada adverbial consecutiva	-	-	+	-	-	-
	Oração coordenada sindética alternativa	-	-	-	-	-	+
	Oração coordenada sindética explicativa	-	-	+	-	-	-
0	Oração coordenada sindética aditiva	-	-	-	-	-	-
	Oração coordenada sindética adversativa	-	-	-	-	-	-
	Oração coordenada sindética conclusiva	-	-	-	-	-	-

⁴⁷ Incorporação marcada significa a propriedade de uma oração ser vista como parte de outra, por critérios gramaticais. A oração incorporada perde sua integridade como ato independente de fala. Baseando-se em Dik (1989), Abreu (1997) considera três graus de incorporação: 1º grau – incorporação de argumentos (Ex: Eu vi **que ele chegou**); 2º grau – incorporação de satélites (Ex: Eu comprei meu primeiro carro, **quando fiz dezoito anos**); incorporação de 3º grau – encaixe das adjetivas (Ex: O carro **que eu comprei** tem dois anos de garantia).

⁴⁸ Em alguns casos, Abreu (1997) admite a possibilidade de redução nas predicativas. Nesse caso, elas seriam de grau 5. Exemplo: “A solução é **baixar os preços**”.

⁴⁹ Para Abreu (1997), apositivas *fact sentences* são aquelas que apresentam ligação entonacional e podem ser reduzidas. Exemplo: “O fato de que a porta foi arrombada caracteriza furto qualificado”.

Por meio do quadro de Abreu (1997), é possível fixarmos como mais prototípicas da subordinação as orações substantivas subjetivas, e como mais prototípicas da coordenação as orações sindéticas aditivas, adversativas e conclusivas.

O autor percebe grande proximidade entre as substantivas apositivas típicas e as coordenadas. Também verifica maior proximidade entre adjetivas explicativas e as coordenadas do que aquelas com as adjetivas restritivas. Essas conclusões, sem dúvida, são bastante inovadoras e afastam suas descobertas das propostas mais tradicionais.

As conclusões a que chegou Abreu (1997), contudo, diferem das de Barreto (1992), anteriormente analisadas. O foco da pesquisa foi diferente, visto que Barreto (1992) focalizou o estudo das conjunções, entretanto, achamos a correlação entre os autores válida. Vejamos como ficariam as duas propostas correlacionadas:

Quadro 9 – Quadro comparativo entre Barreto (1992) e Abreu (1997)

Barreto (1992)					
Coord. aditiva Coord.. disj. <i>ou</i> Coord. adv. <i>mas</i> Coord. aditiva Coord. disjuntiva	Sub. adv. comp. Corr. Comp. Corr. modal	Coord. explicat. Sub. adv. causal	Coord. advers. Coord. concl.	Sub. adv. conc. Sub. adv. condic. Sub. adv. modal Sub. adv. final Sub. adv. temporal Corr. consec.	Subordinadas substantivas em geral
+ coordenação ←			→ + subordinação		
GRAU 0	GRAU 1	GRAU 2	GRAU 3	GRAU 4	GRAU 5
Coord. aditiva Coord. advers. Coord. concl.	Subst. apositiva típica Subs. adv. consec. Coord. alternativa Coord. explicat.	Sub. adj. explic. Sub. adv. compar. Sub. Adv. prop.	Sub. adj. rest. Sub. adv. causal Sub. adv. condic. Sub. adv. conces. Sub. adv. final Sub. adv. temp. Sub. sub. apositiva fact sentence	Sub. sub. predicat. Sub. sub. compl. nom.	Sub. sub. subj.
Abreu (1997)					

O quadro revela que, dependendo dos critérios utilizados, os graus de integração das diferentes orações correlatas, coordenadas e subordinadas variarão. Entretanto, para os propósitos

de nossa pesquisa, é muito importante atentarmos para o fato de as *aditivas* serem consenso nas propostas dos autores. Afinal, tanto para Barreto (1992) como para Abreu (1997), as aditivas ocupam um extremo de grau 0 (zero), correspondente a [+ coordenação]. Aliás, essa é uma das poucas coincidências entre ambas as propostas que estamos analisando.

No tocante à correlação, Abreu (1997) apresenta uma importante reflexão:

(As) expressões correlativas manifestam a intenção do enunciador em criar uma espécie de gradação argumentativa e acabam também por acrescentar à relação uma característica de subordinação, uma vez que o processo de correlação acrescenta o traço de incorporação marcada à oração coordenada.

Em outras palavras, Abreu (1997) assevera que a correlação aditiva, dentro de sua perspectiva teórica, poderia ocupar o grau 1 de integração, juntamente com as substantivas apositivas típicas, as subordinadas adverbiais consecutivas e as coordenadas alternativas e explicativas. As correlatas aditivas seriam, portanto, uma forma de o falante interferir, no nível pragmático, nos processos prototípicos de coordenação e subordinação. (cf. Abreu, 1997, p. 33). Reiteramos a importância dessa observação, tendo em vista o fato de defendermos a existência de um estatuto sintático distinto para as correlatas em relação às coordenadas.

Assim, verificamos que a correlação, de fato, apesar de ser preterida em inúmeros trabalhos empíricos, começa a ganhar espaço nas pesquisas de base funcionalista. Embora essas pesquisas ainda sejam muito incipientes e não elaborem com a devida minúcia as suas propriedades morfossintáticas, funcionam, ainda assim, como importantes pontos de partida para esse tipo de investigação.

A partir deste momento, é importante fazermos algumas incursões pelo que chamamos de *princípios funcionalistas*. Para essa tarefa, utilizaremos principalmente as contribuições de Lehmann, Haiman, Heine e Hopper. Primeiramente, precisamos reiterar o que disseram Gonçalves et al. (2007, p. 15, grifo nosso), baseados em Hopper (1997):

A gramática das línguas (é) como (que) constituída de partes cujo estatuto vai sendo constantemente negociado na fala, não podendo em princípio ser separado das estratégias de construção do discurso. Subjazem a esse entendimento uma concepção de

língua como atividade no tempo real e a postulação de que, a rigor, não há gramática como produto acabado, mas sim constante gramaticalização.

Assim, a gramática está num constante “fazer-se”, por meio de um processo dinâmico chamado *gramaticalização*, já devidamente definido em nossa pesquisa. Cabe afirmarmos que uma tendência marcante nos estudos de gramaticalização é a apresentação de princípios. Lehmann (1985), por exemplo, opta por focar os estágios já avançados de gramaticalização. Para tanto, o autor defende a existência de cinco tendências. São elas:

- a) **Paradigmatização:** as formas tendem a organizar-se em paradigmas;
- b) **Obrigatorização:** as formas tendem a tornar-se obrigatórias;
- c) **Condensação:** as formas tendem a tornar-se mais curtas;
- d) **Aglutinação/coalescência:** as formas adjacentes tendem a aglutinar-se;
- e) **Fixação:** ordens linearmente livres tendem a tornar-se fixas.

Com relação à correlação aditiva, de fato, percebemos um processo de *paradigmatização* em curso. Como se verá na análise de dados, os correladores, que são responsáveis pelo entrelaçamento dos segmentos correlatos, tendem a se organizar em paradigmas, por ora, ainda muito flexíveis e variáveis. Isso nos permite afirmar que não há ainda um processo de *obrigatorização* concluído.

Também percebemos que os processos de *condensação*, *aglutinação/coalescência* e *fixação* ainda estão longe de se concretizar. Ao contrário, os correladores tendem a ser bem extensos (*não só... como também*, por exemplo), se comparados a outros conectivos de nosso idioma. Possuem muito mais massa fônica que as partículas coordenativas (*e*, por exemplo). Isso também explica o fato de não haver aglutinação ou fixação de formas.

O quadro a seguir, adaptado de Lehmann (1985) e reproduzido por Gonçalves et al. (2007, p. 71), retoma as tendências acima e as combina com outros aspectos, tais como *peso*, *coesão e variabilidade*, interseccionados com dois eixos de distribuição dos signos da língua.

Quadro 10 – Aspectos dos estágios de gramaticalização, segundo Lehmann (1985)

Parâmetros		Gramaticalização incipiente	Processo	Gramaticalização avançada
Eixo paradigmático	Integridade (peso)	Item possivelmente polissilábico, com muitos traços semânticos	Atrição	Item geralmente monossilábico, com poucos traços semânticos
	Paradigmaticidade (coesão)	Participação “frouxa” do item em um campo semântico	Paradigmaticização	Item integra paradigma pequeno, altamente integrado
	Variabilidade paradigmática (variabilidade)	Escolha livre dos itens, segundo as intenções comunicativas	Obrigatoriedade	Escolhas sistematicamente restritas, uso obrigatório
Eixo sintagmático	Escopo (peso)	Relação do item com constituintes de complexidade arbitrária	Condensação	Item modifica a palavra ou a raiz
	Conexidade (coesão)	Justaposição do item independentemente	Coalescência (união)	Item é afixo ou traço fonológico
	Variabilidade sintagmática (variabilidade)	Liberdade de movimento do item	Fixação	O item ocupa uma posição fixa

Segundo Lehmann (1985), há uma ligação forte entre esses seis parâmetros, contudo, eles podem ser analisados metodologicamente de forma independente um do outro. Para o estudo que estamos encetando, destacamos alguns pontos do quadro anterior para a análise dos dados de nossa pesquisa.

Segundo vários pesquisadores funcionalistas, a gramaticalização está estreitamente ligada à frequência de uso⁵⁰. Assim, a baixa frequência de uso estaria diretamente correlacionada ao baixo desgaste semântico e fonológico dos diversos itens conjuncionais, tal como ocorre com os correlatores, e, conseqüentemente, à incipiente gramaticalização de tais itens.

De acordo com Gonçalves et al. (2007, p. 72), “a repetição no discurso é a responsável pela automatização da forma linguística”. Sendo assim, itens pouco frequentes no discurso são

⁵⁰ Essa asserção não é totalmente livre de problemas. “Há evidências de que a alta recorrência de estruturas nem sempre pode ser correlacionada a estágios avançados de gramaticalização” (Lima-Hernandes, 2004, p. 192)

mais resistentes à mudança. E sendo a correlação uma estratégia discursiva pouco recorrente em termos gerais, isso faz com que ela também seja menos afetada pela mudança. Votre et al. (2004, p. 77) também corroboram essa hipótese e acrescentam que a “gramaticalização costuma ocorrer com itens mais frequentes, que são normalmente os mais informais”.

Bybee (2003, p. 602) também reforça o papel da frequência na gramaticalização. De acordo com a autora, a frequência não é só um resultado da gramaticalização, mas também um fator que contribui para o processo, uma força ativa a instigar a mudança.

Lehmann (1985), na esteira dos princípios fundamentais do funcionalismo de vertente norte-americana, também sugere outra tipologização a partir de *continua* que levam em conta níveis de maior ou menor vinculação sintática entre orações. Essa tipologização parte de seis parâmetros semântico-sintáticos. Vejamos:

Quadro 11 – *Continua* de vinculação sintática entre orações, segundo Lehmann (1985)



De acordo com Gonçalves et al. (2007, p. 86-87), a cada extremo desses *continua* corresponde um tipo de oração: o primeiro equivale a uma combinação de sentenças sintaticamente iguais e interligadas por um conectivo, ou seja, sentenças paratáticas; o segundo, a uma combinação de sentenças com um dos predicados reduzidos, encaixamento na oração principal em um constituinte de nível sintático baixo e nominalização (sentenças encaixadas). Em outras palavras, os *continua* partem de um pólo em que o nível de vinculação é mais frouxo para um pólo em que o nível de integração é mais estreito.

Haiman (1994) *apud* Bybee (2003, p. 603) associa o processo de gramaticalização a um processo de ritualização, com quatro etapas:

1ª – Habituação (repetição)

2ª – Automatização (reanálise)

3ª – Redução da forma

4ª – Emancipação

Não é difícil verificarmos que os pares correlativos não atendem a grande parte dessas etapas, visto que são menos frequentes (como vimos afirmando), portanto, não se conjugam com a *habituação*, e possuem mais massa fônica do que o prototípico monossilábico *e*, que está longe de ter forma reduzida. Vejamos o que nos diz Bybee (2003, p. 604): “Mudanças fonológicas de redução e fusão de construções gramaticalizadas são condicionadas pela sua alta frequência e uso em porções de expressões contendo informação dada e de fundo⁵¹”.

Bybee (2003, p. 616) explica de que forma a gramaticalização leva à redução fonológica. Segundo a autora, quando um item, em um mesmo discurso, é repetido duas vezes, na segunda vez, ele tenderá a ser menos explícito, já que será mais fácil acessá-lo. Se esse processo se efetiva muitas vezes, principalmente em situações familiares ou casuais, a mudança encontrará ambiente propício para ser levada a cabo.

Curiosamente, a baixa frequência de uso está ligada aos correladores propriamente ditos, com função de interligar orações. Sua composição, entretanto, engloba itens da língua portuguesa amplamente utilizados em diversos outros contextos, como são as partículas *não*, *também*, *mas*,

⁵¹ “Phonological changes of reduction and fusion of grammaticizing constructions are conditioned by their high frequency and their use in the portions of the utterance containing old or backgrounded information”

apenas, só etc. Nesses termos, tais partículas tornam-se mais básicas e abstratas, possibilitando, por meio de reanálise, o surgimento de uma nova função sintática.

Heine (2003, p. 579), por sua vez, também propõe quatro mecanismos interrelacionados responsáveis por apontar a gramaticalização de construções. Vejamos:

- a) **dessemantização** (ou desbotamento) – perda de conteúdo semântico;
- b) **extensão** (ou generalização contextual) – uso em novos contextos;
- c) **deategorização** – perda de propriedades morfossintáticas, incluindo a perda de *status* de palavra independente (cliticização, afixação);
- d) **erosão** (ou redução fonética), que é a perda que substância fonética.

Os quatro processos acima descritos, como vemos, estão intimamente relacionados a quatro áreas dos estudos gramaticais e linguísticos: à semântica, à pragmática, à morfossintaxe e à fonética. A proposta visa, portanto, a abarcar todos os fenômenos de mudança que podem ocorrer na gramática, em uma concepção *lato sensu*.

Os quatro parâmetros de Haiman (1994) diferem, em alguns pontos, dos quatro parâmetros de Heine (2003). Ambos falam em erosão, mas apontam outros diferentes parâmetros, como podemos ver por meio do cotejo de ambas as propostas.

Hopper também investigou os estágios de gramaticalização, mas focalizou principalmente os mais incipientes. Após vários estudos, o autor propôs cinco princípios que sedimentam a emergência de formas gramaticais. Vale a pena ressaltar que os seus princípios ainda hoje influenciam grande parte das pesquisas funcionalistas. São eles (cf. Heine, 2003, p. 589):

- a) **Estratificação**⁵² ou **camadas**. Quando novas camadas emergem dentro de um domínio funcional, as camadas mais antigas não são necessariamente descartadas, mas podem permanecer coexistindo e interagindo com aquelas mais novas, que serão sutilmente diferenciadas. Por exemplo, no português coexistem as formas “nós” e “a gente”, “faremos” e “vamos fazer”, “ganho” e “ganhado”, etc.

⁵² Segundo Gonçalves et al. (2007, p. 165), a expressão *camadas* ou *estratificação* “pode ser lida como *variantes linguísticas*, no sentido empregado por Labov (1972)”.

- b) **Divergência.** Esse princípio refere-se ao fato de que, quando algumas entidades sofrem gramaticalização, o resultado é que surgem novos pares ou múltiplas formas tendo a mesma etimologia mas funcionalidade diversa, ou seja, a forma que sofreu o processo de gramaticalização continua a existir com a forma original. Por exemplo, no português, coexistem as formas “hei de fazer” e “farei”. Em francês, coexistem o *pas* como item lexical e o *pas* como partícula negativa.
- c) **Especialização** ou **generificação.** Ocorre quando as novas formas assumem um significado mais geral. É uma redução de variantes ou estreitamento de possibilidades combinatórias. Por exemplo, no francês, a negativa padrão é feita com *ne + verbo + pas*, contudo na língua oral desapareceu o 1º item (*ne*), cabendo ao último marcar a negação.
- d) **Persistência.** Quando um significado gramatical B desenvolve-se, não há necessariamente a perda do significado A; ao contrário, B pode refletir o significado de A. É uma tendência à manutenção de traços lexicais antigos em formas gramaticalizadas, o que conduz à polissemia. Por exemplo, em português, o adjetivo *meio/meia*, do português, na passagem para a categoria de advérbio, na linguagem culta, manteve a flexão de gênero feminino (Ela está *meia* cansada).
- e) **Descategorização.** Perda de propriedades morfossintáticas, incluindo a perda do *status* de palavra independente. A descategorização confere menor autonomia aos itens/estruturas da língua. Para entendermos melhor esse princípio, vejamos a proposta de classificação das categorias funcionais⁵³ abaixo:

Quadro 12 – Categorias básicas, intermediárias e secundárias

Categorias básicas ou lexicais	Categorias intermediárias	Categorias secundárias ou gramaticais
Nome substantivo Verbo	Nome adjetivo Numeral Advérbio Pronome	Preposição Conjunção Artigo

⁵³ Partimos sempre do princípio de que as categorias são prototípicas, não-discretas, graduais.

Como verificamos, os princípios de Lehmann, Haiman, Heine e Hopper acentuam o caráter gradual da gramaticalização, uma vez que conferem o grau de “mais” ou “menos” gramaticalizados aos elementos analisados. É dessa forma que estamos analisando a correlação aditiva: como uma estratégia retórica menos gramaticalizada que a coordenação aditiva.

3.2 GRAMÁTICA DAS CONSTRUÇÕES

A primeira aplicação do termo *construção*, utilizado no âmbito do estudo das línguas humanas, data de Cícero, no 1º século da era cristã (Goldberg; Casenhiser, 2010, p. 1). Desde então, o conceito de construção tem passado por diversas alterações, acréscimos e ajustes, dependendo do nível de complexidade e esquematicidade da pesquisa (Trousedale, 2008b, p. 6).

Dependendo da filiação teórica a que a pesquisa está ligada, os conceitos podem ser tão diferentes que podem carrear ideias até antagônicas (cf. Schönefeld, 2010, p. 1). De fato, o termo *construção* pode ser encontrado na gramática tradicional, no estruturalismo, no gerativismo, no cognitivismo, na linguística de *corpus* e em diversas outras áreas do campo de investigação da linguagem humana.

O modelo que ora apresentamos começou a ser desenvolvido na Califórnia, EUA, com os trabalhos pioneiros de Fillmore (1979) e Lakoff (1977; 1987), cujo centro de interesse estava na descrição de idiomatismos da língua inglesa. A esses trabalhos, uniram-se outros de Fillmore (1985; 1987; 1988; 1990), Fillmore e Kay (1993), Filip (1993), Jurafsky (1992), Koenig (1993), Michaelis (1993), Goldberg (1995) e de outros autores que são reconhecidos no meio acadêmico por serem os proponentes da chamada *Gramática das Construções*.

Dentre todos esses trabalhos aludidos, devemos destacar o de Goldberg (1995). Esse trabalho, cujo foco são as estruturas argumentais de verbos, comprovou que as estruturas linguísticas, independentemente dos itens que as instanciam, apresentam significados básicos relacionados à experiência humana.

De acordo com Goldberg (1995, p. 1) e Goldberg e Casenhiser (2010, p. 4), pode-se defender a tese de que sentenças básicas da língua são exemplos de *construções* –

“correspondências de forma-significado”, que passam a funcionar, nesta teoria, como unidades básicas e centrais da língua, ou, nos termos de Trousdale (2008b, p. 6), como unidades simbólicas convencionais (“*conventional symbolic unit*”), visto que operam em diferentes níveis da gramática.

Traugott (2008, p. 5) e Goldberg e Jackendoff (2004, p. 532-533) afirmam que a Gramática das Construções é uma abordagem sincrônica e possui as seguintes características:

- Forma e significado são pareados como iguais;
- A gramática é concebida de forma holística, ou seja, nenhum nível é central;
- A gramática é baseada no uso, isto é, está baseada nos falantes e nas expressões;
- Construções individuais são independentes mas relacionadas em um sistema hierárquico com vários níveis de esquematicidade que podem interseccionar;
- Existe um *cline* de fenômenos gramaticais, desde o totalmente geral ao totalmente idiossincrático.

A partir dessas premissas, Traugott (2008a, p. 5) refina diversos conceitos anteriores e define *construção* como um *chunk* (‘pedaço’) de língua automatizado e rotinizado, que é armazenado e ativado pelo usuário de uma língua⁵⁴. Essa definição está calcada, segundo Trousdale (2008b, p. 6), em Croft (2007, p. 274), para quem uma construção é uma unidade rotinizada que normalmente é utilizada na comunidade de fala, e que envolve um pareamento simbólico de forma e significado.

Também outros autores consideram as construções da mesma forma. Entre eles, podemos citar Goldberg e Jackendoff (2004, p. 534), para quem as construções são itens armazenados no léxico de uma língua. Essa proposta implica expandir o conceito de léxico, de forma a abarcar também padrões produtivos e semi-produtivos que tradicionalmente só ocupavam o estrito campo da sintaxe.

Na visão cognitivista, portanto, não há separação entre léxico e gramática. Esse é um dos pontos que distinguem esse tipo de pesquisa dos trabalhos de cunho funcionalista *stricto sensu*.

⁵⁴ “[A] construction represents an automated, routinized chunk of language that is stored and activated by the language user [...]”.

Afinal, para a maioria dos pesquisadores do funcionalismo, existe um cline entre léxico e gramática, ou seja, um *continuum*.

A visão de construção defendida por Goldberg e Jackendoff (2004), Trousdale (2008a, 2008b) e Croft (2007) vai além da que Goldberg (1995) propôs e que ficou clássica nos estudos relativos à Gramática das Construções⁵⁵. O conceito de construção, a partir de então, foi alargado e passou a abranger também os pareamentos de forma e significado predizíveis.

Além disso, de acordo com Traugott (2008a, p. 5), qualquer elemento linguístico (do morfema à cláusula) pode ser considerado uma construção. Essa visão também ajuda a alargar ainda mais o conceito anterior de construção, que estava circunscrito apenas ao âmbito da cláusula. Além desse novo ponto de vista, os teóricos, em geral, sublinham de forma cada vez mais contundente que as construções precisam ser analisadas sob o prisma da esquematicidade.

Da mesma forma como, em uma perspectiva lexicalista, os vocábulos são dotados da propriedade da polissemia, a Gramática das Construções também propõe o fenômeno da polissemia construcional (cf. Goldberg, 1995, p. 33). Isso significa que uma mesma construção tende a apresentar um sentido central, mas pode estar pareada com outros significados distintos mas correlacionados. Esses sentidos correlacionados seriam possíveis por meio de extensões metafóricas e metonímicas.

Podemos destacar, desde já, que essa perspectiva se coaduna de maneira muito confortável com as pesquisas funcionalistas, haja vista o que afirmam Traugott e Dasher (2002, p. 09): “Diferenças na estrutura sintática refletem diferenças no significado construcional⁵⁶”. Aliás, para sermos mais precisos, segundo Traugott (2008a), a referência a construções tem sido uma constante nos trabalhos de mudança morfossintática e gramaticalização, desde Givón (1979).

Goldberg (1995, p. 02) aprofunda o estudo da gramática das construções e sublinha a importância dessa abordagem para a descrição gramatical: “Se pode ser mostrado que as

⁵⁵ Eis a definição de Goldberg (2003, p. 4): “C é uma construção se e somente se C é um pareamento forma/significado $\langle F_i, S_i \rangle$ de modo que algum aspecto de F_i , ou algum aspecto de S_i , não é estritamente predizível a partir de partes componentes de C ou a partir de outras construções previamente estabelecidas (GOLDBERG, 1995, p. 4)”. Essa definição, de acordo com Schönefeld (2010, p. 14) foi flexibilizada por Goldberg (2003, p. 219), que passou a englobar morfemas, palavras, expressões idiomáticas e modelos parcialmente e/ou totalmente lexicalizados no repertório das construções.

⁵⁶ “Differences in syntactic frame reflects differences in constructional meaning”.

construções são essenciais para a descrição do domínio de orações simples, então deve ser reconhecido que as construções são cruciais para a descrição de uma língua⁵⁷.

A abordagem construcional, como vimos, rejeita divisões rígidas entre léxico e gramática, entre semântica e pragmática. Ao contrário, prevê que a diferença entre esses campos é apenas quanto à complexidade dos fenômenos linguísticos em estudo. Isso revela, também, sua forte semelhança com os pressupostos teóricos fundamentais do funcionalismo linguístico de vertente norte-americana, guardadas as devidas particularidades.

As construções de orações simples estão associadas diretamente com as estruturas semânticas que refletem cenas básicas da experiência humana (Goldberg, 1995, p. 5) e estão interconectadas, em uma verdadeira “teia” de relações. Contudo, defendemos a tese de que a abordagem construcional pode ir além do escopo do chamado período simples, já que o estudo semântico associado a padrões oracionais pode ser aplicado também ao chamado período composto. Aliás, a própria gramática das construções já apresenta trabalhos desenvolvidos nessas áreas.

A abordagem construcional, entre outras questões, ocupa-se, por exemplo, das chamadas construções de estrutura argumental (construções ditransitivas, de movimento causado, resultativas, conativas etc.), além das sistemáticas diferenças de significado entre sentenças com os mesmos itens lexicais em estruturas sintáticas semelhantes, como os exemplos abaixo relacionados:

(a) Eu dei a Maria um presente.

(b) Eu dei um presente a Maria.

Nos exemplos apresentados, uma simples alteração na ordem dos argumentos implica uma opção diferenciada de focalização e de perspectivação. Assim, no exemplo (a), o foco recai sobre Maria; no exemplo (b), recai sobre o presente, já que tanto em um caso como no outro, o destaque recai sobre o primeiro núcleo nominal citado no predicado.

Assim, segundo este princípio, a forma está diretamente relacionada a valores semânticos e/ou pragmáticos. Se uma construção, em termos formais, é diferente de outra, mesmo que

⁵⁷ “If it can be shown that constructions are essential to a description of the domain of simple clauses, then it must be recognized that constructions are crucial to the description of language”.

minimamente, isso significa que haverá alguma diferença também em nível semântico e/ou pragmático.

Vejamos outros exemplos:

(a) A professora chegou.

(b) Chegou a professora.

Há uma diferença pragmática entre os dois exemplos acima, apesar de veicularem praticamente o mesmo conteúdo semântico. No exemplo (a), há a pressuposição de que a chegada da professora era esperada. No exemplo (b), por outro lado, podemos dizer que não havia expectativa quanto à chegada da professora.

Esse estudo das relações entre forma e significado, na verdade, tem como precursor o próprio Bolinger (1968, p. 127) *apud* Goldberg (1995), para quem “uma diferença na forma sintática sempre expressa uma diferença em termos de significado⁵⁸”. Assim, a agenda de estudos construcionais tem suas raízes passadas em autores cujos trabalhos notabilizaram-se bem antes da gênese da própria gramática das construções.

Essas observações levaram Goldberg (1995) a formular um postulado para a gramática da língua inglesa, que pode ser aplicado à gramática de língua portuguesa, já que é um princípio bastante geral, ou seja, o *princípio da não-sinonímia da forma gramatical*.

Segundo esse princípio, “se duas construções são sintaticamente distintas, elas devem ser semanticamente ou pragmaticamente distintas” (Goldberg, 1995, p. 67). A autora entende por aspectos pragmáticos das construções as particularidades da estrutura informacional, incluindo questões de topicalização e focalização, além de aspectos estilísticos da construção.

O princípio da não-sinonímia da forma gramatical abriga em si dois corolários desenvolvidos por Goldberg (1995, p. 67), que passamos a traduzir abaixo:

Corolário A: Se duas construções são sintaticamente distintas e semanticamente sinônimas, então elas não devem ser pragmaticamente sinônimas.

Corolário B: Se duas construções são sintaticamente distintas e pragmaticamente sinônimas, então elas não devem ser semanticamente sinônimas.

⁵⁸ “a difference in syntactic form always spells a difference in meaning”.

A contribuição de Goldberg (1995, p. 67), pela amplitude com que o assunto é tratado, pode ser aplicada a diversos níveis da gramática, com alto poder descritivo e explicativo. Assim, esse arcabouço teórico pode explicar a questão da natureza da sinonímia, a polissemia, a coexistência de diversos coordenadores e subordinadores com cargas semânticas semelhantes na língua e uma infinidade de outras questões concernentes a homonímia e polissemia, que precisam ser redimensionadas.

Além desse princípio, devemos citar outros dois que nos ajudarão a compreender melhor o fenômeno linguístico analisado nesta tese, quais sejam:

- I. *Princípio da força expressiva maximizada – o inventário de construções é maximizado para propósitos comunicativos.*
- II. *Princípio da economia maximizada – o número de construções distintas é minimizado ao máximo possível.*

À primeira vista, parece haver uma contradição entre os princípios apresentados acima. Contudo, precisamos afirmar que essa contradição é apenas aparente, visto que é justamente a existência desses dois princípios que confere equilíbrio ao sistema linguístico. Afinal, ao mesmo tempo em que surgem novas construções gramaticais, que é uma tendência natural nas línguas, tendo em vista novas necessidades comunicativas, também age outra força que intenta limitar as novas criações. Assim, esses dois princípios agem mutuamente.

Conforme afirma Nascimento (2006, p. 41), esses princípios

[...] restringem um ao outro, já que um determina o máximo de construções e o outro o mínimo possível. Na verdade, tanto um quanto outro atendem aos propósitos comunicativos: haverá quantas construções forem necessárias para atender às necessidades da comunicação (Princípio do poder expressivo maximizado), mas não mais do que o necessário (Princípio da economia maximizada)

Traugott (2008a, p. 5), Trousdale (2008b, p. 6-7), Noël (2006, p. 20) e Fried (2008, p. 6), após analisar as contribuições da Gramática das Construções ao funcionalismo, propõem, sob a

esteira de outros teóricos, a existência de alguns níveis esquemáticos, com o objetivo de capturar as similaridades e diferenças entre as construções. São esses os níveis:

- *Macro-construções*. São grandes esquemas altamente abstratos, primitivos e possivelmente universais. Pareiam forma e significado, que são definidos por meio de uma estrutura com função definida. Nesse nível, os significados são bem gerais e de caráter mais morfossintático.
- *Meso-construções*. São grupos de micro-construções específicas, com comportamentos sintáticos e semânticos similares, em nível intermediário entre macro-construções e micro-construções.
- *Micro-construções*. São construções individuais.

Todos esses níveis instanciam expressões que se combinam idiomáticamente, mas em diferentes níveis de esquematicidade e, portanto, de composicionalidade. Aliás, lembramos que a composicionalidade (cf. Fried, 2008, p. 5) não pode ser apontada como mecanismo contrário à gramaticalização ou ao estatuto de construção de qualquer sequência que seja. Na verdade, no âmbito da gramática das construções, a composicionalidade é considerada de forma enfraquecida, “já que o significado de uma expressão vai ser o resultado dos elementos lexicais que a compõem e o significado da própria construção” (cf. Nascimento, 2006, p. 32).

Entre os níveis acima expostos (macro, meso e micro-construções), existe o que podemos chamar de *semelhança de família* (“family-resemblances”), ou seja, como já afirmamos, as construções, em diversos níveis, formas teias interligadas, em constante relação (cf. Goldberg; Jackendoff, 2004, p. 532), incorporando conhecimento sociolinguístico e estilístico (cf. Trousdale, 2008b, p. 7). Essas famílias de construções compartilham importantes propriedades, mas diferem em pontos específicos, inclusive no que diz respeito aos seus graus de produtividade.

Trousdale (2008a, p. 2) propõe o conceito de *protótipo construcional*. Para o autor, todas as construções passam pelo processo de gramaticalização, e isso se dá a partir do momento em que as construções se afastam do núcleo conceptual do protótipo construcional.

Como as construções apresentam diferentes graus de esquematicidade, é possível que uma construção adquira propriedades de outras e que haja até mesmo interseções entre elas. É nesse

sentido que Fried (2008, p. 4) reafirma que as construções são o “locus de mudança”, à luz da literatura funcionalista.

A gramática das construções é uma linha de investigação teórica em franca ascensão, no sentido de que diversos estudiosos têm se debruçado sobre ela. As pontes com o funcionalismo, como já afirmamos, são bastante promissoras. Certamente essa união ainda produzirá muitos frutos para a pesquisa linguística. Nossa proposta é utilizar o arsenal teórico advindo dessa interseção (gramaticalização x gramática das construções), auxiliado por outras teorias (teoria dos protótipos e teoria dos gêneros), para a investigação de nosso fenômeno, ou seja, a correlação aditiva.

De fato, a correlação aditiva pode ser eficientemente descrita por meio desse instrumental teórico, visto que consideramos a correlação aditiva um padrão macro-construcional, que tem atrelado a si diversas meso-construções, que, por sua vez, congregam também micro-construções, como se verá no capítulo 5 desta tese.

3.3 TEORIA DOS GÊNEROS

De acordo com Oliveira e Votre (2009), as atuais pesquisas linguísticas no bojo do funcionalismo linguístico de vertente norte-americana tendem cada vez mais a associar os conhecimentos trazidos pela teoria dos gêneros à análise dos diversos fenômenos linguísticos. Essa é uma tendência constatada nas pesquisas mais recentes, o que revela também a notoriedade crescente das teorias que possuem o discurso como objeto privilegiado de análise.

Primeiramente, precisamos destacar três conceitos fundamentais: *gênero textual*, *domínio discursivo* e *sequência tipológica* (cf. Marcuschi, 2005). Comumente esses conceitos são tomados de forma intercambiável em diversas obras, mas precisamos afirmar que esse é um procedimento nocivo, tendo em vista as especificidades de cada conceito. Em primeiro lugar, vamos analisar o conceito de gêneros textuais e suas relações com a fala e a escrita; logo em seguida, será a vez dos outros dois conceitos já citados.

Gêneros textuais podem ser definidos como “fenômenos históricos, profundamente vinculados à vida cultural e social” (Marcuschi, 2005, p. 19). Assim, os gêneros textuais contribuem para estabilizar as atividades comunicativas do dia-a-dia. Caracterizam-se por sua

maleabilidade, dinamicidade e plasticidade, o que faz com que os gêneros textuais sejam inúmeros e sujeitos a mudanças ao longo do tempo, à medida que são selecionados pelos falantes da língua.

De uma forma geral, podemos declarar que cada gênero corresponde a padrões textuais recorrentes e a contextos situacionais definidos. Isso significa afirmar que a produção dos discursos está estreitamente vinculada à situação de uso da linguagem, por meio das experiências humanas. É nesse sentido que os gêneros textuais também podem ser caracterizados como formas culturais e cognitivas de ação social. Vejamos o que nos dizem Machado e Mello (2004) sobre essa questão, sob um viés mais cognitivista:

[...] gênero tem emergido, à primeira vista, como um *script* – onde algum esqueleto mental de percepção e de inferências está estruturado e/ou disponível – que visa a uma economia cognitiva drástica no processamento da informação, fim maior que vemos circunscrito à existência de tal categoria, como manifestação de uma racionalidade desejável para as práticas de linguagem.

Bakhtin (2003, p. 268) é um dos mais importantes precursores da chamada teoria dos gêneros. Daí, a importância de analisarmos a definição para *gêneros textuais* (ou *discursivos*) cunhada pelo autor:

Os gêneros discursivos são correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da linguagem. Nenhum fenômeno novo (fonético, lexical, gramatical) pode integrar o sistema da língua, sem ter percorrido um complexo e longo caminho de experimentação e elaboração de gêneros e estilos.

Assim, para Bakhtin (2003), os gêneros textuais estão ligados fortemente à sociedade. Poderíamos acrescentar que é nesse sentido que são maleáveis, dinâmicos e plásticos, ou seja, surgem, situam-se e integram-se funcionalmente nas culturas em que se desenvolvem. É sob essa perspectiva que compreendemos os gêneros textuais também como entidades relativamente estáveis, no sentido de que, do ponto de vista enunciativo e do enquadre teórico-social da língua,

apresentam fronteiras e características fluidas. Marcuschi (2005, p. 21) explora essa dinamicidade, sob o viés das relações simbióticas entre fala e escrita:

Aspecto central no caso desses e outros gêneros emergentes é a nova relação que instauram com os usos da linguagem como tal. Em certo sentido, possibilitam a redefinição de alguns aspectos centrais na observação da linguagem em uso, como por exemplo a relação entre a oralidade e a escrita, desfazendo ainda mais as suas fronteiras. Esses gêneros que emergiram no último século no contexto das mais diversas mídias criam formas comunicativas próprias com um certo *hibridismo* que desafia as relações entre oralidade e escrita e inviabiliza de forma definitiva a velha visão dicotômica ainda presente em muitos manuais de ensino de língua. [...] A linguagem dos novos gêneros torna-se cada vez mais plástica, assemelhando-se a uma coreografia [...].

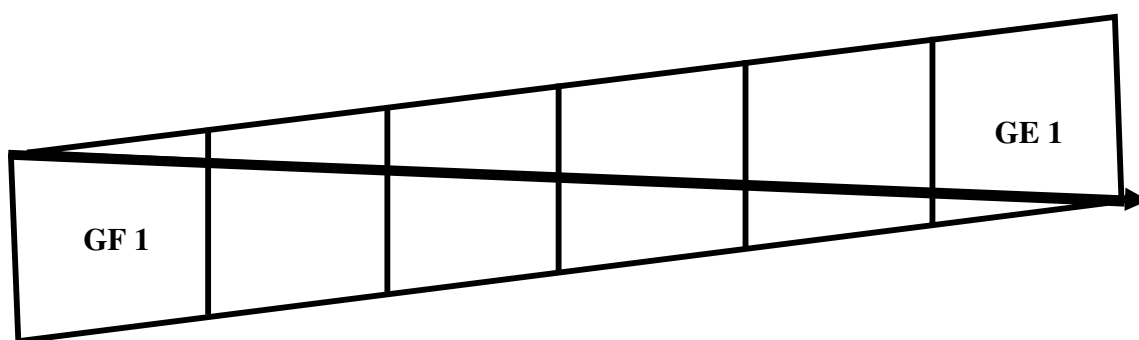
A clareza da exposição do autor dispensa grandes comentários. O *hibridismo* de que fala Marcuschi (2005) é um fato que pode ser observado em diversos usos linguísticos, materializados nos inúmeros gêneros textuais que povoam as relações sociais travadas pelos falantes. Fala e escrita imbricam-se profundamente, de tal sorte que, em muitos casos, fica bastante difícil definir e caracterizar cada conceito em particular. Uma possível solução para essa questão é considerar fala e escrita em um *continuum* que expressa o conjunto de práticas sociais de linguagem.

É verdade que a escrita ganhou bastante proeminência ao longo das últimas décadas, principalmente por conta das relações capitalistas cujo mote central prevê e exige a formalização escrita de diversas transações e práticas sociais. Além disso, devemos destacar as políticas de alfabetização e letramento instituídas pelas diversas esferas do governo que, de uma forma ou de outra, acabam privilegiando essa modalidade da linguagem em detrimento da fala. Por outro lado, é notório que a língua falada, em termos quantitativos, é muito mais utilizada do que a escrita, principalmente nas relações cotidianas, em situações pouco eivadas pela formalidade. Em suma, apesar de toda propalada evolução, continuamos povos orais (cf. Marcuschi, 2004, p. 36).

Discorrer sobre fala e escrita, na perspectiva da teoria dos gêneros textuais, não é tão simples, principalmente pelo fato de esses conceitos serem tomados comumente como tipos ideais. Em uma sociedade profundamente marcada pela diversidade, não é surpreendente a constatação de relações complexas entre a língua e as representações e formações sociais. Afinal, em uma perspectiva funcional e sociointerativa, a língua, em boa medida, reflete a organização da sociedade. É por esse motivo que o binômio fala e escrita também deve ser encarado de forma

não-discreta, escalar. Marcuschi (2004, p. 38) propõe o seguinte gradiente para espelhar as relações entre fala e escrita:

Gráfico 1 – Fala e escrita no *continuum* dos gêneros textuais



À esquerda do gráfico, encontramos a sigla GF, que significa “gêneros da fala”; à direita, encontramos a sigla GE, que significa “gêneros da escrita”. Esses dois pólos seriam dois domínios linguísticos que marcam as extremidades de uma série de outras possibilidades de elaboração. Assim, poderíamos exemplificar a conversação espontânea e um tratado científico como um GF e um GE prototípicos respectivamente. Por outro lado, no interior desse *continuum*, há certamente uma gama de possibilidades de uso de gêneros textuais que mesclam as modalidades falada e escrita da língua, de tal sorte que nem sempre seria fácil distinguir as marcas de um modalidade em contraposição às marcas de outra. Acreditamos que os discursos políticos dos deputados encontram-se justamente em uma posição intermediária desse gradiente, visto que elementos da fala e da escrita são mesclados intensamente no planejamento textual-discursivo que conduz à elaboração desse gênero textual.

Marcuschi (2004, p. 40) refina a teoria dos gêneros e cria uma distinção bastante interessante entre *meio de produção* e *concepção discursiva*. Partindo do princípio de que a fala é prototipicamente de concepção oral e meio sonoro, e, por sua vez, a escrita é prototipicamente de concepção escrita e meio gráfico, o autor propõe o seguinte quadro, adaptado para nossa pesquisa:

Quadro 13 – Distribuição de quatro gêneros textuais segundo o meio de produção e a concepção discursiva

Gênero textual	Meio de produção		Concepção discursiva	
	sonoro	gráfico	oral	escrita
Conversação espontânea	X		X	
Artigo científico		X		X
Notícia de TV	X			X
Entrevista publicada na <i>Veja</i>		X	X	

Assim, poderíamos dizer que os gêneros textuais, além de poderem estar mais ligados à modalidade (ou concepção discursiva) oral ou escrita, também poderiam ser analisados segundo o meio de produção sonoro ou gráfico. Essa postura analítica corrobora toda proposta teórica de Marcuschi (2004, p. 43), que é formulada em termos de *hipótese forte*:

[...] as diferenças entre fala e escrita podem ser frutiferamente vistas e analisadas na perspectiva do *uso* e não do *sistema*. E, neste caso, a determinação da relação fala-escrita torna-se mais congruente levando-se em consideração não o código, mas os usos do código. Central, nesse caso, é a eliminação da dicotomia estrita e a sugestão de uma diferenciação gradual e escalar.

Consideramos, portanto, a proposta de Marcuschi (2004) bastante afinada com nosso referencial teórico funcionalista de vertente norte-americana. O acatamento de uma proposta escalar para a noção de gênero textual vai ao encontro das premissas básicas da corrente teórica adotada nesta pesquisa.

Feitas essas observações, cabe agora analisarmos a noção de *domínio discursivo*, que também é utilizada por Marcuschi (2005, p. 23-24, grifos do autor) nos seguintes termos:

Usamos a expressão *domínio discursivo* para designar uma esfera ou instância de produção discursiva ou de atividade humana. Esses *domínios* não são textos nem discursos, mas propiciam o surgimento de discursos bastante específicos. Do ponto de vista dos domínios, falamos em *discurso jurídico*, *discurso jornalístico*, *discurso*

religioso etc., já que as atividades jurídica, jornalística ou religiosa não abrangem um gênero em particular, mas dão origem a vários deles.

Assim, poderíamos afirmar que os diversos domínios discursivos constituem práticas discursivas que trazem os gêneros textuais atrelados a si. Teríamos, portanto, os gêneros textuais *missa, terça, culto, exorcismo, ladainha, oração* etc. englobados sob o rótulo de *domínio religioso*. Os gêneros *discurso, comício, projeto de lei, portaria* etc. seriam agregados ao domínio político. E assim sucessivamente.

Por fim, o conceito de *sequência tipológica* denota uma outra forma de nos referirmos a uma “espécie de construção teórica definida pela natureza linguística de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas)” (Marcuschi, 2005, p. 22). Em geral, as sequências tipológicas são bem mais limitadas em termos quantitativos, quais sejam: *narração, descrição, argumentação, injunção e exposição*.

Em geral, dizemos que os textos são tipologicamente variados, visto que as sequências tipológicas, via de regra, ocorrem alternadamente. Dessa forma, rompemos com a visão mais tradicional de que essas entidades eram classificadas como *tipos de texto*, o que conferia uma falsa autonomia a esse conceito. Em uma carta, por exemplo, sequências injuntivas, argumentativas, narrativas e descritivas alternam-se constantemente na tessitura dos fatos e argumentos abordados. A coesão, dessa forma, costuma ser construída ao passo que as sequências tipológicas vão sendo utilizadas. Assim, no máximo, poderíamos dizer que há textos predominantemente argumentativos, narrativos, descritivos etc.

Dentre as sequências tipológicas, havemos de destacar a argumentativa, afinal, segundo uma de nossas hipóteses, é nesse contexto linguístico que encontramos com maior vigor o nosso fenômeno: a correlação aditiva.

A argumentação pode ser compreendida como uma ação que intenta levar um leitor ou interlocutor a aderir às teses e propostas defendidas por meio de recursos de natureza lógica e linguística. Em geral, as sequências argumentativas ocorrem em meio a exemplificações, explicitações, enumerações e comparações.

No jogo argumentativo, especialmente de caráter político, sobressai um viés de caráter ainda mais enfático, que é a persuasão, entendida como um conjunto de estratégias utilizadas com vistas ao convencimento por meio da emoção e da convicção. Tal é o objetivo dos oradores

políticos, que muitas vezes beiram o esbravejamento e a comoção. Para tal, argumentos de diversas ordens são utilizados, muitas vezes até mesmo sem fundamentação confiável na realidade dos fatos e acontecimentos.

Por fim, podemos dizer que os diversos domínios discursivos nada mais são do que os enquadres sociais em que diariamente vivemos. E é justamente nesses enquadres que utilizamos diversos gêneros textuais materializados em sequências tipológicas distintas e complementares. Os gêneros textuais estão presentes em todas as circunstâncias de nossa vida, já que as ações humanas são correntemente mediadas pelo discurso. Daí a importância desse tópico para a nossa pesquisa.

A teoria dos gêneros funciona como um aparato teórico subsidiário nesta tese, tendo em vista que nossa pesquisa empírica toma como base um *corpus* de língua escrita, representativo de um gênero textual bastante específico: o discurso político. Esse gênero, por sua vez, está organizado predominantemente por uma sequência tipológica específica: a argumentação.

No próximo capítulo, que trata dos procedimentos metodológicos, teremos a oportunidade de caracterizar o gênero textual *discurso político* com maior nível de detalhamento.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como já vimos expondo ao longo de nosso trabalho, objetivamos encetar uma pesquisa com vistas à investigação das construções correlatas aditivas em situações reais de uso, a partir de padrões construcionais. Pretendemos, ao final da investigação dos dados, além dos objetivos já propostos na introdução desta pesquisa, contribuir com a descrição do português padrão contemporâneo, por meio da análise de discursos de deputados na ALERJ – Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, que apreciam os diversos projetos de lei bem como sugerem homenagens e realizam diversas votações.

Nossa opção pelo funcionalismo linguístico de vertente norte-americana justifica-se pelo fato de propormos uma análise com base em dados do português contemporâneo em uso, e não em formulações teóricas abstratas, como costumam fazer as abordagens formalistas. O suporte teórico oferecido pelo funcionalismo linguístico, aliado a outras correntes teóricas, especialmente a Gramática das Construções, ajuda a analisar a língua em uso sob uma perspectiva qualitativa e quantitativa, com rigor e apuro, como já exploramos amplamente no capítulo 3 desta pesquisa.

No tocante aos procedimentos metodológicos empregados na pesquisa de base funcionalista, concordamos com Oliveira e Votre (2009, p. 107):

[...] os funcionalistas ainda perseguem essa metodologia mais adequada, uma vez que a integração de fatores múltiplos e diversos concorrentes para a configuração do uso torna o procedimento organizacional dos dados e sua análise tarefas mais complexas. Esse é, sem dúvida, um dos desafios atuais da pesquisa.

De fato, o funcionalismo linguístico de vertente norte-americana ainda não apresenta um conjunto de procedimentos metodológicos que seja característico dessa linha de pesquisa. Por conta disso, frequentemente os trabalhos funcionalistas recorrem ao referencial metodológico de outras linhas de pesquisa, como a sociolinguística variacionista laboviana. Entretanto, diversos pesquisadores começam a romper com essa opção, pelo fato de a sociolinguística não atender muito bem a questões de ordem cognitiva, mas apenas a fenômenos de frequência e outras variáveis consideradas mais “concretas”, como sexo (ou gênero), idade, formação intelectual, etc.

Assim Martelotta (2009, p. 1) assevera:

Tenho notado ultimamente que algumas pesquisas – sobretudo dissertações e teses – vêm usando a metodologia variacionista em análises explicitamente funcionalistas de fenômenos de mudança, relacionados a processos de gramaticalização. Isso constitui, pelo menos em princípio, um problema, já que, de um modo geral, gramaticalização focaliza a evolução de uma forma (ou estrutura) linguística na direção de novos valores (ou de novas estruturas). [...] De fato, os trabalhos funcionalistas que utilizam a metodologia quantitativa quase nunca estão interessados no papel que a variação desempenha na mudança estudada.

A correlação, como vimos analisando ao longo deste trabalho, apresenta-se mormente no discurso formal, como uma importante estratégia retórica direcionada à arte do convencimento. Os contextos linguísticos em que a correlação se apresenta com mais intensidade referem-se justamente a sequências argumentativas e expositivas. Essa, pois, foi a motivação para selecionarmos discursos políticos de deputados, já que acreditamos encontrar nesse gênero textual, argumentativo por natureza, um maior número de ocorrências do fenômeno sob análise.

Com a citação de Módolo (2008, p. 1101), também justificamos o fato de termos selecionado sequências argumentativas para a nossa pesquisa:

Não há dúvida de que a língua falada e a língua escrita exploram de modo diverso os elementos que constituem as conjunções correlatas. Mais produtivas nos textos escritos, sobretudo quando se quer ouvir mais de uma voz em debate, as correlatas têm seu nicho em textos fortemente argumentativos.

Assim, nosso trabalho intenta analisar o fenômeno da correlação aditiva a partir do discurso formal, nos termos de Givón (1979, p. 103). Entretanto, desde já, em fidelidade aos pressupostos teóricos assumidos nesta pesquisa, entendemos o discurso formal e o discurso informal como pólos de um *continuum* e não como dois pontos estanques, com características bem definidas e inequívocas:

Se o linguista é honesto com referências às suas responsabilidades empíricas, então, em algum ponto de sua carreira, ele precisa deparar com uma profunda e perturbadora diferença ESCALAR entre os registros formal e informal da linguagem adulta⁵⁹.

De fato, em meio aos discursos analisados, encontramos diversas passagens em que o nível de formalidade não foi observado, principalmente quando se efetivavam debates mais acalorados sobre temas complexos. Porém, como já afirmamos, não consideramos tais fatos como problemas para a nossa análise; ao contrário, isso só revela o caráter dinâmico das línguas naturais, em especial da linguagem oral.

Considerando a natureza dos discursos políticos sob análise, reportamo-nos a Marcuschi (2004) que procurou explicar as hibridizações entre fala e escrita por meio dos conceitos de *meio de produção e concepção discursiva*. Para o autor, nem sempre o aspecto sonoro da produção era associado à concepção discursiva oral. Marcuschi (2004) exemplificou esse fenômeno com as notícias de TV, que mesclam um meio de produção sonoro com uma concepção discursiva escrita, afinal, antes de serem oralizadas ao telespectador, são redigidas segundo a modalidade escrita da língua.

O discurso político é ainda mais complexo, por conta de suas características intrínsecas. Nossa análise apontou para o fato de que muitos deles são preparados previamente na modalidade escrita e são apenas oralizados, tal como acontece com as notícias de TV a que Marcuschi (2004) fez referência. Por outro lado, há diversas outras situações em que os deputados utilizam o “*improviso*” como estratégia retórica. É justamente nessas situações em que constatamos um maior número de sequências mais afeitas à informalidade. Essa constatação reforça a necessidade de rompermos definitivamente com a ideia dicotomizadora de fala e escrita como pólos estanques de produção linguística.

De acordo com a subdiretoria de comunicação social da ALERJ, em comunicação pessoal com o autor desta pesquisa, todos os discursos feitos em plenário, nas sessões ordinárias ou extraordinárias, são taquigrafados⁶⁰ por um conjunto de especialistas formado por

⁵⁹ “If a linguist is honest about his empirical responsibilities, then at some point in his career he has to face the profound – and disturbingly SCALAR – difference between the formal and informal registers of adult language”.

⁶⁰ Segundo o dicionário Houaiss, a taquigrafia é a “técnica de escrita que utiliza caracteres abreviados especiais, permitindo que se anote as palavras com a mesma rapidez com que são pronunciadas”, também é chamada de estenografia, logografia e pasistenografia.

aproximadamente 30 profissionais com nível superior, não necessariamente em carreiras mais afeitas ao estudo das línguas, como Letras, Linguística, Comunicação Social, Tradução etc. Os pronunciamentos são feitos e logo em seguida taquígrafados e convertidos em língua escrita. Em média, todo esse processo leva 1 hora, variando em função da extensão dos discursos.

Ainda segundo esse setor da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, os taquígrafos recebem orientação de que devem representar o mais fielmente possível a fala dos deputados, e tudo é supervisionado por um diretor geral. Por outro lado, sabemos que qualquer atividade de retextualização faz com que o discurso original seja alterado, mesmo que minimamente. O próprio processo de converter um segmento falado em segmento escrito já alteraria a expressividade costumeira dos pronunciamentos orais. Dessa forma, podemos caracterizar o gênero textual sob nossa análise como sendo um *script* bastante complexo tanto do ponto de vista da produção quanto do ponto de vista da publicização.

Nossa fonte de pesquisa consta no *site* eletrônico <http://www.alerj.rj.gov.br>, mais especificamente no ícone *Discursos e Votações*, que apresenta os discursos políticos dos deputados da ALERJ, nos últimos anos. Todos os discursos estão classificados por ano e mês (de janeiro a dezembro). Cada mês apresenta um número bastante variável de discursos, a depender da pauta do dia e das normas internas da Casa Legislativa.

Para esta tese, selecionamos 1275 discursos de diferentes extensões, de 02 de fevereiro de 2009 a 29 de outubro do mesmo ano. A amostra recortada para nossa análise representa, assim, um conjunto de textos de base sincrônica, que espelha os usos contemporâneos da língua portuguesa, no interior do gênero textual selecionado. Certamente os modernos instrumentos de busca eletrônica facilitaram o nosso trabalho de coleta de dados.

Com relação à aferição da frequência dos dados de nossa pesquisa, utilizamos as contribuições de Bybee (2003, p. 604). A autora estabelece uma importante distinção entre *frequência de tipo* (*type frequency*) e *frequência de ocorrência* (*token frequency*). Segundo a autora, *frequência textual* ou *de ocorrência* é a frequência de aparecimento de uma unidade. A frequência de ocorrência diz respeito à unidade, geralmente palavra ou morfema no texto. Por exemplo, a forma *broke* ocorre 66 vezes em 1.000.000 de palavras em um determinado *corpus*, enquanto a forma *damaged* ocorre apenas 5 vezes. Por outro lado, *frequência de tipo* se refere à frequência no dicionário de um determinado modelo, tal como um modelo de tonicidade, um afixo etc. Refere-se a um tipo de estrutura em particular. Por exemplo o sufixo *-ed* ocorre

quantas vezes num *corpus* de 1.000.000 de palavras? A construção como *broke (spoke, wrote)* quantas vezes ocorre? Certamente é muito menos frequente do que o tipo *–ed*.

Quanto aos dados transcritos do *site*, procuramos prover o leitor desta pesquisa de um contexto mínimo que pudesse oferecer as inferências necessárias à interpretação do dado. Assim sendo, em muitos momentos, optamos por incluir na citação dos dados de nosso *corpus* um contexto maior do que aquele em que encontramos o fenômeno estudado em si. Além disso, cada discurso vem acompanhado da data em que foi proferido, que é a única marca extratextual que acompanha os dados desta pesquisa.

Também tivemos a preocupação de destacar os correlatores para facilitação do trabalho do leitor. Reiteramos que cunhamos o termo *correlatores*, em analogia a coordenadores e subordinadores, para nos referirmos aos articuladores sintáticos responsáveis pela correlação. Evitamos o termo *conjunção* para nos referirmos a esses conectivos justamente pelo fato de esse termo envolver uma discussão teórica, quanto à sua conceituação, que excederia os propósitos de nossa pesquisa.

Os dados extraídos de nosso *corpus* estão dispostos em uma sequência numérica crescente, alinhados mais à direita, em espaço simples e em fonte mais reduzida do que a do texto desta pesquisa, para que o leitor não tenha dúvida quanto à sua origem e natureza. Além disso, estão indicados com a data em que foram proferidos na ALERJ, como já apontamos anteriormente.

Os exemplos extraídos das diversas gramáticas, compêndios e demais obras de referência são destacados com as letras do alfabeto latino, de forma que sua origem não se confunda com os dados propriamente ditos de nosso *corpus*.

Os dados coletados do *corpus* foram utilizados desde o primeiro capítulo desta tese, para ilustrar e cotejar as afirmações que vimos fazendo, além de sustentar as propostas defendidas nesta tese. Contudo, é no próximo capítulo que serão utilizados com mais frequência, haja vista a sua própria natureza analítica.

Nossa opção pela língua escrita, pelo menos como produto final para análise, é justificada pelos motivos que Traugott e Dasher (2002, p. 45) expõem: “Dados escritos podem refletir convenções de uso entre um grupo letrado que não são compartilhadas pelo discurso da

comunidade em geral⁶¹.” Aliás, essa visão é assumida por Givón (1993, p. 13), para quem construções complexas são sistematicamente mais frequentes em discursos cujo tempo de planejamento é maior.

De uma forma geral, os deputados estaduais possuem boa formação intelectual, pelo menos no que concerne à oratória. O falante com instrução formal, que em nossa sociedade é oferecida prioritariamente pela escola, tende a ter um domínio maior de gêneros tanto por meio da leitura quanto por meio da produção verbal escrita e/ou falada. Isso faz com que sua produção linguística seja mais ligada à formalidade e mais ligada à complexidade estrutural.

Uma primeira análise de nosso *corpus* revelou a existência de uma série de tipos de correlação bastante distintos, que podem ser exemplificados sucintamente abaixo:

a) correlação alternativa

(16) Coloquei pessoalmente aqui que o mercado Guanabara ajuda destruir todo aquele pequeno comerciante em volta, uma vez que ele não paga como deveria os seus impostos seja superfaturando os hortifrutigranjeiros - que são isentos -; seja em caixas frias. – 16/09/2009

(17) Mas se compararmos o projeto de hoje com o Substitutivo que chegou aqui nesta Casa, o avanço se deu pela mobilização das categorias e pela atuação dos setenta parlamentares, sem exceção, sejam de oposição, sejam da base do Governo. – 08/09/2009⁶²

(18) É composto de elementos de vários segmentos que lidam com o problema do diabético no Estado do Rio de Janeiro, seja o segmento que trata da doença em si, sejam outros segmentos, por exemplo, o do próprio financiamento das ações, dos insumos voltados a minimizar e a tratar os problemas da diabetes no nosso Estado. – 13/08/2009

(19) É uma região de importância sócio-econômica muito grande, com participação percentualmente muito alta no ICMS do Estado, no ISS e no IPTU, ambos da Prefeitura, mas que carece ainda de muita assistência dos poderes públicos, seja da Prefeitura, do governo do Estado ou do governo federal. – 08/09/2009⁶³

⁶¹ “Written data may reflect conventions of use among a literate group that are not shared by the speech community at large”

⁶² Atente-se para o fato de que, neste exemplo, os correladores apresentam marca de flexão verbal, o que revela um caráter pouco gramaticalizado para o conectivo descontínuo responsável por realizar a correlação alternativa.

⁶³ Observe-se que há, neste exemplo, uma ocorrência de correlação alternativa não-prototípica, já que os correladores são dissimilares, o que é muito pouco comum e totalmente ausente nas descrições gramaticais mais tradicionais da língua portuguesa.

b) correlação substitutiva⁶⁴

(20) Se um sujeito, numa determinada comunidade carente, é estimulado e ajudado pelo poder público e consegue erguer a sua loja; se hoje tem dois empregados e amanhã passar a ter quatro, cinco; se daqui a algum tempo abrir uma nova filial, com competência administrativa, começará a gerar, a produzir riquezas não para ele, mas de alguma forma para reinvestir na própria sociedade. – 16/09/2009

(21) Nosso elogio aqui sincero, não é uma elogio da boca para fora, não é por conta de um elogio nosso que vai fortalecer mais ou menos o trabalho do jornalista Sidney Rezende, mas nós queremos aqui de púlpito, da tribuna, elogiar esse papel que a gente não tem visto em outros órgãos de imprensa. – 15/09/2009

(22) É por isso que o cidadão tem que ser tratado não como consumidor, e sim como cidadão. – 09/09/2009

(23) Acho que a vitória alcançada aqui hoje não é a vitória de um, nem de dois, nem de três deputados, mas a inequívoca demonstração de que o Parlamento busca sempre o caminho da conciliação e da conquista de direitos. - 08/09/2009

c) correlação comparativa⁶⁵

(24) Mas vamos falar da festa, da comemoração que é tão bonita e grande quanto a importância dessa região – 09/09/2009

(25) O Presidente Lula, recentemente, virou um Presidente mais preocupado com marketing eleitoral do que em governar o País. – 26/08/2009

d) correlação proporcional

(26) Na verdade, quanto menos o professor ganha, parece que é muito melhor para um grupo que se beneficia com a falência da escola pública. Quanto mais a escola pública se afundar melhor para aqueles que lucram com o ensino, com o ensino particular. – 08/09/2009

⁶⁴ Essas construções que chamamos substitutivas são chamadas de *sentenças clivadas* por Quirk *et al.* (1985, p. 941). Halliday e Hasan (2002, p. 248) assertam que elas devem ser consideradas comparativas negativas, que são próximas das adversativas. Curiosamente, encontramos alguns exemplos, em nosso *corpus*, de ocorrências de construções que podem ser consideradas “inversas” às chamadas correlações substitutivas. Vejamos: (a) Para ele ser tratado como cidadão, com direitos e deveres, tem que haver a presença do Estado regulando o mercado, e não o mercado ditando as regras para o Estado. – 09/09/2009. Sem dúvida, essas construções mereceriam um tratamento mais pormenorizado; contudo, esse tipo de trabalho excederia os nossos objetivos.

⁶⁵ De acordo com Mattos e Silva (2006, p. 188), “na documentação arcaica ocorrem nexos entre frases que podem ser classificados como *correlações conjuncionais*. Dessas são mais frequentes as *comparativas* e as *proporcionais*. Essas correlações apresentam os elementos que as identificam nas duas sentenças correlacionadas”.

(27) Então, você não é responsável nem pelos atos de alguém da sua família pratica, quanto mais pelos atos de pessoas que você não conhece. – 12/08/2009

Também encontramos alguns exemplos bem menos gramaticalizados de pares correlativos. Segundo nossa observação, acreditamos que tais estruturas estejam ainda mais no plano do discurso do que no da sintaxe, já que sua existência atentaria mais para razões de ordem discursiva, sem muita regularidade. Vejamos alguns exemplos:

(28) Se, de um lado, justo era incorporar, por outro lado, justo também seria contemplar aqueles que já tinham incorporado o Nova Escola, de modo que o benefício fosse diferenciado porque incorporava os excluídos, mas não seria razoável dar uma migalha àqueles que já tinha o Nova Escola. – 16/09/2009

(29) De um lado, vemos um presidenciável que retirou os seus direitos através de uma emenda maldita à Constituição de 88. De outro lado, vemos uma Sra. Ministra que tem apoiado e se manifestado a favor dessa covardia para com o Estado do Rio de Janeiro. – 26/08/2009

(30) Por algumas vezes ocupei esta tribuna para reclamar em relação a esse tema, reclamar do ex-deputado José Serra, autor daquela terrível emenda, outras vezes para reclamar da direção que o poder central vem dando a este tema, mas acho que vale a pena algumas reflexões. – 26/08/2009

(31) É comum, Deputado Coronel Jairo, se ver as manobras, as faladas manobras: em alguns dias abastecem uns bairros e em outros dias abastecem outros bairros. – 18/08/2009

(32) Dividimos basicamente em dois grandes grupos, primeiro, o das características pessoais dele e, depois, o dos feitos dele pelo Estado do Rio de Janeiro. – 13/08/2009

(33) Da mesma forma como temos aqui defendido que se afirme e se respeite o direito de culto das religiões de matriz afro, tão discriminadas, tão agredidas, Δ nós, com o mesmo direito, com o mesmo empenho, entendemos que é absolutamente justificada a aprovação desse decreto legislativo. – 25/08/2009

(34) No entanto, muda-se o Governo, mudam-se os projetos educacionais. – 08/09/2009⁶⁶

⁶⁶ Neste exemplo, não há propriamente a ideia de uma correlação prototípica, visto que não há nem mesmo a presença de elementos conectivos correlativos. Por outro lado, as razões para o seu uso podem ser equiparadas ao do verbo *quer* ou *ser*, já em processo de gramaticalização. Nesse exemplo (34), o elemento que, de certa forma, institui a correlação é verbal e apresenta flexão. Isso faz com que aproximemos esse exemplo dos pares *seja...seja* ou *quer...quer*. Além disso, emerge do período em análise a mesma força alternativa ou disjuntiva dos prototípicos correladores alternativos. É possível, portanto, que estejamos flagrando a gênese de mais um correlator alternativo. Contudo, sabemos que sua efetivação na língua dependerá de muitos outros fatores, como frequência, cognição, uso etc.

Como podemos verificar, de fato, a correlação é uma grande “floresta inexplorada” (cf. Oiticica, 1952). Os poucos exemplos acima descritos já depõem a favor de uma urgente abordagem mais sistemática e aprofundada desse fenômeno em língua portuguesa. De certa forma, acreditamos que existe uma agenda de estudos que reclama a atenção dos pesquisadores.

Para essa pesquisa, com o objetivo de darmos um tratamento mais pormenorizado a um dos aspectos do fenômeno da correlação, adotamos um grupo de *construções aditivas* como foco de análise. Nossa escolha baseou-se em tais construções, principalmente pelo fato de elas denotarem ideias mais básicas, conforme propuseram Halliday e Hasan (2002, p. 234). De certa forma, as construções aditivas fundamentaram nossas análises e deverão servir como ponto de partida para o estudo de outras construções correlatas em etapas posteriores a esta tese.

Como vimos ao longo do capítulo 2, a adição está demasiadamente atrelada à noção de coordenação, o que não abre perspectiva para sua análise dentro de outros padrões construcionais, tais como a justaposição, a hipotaxe adverbial e a correlação. Evidentemente, isso pode ser explicado pela prototipicidade do conectivo *e*, coordenativo por natureza. Entretanto, não podemos olvidar a possibilidade de esse matiz semântico ser analisado dentro de outras perspectivas, tal como propomos nesta pesquisa com relação à correlação.

Um fato pouco apontado pelos autores que já se ocuparam do estudo da correlação diz respeito à elipse de um dos correlatores. Como veremos em nossa análise, esse fenômeno é produtivo. Por essa razão, por convenção, adotamos o símbolo Δ para indicar o conectivo subentendido que perfaz um dos correlatores. Precisamos observar que o lugar desse símbolo também é ocupado por uma mudança na força ilocucionária.

Adotamos uma análise baseada na interseção da gramaticalização, da teoria dos protótipos, da teoria dos gêneros e da perspectiva de construções. Esta última merece destaque, visto que nossa análise não parte de itens; ao contrário, segundo orientação teórica mais corrente, ocorre no contexto de construções em particular. Afinal, é a construção com itens lexicais/gramaticais particulares que se gramaticaliza, e não o item isolado, conforme já expusemos em nossa fundamentação teórica.

O termo *construção* também permitiu que abrigássemos em nossa pesquisa tanto estruturas oracionais como estruturas não-oracionais, visto que a correlação se materializa em ambas, como fenômeno emergente na língua portuguesa.

Nossa análise consta de duas seções: 1. *Padrões micro-construcionais*; 2. *Padrões meso-construcionais*. Essas seções abordarão algumas peculiaridades da correlação aditiva, que estarão adjuntas ao tema central da seção, e nos conduzirão a uma possível formalização para o padrão macro-construcional de onde derivam os outros níveis de construções que estamos explorando.

Na seção 1, analisamos os diversos padrões micro-construcionais correlativos aditivos que estão no *corpus* de nossa pesquisa, além de sucintamente entrevermos como a adição se materializa em outras construções sintáticas. Nosso objetivo está em verificar em que medida os padrões construcionais são diversificados ou não em língua portuguesa.

Na seção 2, investigamos a possibilidade de as construções aditivas correlativas serem organizadas em padrões meso-construcionais. Assim, nossa intenção baseia-se na possibilidade de traçarmos um quadro mais “econômico” para os padrões construcionais correlativos aditivos em língua portuguesa, em busca de uma macro-construção mais geral e esquemática, que abranja os demais padrões hierarquicamente situados em níveis mais básicos.

Após caracterizarmos o nosso *corpus* e também o discurso político, podemos avançar para a etapa seguinte de nosso trabalho, que consiste em analisar as construções correlatas aditivas, segundo os pontos já destacados.

5. ANÁLISE DE DADOS

Em nosso *corpus*, que é composto por 1275 discursos de diferentes extensões, colhidos de 02 de fevereiro de 2009 a 29 de outubro do mesmo ano, encontramos 382 ocorrências de pares correlativos aditivos, que serão analisados segundo dois níveis: 1. *Padrões micro-construcionais*; 2. *Padrões meso-construcionais*.

Esses dois aspectos retratam, como vimos na fundamentação teórica, dois níveis diferentes de formalização para as construções aditivas. O nível mais elementar de esquematicidade é ocupado pelas micro-construções, que apresentam um grau menor de formalização. A seção 5.1 explora esses padrões correlativos.

O nível intermediário de esquematicidade das construções é ocupado pelas meso-construções, que são blocos com comportamento sintático e semântico similar, em nível intermediário entre as macro-construções e micro-construções. As meso-construções são exploradas na seção 5.2.

Ao percorrermos essas duas seções, objetivamos formalizar uma macro-construção, da qual emergem as micro e meso-construções, exploradas ao longo das duas seções seguintes. Essa é a tarefa a ser encetada no final da seção 5.2.

5.1. PADRÕES MICRO-CONSTRUCIONAIS

Encontramos em nosso *corpus*, além do prototípico *e*, bem mais frequente do que qualquer outra estratégia de adição, uma série de outros conectivos responsáveis por adicionar termos oracionais e não-oracionais. Em primeiro lugar, apresentaremos essas estratégias. Logo em seguida, passaremos a analisar os padrões micro-construcionais correlativos aditivos propriamente ditos.

a) mas também:

(35) Ao contrário, estou dizendo que é uma escolha como outra qualquer, que merece a discussão mas também merece o acolhimento. – 22/09/2009

Nesse exemplo (35), o deputado copula dois elementos (*discussão* e *acolhimento*). Essa união de sintagmas é feita por meio do conectivo aditivo⁶⁷ *mas também* que, pragmaticamente, tem força um pouco distinta da do conectivo coordenativo aditivo prototípico *e*. Em (35), podemos inferir que, ao abordar o assunto em discussão, o deputado pressupõe que a *discussão* é fundamental e é relativamente consensual entre os seus pares. Por outro lado, o *acolhimento* a que ele faz referência funciona discursivamente como um elemento novo. Funciona, em outras palavras, como o argumento mais forte, em *crescendum*, ou seja, o elemento inesperado que é reservado em prol de um maior convencimento.

b) como também:

(36) Enfim, o menino veio a falecer e é muito triste, como também lamentamos a morte de uma menina de quatro anos, no mês passado, com um choque. – 27/08/2009

Nesse exemplo (36), muito semelhante ao anterior, o deputado também reúne dois fatos (*falecimento do menino* e *morte de uma menina*) por meio do conectivo aditivo *como também*. Por outro lado, detectamos uma diferença bastante sutil, se compararmos (35) e (36). Neste último caso, o uso do elemento *como*, que integra o conectivo aditivo, traz um matiz comparativo. Afinal, a morte da menina de 4 anos, tal como é relatada pelo orador, é acrescentada e ao mesmo tempo comparada à morte do menino, que foi em condições semelhantes. Isso é possibilitado pela presença do conectivo *como*, que é comparativo por natureza.

c) bem como:

⁶⁷ O conectivo *mas também*, numa perspectiva construcional, está sendo interpretado como um todo de sentido e forma, tal como ocorre com os outros padrões descritos nesta seção.

(37) Vamos fazer um expediente ao Ministério da Educação – bem como à representação do Ministério no Rio de Janeiro – mas peço o apoio da bancada do PT na Casa junto ao Ministro Fernando Haddad. – 03/09/2009

Outra estratégia comumente utilizada para veicular a noção de adição é o uso do conectivo *bem como*. Esse conectivo tem função semelhante ao *como também*. Em (37), também detectamos um matiz comparativo adjungido à ideia de adição, pelos mesmos motivos que já arrolamos anteriormente: a partícula *como* veicula essa noção, de forma já bem amainada. O expediente relatado pelo deputado será feito a duas instâncias: ao *Ministério da Educação* e à *representação do Ministério no Rio de Janeiro*. O uso de *bem como* possibilita concluirmos que esses “expedientes” serão feitos comparativamente de forma similar.

d) como também, mas também e assim como⁶⁸ desgarrados:

(38) Pergunto, Deputado Tucalo, participamos dos lucros que o minério de ferro existente em Minas Gerais confere àquele Estado? Não! Como também não participamos dos danos ambientais. Temos alguma participação na plantação de soja no Centro-Oeste do nosso Brasil? Não! Mas também não temos participação na destruição ambiental que a plantação de soja vem produzindo através do desmatamento naquela região. – 25/08/2009

(39) Dentro de alguns meses, por ação do Governo do Estado, nós teremos uma Lagoa onde nós poderemos levar os nossos filhos para tomar banho; onde nós poderemos ir com nossa família em tranquilidade; fazer, Deputado Sabino, passeios; voltaremos a ter pessoas esquiando na Lagoa Rodrigo de Freitas e, muitas pessoas, atribuindo este feito ao empresário Eike Batista - de forma equivocada - deixando de dar o mérito a quem o merece, o Governador Sérgio Cabral. Assim como inaugurou, também, há algumas semanas, a estação de tratamento de gases, Deputado Brazão, em Copacabana. Copacabana, no Posto 6, quem passava por aquela região não conseguia respirar, parecia que a todo momento ali alguém soltava gases. – 16/09/2009

⁶⁸ Barreto (1999, p. 72) investiga a origem histórica do conectivo *assim como* (de *assim*, do latim *ad + sic*, + conjunção *como*, do latim *quo* → *mo* → *do*). Desde o século XIII, segundo a autora, esse conectivo tem função comparativa ou modal.

Merecem destaque, ainda, os conectivos *como também*, *mas também* e *assim como*, encontrados em nosso *corpus* de forma desgarrada (cf. Decat et al., 2001; Lima-Hernandes, 2004, p. 53). Esses conectivos são utilizados em contextos muito semelhantes aos já apresentados, com a diferença de surgirem em relações mais “frouxas” do ponto de vista sintático.

Essa relação mais “frouxa” caracteriza um nível mais baixo de integração ao segmento textual precedente. Também podemos defender a hipótese, de acordo com alguns estudos de língua falada, que essa relação mais “frouxa” é facilitada pelo fato de as desgarradas ocorrerem, em muitas situações, em contornos entonacionais separados. Na língua escrita, por exemplo, essa pausa é representada por um ponto final, que antecede o segmento aditivo.

Lima-Hernandes (2004, p. 56) acrescenta que essas construções aparecem tanto em textos orais como em textos escritos. Além disso, a autora também atrela essas construções às descritas por Chafe (1984). Segundo este último, essas construções ocorrem para criar um espaço mental ou uma *moldura de referência*, na qual se insere um determinado conteúdo.

Essas construções demandam, por parte do interlocutor, maior esforço cognitivo e maior envolvimento na situação interativa, visto que ele terá de “administrar” esse “espaço vazio” normalmente ocupado pela cláusula anterior, mas presente do discurso precedente.

Esse tipo de construção muito provavelmente é rechaçado em contextos mais cultos de uso, justamente pelo fato de a tradição normativista contestá-lo. Essa pode ser uma razão para não a encontrarmos com tanta frequência em nosso *corpus*. Afinal, a tradição de estudos gramaticais limita-se a examinar a articulação de orações com base em estruturas prototípicas, sem relacioná-las com o contexto situacional em que os enunciados são produzidos.

Curiosamente, como se verá adiante, os correlatores que analisamos exibem os mesmos elementos encontrados na composição das micro-construções correlativas aditivas, que são o foco desta tese. Diante disso, podemos postular que esses itens que constituem a correlação estão em um processo bastante inicial de coalescência, que tende a aglutinar (ou justapor) elementos diversos com vistas à criação de outros para satisfazer novas necessidades comunicativas.

Por esse motivo, também defendemos que ainda não houve a cristalização⁶⁹ desses conectivos, especialmente pelo fato de eles exibirem uma considerável variabilidade. Na esteira

⁶⁹ Compreendemos a *cristalização* de uma construção como o estabelecimento de uma conexão entre a configuração morfofssintática, que fica mais fixa, e um significado. (cf. Nöel, 2006, p. 20).

dos princípios de Lehmann (1985), esses indícios reforçam a hipótese de um processo de gramaticalização ainda incipiente para esses conectivos.

Ainda no campo da investigação dos elementos responsáveis pela adição de segmentos, passemos a analisar algumas partículas correlativas que veiculam o matiz aditivo de forma principal ou subsidiária.

a) assim como... também

(40) Assim como temos hoje uma representação da sociedade pedindo o cumprimento do Regimento para inclusão na Ordem do Dia do projeto de autoria do Deputado Alessandro Molon, sobre a vistoria do gás, ontem estava aqui uma representação de rodoviários, também para inclusão na Ordem do Dia do projeto de lei já aprovado em 1ª votação, tratando da recuperação da função do auxiliar do motorista nos transportes rodoviários, na medida em que vêm acontecendo acidentes. – 27/08/2009

A construção acima, instanciada pelo par correlativo *assim como... também* pode ser considerada comparativo-aditiva, tendo em vista a sua configuração morfossintática. O deputado orador, ao mesmo tempo em que une dois grupos (*representação da sociedade e representação de rodoviários*), também os compara, visto que ambos trazem reivindicações consideradas legítimas.

Para Melo (1978), trata-se, neste caso, não de uma correlação aditiva ou aditiva-comparativa, mas *equiparativa*. Acontece quando o segundo termo é posto à altura do primeiro, em mesmo pé de igualdade. Segundo o autor, são normalmente utilizadas com as expressões “*assim... assim também*”, “*não só... mas também*”, “*senão também*”, “*assim como... assim*”. Em nossa pesquisa, entretanto, preferimos considerá-la como aditiva, pois verificamos entre um termo ligado e outro a ideia de adição, apesar de não descartarmos outro significado subsidiário entre eles.

b) desde... até

(41) O Deputado e o Vereador, Deputado Coronel Jairo, se dão com desde o faxineiro, o auxiliar de pedreiro ou o jornaleiro até o Presidente da República. – 17/09/2009

No caso do par correlativo *desde...até*, observa-se a existência de uma preocupação em marcar dois pólos, representativos de uma escala valorativa. A marcação de tais pólos evidencia os limites iniciais (*faxineiro, auxiliar de pedreiro, jornaleiro*) e limites finais (*presidente da república*), em uma relação de adição. Culturalmente os profissionais do primeiro grupo estariam em posição diametralmente oposta ao cargo de presidente da república. Vejamos outro exemplo:

(42) Naquela ocasião uma série de investimentos estava iniciando, mas hoje a gente percebe que o conjunto de investimentos, como o Landin colocou, perpassa diversas regiões do Rio de Janeiro, desde o Norte Fluminense, até a Região de Itaguaí, passando pela Capital. – 13/08/2009

No exemplo (42), o deputado, em discurso na ALERJ, defende a existência de aplicação de recursos públicos em uma vasta região do Estado do Rio de Janeiro, que vai *desde* o Norte Fluminense (que funciona como um pólo) *até* Itaguaí e a capital do Estado (que funcionam como outro *pólo*). Assim, há adição de dois termos que representam duas grandes regiões do Estado do Rio de Janeiro, e essa adição apresenta a propriedade peculiar de englobar toda uma extensão territorial demarcada por dois pontos geográficos.

De acordo com Bon (2001, p. 110), a partícula *até* situa-se no plano discursivo sem fazer referência diretamente a elementos extralinguísticos. O item introduzido por *até* aponta para algo imprevisível ou até mesmo estranho. Expressa, assim, o final de um núcleo conceptual, cujo início é marcado pela partícula prepositiva *desde*, indicadora de um ponto inicial.

Certamente, dentro do bojo da correlação aditiva, esse par correlativo talvez seja o mais marginal ou menos prototípico, visto que, como já dissemos, não adiciona simplesmente, mas incorpora em si uma extensão de elementos, cujos pólos são focalizados.

c) **tanto... quanto**⁷⁰

⁷⁰ A partícula correlativa *tanto... quanto* (do indefinido **tanto** + indefinido **quanto**), de acordo com Barreto (1999, p. 98-99), funciona como partícula subordinativa comparativa, desde o século XIII até os nossos dias. “O português arcaico e o contemporâneo coincidem quanto ao emprego e à distribuição dos termos dessa correlação. Há ainda

(43) A SRA. INÊS PANDELÓ (Pela ordem) – Sr. Presidente, faço minhas as palavras do Deputado Alessandro Molon, tanto no registro em homenagem ao companheiro Victor Valla, que realmente prestou grandes serviços ao povo brasileiro, de cidadania, quanto com relação ao repúdio, ao lamento sobre a situação que aconteceu aqui ontem.
– 09/09/2009

Segundo Almeida (2004, p. 357) os pares *tanto... quanto* e *tanto...como* instanciam orações que devem ser analisadas como subordinadas adverbiais comparativas⁷¹. Defendemos outra possibilidade de análise para esse tipo de construção, visto que o processo de abstratização das partículas *quanto* e *como* esmaeceu seus sentidos primários, em sucessivos deslizamentos semânticos. No estágio atual da língua, pelo menos nas ocorrências que analisamos, a carga semântica emergente ou mais prototípica é de adição.

O par correlativo *tanto... quanto* também marca dois pólos, sem contudo demarcar com tanta ênfase os limites desse pólo, como faz o par correlativo *desde... até*. Vejamos mais um exemplo desse padrão construcional:

(44) Gostaria de solicitar a V. Exa., Sr. Presidente, que constasse nos Anais da Casa o nome das pessoas que nos ajudaram, tanto da sociedade civil quanto do Governo, na elaboração do texto da minuta do Projeto da Segurança Alimentar. – 18/08/2009

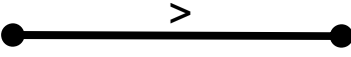
No exemplo (44), o par correlativo *tanto...quanto* relaciona dois pólos (*sociedade civil e governo*), sem, contudo, inserir em seu escopo outros elementos. Assim, marcam-se dois pólos, mas à diferença de *desde...até*, não há a ideia subjacente de limite veiculada pelas preposições *desde* (limite inicial) e *até* (limite final), nem a inclusão de elementos na linha imaginária que se instaura entre num pólo e outro.

Poderíamos esquematizar os pares correlativos *desde...até* e *tanto...como* da seguinte maneira:

coincidência no modo do verbo da sentença correlacionada que pode ser o indicativo ou subjuntivo, dependendo do modo e do tempo em que se encontra o verbo da sentença subordinante”.

⁷¹ Llorach (1999, p. 230) adota postura diferente da de Almeida (2004), visto que o autor defende haver nos pares *tanto... quanto* e *tanto...como* apenas uma aparência comparativa.

Figura 1 – Desde...até e tanto...quanto

Desde... até	
Tanto...quanto	

Apesar de não ter ficado claramente demarcado nos dados desta tese, é possível que, em outros dados, o par *tanto... quanto* acumule a ideia de comparação juntamente com a de adição. Módolo (2004, p. 69) afirma que isso pode ser explicada devido à origem da partícula *como*, que ocupa o mesmo lugar sintático do *quanto* nesse padrão construcional.

d) *nem... nem*⁷²

(45) O SR. RODRIGO NEVES – Evidentemente, essa não é a política de reajuste salarial para os próximos cinco anos. Isso precisa ser dito neste plenário. [Eu] *não* ouvi isso *nem* no Colégio de Líderes *nem* do Governador do Estado do Rio de Janeiro - 08/09/2009

Esse par é instanciado pela duplicidade da partícula negativa *nem*. A ocorrência desse par correlativo exige algumas mudanças de ordem sintática. No exemplo (45), por exemplo, o par correlativo *nem...nem* exige a presença da partícula *não* logo após o sujeito da oração (indicado entre colchetes). Isso se justifica pelo fato de haver duas outras negações correlatas em posição

⁷² Detectamos alguns poucos casos em que a ideia de *par* correlativo não se sustenta, visto que a correlação é formalizada por meio de três conectivos descontínuos. Essa questão será mais bem analisada um pouco adiante, nesta tese. Vejamos o exemplo: *Mas, de uma certa forma, não disse as regras, não desdobrou, nem afirmou as novas regras que teremos aí com o pré-sal.* – 12/08/2009. De acordo com Barreto (1999, p. 87), isso já ocorria em textos do século XIII, e era comportamento sintático comum, no português arcaico.

de satélite. A ausência dessa partícula negativa inicial geraria uma sequência agramatical, ou pelo menos, não-usual em nossa língua portuguesa contemporânea:

(45') * O SR. RODRIGO NEVES – Evidentemente, essa não é a política de reajuste salarial para os próximos cinco anos. Isso precisa ser dito neste plenário. Eu ouvi isso nem no Colégio de Líderes nem do Governador do Estado do Rio de Janeiro - 08/09/2009

Para Barreto (1992, p. 85-86), a partícula *nem* pode funcionar como um advérbio ou conjunção aditiva negativa correspondente a *e não*, e “vem sempre precedida de sentença negativa”. Quanto ao par (*nem... nem*), ainda segundo a autora citada, teria valor correlativo coordenativo alternativo, no sentido de expressar uma “alternância negada”.

Assim, concluímos a análise de oito estratégias utilizadas pelos falantes de nossa atual sincronia da língua portuguesa para a expressão da ideia de adição, sendo quatro padrões aditivos não-correlativos e quatro padrões aditivos correlativos.

Para esta tese, no âmbito dos correladores aditivos propriamente ditos, selecionamos, a partir de nosso *corpus*, um total de 28 micro-construções diferentes. Como vimos, há diversas outras estratégias utilizadas, em língua portuguesa, para a expressão da adição. Por outro lado, para esta tese, foi necessário fazer esse recorte, a fim de podermos conferir aos dados uma análise mais pormenorizada e aprofundada. Os outros padrões já apontados e também os ainda não descritos constituem, desde já, uma agenda de investigações para etapas futuras.

Essa multiplicidade de formas para a expressão de uma mesma categoria é muito comum também a outros processos sintáticos, como asseverou Givón (2002, p. 22): “as línguas podem codificar o mesmo domínio funcional utilizando mais que um único meio estrutural⁷³”. No bojo dos estudos de base cognitivista, esse fenômeno aponta para o princípio construcional da *força expressiva maximizada* (cf. Goldberg, 1995).

Esse princípio da Gramática das Construções encontra correlato no princípio funcionalista da *extensão* (cf. Heine; Kuteva, 2007, p. 35-36). Em síntese, aplicando-se esses princípios ao fenômeno sob investigação, podemos afirmar que a correlação aditiva é uma estratégia linguística

⁷³ “Languages can code the same functional domain by more than one structural means”.

que utiliza elementos já existentes na língua, recrutando-os para novas funções comunicativas, reorganizados em novos padrões construcionais.

Heine et al. (1991, p. 27) explicam as estratégias que os usuários da língua utilizam para criação de novas formas. Entre elas, destacam: a) invenção de novos rótulos, ou seja, a criação de novas combinações de sons; b) empréstimos de outros idiomas ou dialetos; c) criação de expressões simbólicas, como onomatopeias; d) composição e derivação de novas expressões a partir de outras já existentes; e) extensão de uso de formas já existentes para a expressão de novos conceitos, comumente por meio de transferências analógicas, metáforas e metonímias.

As duas últimas estratégias apontadas pelos autores são de capital importância para esta tese, tendo em vista que explicam o processo de criação dos correlatores. Heine et al (1991, p. 27) também sublinham esses pontos: “Essas estratégias têm em comum o fato de serem motivadas. As pessoas muito raramente inventam novas expressões; ao contrário, elas se baseiam em formas e em estruturas linguísticas já existentes”⁷⁴.

Isso acontece para que novas necessidades comunicativas sejam atendidas, especialmente nos casos em que ainda não existem designações linguísticas adequadas. Em outras palavras, esses itens são recrutados no inventário da língua portuguesa para, em diversas combinações, servirem a novas necessidades dos usuários da língua (cf. Croft, 2007, p. 10.13)

Assim, os diversos enunciados intentam verbalizar a experiência que se quer comunicar. Para que isso aconteça, é necessário, muitas vezes, que haja a reutilização de palavras e construções já existentes, em outros contextos e formatos. Essa asserção encontra muita afinidade com o que afirmaram Martelotta et al. (1996, p. 11): “A gramática de uma língua natural nunca é estática e acabada: tomada sincronicamente, a gramática de qualquer língua exhibe, simultaneamente, padrões regulares, rígidos, e padrões que não são completamente fixos, mas fluidos”. Nesse sentido, a gramática é parcialmente autônoma mas também é adaptativa, na medida em que responde a pressões externas ao sistema, especialmente as que intentam fazer com que a linguagem seja cada vez mais expressiva.

Oportunamente, retomaremos essa questão, aprofundando-a a partir das ocorrências de nosso *corpus*. Por ora, vejamos como as micro-construções correlativas aditivas se apresentam, acompanhadas do total de ocorrências detectadas no *corpus* desta pesquisa (números absolutos e

⁷⁴ “What the remaining strategies have in common is that they are motivated. People very rarely invent new expressions; rather, they draw on already existing linguistic forms and structures”.

porcentagem). O critério que adotamos para a listagem dos padrões foi o da frequência de ocorrência:

Tabela 1 – Padrões micro-construcionais correlativos aditivos

PADRÃO CONSTRUCIONAL	PARES CORRELATIVOS	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS	PORCENTAGEM DE OCORRÊNCIA
1.	Não [V] apenas...mas	74	19,37%
2.	Não [V] só...mas	69	18,06%
3.	Não [V] só...Δ	53	13,87%
4.	Não [V] só...mas também	38	9,94%
5.	Não [V] apenas...mas [V] também	37	9,68%
6.	Não [V] só...como também	23	6,02%
7.	Não [V] apenas...Δ	13	3,40%
8.	Não só...como	9	2,35%
9.	Não apenas...como [V] também	8	2,09%
10.	Δ...mas [V] também	7	1,83%
11.	Não [V]samente...Δ	7	1,83%
12.	Não [V] somente...mas também	6	1,57%
13.	Não [V] somente...mas	6	1,57%
14.	Δ...como também	4	1,04%
15.	Não [V] só...também	4	1,04%
16.	Não somente...como também	3	0,78%
17.	Não apenas...como	3	0,78%
18.	Não só...e sim	3	0,78%
19.	Não [V] apenas...e sim	3	0,78%
20.	Não...mas também	2	0,52%
21.	Não [V] só...mas sim	2	0,52%
22.	Não simplesmente...mas	2	0,52%
23.	Não simplesmente...Δ	1	0,26%
24.	Não somente...mas como	1	0,26%
25.	Não [V] somente...também	1	0,26%
26.	Não apenas...também	1	0,26%
27.	Não só...e também	1	0,26%
28.	Não somente...e sim	1	0,26%
Total		382	100%⁷⁵

⁷⁵ Apesar de apontarmos um somatório de 100% nas tabelas referentes à totalidade dos dados, nem sempre esse dado é exato, visto que a porcentagem referente a cada linha da tabela representa, muitas vezes, dízimas periódicas que são simplificadas com índices que levam em conta apenas os centésimos. O mesmo se aplicará a todas as outras tabelas desta tese.

Heine e Kuteva (2007, p. 17) apontam a criatividade como sendo o principal motor da mudança linguística. De fato, é a criatividade que faz com que os usuários da língua, de certa forma, modifiquem regras e transgridam o que já está sistematizado. Essa transgressão a que Heine e Kuteva (2007) fazem referência pode ser ilustrada com os dados da tabela que apresentamos.

O uso e combinação de material linguístico já existente possibilitaram a criação de novas micro-construções que, por sua vez, carregam novos significados, com usos determinados para novas funções. Essa capacidade humana tem sido refinada ao longo dos tempos, não só no campo da linguagem, mas também em diversas outras esferas da vida humana.

Diante de tantas formas existentes para a expressão da adição, retomamos, neste momento, uma pergunta central nos estudos linguísticos de uma forma geral: por que emergem novas formas para funções já existentes na língua? Em outras palavras, por que há tantos padrões construcionais correlativos aditivos, se já existe um prototípico conectivo coordenativo *e* que, *a priori*, sendo mais neutro e geral, seria suficiente para a expressão da adição?

Heine e Kuteva (2007, p. 210) explicam que esse fenômeno acontece porque, na verdade, não podemos falar que as funções discursivas de hoje continuam as mesmas do passado. Novas formas linguísticas surgem (e com elas novos significados) porque também surgem novas necessidades comunicativas. Esse ponto de vista se coaduna, portanto, com o princípio construcionista da *força expressiva maximizada* e também da *não-sinonímia da forma gramatical*. Afinal, se uma nova forma emerge na língua, é porque há novas necessidades comunicativas a serem supridas, mesmo que isso, em um primeiro momento, não fique claro ao falante ou até mesmo ao analista.

Fried (2088, p. 25) também se ocupou desse assunto. Para o autor, a convivência de formas ocorre porque a força dos fatores externos à língua motiva mudanças na compreensão dos falantes e também os incita à busca de formas mais expressivas, que carregam novos nuances semânticas e pragmáticas. Dessa forma, não se criam construções totalmente sinônimas ou iguais à anteriormente criadas, mas outras que sejam mais adequadas a determinadas situações comunicativas. Essa discussão situa-nos no plano semântico-pragmático e nos possibilita vislumbrar uma das principais diferenças entre a coordenação aditiva e correlação aditiva: esse dois processos servem a propósitos comunicativos distintos.

Passemos, agora, à análise de cada micro-construção apontada na tabela 1, ainda por ordem de frequência de ocorrência. Esse exercício de análise nos instrumentaliza na busca de comprovação para nossas hipóteses:

- **Padrão micro-construcional correlativo aditivo 1**

- Não [V] apenas... mas (74 ocorrências – 19,37%)

(46) Mais do que isso, fez menção também à importância de regras para a realização de bailes *funk* e de outros eventos – regras que, de fato, respeitem a vida e o direito ao repouso dos trabalhadores que moram onde esses bailes são realizados. É verdade que isso tem que ser observado, Sr. Presidente, não apenas pelos realizadores desses eventos, mas de quaisquer eventos, de qualquer tipo de música; de qualquer evento e acontecimento que tenha que respeitar o direito do morador, do trabalhador que quer repousar. – 1º/09/2009

O padrão micro-construcional correlativo aditivo *não [V] apenas... mas* revela-se como o mais prototípico, tendo em vista a sua alta frequência (19,37%). Os dados de nossa pesquisa demonstram que, no discurso político dos deputados da ALERJ e possivelmente em muitos outros gêneros similares, essa é a estratégia correlativa aditiva mais utilizada.

No exemplo (46), a discussão gira em torno das regras para realização dos bailes *funk* no Rio de Janeiro. O deputado orador, no afã de tentar convencer aos outros deputados e, especialmente, ao presidente da ALERJ, alerta que as regras devem respeitar a vida e o direito de repouso dos trabalhadores. Ele acrescenta que essas regras devem ser seguidas pelos realizadores dos bailes *funk*, mas também pelos realizadores de quaisquer outros eventos e de quaisquer outros tipos de música.

A força expressiva que emerge da construção correlativa aditiva é evidente. Essa estratégia serve a uma função semântico-pragmática de reforço ou de ênfase, como afirmam outros estudiosos que se debruçaram sobre esse assunto (cf. Rocha Lima, 1999, p. 261; Luft, 2000, p. 261; Quirk et al., 1985, p. 935; Módolo, 1999; entre outros). Se todos os eventos fossem alocados em uma linha imaginária, segundo a concepção do orador, o baile *funk* ocuparia um extremo e todos os outros gêneros musicais ocupariam outros pontos dessa linha.

Essa maior expressividade que emerge da correlação aditiva não seria a mesma se parafraseássemos o excerto do discurso analisado por uma sequência coordenativa aditiva com o prototípico *e*. O uso de uma forma linguística diferente carregaria uma força expressiva também diferente, provavelmente utilizada em outros contextos.

Esse padrão construcional, à maneira de outros, permite a inclusão de um elemento verbal no primeiro correlator. Vejamos alguns exemplos:

(47) Mais revoltante, Sr. Deputado Domingos Brazão, foi tomar conhecimento hoje, pela manhã – até para preservar alguns funcionários desta Casa – que há uma determinação da Presidência da Comissão de que esse assunto não seja apenas postergado, mas que não seja trazido mais à discussão. – 25/03/2009

(48) Não tenho que me escusar a obedecer a lei, que não foi feita apenas para punir criminosos, mas acima de tudo para proteger inocentes. – 31/03/2009

(49) Eu agradeço e espero que o Jornalista Ronaldo Ferraz, amanhã, no próprio Jornal *Hoje*, possa ser elegante e fazer a devida retratação, a devida correção, de algo que não consagra apenas uma injustiça, mas registra um grave abuso. – 25/03/2009

Inserido no primeiro correlator, no exemplo (47), detectamos a presença do verbo copulativo *ser*, no presente do subjuntivo, na voz ativa. No exemplo (48) também o verbo copulativo *ser* é empregado, mas no pretérito perfeito do indicativo, na voz passiva. O verbo *ser* é utilizado, no interior do primeiro correlator, em cinco ocorrências desse padrão correlativo, em nosso *corpus*, ou seja, em 6,75% dos casos, em diferentes configurações modo-temporais.

O exemplo (49) apresenta também a inclusão de um elemento verbal no interior do primeiro correlator, mas já não copulativo. Trata-se do verbo *consagrar*, no presente do indicativo. Além desse verbo nocional, detectamos a presença dos verbos *ficar*, *comprometer*, *levar*, *servir*, *alcançar* e *ter* em outras ocorrências de nosso *corpus*. Juntas, somam seis ocorrências, ou seja, 8,10%. Notamos, como era de se esperar, que esses verbos participam de um mesmo campo semântico, que é o da argumentação, naturalmente preponderante nos discursos políticos.

A presença de elementos verbais no interior dos correlatores reforça nossa hipótese de que tais conectivos seriam pouco gramaticalizados. De acordo com Lehmann (1985), a *coalescência* e

a *fixação* são dois importantes parâmetros que apontam, no eixo sintagmático, um estágio de gramaticalização avançada. Nos exemplos (47), (48) e (49), a inclusão de elementos verbais no interior do primeiro correlator aponta justamente o contrário: não se pode falar em coalescência, visto que o conectivo correlativo ainda não se fixou da mesma forma como as conjunções *stricto sensu* da língua portuguesa.

Se os correlatores já estivessem gramaticalizados como conjunções, a inclusão de elementos verbais não seria possível. Atrelado a isso, se o processo de coalescência ainda é incipiente, por consequência, também o processo de fixação ainda não se efetivou. Ao contrário, observa-se uma considerável liberdade de movimento dos itens.

Essa liberdade de movimento pode ser bem ilustrada por meio da análise do exemplo (48) já exposto anteriormente. Vejamos algumas possibilidades de movimentação dos itens que perfazem o correlator aditivo:

(48) Não tenho que me escusar a obedecer a lei, que não foi feita apenas para punir criminosos, mas acima de tudo para proteger inocentes. – 31/03/2009

(48') Não tenho que me escusar a obedecer a lei, que foi feita não apenas para punir criminosos, mas acima de tudo para proteger inocentes. – 31/03/2009

(48'') Não tenho que me escusar a obedecer a lei, que não apenas foi feita para punir criminosos, mas acima de tudo para proteger inocentes. – 31/03/2009

(48''') Não tenho que me escusar a obedecer a lei, que não foi apenas feita para punir criminosos, mas acima de tudo para proteger inocentes. – 31/03/2009

As quatro ocorrências acima, que são o resultado da reorganização do material linguístico presente em (48), seriam sintaticamente possíveis. Outro exemplo do *corpus* de nossa pesquisa ilustra essa asserção com ainda mais clareza. Após o excerto original, seguem possibilidades de paráfrase:

(50) Somos, às vezes, interlocutores não apenas de reivindicações, mas somos uma espécie de interlocutores dispostos a ouvir todo sofrimento das pessoas, toda natureza de sofrimento. – 12/02/2009

(50') Não apenas somos, às vezes, interlocutores de reivindicações, mas somos uma espécie de interlocutores dispostos a ouvir todo sofrimento das pessoas, toda natureza de sofrimento. – 12/02/2009

(50'') Somos não apenas, às vezes, interlocutores de reivindicações, mas somos uma espécie de interlocutores dispostos a ouvir todo sofrimento das pessoas, toda natureza de sofrimento. – 12/02/2009

(50''') Somos, às vezes, não apenas interlocutores de reivindicações, mas somos uma espécie de interlocutores dispostos a ouvir todo sofrimento das pessoas, toda natureza de sofrimento. – 12/02/2009

Dessa forma, reiteramos a considerável *variabilidade sintagmática* (cf. Lehmann, 1985) que caracteriza esse par correlativo, o que, por consequência, aponta para seu baixo grau de cristalização e gramaticalização. Essa propriedade da variabilidade sintagmática atesta a possibilidade de uso dos correladores aditivos, em posições diversas, sem grande prejuízo semântico.

Em consonância com os princípios teóricos assumidos nesta tese, qualquer alteração na forma carrega uma alteração, mínima que seja, nos planos semântico e/ou pragmático. Por outro lado, as alterações vistas tanto em (48'), (48'') e (48''') quanto em (50'), (50'') e (50''') permitem-nos concluir que o estatuto categorial dos conectivos correlativos é bem distinto do dos outros conectivos subordinativos e coordenativos *stricto sensu*, que tendem a ocupar uma posição mais fixa na sentença.

Os dados de nosso *corpus* atestam que a inclusão de elementos no interior do primeiro correlator não está restrita apenas a elementos verbais. Vejamos:

(51) Então, é um quadro muito nebuloso. A Varig não comprometeu empregos apenas no Rio de Janeiro, mas no Brasil todo. A Varig era uma imagem nacional. – 04/03/2009

O exemplo (51) ilustra um caso em que há a inserção da expressão *comprometeu empregos* no interior do primeiro correlator. Isso comprova, mais uma vez, a “frouxa” relação que existe entre os elementos que compõem os pares correlativos e, portanto, o baixo nível de coalescência do conectivo correlativo.

Por fim, como afirmaram Ribeiro (2004, p. 306) e Perini (2000, p. 131), podemos aferir que a extensão dos elementos correlacionados pode variar desde um curto sintagma nominal como em (52) ou um sintagma verbal em (53) até grandes extensões de texto, como em (54) e em (55):

(52) Não apenas eu, mas muitos parlamentares, deputados e deputadas, têm procurado fazer um trabalho exigindo melhoria de qualidade nos serviços. – 15/04/2009

(53) O que esta sociedade precisa é de alguém que tenha compostura, que não apenas fale, mas que seja verdadeiro naquilo que está falando. – 12/02/2009

(54) A fundamentação não resiste a nenhuma análise mais responsável, em consequência da opção pelo confronto, a opção pela polícia do espetáculo, as operações de grande vulto, não temos apenas o fechamento do comércio, das escolas, dos hospitais, a paralisação dos transportes e nem somente as mortes, porque qualquer um desses itens, especialmente a preservação da vida já seria uma motivação muito mais relevante para uma reavaliação do modelo, mas o que nós temos é a inviabilização, a supressão da própria destinação constitucional das instituições responsáveis pela segurança pública. – 24/03/2009

(55) Sr. Presidente, não basta apenas, como forma de silenciar ou de satisfazer a opinião pública, demitir os trabalhadores, que eu vejo, nesse caso, como igualmente vítimas, porque são chefes de famílias que foram premidos a um comportamento com a ciência da direção da empresa e, agora, perdem os seus empregos. Não posso, de forma alguma, é óbvio, justificar o procedimento. Mas, pela Comissão de Trabalho, eu estou organizando uma audiência pública e vou fazê-la em conjunto com a Comissão de Transportes e com a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, para que possamos, aí sim, identificar a natureza do problema. – 16/04/2009

Em (52), o primeiro correlator agrega apenas um único pronome (eu), assim como em (53), apenas um verbo (fale). Por outro lado, nos exemplos (54) e (55), temos em ambos os casos grandes sequências textuais interrelacionadas pelos correladores. Em (54), a presença do verbo *temos*, que está incluído no primeiro correlator, é recuperada logo após o segundo correlator (*mas*

o que nós *temos* é a inviabilização...), na apódose. Esse recurso é necessário porque a elipse verbal, tão comum nessas construções, dificultaria ao leitor ou ouvinte recuperar a prótese.

Em (55), também temos duas grandes sequências textuais interrelacionadas pela correlação. Por outro lado, à diferença de (54), a coesão não é instaurada pela explicitação de um determinado verbo na apódose, mas pela própria natureza do discurso. Afinal, toda a primeira parte do excerto, que vai até antes do segundo correlator, expressa o que o deputado diz que *não se deve fazer*. A partir do segundo correlator, a orientação discursiva do texto é alterada, visto que o deputado relata o que *se deve fazer*. Dessa forma, o par correlativo garante a coesão textual, com o auxílio de aspectos semântico-pragmáticos.

De acordo com Croft (2009, p. 398), falante e ouvinte estão sempre em uma *joint action*, ou seja, em uma ação conjunta. O falante verbaliza algo, tendo em vista a audiência, de quem se espera um esforço para compreender a mensagem. Para que a mensagem seja compreendida plenamente, não basta o processamento somente do material linguístico. Ao contrário, deve-se levar em conta as crenças, intenções e ações, de forma cooperativa. Na correlação, isso é ainda mais premente, visto que a complexidade desse tipo de construção exige ainda mais a atenção e a cooperação do falante. A correlação torna-se, assim, um expediente sintático primoroso para a discussão política, contexto em que há um forte apelo por níveis cada vez mais elaborados de argumentação e persuasão.

- **Padrão micro-construcional correlativo aditivo 2**

- **Não [V] só... mas (69 ocorrências – 18,06%)**

Esse padrão micro-construcional correlativo aditivo (*não [V] só...mas*) revela-se como o segundo mais comum entre os dados analisados nesta tese, com 69 ocorrências. Esse padrão guarda grande proximidade semântica e formal com o padrão anterior (*não [V] apenas...mas*). Vejamos um exemplo desse segundo padrão:

(56) Quantas brigas nós já vimos na saída de ensaios, não só da Beija-Flor, mas de várias escolas! – 1º/09/2009

Segundo Guimarães (1987, p. 123), esse par correlativo (*não [V] só...mas*) é “um operador cuja frequência não é muito grande e cujo uso parece se dar em textos de registro mais formal, ou com forte caracterização argumentativa”.

Concordamos com o fato de o par correlativo apresentar forte caracterização argumentativa, mas já não podemos dizer o mesmo quanto a frequência. Essa dissensão, contudo, pode ser explicada a partir do próprio *corpus* de análise. Certamente os dados analisados por Guimarães (1987) pertencem a um gênero textual ou amostra distinta da que analisamos.

Em (56), o discurso girava em torno das brigas que ocorriam nas escolas de samba por ocasião de apresentações e ensaios. No plenário, havia uma grande representação da escola de samba Beija-Flor de Nilópolis. O deputado orador, certamente com a intenção de não atribuir a essa única escola de samba a responsabilidade ou culpa por toda violência detectada na época, utilizou uma construção correlativa para atribuir o problema também a outras agremiações. Essa construção serviu, portanto, ao objetivo de desfocar o problema, proteger a face do locutor e conduzir o discurso para um maior grau de genericidade, visto que não são apontados outros nomes.

Também nesse par correlativo é possível detectar a possibilidade de inserção de material interveniente no primeiro correlator. Isso ocorre, contudo, com bem menos frequência que no par correlativo anterior. Há cinco casos de inclusão do verbo *ser* (7,24%) e apenas um caso de inclusão de verbo não-copulativo – verbo *trabalhar* (1,44%). Vejamos alguns exemplos:

(57) Na verdade, além de ser completamente inconstitucional, cria elementos absurdos para o poder público. Não é só a defesa da Cultura - quero alertar os companheiros e companheiras da Cultura -, mas é uma defesa do poder público, uma defesa de uma concepção de Estado. Essas emendas não eliminam o debate de princípios, o debate do que nós esperamos do poder público. – 24/06/2009

(58) O Brasil tem a quarta população carcerária do mundo, esse não é um drama só do Rio de Janeiro, mas, evidentemente, é um projeto de relevância. – 18/03/2009

(59) Sou presidente da Comissão de Segurança Pública e sempre disse que Segurança não se trabalha só com “caveirão”, com fuzil, mas principalmente com Educação e com os Cieps funcionando, como o Darcy Ribeiro e o Brizola queriam – 08/09/2009

No exemplo (57), o par correlativo *não [V] só...mas* possui o verbo *ser* no primeiro correlator. O orador utiliza a correlação para defender seu ponto de vista, que é a garantia da continuidade das atividades do Teatro Municipal, no Rio de Janeiro. Ao defender esse tipo de atividade, o orador afirma que não se trata apenas da cultura em si, mas do próprio poder público.

No exemplo (58), detectamos a presença não só do verbo copulativo *ser*, mas também de um SN (*um drama*). Reiteramos que esse tipo de ocorrência fortalece nosso argumento de que esses pares correlativos ainda se apresentam em estágio incipiente de gramaticalização, visto que conjunções totalmente gramaticalizadas não permitem a inclusão de elementos em sua constituição.

O exemplo (59), por sua vez, representa a única ocorrência de nosso *corpus* em que há a inclusão de um verbo não-copulativo no interior do primeiro correlator do padrão construcional correlativo que estamos analisando. Certamente, a inclusão desse verbo no interior do primeiro correlator expressa bem o desejo de ênfase que se quer dar ao discurso, afinal, o verbo do primeiro membro correlato ganha posição de destaque.

Esse uso é tão enfático que desprezou a segunda ocorrência do verbo na apódose, uma vez que são co-referenciais. Guimarães (1987, p. 52), sob a égide de outra vertente teórica, mais afeita às teorias do discurso, também constatou algo semelhante, com relação ao par correlativo *não só... mas também*: “De início, o que se pode dizer é que, em sequências do tipo *não só X mas (também) Y*, tem-se uma redução, por apagamento, de termos de uma das orações envolvidas”.

Os dados de nossa pesquisa mais uma vez reiteram que coordenação e correlação comportam-se como processos distintos. Vejamos:

(60) Decidi trazer este tema ao Plenário porque acho que a Secretaria de Estado de Educação e o governo estadual verdadeiramente poderiam prestar homenagem a esse grande escritor Euclides da Cunha, tombando aquela belíssima escola que praticamente vai completar cem anos. E não só por causa do prédio centenário, mas por causa da equipe que cuida da qualidade do ensino daquela escola. – 13/08/2009

Nesse caso, percebemos a ocorrência do elemento aditivo *e*, no início do primeiro membro correlato. A função desse elemento não se confunde discursivamente com a função do par correlativo *não só...mas*. No exemplo focalizado, a função do par correlativo é reunir duas estruturas causais em uma legítima relação de *crescendum*. Ao tratar do processo de tombamento do Colégio Euclides da Cunha, o orador afirma que mais importante do que o prédio são as pessoas que compõem a equipe que cuida daquela escola. A função do *e*, portanto, é a de estabelecer um elo pragmático de ligação entre o par correlativo e o discurso precedente⁷⁶.

Castilho (2010, p. 340) propõe uma distinção entre *conectivos pragmáticos* e *conectivos semânticos*. Segundo o autor, os conectivos pragmáticos servem para “expressar relações entre atos de fala⁷⁷ e por isso figuram no início da sentença, seguidos de pausa, assumindo contorno entonacional específico”. Já os conectivos semânticos possuem a função de expressar “relações entre fatos denotados, não figuram no início de sentença, não são seguidos de pausa, nem têm um contorno entonacional específico”. Essa distinção torna-se útil para nossa pesquisa, visto que podemos considerar a ocorrência de *e* antes do primeiro correlator, em (60), como sendo um caso de conectivo pragmático. Estaria, portanto, mais no campo do discurso do que no da gramática propriamente dita.

Por fim, ainda com relação a esse padrão construcional, analisemos mais uma ocorrência, que pode ser considerada idiossincrática ou menos prototípica:

(61) Sr. Presidente, nobre Deputado Gilberto Palmares, Sras. e Srs. Deputados presentes a esta Sessão, eu queria fazer uso da tribuna no Expediente Final para fazer o relato da reunião que tivemos hoje em Nova Friburgo, com hoteleiros de Friburgo, Teresópolis e municípios vizinhos, por convite da ABIH, para tratar um pouquinho do turismo naquela região; tratar um pouquinho das verbas do Prodetur, recurso de empréstimo autorizado por esta Assembleia Legislativa, e os seus desdobramentos naquela região; tratar um pouquinho dos grandes eventos que se avizinham, não só os Jogos Olímpicos, não só a Copa do Mundo, mas os Jogos Militares - também jogos olímpicos -, enfim, que tipo de repercussão pode ter para o Estado do Rio de Janeiro, para o nosso interior, para aquela região turística, para esses jogos. – 06/10/2009

⁷⁶ É consenso entre diversos autores que as conjunções coordenativas prototípicas não podem coocorrer com outras conjunções. Azeredo (2000), Quirk et al. (1985), Mateus et al. (2003) e Bosque y Demonte (2004) comungam dessa opinião e oferecem farta exemplificação para esse fenômeno.

⁷⁷ *Ato de fala* é “qualquer ação realizada por um falante, através de um enunciado, considerando as intenções de sua realização e os efeitos que visa alcançar no alocutário” (Castilho, 2010, p. 338).

Nesse exemplo, não temos um par correlativo propriamente dito, visto que a prótase é formada pela ocorrência de dois correlatores (*não só* os Jogos Olímpicos, *não só* a Copa do Mundo). Esse arranjo sintático confere ao discurso uma carga ainda maior de expressividade, pois o tom é de grandiloquência. Trata-se, portanto, de um uso não-prototípico da correlação aditiva.

Esse exemplo vai contra a interpretação de vários estudiosos, inclusive Perini (2000, p. 148), que defende a existência da correlação somente se perfilada aos pares. Também Quirk et al. (1985, p. 939) afirmam que a correlação, segundo longa tradição didática, só liga dois termos e seria inaceitável, na opinião dos autores, a ligação de três ou mais itens, já que os pares correlativos historicamente são duais.

Evidentemente, esse exemplo é marcado, afinal ocorreu poucas vezes em nosso *corpus*. Por outro lado, a análise efetiva dos usos da língua portuguesa não pode ignorar esse padrão, sob o argumento de que não é produtivo em nosso idioma.

De qualquer forma, segundo nosso ponto de vista analítico, podemos continuar afirmando que a correlação se efetua aos pares. Isso é possível, mesmo tendo em vista exemplos menos comuns como (61), porque assumimos uma perspectiva teórica que leva em conta a prototipicalidade, ou seja, assumimos que os exemplos mais distantes do núcleo conceptual da categoria da correlação aditiva não são elementos estranhos ou inalisáveis; ao contrário, apenas exibem algumas características que diferem do padrão frequentemente comum e mais usual.

Ambos os eventos destacados (*Jogos Olímpicos* e *Copa do Mundo*) funcionam como um desdobramento do termo precedente (*grandes eventos que se avizinham*). Somente o termo arrolado na apódose (*Jogos Militares*) é considerado o elemento realmente novo no discurso, e funciona como um elemento de certa surpresa, visto que ainda não havia sido cogitado.

Ao alocar o termo *Jogos Militares* na apódose, portanto, o orador confere a esse evento grande relevância, o que é corroborado pelo fato de haver um importante adendo logo após esse segmento (*também jogos olímpicos*). De fato, nosso conhecimento de mundo nos permite afirmar que pouco se fala, no Brasil, em Jogos Militares, uma vez que são menos populares que os Jogos Olímpicos e Copa do Mundo. Por outro lado, esse tipo de competição possui grau de importância semelhante aos anteriormente citados, daí sua alocação na apódose correlativa.

Croft (2009, p. 399-400) afirma que a *cooperação* é a raiz de todas as habilidades cognitivas. A própria constituição da sociedade é fruto da cooperação progressivamente

construída pelos homens e mulheres. Na construção correlativa aditiva, é fundamental que a cooperação seja exercitada, sob pena de esse arranjo sintático não ser compreendido ou não produzir os efeitos que se espera. No discurso político, isso é potencializado ainda mais, tendo em vista a necessidade de cooperação do ouvinte/interlocutor para o seu convencimento.

- **Padrão micro-construcional correlativo aditivo 3**
 - Não [V] só... Δ (53 ocorrências – 13,87%)

O padrão micro-construcional correlativo aditivo *não [V] só... Δ* foi o terceiro mais frequente em nossos dados, contando com 53 ocorrências. Como já foi exposto nos procedimentos metodológicos e em outros pontos desta pesquisa, adotamos o símbolo Δ, por convenção, para indicar o conectivo subentendido que perfaz o par correlativo.

À maneira dos dois padrões anteriores, essa construção também pode ter um elemento verbal inserido no primeiro correlator. Vejamos dois exemplos:

(62) Aliás, esperamos uma ação do Estado e não só do governo – Δ do Judiciário e do Ministério Público também. – 12/09/2009

(63) Hoje os senhores tiveram uma vitória, mas não foi só uma vitória dos senhores: Δ foi uma vitória desta Casa, foi uma vitória do Deputado Picciani, que “ralou” para conseguir isso, e foi também uma vitória do Governo! – 08/09/2009

No exemplo (62), o par correlativo *não só...Δ* interliga elementos não verbais. Apesar de não haver o segundo correlator expresso, de maneira formal, ainda assim, verificamos que a correlação, tal como está sendo compreendida nesta tese, se instaura. Afinal, há dois elementos relacionados de forma que a prótase (iniciada por *não só*) prepara a apódose, que é iniciada pela presença de Δ (símbolo que convencionalizamos para esses casos específicos).

Ainda com relação a esse exemplo, o orador impele os demais deputados a requerer ações não só do *Estado* (de quem já se espera), mas também do *Judiciário* e do *Ministério Público*. Esses outros órgãos, a quem também cabe a responsabilidade de agir em prol da população, são

alocados na apódose justamente pelo fato de se apresentarem como elementos novos no discurso, ainda não mencionados.

No exemplo (63), temos um caso semelhante a (62), com apenas uma diferença: estamos diante de uma correlação em que há a inclusão de elemento verbal no interior do primeiro correlator, da mesma forma como aconteceu também, algumas vezes, nos outros dois padrões construcionais já analisados: *não [V] apenas...mas* e *não [V] só...mas*.

Curiosamente, tanto em (62) quanto em (63), a falta da explicitação do segundo correlator gera a necessidade de haver um reforço na estruturação morfossintática do enunciado. Assim, em (62), logo após o segundo membro correlato, vem o item linguístico *também*, que reitera a ideia de que estamos tratando de uma segunda parte da construção, distinta da primeira.

Da mesma forma, em (63), também há esse reforço, mas por meio de outra estratégia: a anáfora. No primeiro membro correlato, temos o seguinte trecho: *não foi só uma vitória...* Parte desses elementos linguísticos é retomada na apódose: *foi uma vitória dessa Casa e foi uma vitória do Deputado Picciani*. Essa estratégia utilizada pelo orador conferiu coesão ao trecho.

A mesma estratégia foi utilizada no exemplo abaixo:

(64) Eu falei aqui na tribuna hoje à tarde que essa chicotada que deram nos cidadãos do Estado, nas pessoas que estavam lá tomando aquele ônibus, aquela mão ali não é só do agente. ▲ Naquela mão ali tem a mão do Governo Sérgio Cabral, tem a mão da agência de transporte e tem a mão da empresa. Não é só a empresa que deu aquela chicotada. – 16/04/2009

Nesse exemplo (64), a apódose também recupera elementos da prótase, o que é propiciado, como já dissemos, pela ausência formal do segundo correlator. Antes do primeiro correlator, lemos *aquela mão ali*. Esse trecho é novamente recuperado na apódose, que é composta por três elementos coordenados entre si: *Naquela mão ali [tem a mão] do Governo Sérgio Cabral, [tem a mão] da agência de transporte e [tem a mão] da empresa*.

A última frase do exemplo (64) também merece destaque, visto que apresenta uma estrutura muito semelhante à correlação aditiva. O orador termina seu discurso com *Não é só a empresa que deu aquela chicotada*. Essa última frase não apresenta um complemento, ou seja, uma apódose *stricto sensu*. Por outro lado, se analisarmos todo o segmento, podemos considerar que o complemento dessa frase está em todo o discurso precedente.

O episódio abordado pelo deputado recupera uma cena que marcou a história do Rio de Janeiro: as chicotadas que agentes de empresas ferroviárias davam em passageiros, para que pudessem entrar rapidamente nos trens. Essas chicotadas eram “justificadas” pelo fato de os trens não oferecerem espaço suficiente para a adequada acomodação dos passageiros e pelo tempo exíguo para ocupação dos vagões.

No afã de criticar outros órgãos e pessoas, o orador diz que não foi só a empresa que deu aquela chicotada (conteúdo da última frase do excerto destacado), mas, segundo seu ponto de vista, foi também o *governo Sérgio Cabral*, foi a *agência de transportes* e foi também a própria *empresa* de trens urbanos.

A reiteração de elementos precedentes revelou-se como uma estratégia bastante comum nesse tipo de construção. Vejamos mais alguns exemplos:

(65) Nós estamos cobrando resultados, não é só anotar e deixar para lá não. *Não é* receber a reclamação e anotar. ▲ Nós anotamos o telefone das pessoas, damos retorno e vamos acompanhar esse procedimento junto à Cedae. – 15/04/2009

(66) O que estamos aqui defendendo *não é* espírito corporativo, não é interesse só da Cultura. ▲ O que estamos defendendo aqui é a transparência, é a responsabilidade e é o papel do Estado. – 24/06/2009

(67) O que isso demonstra para a população do Estado do Rio de Janeiro? Que o governo Sérgio Cabral é um fracasso não só na área de segurança, não só na área de educação, não só na área de saúde; ▲ fracassou também nos transportes, uma área em que o Governador e o Secretário agiam com muita desenvoltura, falando sobre metrô para a Barra da Tijuca, na discussão sobre estica a Linha 4, estica a Linha 1, mantém a Linha 4 do metrô. – 14/04/2009

No exemplo (65), a segunda frase (*Não é receber a reclamação e anotar*) retoma quase literalmente o discurso precedente (*não é só anotar e deixar para lá não*). Como já tivemos a oportunidade de demonstrar em outros pontos desta tese, essa estratégia intenta reforçar ou enfatizar o discurso, de forma vigorosa.

Aliás, também a apódose de (65) recupera elementos precedentes (*nós anotamos o telefone...*). Esses recursos também são possíveis, entre algumas razões, pelo fato de o debate ser acalorado e pelo alto grau de argumentatividade do discurso político. No exemplo (65), o assunto

era justamente a qualidade dos serviços prestados pela CEDAE (Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro), que era (ou é) um tópico bastante controverso.

A reiteração de elementos precedentes também acontece em (66). Devemos observar, contudo, que o primeiro elemento destacado (*não é*) tem função sintático-semântica distinta da do segundo (*não é interesse só da Cultura*). Na primeira ocorrência, detectamos uma negação *stricto sensu*. O *espírito corporativo*, segundo o orador, não está sendo defendido em plenário, absolutamente. Ao contrário, o que se defende é o interesse da Secretaria Estadual de Cultura, mas também, e em ainda maior medida, *a transparência, a responsabilidade e o papel do Estado*.

Essa ocorrência mostra como a correlação também se emparelha com outros recursos da língua para conferir maior expressividade ao discurso. Sendo formada por um elemento originalmente negativo (advérbio *não*), a correlação guarda estreita relação com a negação. Afinal, é por meio da negação de um elemento, acompanhada da inclusão de outros, que se instaura a correlação aditiva.

O exemplo (67), por sua vez, também utiliza o mesmo recurso que vimos explorando neste ponto da pesquisa: a reiteração de elementos precedentes. Ao discursar de maneira bastante contundente, o orador critica o fracasso do governo Sérgio Cabral *não só na área de segurança, não só na área de educação, não só na área de saúde, mas também nos transportes*.

Nesse caso, o orador utiliza outro recurso que já exploramos: o uso de mais de um correlator na prótase. Para sermos mais precisos, detectamos o uso de três correlatores idênticos no primeiro membro correlato. Também é utilizada a partícula *também*, para suprir a falta do segundo correlator, que engloba, por sua vez, a questão dos transportes. Essa questão é propositalmente explorada na apódose porque, segundo o próprio orador, *é uma área em que o Governador e o Secretário agiam com muita desenvoltura*. Em outras palavras, o setor de transportes é alocado após segurança, educação e saúde porque, segundo relativo consenso entre os deputados, deveria ser a área de maior investimento do governador, tendo em vista suas promessas e planos.

Acrescentamos a essa análise o vigor e a contundência com que esse assunto muito provavelmente foi discutido. Sem dúvida, é o contexto situacional que cria as condições para que discursos dessa natureza sejam proferidos.

A correlação, assim, muitas vezes propicia, na apódose, a recuperação algum elemento antes retratado na prótase, em um verdadeiro processo anafórico (cf. Peres; Mória, 1995, p. 377).

É nesse sentido que prótase e apódose mantêm entre si uma forte ligação não só sintática mas também semântica, ou seja, uma prova forte da iconicidade, visto que compartilham elementos não só no plano dos significados mas também no plano estrutural ou formal.⁷⁸

Givón (1994, p. 16) também aborda o compartilhamento de termos no tocante à integração das construções. Em uma de suas famosas máximas, o autor assevera que “quanto mais dois eventos compartilham seus referentes, mais provável é a integração semântica”. Em outras palavras, o autor trata do *subprincípio da quantidade*.

O referido autor (1994, p. 2) analisa a fundo a relação isomórfica que existe entre forma e significado⁷⁹. Segundo Givón (1994), a integração semântica existente entre dois eventos que é codificada por meio de uma oração composta é um excelente exemplo de relação isomórfica entre forma e função. Por isso, não deve expressar surpresa o fato de um evento complexo codificar uma estrutura sintática também complexa.

Em termos cognitivistas, segundo Goldberg e Jackendoff (2004, p. 564), a estrutura semântica dos eventos determina a estrutura sintática das sentenças por meio de princípios gerais de ligação. Em outras palavras, Goldberg e Jackendoff (2004) corroboram o princípio da iconicidade, tal como descrito pelos funcionalistas, inclusive Givón (1994). Assim, apropriando-nos das asserções desses autores, podemos afirmar que, de fato, a estrutura semântica complexa da correlação aditiva fica espelhada ou bem retratada em sua própria constituição morfossintática.

Também nesse padrão ocorre a inclusão de elementos verbais no primeiro correlator, e não acontece apenas com verbos copulativos. Ao contrário, além de simples verbos copulativos, detectamos outras ocorrências:

(68) E acho que faz muito bem o escritório em responder de imediato o que foi levantado, porque o que foi levantado não foi no âmbito só da Assembleia. ▲ Foi por milhares, seguramente, de *e-mails* que circularam no Estado do Rio de Janeiro e fora dele. Até porque a própria mídia já estava auscultando essa questão. – 18/03/2009

⁷⁸ Curiosamente, Halliday e Hasan (2002, p. 244) em obra sobre a coesão em língua inglesa, afirmam o contrário do que é proposto por Peres e Mória (1995) no tocante à função anafórica dos correladores: “Os pares correlativos [aditivos] não ocorrem, em geral com função coesiva; eles ficam restritos à coordenação estrutural no interior da sentença” (The correlative pairs *both...and*, *either... or* and *neither... nor* do not in general occur with cohesive function; they are restricted to structural coordination within the sentence.).

⁷⁹ De acordo com Givón (1995, p. 9-10), algumas premissas funcionalistas tornaram-se ingênuas e muito degeneradas em *slogans*. Por exemplo, quanto à motivação, assume-se que a iconicidade é um poderoso mecanismo atuante nas línguas. Por outro lado, o isomorfismo entre forma e função nem sempre é transparente. Portanto, mesmo no funcionalismo, acredita-se que há muitos casos de arbitrariedade. Assim, o extremo de um dogma pode ser negativamente levado a outro.

(69) Eles constroem uma realidade, fortalecem uma compreensão na população e, depois, se utilizam da tragédia que eles próprios produziram como argumento para alcançar o objetivo maior. E o objetivo maior é realmente a liberação da venda. Não é a descriminalização só. Δ É transformar nossa sociedade num amplo mercado livre. – 12/02/2009

(70) Não basta só se lembrar dos canais quando do período das inundações, das cheias e esquecê-los quando o sol firma e as chuvas cessam, passado o mês de março. Não basta lembrarmos dessa situação só no final do ano; Δ são necessários uma ação contínua, investimentos contínuos para que a população não venha a sofrer tanto. – 04/02/2009

No exemplo (68), temos o primeiro membro correlato encabeçado por não foi no âmbito só; ou seja, houve a inclusão de *foi no âmbito* (um verbo copulativo e um sintagma preposicionado). No exemplo (69), também houve a inclusão de outros elementos no primeiro correlator: não é a descriminalização só (um verbo copulativo e um sintagma nominal). Esses exemplos espelham a versatilidade da correlação aditiva e, em especial, desse padrão construcional correlativo (*não [V] só...Δ*).

O exemplo (70), por fim, também apresenta dois correlatores na prótase, além da inclusão de um elemento verbal não mais copulativo, mas nocional: o verbo *bastar*. Destacamos o fato de o segundo correlator apresentar um item ainda mais extenso em sua composição: não basta lembrarmos dessa situação só. O deputado orador defende que mais importante do que se lembrar dos canais no período de inundações ou no final do ano são os investimentos contínuos em prol da população.

Analisando-se os três padrões construcionais até agora abordados, quanto à questão da inclusão do elemento verbal, temos a seguinte tabela:

Tabela 2 – Inclusão de verbos nos correlatores aditivos

<i>Padrão construcional</i>	<i>Inclusão do verbo ser</i>	<i>Inclusão de verbos nocionais</i>	<i>Sem inclusão de verbos</i>	<i>Total</i>
<i>Não [V] apenas...mas</i>	5 ocorrências (6,75%)	6 ocorrências (8,10%)	63 ocorrências (85,13%)	74 ocorrências (100%)
<i>Não [V] só... mas</i>	5 ocorrências (7,24%)	1 ocorrência (1,44%)	63 ocorrências (91,30%)	69 ocorrências (100%)
<i>Não [V] só... Δ</i>	33 ocorrências (62,26%)	10 ocorrências (18,86%)	10 ocorrências (18,86%)	53 ocorrências (100%)

No primeiro (*não [V] apenas...mas*) e segundo (*não [V] só... mas*) padrões correlativos, fica evidente a preferência pela não-inclusão de elementos verbais no primeiro correlator. Afinal, isso só acontece em 11 ocorrências no primeiro padrão (5 ocorrências com o verbo *ser* e 6 ocorrências com outros verbos), e em 6 ocorrências no segundo padrão (5 ocorrências com o verbo *ser* e 1 ocorrência com outros verbos).

Ao contrário, em 43 ocorrências do terceiro padrão correlativo, há a inclusão de elementos verbais (33 ocorrências do verbo *ser* e 10 ocorrências de outros verbos). Essa é, portanto, uma importante diferença entre o terceiro padrão micro-construcional correlativo aditivo analisado e os dois anteriores. Como já entrevemos anteriormente, isso acontece muito provavelmente pela ausência do segundo correlator, na apódose.

Por fim, comprovamos a hipótese de que o verbo *ser*, com apenas uma pequena exceção no primeiro padrão construcional, tende a ser o verbo mais comum nos correladores dos padrões micro-construcionais correlativos (pelo menos nos três padrões até aqui analisados). Isso provavelmente ocorre porque o verbo *ser* é um verbo leve, com pouca massa fônica e mais esvaziado de sentido. Nas palavras de Lehmann (1985), possui pouca *integridade*, ou seja, possui poucos traços semânticos e é monossilábico.

A ocorrência de verbos com esse perfil desencadeia, com mais facilidade, o processo de gramaticalização. O mesmo já não podemos dizer com relação aos verbos nocionais e, em muito menor medida, com relação aos relativamente extensos segmentos que se incluem nos correladores. Esse fenômeno torna o correlator bastante “pesado”, com menos *atrição* e menor *coalescência* (cf. Lehmann, 1985).

- **Padrão micro-construcional correlativo aditivo 4**
 - Não [V] só... mas também (38 ocorrências – 9,94%)

Esse par micro-construcional correlativo aditivo (*não [V] só...mas também*), que conta com 38 ocorrências, guarda estreita relação com o segundo par correlativo já analisado (*não [V]*

só...mas), com uma única diferença, no plano formal: a existência da partícula *também* na apódose do primeiro.

Os correlatores *não só... mas também*, segundo Azeredo (2000, p. 246), são formados por “advérbios conjuntivos de valor aditivo e se empregam assinalando cada um dos sintagmas ou orações coordenadas, a fim de dar realce a ambos”. Para Said Ali (1966, p. 133), esse par é utilizado na “enunciação de fatos simultâneos ou sucessivos”. Azeredo (2008, p. 302) confere uma denominação diferente para esse par correlativo. O autor o chama de *adjunto conjuntivo*⁸⁰ de valor aditivo, que dá realce.

Vejamos alguns exemplos de nosso *corpus*:

(71) Por isso, espero que o Presidente da República, que afirma nos jornais de hoje que até agora a epidemia, graças a Deus, não chegou ao Brasil, siga também os mandamentos de Deus e cumpra todas as ações preventivas, não só a União, mas também todos os Estados da federação. – 28/04/2009

(72) São essas as notícias que eu fiz questão de trazer nesta tarde, com muita alegria, não só porque é uma região onde eu resido, onde constituí minha vida política e onde minha família vive até hoje, mas também porque são programas que vão atender, em especial, às camadas mais pobres. – 09/09/2009

Em (71), a correlação estabelece o entrelaçamento de dois elementos não-oracionais. O assunto em voga era a prevenção contra uma possível epidemia de dengue que poderia assolar todo o Brasil. Segundo o deputado, o combate à doença deveria ser uma prioridade do presidente da República, visto que o governo da União é de sua responsabilidade. Por outro lado, essa responsabilidade deveria ser compartilhada também pelos entes federados.

Em (72), de maneira semelhante ao exemplo anterior, a prótase e a apódose também correlacionam informações distintas, mas apresentam uma importante particularidade. Antes de elucidá-la, vejamos uma esquematização desse exemplo (72):

⁸⁰ Adjuntos conjuntivos, para Azeredo (2008, p. 288), são “utilizados como recurso de coesão textual [...]. Esses sintagmas pressupõem alguma porção de sentido precedente do discurso ou texto, em relação à qual a porção a que eles se unem expressa”.

Esquema 2 – Coordenação na prótase correlativa aditiva

São essas as notícias que eu fiz questão de trazer nesta tarde, com muita alegria,	<u>não só</u> [porque] é uma região			<u>mas também</u> [porque] são programas que vão atender, em especial, às camadas mais pobres.
	onde eu resido,	onde constituí minha vida política	e onde minha família vive até hoje	
Segmento inicial	Prótase			Apódose

Como podemos observar, ao segmento inicial, que possui em seu interior uma oração relativa restritiva, prende-se a prótase correlativa oracional, que é composta por quatro orações, sendo três delas coordenadas entre si (*onde eu resido, / onde constituí minha vida política / e onde minha família vive até hoje*), ou seja, perfazem uma relação de lista (cf. Lehmann, 1985; Decat et al., 2001), em um grau hierárquico menor que a oração superordenada *não só porque é uma região*. Dessa forma, podemos mais uma vez verificar que a correlação, muitas vezes, atua em níveis acima da oração, onde normalmente a parataxe e a hipotaxe atuam, criando um mosaico de diversas relações hierárquicas entre as sentenças da língua portuguesa.

No exemplo (72), tanto a prótase quanto a apódose expressam a noção de explicação/motivo, que é o matiz semântico veiculado com a ajuda da partícula conjuncional *porque* (indicada entre colchetes). Contudo, a correlação refina essa relação no interior do texto ao associar à prótase uma lista de três orações coordenadas entre si, em nível inferior, como já dissemos. Aliás, a presença do *e* entre as duas últimas orações coordenadas depõe a favor de nossa análise, uma vez que estaria em um nível hierárquico inferior a *não só*, responsável por introduzir a prótase correlativa.

É certo que a coordenação de itens subordinados e até coordenados não é só uma propriedade da correlação, mas também da própria coordenação. Entretanto, a correlação parecia as orações em um arranjo sintático com maior poder de coesão e ênfase, com margem de ambiguidade bem menor, já que marca com maior precisão os níveis entre os elementos ligados.

Caso os correlatores do exemplo (72) fossem substituídos pelo coordenador prototípico *e*, como defendem muitos gramáticos, no fluxo discursivo, a relação hierárquica antes estabelecida entre as orações não ficaria tão clara. Além disso, a própria força de gradação enfática crescente expressa pela correlação aditiva ficaria bastante comprometida. Teríamos algo semelhante a: (72') *São essas as notícias que eu fiz questão de trazer nesta tarde, com muita alegria, porque é uma região onde eu resido, onde constituí minha vida política, e onde minha família vive até hoje e porque são programas que vão atender, em especial, às camadas mais pobres.*

Vejamos outro exemplo de nosso *corpus*, seguido de uma esquematização:

(73) Mesmo com todas as dificuldades] nós tivemos esses resultados e devemos parabenizar não só o Colégio São Paulo e a sua direção pelo destaque nacional, mas também esses colégios estaduais, o Euclides da Cunha, o Campos Sales, o Edmundo Bittencourt, o Presidente Bernardes, e suas direções, que conseguiram um resultado que nos causa se não um grande entusiasmo, pelas condições que conhecemos do ensino público, pelo menos a satisfação de ver o seu trabalho. – 29/04/2009

Esquema 3 – Coordenação na prótase e apódose correlativa aditiva

Mesmo com todas as dificuldades, nós tivemos esses resultados e devemos parabenizar	<u>não só</u>		<u>mas também</u> esses colégio estaduais,			
	o Colégio São Paulo	e a sua direção	o Euclides da Cunha,	o Campos Sales,	o Edmundo Bittencourt,	e suas direções,
	pelo destaque nacional		que conseguiram um resultado que nos causa se não um grande entusiasmo, pelas condições que conhecemos do ensino público, pelo menos a satisfação de ver o seu trabalho.			
Segmento inicial	Prótase		Apódose			

A mesma linha de raciocínio que aplicamos ao exemplo (72), é também possível aplicar ao exemplo (73). Fica claro como a correlação pode hierarquizar informações não só na prótase, como vimos no exemplo (72), mas também elementos na apódose, como neste exemplo (73).

Essa hierarquização é possível não só com elementos oracionais, como no exemplo (72), mas também com elementos não-oracionais, como no exemplo (73). Mais uma vez, portanto, reiteramos o distinto estatuto morfossintático da correlação aditiva em relação à coordenação aditiva.

No exemplo (73), na prótase, há dois elementos coordenados, que fazem referência a uma instituição privada de ensino. Já na apódose do mesmo exemplo, há uma lista de instituições públicas estaduais de ensino. Essa organização da informação fica facilitada por meio da correlação, que cumpre o papel de hierarquizar as informações.

Como temos visto e analisado nos padrões micro-construcionais anteriores, é comum a reiteração de elementos presentes em segmentos precedentes. Com esse padrão correlativo não foi diferente. Vejamos um exemplo:

(74) Então, veja Deputado Luiz Paulo, agregando às suas preocupações, o Estado não só cancela emendas que dizem respeito ao orçamento com recursos exclusivamente do Executivo, mas também cancela emendas que foram fruto de acordo com recursos do Legislativo. – 11/02/2009

Nesse exemplo (74), ao se dirigir ao deputado Luiz Paulo, o orador utiliza um verbo no imperativo (*veja*) imediatamente antes de um vocativo, que serve como uma espécie de convite ou intimação ao que será proferido. Em seguida, na prótase, o deputado denuncia o cancelamento de emendas com recursos do Executivo. Por fim, utilizando-se de uma estrutura paralelística, o orador conclui, na apódose, que o cancelamento de emendas também atingirá recursos do Legislativo. A correlação aditiva permite esse arranjo sintático-pragmático, alocando o elemento mais “surpreendente” no final do período. Isso confere maior vivacidade, ênfase ou vigor ao raciocínio expresso.

Acrescentamos que não houve um único caso de inclusão de elemento verbal no primeiro correlator desse padrão. Isso pode ser explicado pelo maior grau de atrição, fixação e

paradigmaticização (cf. Lehmann, 1985) desse par correlativo, inclusive tendo em vista o menor peso da partícula *só*.

Ainda com relação a esse aspecto, vale lembrar que no padrão micro-construcional 2 (*não [V] só...mas*), detectamos 6 ocorrências (8,68%) de inclusão de verbos no primeiro correlator contra 63 ocorrências (91,30%) de não-inclusão de verbos nessa mesma posição. Esse dado ajuda a corroborar nossa hipótese: de fato, a partícula *só* não costuma propiciar a inclusão de elementos verbais no interior do correlator.

O par correlativo 3 (*não [V] só... Δ*) poderia ser considerado uma contra-prova do que assertamos, visto que contou com 43 ocorrências (81,12%) de inclusão de verbos no primeiro correlator contra apenas 10 ocorrências (18,86%) de não-inclusão. Contudo, como já dissemos anteriormente, uma variável pode ter propiciado esse fenômeno: o fato de o segundo correlator não ser formalmente preenchido. Assim sendo, levando-se essa questão em consideração e partindo-se do princípio de que estamos trabalhando com categorias difusas e escalares, consideramos válida a generalização anteriormente feita: o correlator *não só* tende a não permitir a interveniência de verbos em seu interior.

- **Padrão micro-construcional correlativo aditivo 5**

- **Não [V] apenas... mas [V] também (37 ocorrências – 9,68%)**

O padrão micro-construcional correlativo aditivo 5 apresenta-se em nossa pesquisa com 37 ocorrências, ou seja, 9,68% de todas as ocorrências de correlatas aditivas. Vejamos alguns exemplos:

(75) Paquetá já foi, num passado recente, uma área importante não apenas para os seus moradores, mas também um lugar de atração turística, incluindo turismo local, de pessoas de baixa e média renda. – 22/09/2009

(76) Eu gostaria de ter no dia 2 de maio a notícia de que o governador e os prefeitos de todos os municípios do Rio de Janeiro, comprometidos com a mudança do nosso Estado e do nosso País, passariam a dar salário signo aos professores, uma classe tão sofrida, tão ignorada, tão desprezada. Muitas vezes podemos avaliar que a função não é apenas de

professor, mas também de psicólogo e assistente social, ao exercer aquilo que não deveria exercer, o papel de pai e de mãe da criança que vai para o colégio revoltada porque não consegue ter afeto em casa. – 30/04/2009

No exemplo (75), o par construcional correlaciona dois elementos não oracionais. Ao falar em Paquetá, o orador explica que sua importância não está restrita apenas aos seus moradores, mas a todos que fazem daquele lugar um espaço para turismo, ou seja, intenta-se comprovar que havia um maior número de pessoas que desfrutava de Paquetá.

No exemplo (76), o par construcional também correlaciona elementos, mas, dessa vez, de caráter oracional, o que pode ser constatado pela inclusão do verbo copulativo *é* no interior do primeiro correlator. Da mesma forma que nos padrões micro-construcionais correlativos aditivos 1, 2 e 4, esse tipo de inclusão é pouco frequente. Em todas as ocorrências do padrão construcional 5, só detectamos cinco casos (13,51%), e todos eles são do elemento verbal copulativo *ser*. Além disso, notamos que esse exemplo de nosso *corpus* reúne, na apódose, dois elementos coordenados entre si, reforçando uma importante propriedade da correlação, já devidamente analisada ao longo deste capítulo: a hierarquização de elementos.

No exemplo abaixo (77), apresentamos um caso ainda mais raro em nosso *corpus*, visto que há inclusão de elementos no segundo correlator. Vejamos:

(77) Entendo que V.Exa. e o Deputado Rodrigo Neves têm a prerrogativa, e é natural, de estarem permanentemente articulados com as informações de dentro do governo – e o Deputado Rodrigo Neves não apenas porque conduz aqui o debate sobre o PAC, mas porque participa da base do governo também. – 25/03/2009

Nesse exemplo (77), existe uma oração causal completa incluída no segundo correlator. Essa oração, por sua vez, é co-referencial à oração que está no interior da prótase. Acreditamos que o fenômeno linguístico da co-referência seja o motivo principal para que essa estrutura bastante idiossincrática tenha sido formada. Em outras palavras, a formação da primeira oração causal no interior do prótase teria propiciado o surgimento da segunda causal, com estrutura paralelística.

O par correlativo *não apenas [V] mas também* reúne tanto elementos curtos quanto elementos bastante extensos. Vejamos:

(78) Augusto Boal construiu o famoso Teatro do Oprimido – que se difundiu não apenas no Brasil mas também em várias partes do mundo, sobretudo nas três últimas décadas do século XX –, entendido como instrumento de emancipação política, de despertar da consciência sobre o mundo e sobre a capacidade de cada um dos seres humanos de atuar coletivamente a fim de transformar a realidade. – 05/05/2009

(79) O que nós discutimos no dia de ontem? Que é possível, com a dragagem do Canal do Cunha – que está sendo feita com recursos da Petrobras, do Fecam, da Secretaria de Ambiente do Estado –, não apenas revitalizar aquela área do ponto de vista ambiental. Isso é fundamental porque recupera uma área degradada do Estado do Rio de Janeiro, da Cidade do Rio de Janeiro; recupera o patrimônio que é a Baía de Guanabara. Nós sabemos, sem dúvida alguma, que a ação em favor do meio ambiente é daqueles que pensam o século XXI. Mas nós também entendemos, deputados e deputadas, que essa dragagem tem o papel estratégico de permitir a revitalização industrial desse bairro tão importante da Cidade do Rio de Janeiro. – 18/02/2009

No exemplo (78), que fala sobre o Teatro do Oprimido, o par construcional correlaciona *no Brasil e em várias partes do mundo*, em flagrante relação de *crescendum*. Essa ocorrência vai contra uma afirmação forte de Lehmann (1985, p. 24), segundo a qual “em textos naturais, a explicitude do mecanismo de ligação é ajustado à extensão das entidades ligadas⁸¹”. Se isso fosse sempre correto, os correlatores não ligariam termos curtos, já que as partículas descontínuas correlativas possuem mais massa fônica do que os coordenadores.

Já no exemplo (79), temos uma grande porção de texto na prótase e outra também consideravelmente extensa na apódose. O assunto focalizado é a questão da dragagem do Canal do Cunha, localizado no Rio de Janeiro. Segundo o orador, essa obra revitalizará toda a área do ponto de vista ambiental. A essa informação, o deputado acrescentou outras questões que dizem respeito a esse processo de revitalização, utilizando-se, para isso, de três sentenças complexas, ou seja, de três períodos compostos por subordinação, segundo a denominação tradicional:

a) *Isso é fundamental [porque recupera uma área degradada do Estado do Rio de Janeiro, da Cidade do Rio de Janeiro];*

⁸¹ “in natural texts the explicitness of the linking device is adjusted to the size of the entities linked”.

b) recupera o patrimônio [que é a Baía de Guanabara].

c) Nós sabemos, sem dúvida alguma, [que a ação em favor do meio ambiente é daqueles [que pensam o século XXI]].

Após todos esses comentários, a correlação em (79) é concluída por meio da apódose, que conta com, pelo menos, dois elementos que não só intentam atrair a atenção dos ouvintes como também cumprem o papel de convidá-los à reflexão. Trata-se da inclusão do pronome reto *nós* no segundo correlator (*mas nós também*) e do uso do vocativo (*deputados e deputadas*). Por fim, o orador conclui que a revitalização do Canal do Cunha não será apenas do ponto de vista ambiental (como está explícito na prótase), mas também do ponto de vista industrial (como está explícito na apódose).

Esse excerto, mais uma vez, ajuda a comprovar o alto grau de complexidade das construções correlatas. Esses usos da correlação evidenciam que o tratamento dado a esse assunto não pode ficar restrito ao plano dos processos de subordinação e coordenação. Afinal, como vimos, a correlação opera desde níveis muito elementares até níveis bastante complexos, como ficou claro no exemplo (79). Em outras palavras, o estudo do fenômeno da correlação não pode estar restrito apenas às investigações no campo das orações, mas deve abarcar tanto as relações intra-oracionais como as relações mais abrangentes, ou seja, as do discurso propriamente dito.

Para concluir a análise desse padrão micro-estrutural, vejamos mais um exemplo de caráter mais idiossincrático:

(80) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na semana passada, eu tive a oportunidade de, acompanhando algumas pesquisadoras que cuidam da morte materna em caso de aborto, visitar o Hospital da Posse, e me vejo no dever de, em primeiro lugar, cumprimentar o diretor e toda a sua equipe, visto que ele nos reuniu demonstrando o maior apreço e a maior deferência não apenas à Assembleia Legislativa que, naquele momento, eu representava, mas também demonstrando a mais completa preocupação com o sofrimento vivido pelas mulheres na Baixada Fluminense em relação não apenas à questão do aborto, pois o objetivo das pesquisadoras era tratar exclusivamente da morte da mulher em decorrência do aborto. – 06/10/2009

Nesse exemplo (80), o deputado relata uma experiência pessoal: uma visita ao Hospital da Posse, acompanhado de pesquisadoras que cuidam da morte materna em caso de aborto. Nessa

ocasião, segundo o relatado, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro foi alvo de apreço e deferência por parte do diretor e de toda equipe do hospital (conteúdo da prótese). Nessa mesma ocasião, esses profissionais demonstraram preocupação com o sofrimento vivido pelas mulheres na Baixada Fluminense (conteúdo da apódose). Até aqui, poderíamos dizer que estamos diante de uma correlação prototípica.

Contudo, logo após esse par correlativo, abre-se um segmento com o correlator *não apenas*, que reproduzimos a seguir: “(...) *não apenas* à questão do aborto, pois o objetivo das pesquisadoras era tratar exclusivamente da morte da mulher em decorrência do aborto”. Como podemos observar, não há um par correlativo *stricto sensu*⁸², visto que não temos o segundo correlator nem de forma explícita.

Por outro lado, pelo nosso conhecimento de mundo, é possível inferir que a equipe do hospital (diretor e outros profissionais) estava preocupada e se interessava não só pelo aborto mas também por outros problemas de saúde que acometem a mulher. Assim, não há correlação em termos formais, mas é possível “completarmos” o que falta ao trecho. De fato, é o que processamos quando lemos o texto, mesmo sem necessidade de formalização.

Por fim, cabe um comentário acerca da existência do item *também* nesse par correlativo. Existe uma tensão entre a tendência do emissor a não dizer mais que o necessário (princípio de economia⁸³), que, aliás, atuou de maneira muito enfática no exemplo (80), e da parte do receptor a selecionar a interpretação mais informativa do que se diz, a mais relevante. É essa tensão que leva os falantes a procurar ser cada vez mais específicos por meio da codificação gramatical e a procurar elemento linguísticos que sirvam como reforço de informatividade⁸⁴ (cf. Cuenca e Hilferty, 1999, p. 169; Heine et al. 1991, p. 76). O uso de *também* nesse padrão construcional (como em outros que o instanciam) pode ser explicado por meio desses princípios.

⁸² A análise desse exemplo (80) é semelhante à já apresentada para o exemplo (64).

⁸³ De acordo com Thompson e Couper-Kuhler (2005, p. 495), de fato, a gramática limita as formas linguísticas disponíveis aos falantes no processo de comunicação e interação social.

⁸⁴ A categoria analítica da informatividade manifesta-se em todos os níveis de codificação linguística, e diz respeito, sempre, ao que os interlocutores compartilham ou supõem que compartilham, e ao que é criado e recriado via interação.

- **Padrão micro-construcional correlativo aditivo 6**
 - Não [V] só... como também (23 ocorrências – 6,02%)

Esse padrão micro-construcional conta com 23 ocorrências em nosso *corpus*, ou seja, 6,02% de todas as correlatas aditivas. Vejamos alguns exemplos:

(81) Com esta soma de crime organizado e milicianos eles consagram ainda mais a política do extermínio. Mas convivem, nos camarotes do carnaval – não só o governador do Estado como também o presidente da República e o prefeito –, com os banqueiros do jogo do bicho, os verdadeiros controladores do crime organizado no nosso Estado. – 03/03/2009

(82) Sinto muito orgulho de ter subido a esta tribuna para falar contra a aprovação da lei, na época, pois ela não só discriminava o baile *funk* como também a festa *rave*. – 1º/09/2009

No exemplo (81), temos uma correlação não-oracional prototípica. O orador denuncia o convívio do governador do Estado com os banqueiros do jogo do bicho, que, segundo o deputado, são “os verdadeiros controladores do crime organizado no nosso Estado”. O par correlativo foi utilizado para expressar, com mais vigor, a ideia de gradação enfática crescente, visto que a denúncia envolve não só *o governador do Estado* como também *o presidente da República e o prefeito* da cidade do Rio de Janeiro.

O exemplo (82) é semelhante ao exemplo (81), com uma diferença: trata-se agora de uma construção oracional. Ao recuperar o debate acerca da lei que proibia o baile *funk* no Rio de Janeiro, o orador afirma que essa mesma lei discriminava também a festa *rave*. Utilizou-se, portanto, o verbo *discriminava*.

Só encontramos uma única ocorrência da inclusão de elementos oracionais no primeiro correlator, o que confirma a tendência que vimos apontando: esse tipo de inclusão em *não só* não é frequente. Vejamos:

(83) Quero iniciar as minhas palavras no dia de hoje, Presidente, registrando o nosso voto de pesar com a família do Deputado Olney Botelho, que perdeu a sua mãe na

manhã de segunda-feira, a D. Maria Nilda Botelho, uma pessoa muito conhecida na cidade pelo seu trabalho, pela sua família, pela sua dedicação. Uma pessoa que não foi só a mãe do Deputado Olney Botelho e de todos os seus irmãos, como também foi pai.
– 22/04/2009

No exemplo (83), o orador comunica com pesar o falecimento da mãe do deputado Olney Botelho, a Sra. Maria Nilda Botelho. Segundo sua avaliação, ela *não foi só* a mãe do deputado e dos seus irmãos, mas agiu também como se fosse seu pai. Nosso conhecimento de mundo, em condições normais e em contextos literais, não permite que uma mulher seja pai. Esse elemento comunica, portanto, um efeito especial ao discurso, por isso está alocado na apódose, que é normalmente o espaço mais adequado, na correlação, para esses tipos de conteúdo.

Vejamos mais um exemplar desse padrão construcional:

(84) Certamente, o nosso Nelsinho Piquet - e muito menos seu pai, que se consagrou na Fórmula I, com vários e sucessivos campeonatos mundiais conquistados - não só [não] conhece esse texto do nosso San Tiago Dantas, como também [não] tem nenhum compromisso com o alto significado da prática esportiva. – 17/09/2009

Nesse exemplo (84), o deputado orador critica Nelsinho Piquet pelas suas supostas falta de conhecimento e falta de compromisso com a prática esportiva. Os elementos entre colchetes comprovam que estamos diante de um par correlativo de polaridade negativa, que, por sua vez, está instanciada pelo padrão construcional *não só...como também*.

A polaridade negativa efetiva-se pela presença simultânea da partícula *não* (indicada entre colchetes) tanto na prótase quanto na apódose. Assim, para a efetivação dessa carga semântica negativa, é necessária uma repetição pouco econômica do *não* (*não só não*), que provavelmente está a serviço de uma grande força enfática na correlação, por isso sua marginalidade.

Por meio desse exemplo (84), também percebemos que a integração da partícula correlativa presente na prótase, ou seja, o primeiro *não* (em *não só...*), encontra-se bem mais integrada à partícula focalizadora *só* do que o segundo *não*, que tem como função negar o escopo do termo introduzido pelo verbo *conhece*. Em outras palavras, em “*não só não*”, o primeiro *não* integra com o *só* o papel de conectivo correlativo descontínuo (primeiro correlator); o segundo *não* possui apenas função circunstancial de negação.

Por fim, ainda no âmbito do padrão micro-constitucional correlativo aditivo 6, vejamos mais um exemplo:

(85) Acho que estão cometendo um erro, e não só na BR-101 como também em outras rodovias do Brasil: não podem cobrar pedágio antes de fazer as obras necessárias. – 10/02/2009

Nesse caso, percebemos a ocorrência do elemento aditivo prototípico *e* no início do primeiro membro correlato, como já tivemos a oportunidade de analisar em outra ocorrência. A função desse elemento não se confunde discursivamente com a função do par correlativo *não só...como também*.

A função do par correlativo é reunir duas estruturas locativas em uma flagrante relação de *crescendum*. Afinal, a crítica feita à cobrança de pedágio antes de obras necessárias não deve ser aplicada apenas à *BR-101*, mas a todas as *outras rodovias do Brasil*, que constituem, obviamente, um conjunto maior que a *BR-101* apenas. A função do *e*, por sua vez, é apenas a de estabelecer um elo de ligação entre o par correlativo e o discurso precedente.

Nesse momento, cabe uma consideração quanto aos padrões correlativos 4 (*não só [V] mas também*) e 6 (*não só [V] como também*). Almeida (2004, p. 357)⁸⁵ considera esse último uso, que vimos analisando, como comparativo. O autor, após analisar os pares *não só...mas também* e *não só...como também* chega a afirmar que “nenhuma diferença existe nem quanto à significação, nem quanto à pureza gramatical. Unicamente a análise das orações é que irá variar: *mas* inicia uma coordenada; *como* inicia uma subordinada comparativa”.

Discordamos da análise do autor, visto que a ideia de comparação, antes trazida primitivamente pelo conectivo *como*, introdutor da apódose correlativa, encontra-se demasiadamente abstratizada, talvez próxima do zero semântico. Afinal, como os dados mostram, tanto o padrão correlativo 4 quanto o padrão correlativo 6 são utilizados em contextos de uso bastante semelhantes.

⁸⁵ Castilho (2010, p. 386) também confere à partícula *como*, no par correlativo *não só...como também*, valor de comparação. Neves (2010, p. 148) é um pouco mais comedida. Segundo a autora, nesses casos, “pela adição se compara”.

Esse processo de *abstratização*, que ocorre com a partícula *como*, é chamado de *dessemantização* por vários funcionalistas, com Heine e Kuteva (2007, p. 34). Significa a perda ou generalização do conteúdo semântico original dos itens linguísticos.

A dessemantização é uma imediata consequência da extensão: o uso de uma partícula específica (partícula *como*, por exemplo) em um novo contexto (nas relações de adição) produz uma perda de suas propriedades originais, especialmente as que são menos compatíveis em termos semântico-pragmáticos com o novo contexto de uso.

Heine et al. (1991, p. 30) afirmam que o fenômeno de convivência de formas é muito comum nas línguas humanas, e acrescentam que novos instrumentos gramaticais podem se desenvolver (como o correlator *como também*) a despeito da existência de antigas formas (como o correlator *mas também*), funcionalmente equivalentes. Isso ajuda a explicar a grande profusão de formas, no âmbito da correlação aditiva, e também sua própria convivência com a coordenação aditiva.

- **Padrão micro-construcional correlativo aditivo 7**
 - Não [V] **apenas...** Δ (13 ocorrências – 3,40%)

O padrão micro-construcional correlativo aditivo 7 conta com 13 ocorrências (3,40%). É o segundo mais frequente entre os que não possuem o segundo correlator expresso, visto que o padrão construcional 3 (*não [V] só...* Δ) é o mais comum nessa subclasse. Vejamos alguns exemplos:

(86) Não é apenas a manifestação, que já seria relevante e razoável, dos servidores públicos da Saúde, que trabalham no Hospital Carlos Chagas, Δ é o interesse social. – 27/08/2009

(87) Eu nunca vi cordão de apito servir como chicote, a não ser que premeditadamente tenha sido assim produzido. E, se o foi, tem a responsabilidade da concessionária, porque aquilo não é apenas um apito, Δ aquilo é um apito e um chicote, a funcionar concomitantemente. – 16/04/2009

(88) Malboro, Rômulo, Neguinho, Ivo, Leo, grande Leo, esta Casa não está prestando um bom serviço apenas ao funk – A presta um grande serviço ao Rio de Janeiro. – 1º/09/2009

No exemplo (86), o orador tenta justificar a manifestação dos servidores públicos da Secretaria Estadual de Saúde, dizendo que ela não apenas é *relevante e razoável*. Mais que isso, como está na apódose, é um ponto de *interesse social*.

Em (87), o deputado está discursando sobre o comportamento dos funcionários de uma companhia ferroviária do Rio de Janeiro, que utilizava cordões de apito como chicotes para obrigar os passageiros de trens a entrar nos veículos que, via de regra, estavam sempre muito lotados.

Em (88), por fim, temos um caso menos prototípico, que consiste na inclusão de vários elementos no interior do primeiro correlator (não está prestando um bom serviço apenas). Também nesse exemplo, a ideia de *crescendum* é evidente, tendo em vista o conteúdo dos pares correlativos: a Casa Legislativa não presta um serviço apenas ao funk, mas a todo o Rio de Janeiro.

Notamos o uso do verbo copulativo *ser* no interior do primeiro correlator dos exemplos (86) e (87). Essa é uma tendência entre os pares correlativos em que não há o segundo correlator expresso. No âmbito desse padrão construcional, a inclusão de verbos aconteceu em 9 casos (69,23%), sendo que foram 6 inclusões de verbos copulativos (46,15%) e mais 3 inclusões de verbos nocionais (23,08%), como no exemplo (73).

Nos dois últimos exemplos analisados, (87) e (88), permanece a tendência de o segundo membro correlato recuperar membros do primeiro. Assim, em (87), temos na prótase “*aquilo não é apenas um apito*”; e na apódose, “*aquilo é um apito e um chicote*”. Em (88), por sua vez, temos na prótase “*esta Casa não está prestando um bom serviço apenas ao funk*”, e na apódose, temos “*presta um grande serviço ao Rio de Janeiro*”. Essa constatação permite-nos mais uma vez reiterar que essa é uma característica constante das correlatas sem segundo correlator expresso: apresentar uma estrutura paralelística, que recupera membros anteriormente já citados. E isso não acontece apenas nos exemplos em que há inclusão de verbos no primeiro correlator. Vejamos o exemplo a seguir, seguido de uma esquematização:

(89) Acredito que o Estado do Rio de Janeiro precise, sim, revitalizar os seus equipamentos culturais, precise de um plano de Cultura, precise, sim, de que nós possamos não apenas criar novos equipamentos culturais. O Rio de Janeiro não carece de novos equipamentos culturais, principalmente na região da Zona Sul e do Centro, △ precisa, sim, criar equipamentos culturais na Zona Oeste, na Baixada Fluminense, no interior, que não tem Cultura. – 03/06/2009

Esquema 4 – Coordenação no segmento inicial e estrutura paralelística

Acredito que o Estado do Rio de Janeiro			<u>não apenas</u> criar novos equipamentos culturais. O Rio de Janeiro não carece de novos equipamentos culturais, principalmente na região da Zona Sul e do Centro,	<u>△ precisa</u> , sim, criar equipamentos culturais na Zona Oeste, na Baixada Fluminense, no interior, que não tem Cultura.
<u>precise</u> , sim, revitalizar os seus equipamentos culturais,	<u>precise</u> de um plano de Cultura,	<u>precise</u> , sim, de que nós possamos		
Segmento inicial			Prótase correlativa	Apódose correlativa

Nesse exemplo, no segmento inicial do discurso, que antecede a correlação propriamente dita, ocorre o verbo *precisar* em três orações completivas subjetivas com sujeito compartilhado (*O Estado do Rio de Janeiro*), e também ocorre a expressão *equipamentos culturais* na primeira subordinada. Podemos observar que tanto um elemento quanto o outro são recuperados na apódose correlativa. Aliás, a expressão *equipamentos culturais* é reiterada três vezes em todo o excerto. Esses recursos servem, portanto, para instaurar coesão e, de certa forma, compensar a ausência de um segundo correlator expresso.

De acordo com Cuenca e Hilferty (1999, p. 165-166), os falantes tendem a codificar mensagens diversas com formas gramaticais novas, que são mais relevantes, mais informativas. Essas novas formas expressam melhor as atitudes e crenças dos falantes por meio de processos metafóricos e metonímicos. Esse é o gérmen do processo de gramaticalização: codificar as novas estratégias comunicacionais. Assim sendo, a renovação de categorias linguísticas, normalmente a partir de elementos pré-existentes na língua, é um fenômeno muito comum. É assim que explicamos a expansão do inventário de correladores, no âmbito da correlação aditiva, muitas vezes apresentando diferenças muito sutis ou até mesmo quase inexistentes entre si.

- **Padrão micro-construcional correlativo aditivo 8**

- **Não só... como (9 ocorrências – 2,35%)**

O padrão micro-construcional correlativo aditivo 8 é o primeiro no *corpus* de nossa pesquisa a não apresentar elementos verbais incluídos no primeiro correlator. Guarda estreita relação com o padrão correlativo 2 (*não só [V] mas*) e também com o padrão correlativo 6 (*não só [V] como também*).

A diferença do padrão correlativo 6 para o 8 é que este último não possui o item *também* em sua constituição, imediatamente após a partícula *como*. O uso do item *também* indica um processo de generalização contextual (cf. Lehmann, 1985) ou de reforço, visto que o par *não só...como* já expressa a adição, sem necessidade de mais termos agregados a si. Vejamos dois exemplos:

(90) Continuaremos a discutir a matéria. Mas de antemão já convido o Presidente dos trabalhos, Deputado Coronel Jairo, que representou a Assembleia Legislativa no evento de Copenhague, que participe da comissão que vai acompanhar, sob o ponto de vista da transparência e da efetividade, todos os eventos pré-Olimpíadas, interligadas com a Copa do Mundo de Futebol de 2014. V. Exa. poderá, na comissão, representar **não só** a Mesa Diretora **como** o PSC, partido que V. Exa. é filiado. – 06/10/2009

(91) (Euclides da Cunha) - Num determinado trecho do livro ele explica a sazonalidade e previsibilidade das secas do nordeste. **Não só** a descreve com conhecimentos técnicos, **como** problematiza as questões climáticas, por total conhecimento de causa. – 13/08/2009

No exemplo (90), o par correlativo envolve dois elementos não-oracionais (*a Mesa Diretora* e *o PSC*). Trata-se, portanto, de uma estrutura mais simples do ponto de vista sintático. Já no exemplo (91), o par correlativo envolve duas orações (*a descreve com conhecimentos técnicos* e *problematiza as questões climáticas, por total conhecimento de causa*).

No campo da correlação aditiva, detectamos uma forte *variabilidade paradigmática*. Esse fenômeno diz respeito à possibilidade de uso de um item em lugar de outro, desde que pertençam a um mesmo paradigma. Assim, em estágios mais incipientes de gramaticalização, há maior

competição entre as formas que desempenham uma função semelhante. De fato, no âmbito da correlação aditiva, há uma grande profusão de formas, que têm como função central a adição de termos, aparentemente sem uma forte restrição de uso.

Assim, as várias formas em competição, com configurações formais semelhantes, apontam para um estágio também incipiente de gramaticalização. A não-fixação de um padrão correlativo aditivo indica o início do processo em foco, haja vista os diferentes conectivos que introduzem as construções correlatas.

- **Padrão micro-construcional correlativo aditivo 9**
 - **Não apenas... como [V] também (8 ocorrências – 2,09%)**

O padrão micro-construcional correlativo aditivo 9 (*não apenas... como também*) é semelhante ao padrão construcional 5 (*não [V] apenas... mas também*). Trata-se de um par correlativo mais “pesado” do ponto de vista formal, tendo em vista a sua constituição morfossintática.

Vejamos alguns exemplos desse padrão construcional:

(92) Reconhecer é também conhecer novamente. Nesse longo período de convivência, em que compartilhei não apenas projetos como também paixões com Olavo, estivemos lado a lado em momentos importantes para a história do nosso Estado. – 07/10/2009

(93) Hoje, o Parlamento do Estado do Rio de Janeiro concede a Olavo Monteiro de Carvalho o Título de Cidadão Benemérito do Estado, pela sua trajetória e pela sua atuação em defesa da melhoria de vida da nossa população. Estamos falando de uma pessoa que, ao longo da sua trajetória, não apenas ajudou a fazer a história do nosso Estado e do nosso País como também atuou para melhorar o ambiente de negócios no Rio de Janeiro e a vida da população mais desassistida. – 07/10/2009

(94) Quero registrar, para terminar, que amanhã o Presidente Lula vai participar, não apenas das atividades do Dia do Trabalho, de orgulho da luta dos trabalhadores, no Estado do Rio de Janeiro, como vai também iniciar a produção de petróleo da camada pré-sal, a maior descoberta deste país nos últimos 30 anos porque colocará o Brasil na condição de país autossuficiente em petróleo e o transformará em uma potência de energia, de produção de petróleo, inclusive com a possibilidade de se tornar um país exportador, descortinando enormes possibilidades para o país e sobretudo para os trabalhadores no século XXI. – 30/04/2009

O exemplo (92) apresenta a correlação de dois termos não-oracionais (*projetos e paixões*), dispostos em uma crescente escala, tendo em vista que o compartilhamento de paixões é considerado consensualmente como superior ao compartilhamento de projetos.

O exemplo (93) retoma a mesma temática – homenagem a Olavo Monteiro de Carvalho, titulado como cidadão benemérito do Estado do Rio de Janeiro. Nesse caso, contudo, estamos diante de um par correlativo oracional (*ajudou a fazer a história do nosso Estado e do nosso País e atuou para melhorar o ambiente de negócios no Rio de Janeiro e a vida da população mais desassistida*).

Por fim, no exemplo (94), o assunto central é a visita do ex-presidente Lula ao Rio de Janeiro. Nessa visita, estavam programadas não apenas atividades ligadas ao Dia do Trabalho como também o início da produção de petróleo a partir do pré-sal.

Destacamos uma particularidade sintática neste exemplo (94): antes do primeiro correlator, o texto apresenta a perífrase verbal denotadora de futuro *vai participar*. No segundo correlator, a marcação de futuro também é feita por meio de uma perífrase, mas acontece de forma diferente: o verbo auxiliar (*vai*) fica inserido no segundo correlator, enquanto o verbo principal (*iniciar*) fica logo depois dele. Essa liberdade posicional é chamada de *variabilidade sintagmática* por Lehmann (1985), e indica baixo grau de gramaticalização do conectivo. Afinal, as conjunções prototípicas possuem a propriedade da *fixação* (o item ocupa uma posição fixa).

- **Padrão micro-construcional correlativo aditivo 10**

- **Δ... mas também (7 ocorrências – 1,83%)**

O padrão micro-construcional correlativo aditivo 10, que conta com 7 ocorrências, não apresenta o primeiro correlator explícito. Entre as construções já investigadas até este momento da pesquisa, é a primeira ocorrência desse tipo. Segundo Oiticica (1952, p. 52), o pai da teoria da correlação, “é comuníssima a omissão do primeiro termo correlativo”. Ney (1955, p. 61) também detectou esse fenômeno.

No conjunto dos dados desta pesquisa, que investiga discursos políticos na sincronia da primeira década do século XXI, isso não se sustenta, visto que essa construção não é tão comum assim. Vejamos alguns exemplos:

(95) Realmente é merecida essa homenagem e é uma forma de lembrarmos a nossa história e lembrarmos que, se hoje vivemos em uma democracia, se hoje temos, inclusive, um trabalhador, um operário na Presidência da República - concordemos ou não, sejamos de que partido formos - isso aconteceu graças a muita luta. Luta ▲ da população, em geral, mas também de homens iluminados, santificados, como Dom Hélder Câmara, que sempre trilhou o caminho da humildade, de saber que o seu caminho era o caminho de Jesus Cristo ao lado do povo, o povo mais simples. – 29/04/2009

(96) Ao contrário, estou dizendo que é uma escolha como outra qualquer, que ▲ merece a discussão mas também merece o acolhimento. – 22/09/2009

(97) Precisamos, portanto, cuidar para que no futuro, medidas sejam tomadas para que, numa interlocução com o Comando da Polícia Militar, possamos evitar e impedir que fatos iguais ocorram, porque a agressão foi sofrida ▲ pelos profissionais da educação, mas foi uma agressão também ao Poder Legislativo. – 08/09/2009

(98) Este é o nosso papel, portanto: ▲ fazer aqui o registro dos avanços importantes que estão acontecendo no nosso Estado, mas também fazer o registro das preocupações que temos com relação a esses investimentos, que são fundamentais para garantir aquilo que hoje o Caged, segundo anúncio do Ministro do Trabalho, registrou: o Rio de Janeiro foi um dos cinco estados com maior crescimento no número de empregos no mês de fevereiro. – 19/03/2009

No exemplo (95), temos um discurso político que gira em torno de uma homenagem a Dom Hélder Câmara. O orador indica a importância de se resgatar a história, que nos legou a democracia, principalmente por conta de muita luta. No primeiro membro correlato, temos o termo *população em geral*, logo após o vocábulo *luta*, que é recuperado do segmento textual anterior. A correlação, neste exemplo (95), estabelece a ligação entre esse termo presente no primeiro membro correlato (*a luta da população*) e o termo *homens iluminados, santificados, como Dom Hélder Câmara*. Trata-se, portanto, de uma correlação não-oracional.

O exemplo (96) ilustra um caso de correlação aditiva oracional. A omissão do primeiro correlator propiciou a necessidade de reiteração de elementos precedentes no discurso, exatamente como detectamos em outros casos já analisados (padrões 3 e 7). Assim, a expressão

merece a discussão, na prótase, é retomada, de certa forma, de maneira paralelística, em *merece o acolhimento*, na apódose.

O exemplo (97) ilustra uma tendência que também verificamos em outros padrões construcionais: a inclusão de outros elementos no interior do correlator. Dessa vez, contudo, isso acontece com o segundo correlator, visto que não temos a formalização do primeiro. À maneira do exemplo (96), também detectamos uma estrutura paralelística em (97): o segmento *agressão foi sofrida* pelos profissionais da educação é retomada em mas *foi uma agressão* também *ao Poder Legislativo*.

Por fim, o exemplo (98) ilustra com ainda mais clareza esse tipo de paralelismo. Ao tratar do crescimento no número de empregos no Rio de Janeiro, o deputado correlaciona duas informações: *fazer aqui o registro dos avanços importantes que estão acontecendo no nosso Estado* e mas também *fazer o registro das preocupações que temos com relação a esses investimentos*.

Esse padrão é bastante econômico do ponto de vista formal, e convive com padrões bem mais pesados como *não [V] só... como também*. Vejamos como Cunha (2000, p. 40) explica essa tensão:

De um lado, há uma tendência em maximizar a informatividade; do outro, há uma tendência em maximizar a economia. Assim, as pressões por informatividade ou clareza estão em competição com as pressões por economia ou simplicidade. Tendo o ouvinte como meta, o falante procura ser informativo e claro para atingir seus propósitos comunicativos.

Essa informação dada por Cunha (2000) nos ajuda a compreender por que há padrões correlativos mais pesados ao lado de padrões correlativos mais econômicos, como o que estamos explorando. Essa tensão exposta por Cunha (2000) encontra seu correlato natural em dois princípios cognitivistas: princípio da *força expressiva maximizada* (o inventário de construções está maximizado para atender a diversos propósitos comunicativos) e o *princípio da economia maximizada* (o inventário das construções tende a minimizar).

- **Padrão micro-construcional correlativo aditivo 11**
 - Não [V] somente... Δ (7 ocorrências – 1,83%)

O padrão micro-construcional correlativo aditivo 11 é muito semelhante ao padrão 3 (*não [V] só... Δ*) e 7 (*não [V] apenas... Δ*). Contudo, detectamos uma diferença em relação a eles. O padrão construcional 11 é sempre formado pela presença de um verbo no primeiro correlator: são quatro ocorrências do verbo *ser* e três ocorrências de outros verbos nocionais. Vejamos:

(99) Não quero cair em *slogans*, mas é indubitável que o Consenso de Washington morreu. A desregulação selvagem já **não é somente** má: **Δ** é impossível. – 02/04/2009

(100) Corrupção é errada não importa onde, mas roubo na Secretaria de Educação não é meramente roubo ao erário. **Não** se rouba **somente** os impostos, **Δ** rouba-se o futuro de uma geração. **Δ** Rouba-se, de repente, o futuro de uma criança, que deveria crescer tendo um tipo de educação e vai ter uma educação pior, porque o dinheiro que seria para dar qualidade ao ensino dela não vem. – 19/02/2009

(101) Acho que esse deve ser o foco principal de reflexão, de punição desse agressor. É esse que deve ser o foco da discussão, de todos nós entendermos que a questão da mulher **não** é uma questão que diz respeito **somente** à mulher, **Δ** diz respeito à sociedade. – 10/03/2009

No exemplo (99), que discute a postura do Consenso de Washington, temos a correlação de dois curtos elementos (*má* e *impossível*). Sem dúvida, algo *impossível* ocupa um lugar mais à direita ou maior em uma escala imaginária do que algo *mau*. Assim, detectamos, mais uma vez, a noção de *crescendum*.

O exemplo (100) mostra um uso discursivo da correlação bastante peculiar, visto que podemos advogar a existência de dois correladores, ainda que não expressos, no segundo membro correlato. Essa possibilidade de análise é corroborada pela reiteração do verbo *roubar*, presente em posição imediatamente anterior aos dois Δ.

Nesse exemplo há outro detalhe importante: a indeterminação do sujeito. Essa é uma forma de eximir o orador de suas próprias elucubrações e assertividades. Em outras palavras, funciona como uma estratégia de distanciamento, que serve a propósitos de não-envolvimento

com o assunto tratado, o que é bem característico do discurso político. Por outro lado, também pode denotar um maior senso de inclusão, no sentido de envolver outros na responsabilidade das declarações e dos atos praticados. Isso fica mais claro no exemplo (100), em que o assunto é roubo e corrupção.

Por fim, o exemplo (101) ilustra mais uma vez a possibilidade de inclusão de diversos elementos no interior de um correlator. Assim acontece com o primeiro membro correlato desse exemplo: *não é uma questão que diz respeito somente à mulher*. Acrescentamos outra tendência já verificada em outros padrões construcionais: a reiteração de itens. Trata-se, nesse caso, da lexia *diz respeito a*, presente tanto na prótase quanto na apódose.

Esse padrão, bem como acontece com os demais, está fortemente ligado à necessidade pragmática de expressividade. A motivação para a emergência da correlação aditiva, assim como todas as construções da língua, nasce de fatores tanto externos quanto internos (cf. Traugott, no prelo, p. 1)⁸⁶. Portanto, a motivação pode ser de base cognitiva, experiencial, perceptual etc. De todo modo, são as motivações envolvidas na interação que possibilitam conferir à adição um maior significado pragmático e um aumento em expressividade.

- **Padrão micro-construcional correlativo aditivo 12**

- **Não [V] somente... mas também (6 ocorrências – 1,57%)**

Esse padrão micro-construcional é semelhante ao padrão 4 (*não [V] só...mas também*) e também ao padrão 5 (*não [V] apenas...mas [V] também*). Vejamos alguns exemplos:

(102) Sr. Presidente, é para dizer a V.Exa. da nossa satisfação ao vê-lo representar - **não somente** o nosso estado, **mas também** o nosso país - esta Casa naquele momento ímpar da história do Estado do Rio de Janeiro, em que a sua capital foi escolhida sede dos Jogos Olímpicos de 2016. – 06/10/2009

(103) Ele foi escolhido para ser agora **não** mais monsenhor **tão-somente, mas também** o bispo dessa cidade de Minas Gerais. E aqui quero, então, prestar a minha homenagem ao Monsenhor Tarcísio por esse novo desafio, por essa nova missão. – 16/04/2009

⁸⁶ A autora ressalva que, na prática, apesar de haver motivações internas e externas para a mudança linguística, elas se integram. (cf. Traugott, no prelo, p. 3).

(104) Estive visitando o bairro do Salgueiro, no Município de São Gonçalo, e, quando estava retornando, passei em frente a uma escola municipal por volta das 09h30 e vi muitos alunos já a uma distância de 100, 200 metros da escola. Parei e perguntei àquelas crianças e adolescentes por que estavam saindo da escola naquele momento, durante o horário de aula, e eles me responderam que não tinha professor e que ali era sempre assim. Isto não acontece somente em São Gonçalo, um município complexo, com grande dificuldade para que a máquina funcione de forma correta, mas também em muitos municípios do Brasil. – 28/04/2009

Em (102), o par correlativo *não somente...mas também* inter-relaciona dois sintagmas (*o nosso estado* e *o nosso país*). Nesse excerto, o orador expressa satisfação pela participação do presidente da ALERJ em um importante evento, na função de representante do governador do Estado (informação da prótase), mas também como representante do país (informação da apódose).

O exemplo (103) ilustra um uso pouco comum do par correlativo, tendo em vista que a segunda partícula do primeiro correlator é logo seguida do segundo correlator. Em outras palavras, mais uma vez detectamos a propriedade da *variabilidade sintagmática* (cf. Lehmann, 1985), visto que outras combinações entre os correladores seriam possíveis. Há um espectro de possibilidades de arranjos morfossintáticos em aberto, em muitos casos, como ocorre em (103)

A ideia de *crescendum* também é muito evidente nesse exemplo, visto que o ofício de bispo é superior ao de monsenhor, na hierarquia da Igreja Católica. Por fim, ainda com relação a esse exemplo, notamos uma pequena variação na forma do conectivo. Para sermos mais exatos, temos o par *não tão-somente...mas também*. A motivação para essa pequena alteração advém do próprio discurso, que se molda para expressar a informação em maior conformidade possível com o desejo do orador. Nos termos de Lehmann (1985), essa também é uma prova do baixo grau de gramaticalização desse elemento, visto que exhibe a propriedade da *variabilidade paradigmática*, que consiste justamente em uma margem de liberdade na escolha de itens da língua.

Por fim, o exemplo (104) ilustra um uso desse padrão construcional com verbo nocional (*acontece*). À maneira de (103), a ideia de *crescendum* também é muito clara, visto que, na concepção do deputado orador, o fato de crianças saírem cedo da escola por falta de professor não é uma particularidade do município de São Gonçalo, mas de todo o Brasil.

Esse padrão micro-construcional correlativo aditivo é perfilado, no plano formal, por correladores extensos, o que reforça a ideia de que estão em um estágio de gramaticalização incipiente, conforme expôs Lehmann (1985).

A baixa frequência desses conectores também contribui para seu pequeno desgaste, portanto, o fenômeno da correlação não se conjuga com o da *habituação*, tendo em vista que os correladores possuem mais massa fônica do que o prototípico monossilábico *e*. Assim fala Bybee (2003, p. 604): “Mudanças fonológicas de redução e fusão de construções gramaticalizadas são condicionadas pela sua alta frequência e uso em porções de expressões contendo informação dada e de fundo⁸⁷”.

- **Padrão micro-construcional correlativo aditivo 13**

- Não [V] somente... mas (6 ocorrências – 1,57%)

O padrão micro-construcional correlativo aditivo 13 é muito semelhante ao padrão 12 (*não [V] somente... mas também*). A diferença entre ambos é que o padrão construcional 13 não apresenta a partícula *também* em sua composição. Vejamos:

(105) Sr. Presidente, Srs. servidores desta Casa, colegas deputados, visitantes nas galerias, trago neste momento para discussão um tema que nos preocupa muito e, certamente, haverá de continuar preocupando a todos nós do Estado do Rio de Janeiro, tirando as peculiaridades dos municípios que são cortados pela BR-101, essa BR diz respeito e afeta diretamente a vida de todos nós, não somente no Estado do Rio de Janeiro, mas em grande parte do nosso País, dada à magnitude e as dimensões da conhecida e famosa BR-101. – 03/03/2009

(106) E dizer que não esperávamos outra atitude de V. Exa., uma atitude de tamanha importância e significado, não somente pelo que ela representa mas principalmente pelos recursos absolutamente necessários para que ações mais imediatas sejam efetuadas. – 03/02/2009

(107) Ele não olhou somente por aquela região não, mas por toda Duque de Caxias e por toda a Baixada Fluminense, implantando lá o Restaurante Popular, que funciona até hoje, apesar de estar um pouco abandonado, mal pintado, mal cuidado e com mato

⁸⁷ “Phonological changes of reduction and fusion of grammaticizing constructions are conditioned by their high frequency and their use in the portions of the utterance containing old or backgrounded information”

crescendo, mas a realidade é que continua ainda atendendo à população humilde de Duque de Caxias, ali às margens da Vila Ideal, da comunidade anteriormente conhecida como Lixão, mas está ali. – 10/02/2009

O exemplo (105) expressa um uso não oracional da correlação aditiva, visto que são dois segmentos locativos que estão interligados: *no Estado do Rio de Janeiro e em grande parte do nosso país*. O exemplo (106), por sua vez, expressa um uso oracional desse mesmo padrão construcional. Por fim, o exemplo (107) inter-relaciona *Vila Ideal* e o município de *Duque de Caxias*, que é onde essa comunidade se localiza, na Baixada Fluminense. Houve a inclusão do verbo *olhou* no interior do primeiro correlator, conferindo ênfase ao discurso. Nos três casos (105), (106) e (107), o elemento mais saliente ou relevante está na apódose, ou seja, em segunda posição na construção correlativa.

- **Padrão micro-construcional correlativo aditivo 14**

- **Δ... como também (4 ocorrências – 1,04%)**

Esse padrão micro-construcional é semelhante ao padrão 10 (Δ... *mas [V] também*), no sentido de que todas as quatro ocorrências desse padrão são oracionais. Vejamos dois exemplos:

(108) Δ Estamos satisfeitos com a presença do Governador, **como também** estamos satisfeitos, Sr. Presidente, com a decisão do Governo do Estado de instalar uma UPA, Unidade de Pronto-Atendimento, em Teresópolis, o que vínhamos pedindo desde 2008 através de indicação legislativa – agora mesmo registramos na Lei de Diretrizes Orçamentária este indicativo. – 25/08/2009

(109) V. Exa. tem toda a razão, mas pondero que S. Exa. o Governador do Estado trouxe Δ para a população a revolta que sentiu ao ver aquele fato, **como** nós **também** ficamos revoltados. – 16/04/2009

No exemplo (108), o orador agradece *a presença do governador*, como também expressa satisfação pela *decisão do Governo do Estado de instalar uma Unidade de Pronto-Atendimento em Teresópolis*. Como já afirmamos algumas vezes, a ausência do primeiro correlator propicia a

recuperação de itens precedentes no discurso. Dessa forma, ainda nesse exemplo (108), o segmento *estamos satisfeitos*, na prótase, é recuperado na apódose.

O exemplo (109) aborda a revolta que o governador do Estado do Rio de Janeiro sentiu a partir do conhecimento de um determinado fato. Esse mesmo sentimento de revolta, segundo o orador, é também compartilhado pelos deputados. Isso é expresso por meio do par correlativo (Δ ... *como também*), que recupera na apódose um termo expresso na prótase, do mesmo campo semântico e raiz morfológica (*revolta* e *revoltados*).

O exemplo (109) também ilustra uma importante particularidade da correlação, que é a interveniência de elementos nos correlatores. Normalmente, quando isso ocorre, trata-se da presença de verbos. Por outro lado, como está expresso nesse exemplo, esse tipo de inclusão também pode ser de outra natureza, como um pronome reto (*nós*).

- **Padrão micro-construcional correlativo aditivo 15**

- Não [V] só... **também** (4 ocorrências – 1,04%)

O padrão micro-construcional correlativo aditivo 15 apresenta uma estrutura ainda não contemplada em nossos compêndios gramaticais, tendo em vista sua marginalidade e pouca frequência. Vejamos dois exemplos:

(110) Chegaram a me dizer assim: “Pensamos que você copiou São Paulo.” Falei: “Ótimo! Se São Paulo já o tem...” Mas São Paulo não emite só o do cartão de crédito, emite também uma nota fiscal. – 17/02/2009

(111) O Deputado Luiz Paulo, que me antecedeu, desta tribuna fez um discurso brilhante. Dizia que o Brasil é um país sem rumo em função de constantes paradoxos: “diz que vai para direita e vai para esquerda” o nosso alcaide federal, o nosso presidente da República. Eu vou além, eu digo que não é só o Brasil que está sem rumo nesse momento de crise, o Estado do Rio de Janeiro também. – 08/04/2009

No exemplo (110), o orador fala sobre uma ideia supostamente “copiada” do estado de São Paulo. Os elementos *cartão de crédito* e *nota fiscal* estão correlacionados. No primeiro

correlator, detectamos a inclusão do elemento verbal nocional *emite*, que é recuperado no início da apódose. Esse recurso é utilizado para conferir coesão ao discurso, visto que a não-repetição desse termo tornaria o período agramatical ou, pelo menos, mal formulado.

O exemplo (111) apresenta estrutura semelhante a (110), com exceção da inclusão do verbo no primeiro correlator. Em (110), o verbo é nocional (*emite*); já em (111), o verbo é copulativo (*é*). Quanto a este último exemplo, o contexto discursivo nos faz inferir facilmente que, após o item *também*, seria possível lermos “*está sem rumo nesse momento de crise*”. Muito provavelmente, por questão de economia linguística, todo esse segmento foi omitido na apódose, ficando elíptico.

- **Padrão micro-construcional correlativo aditivo 16**

- **Não somente... como também (3 ocorrências – 0,78%)**

Apesar de o par correlativo *não somente...como também* ser um dos mais explorados pelas gramáticas do português, quando abordam o fenômeno da correlação, pelo menos em nosso *corpus*, não foi o mais frequente. Ao contrário, apresentou apenas 3 ocorrências, somando menos de 1% do total de correlatas aditivas.

Pelo seu peso, é possível que já esteja sendo substituído por outras estratégias mais econômicas na atual sincronia da língua portuguesa, como temos visto ao longo deste capítulo de análise. Afinal, os três pares correlativos mais frequentes nos discursos políticos pesquisados foram: *não [V] apenas...mas* (74 ocorrências), *não [V] só...mas* (69 ocorrências) e *não só...Δ* (53 ocorrências). Juntos, esses três pares correlativos somam 196 ocorrências, ou seja, mais da metade de todos os casos pesquisados de correlação aditiva (51,30%).

Vejamos dois exemplos do padrão construcional 16:

(112) Conseguimos **não somente** a redução da alíquota do querosene para a aviação, **como também** a redução de 18% para 13% da alíquota de importação para as operações feitas no Aeroporto Internacional Tom Jobim. Entendo a aflição do Governador Sergio Cabral, e não tiro sua razão, assim como entendo a preocupação do mercado. – 04/03/2009

(113) A Uezo está desenvolvendo cursos tecnológicos, onde pretendemos não somente criar novos produtos, como também agregar valor aos produtos que são produzidos na Zona Oeste do Rio de Janeiro. – 29/06/2009

Em (112), temos o par correlativo *não somente...como também* unindo dois segmentos não-oracionais: *redução da alíquota do querosene para a aviação*, na prótase; e *redução de 18% para 13% da alíquota de importação para as operações do Aeroporto Internacional Tom Jobim*, na apódose.

Em (113), o assunto sob discussão é o papel da Uezo (Universidade Estadual da Zona Oeste) no desenvolvimento de cursos tecnológicos. Segundo o orador, não deve haver a preocupação apenas de se *criar novos produtos* (informação da prótase), mas *agregar valor aos produtos produzidos na Zona Oeste* (informação da apódose), o que seria algo ainda maior.

- **Padrão micro-construcional correlativo aditivo 17**

- **Não apenas... como (3 ocorrências – 0,78%)**

Do padrão 16 em diante, constatamos padrões correlativos aditivos muito pouco frequentes, que não chegam a 1% dos dados de nosso *corpus*. Em vez de esse fato nos levar a desprezar esses dados, ao contrário, precisamos também investigá-los, tendo em vista que podemos estar flagrando novos usos linguísticos. Vejamos dois exemplos:

(114) Então, é uma discussão para altíssimo nível, é uma discussão que merece prosperar, tem que ser feita nesta Casa, tem que exaltar o trabalho da Comissão, mas tem que exaltar também a postulação não apenas do Deputado Paulo Ramos, como de muitos membros desta Casa, que não podem concordar com uma política pública de segurança que mata a população, vitima crianças e adolescentes. – 17/03/2009

(115) E agora temos, como primeiro precedente, uma decisão que ainda não transitou em julgado, mas o mérito já foi julgado na 23ª Vara Federal, não apenas concedendo o direito aos dois autores do mandado de segurança a possuírem a inscrição da OAB sem fazer a prova, como no conteúdo da sua decisão a juíza fala que o exame é inconstitucional. – 04/03/2009

Em (114), temos o par correlativo *não apenas...como* unindo dois segmentos não-oracionais: *do Deputado Paulo Ramos*, na prótase; e *de muitos membros desta Casa*, na apódose. Em (115), o assunto sob discussão é a possibilidade de se ter registro na OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), mesmo sem fazer a prova, que é regularmente o meio para a entrada nesse órgão. Segundo o orador, o mérito já foi julgado pela Justiça, que decidiu *não apenas conceder o direito de possuir a inscrição da OAB sem fazer a prova* (informação da prótase), como *julgou que o exame é inconstitucional* (informação da apódose). Acrescentamos o fato de, nesses dois exemplos, estar muito clara a ideia de *gradação enfática crescente*.

- **Padrão micro-construcional correlativo aditivo 18**

- **Não só... e sim (3 ocorrências – 0,78%)**

O par correlativo *não só... e sim* apresenta duas importantes peculiaridades. Em primeiro lugar, destacamos a inclusão do advérbio afirmativo *sim* na apódose, que passa a equilibrar ou contrabalançar a força da partícula negativa *não*, presente no primeiro correlator.

Em segundo lugar, destacamos que esse advérbio afirmativo está acompanhado da prototípica conjunção coordenativa aditiva *e*. Isso nos permite afirmar que o par correlativo reforça ainda mais a noção de adição. Vejamos dois exemplos:

(116) O sinal de trânsito vale para qualquer mortal, menos para o Governador do Estado, que, na verdade, deveria dar o exemplo, deveria ser o primeiro a usar o sinal de trânsito, até para ver se ele faz alguma coisa para melhorar o trânsito no Estado do Rio de Janeiro, não só na Cidade do Rio de Janeiro e sim no Estado todo. – 18/03/2009

(117) Tem que se lastrear a economia não mais só com o dólar, e sim com uma cesta de moedas que tenha o dólar, o euro, a moeda chinesa, que tenha mais moeda dos países da Opep e outras moedas de países que estejam com a sua economia ainda forte. – 26/03/2009

No exemplo (116), temos o par correlativo *não só...e sim* unindo dois segmentos não-oracionais locativos: *na cidade do Rio de Janeiro*, na prótase; e *no Estado todo*, na apódose. Em

(117), o assunto sob discussão é a abertura da economia a outros mercados que não apenas os Estados Unidos. Segundo o orador, *tem que se lastrear a economia não mais só com o dólar* (informação da prótase), *e sim com o dólar, o euro, a moeda chinesa*, entre outras. (informação da apódose).

No exemplo (117), destacamos a inclusão do advérbio *mais* no interior do primeiro correlator. O uso desse item, pela proximidade sonora com o prototípico *mas*, presente no segundo correlator, pode ter propiciado o uso de *e sim*, a fim de evitar ambiguidades. Acrescentamos o fato de novamente, nesses dois exemplos, estar muito clara a ideia de *crescendum*.

A negociação *on-line* de sentidos, a partir de um chão comum (*common ground*), põe em cena formas em competição (cf. Traugott, 2008a, p. 5). Quando ocorre essa negociação de significados, tão comum nos discursos políticos, que são gêneros essencialmente argumentativos e persuasivos, também se cria muitas vezes um contexto de ambiguidade pragmática (cf. Traugott, 2008a, p. 3), o que acarreta os chamados processos de subjetivização⁸⁸ e intersubjetivização, que estão a serviço de uma maior expressividade para o discurso.

Esse fenômeno explicaria o porquê do surgimento de construções como a que estamos explorando no par correlativo *não só... e sim*. No discurso político, o emissor discursa para um receptor (específico ou diverso), tentando convencê-lo do seu ponto de vista. Esse contexto interacional facilita não só o uso da correlação aditiva de uma forma geral, que é dialógica por natureza, como também o surgimento de arranjos ainda mais expressivos e enriquecidos pragmaticamente, como é o uso de *e sim*, na apódose.

- **Padrão micro-construcional correlativo aditivo 19**

- **Não [V] apenas... e sim (3 ocorrências – 0,78%)**

Esse padrão micro-construcional correlativo aditivo é semanticamente equivalente ao padrão construcional descrito anteriormente (*não só... e sim*). Dessa forma, reiteramos o que já

⁸⁸ De acordo com Traugott e Dasher (2002, p. 19), o conceito de subjetividade foi citado nos trabalhos de Bréal já em 1964. Portanto, não é algo totalmente novo na linguística de inspiração funcionalista.

dissemos com relação à presença do conectivo *e* e do advérbio *sim* no segundo correlator. Vejamos dois exemplos:

(118) O estudo sobre governança mapeou quais iniciativas já existem – eu convido todos a lerem **não apenas** este, **e sim** todos os estudos que estão no CD. – 29/06/2009

(119) Aqui estou e vou fazer com que meus sonhos tornem-se o sonho e a realidade de muitas pessoas que esperam que o Parlamento **não seja apenas** para defender o interesse do parlamentar, **e sim** o interesse de toda a sociedade. – 11/02/2009

Em (118), o orador discursa acerca de um estudo sobre governança. Temos o par correlativo *não apenas...e sim* unindo dois segmentos não-oracionais: *este*, na prótase; e *todos os estudos que estão no CD*, na apódose. Em (119), o assunto sob discussão é a ética que deve permear as ações do Parlamento. Segundo o orador, não se deve apenas *defender o interesse do parlamentar* (informação da prótase), *e sim o interesse de toda a sociedade* (informação da apódose). Em ambos os casos, também detectamos a ideia de *gradação enfática crescente*.

- **Padrão micro-construcional correlativo aditivo 20**

- **Não... mas também (2 ocorrências – 0,52%)**

O padrão micro-construcional 20 foi encontrado em apenas duas ocorrências do *corpus* de nossa pesquisa. À primeira vista, esse padrão mantém grande semelhança com os padrões construcionais 4 (*não [V] só... mas também*), 5 (*não [V] apenas... mas [V] também*) e 12 (*não [V] somente... mas também*). A única exceção seria a ausência da partícula de focalização (*só*, *apenas* ou *somente*), o que faz com que esse par correlativo ocupe um lugar menos prototípico no campo da correlação aditiva. Aliás, quando ocorre a realização do primeiro correlator, esse padrão é o único que dispensa a partícula de focalização. Vejamos um exemplo:

(120) Os problemas **não** se limitam aos alunos da rede estadual, **mas também** alcançam alguns municípios e algumas unidades federais. – 03/09/2009

O exemplo (120) expressa um padrão correlativo aditivo oracional. A presença do elemento verbal *limitam* remete o leitor/ouvinte à ideia de restrição, limitação ou foco. Dessa forma, é justamente a presença desse verbo que permite a leitura correlativa aditiva para esse excerto. Em outras palavras, o verbo *limitar* substitui, de certa forma, a necessidade da existência da partícula focalizadora para a expressão da correlação aditiva, normalmente perfilada por *só*, *somente* ou *apenas*.

Além disso, ainda com relação ao exemplo (120), devemos cotejar a ideia de “limitação aos alunos da rede” (presente na prótase) à ideia de “alguns municípios e algumas unidades federais” (presente na apódose). Esse exercício de cotejo permitirá entrever o *crescendum* existente entre um segmento e outro.

Com base no estudo dessa micro-construção, podemos postular que estamos em uma fase, na trajetória de mudança linguística, em que o *princípio da força expressiva maximizada* parece estar em maior atuação, já que o inventário de construções correlativas aditivas está maximizado para atender a diversos propósitos comunicativos.

Por outro lado, devemos reconhecer que o *princípio da economia maximizada* também está em atuação, haja vista a própria composição do padrão micro-construcional 20, que é formado sem a presença de partícula de focalização (*não...mas também*).

Além disso, ainda no tocante à questão da economia, reafirmamos que os diversos padrões micro-construcionais correlativos aditivos utilizam número reduzido de itens que entram em sua composição, com graus diferentes de frequência de uso.

- **Padrão micro-construcional correlativo aditivo 21**
 - Não [V] só... mas sim (2 ocorrências – 0,52%)

Esse padrão micro-construcional é semelhante ao padrão 18 (*não só... e sim*). Por outro lado, em vez de detectarmos a partícula coordenativa aditiva *e*, encontramos a partícula

coordenativa adversativa *mas*, como é mais frequente na correlação aditiva. Vejamos um exemplo de nosso *corpus*:

(121) Deputado Rodrigo Dantas, eu acrescentaria a essa preocupação do Deputado Marcelo Freixo e do Deputado Paulo Ramos a sugestão de que, se possível, fossem convidados os setores representativos da sociedade porque, na verdade, a Cedae não é só do corpo de servidores que a ela presta serviço, mas sim de toda a sociedade do Estado do Rio de Janeiro. – 25/03/2009

Nesse exemplo, o deputado discursa sobre a eficiência da CEDAE. Segundo o orador, essa empresa não pertence apenas *ao corpo de servidores que a ela presta serviço* (informação na prótase), mas a *toda a sociedade do Estado do Rio de Janeiro* (informação na apódose). Como vemos, trata-se de um uso também muito semelhante a um dos pares correlativos mais prototípicos - *não [V] só...mas também* -, inclusive pela possibilidade de inclusão de elemento verbal no primeiro correlator e também pela ideia de *gradação enfática crescente* que emana do par correlativo.

Segundo Croft (2009, p. 403), a gramática consiste em um triângulo semiótico de *forma*, *significado* e *comunidade* em que os significados são convencionalizados. A inclusão desse terceiro elemento alarga a concepção de construção gestada pela gramática das construções, e corrobora nosso ponto de vista segundo o qual são as necessidades não satisfeitas dos falantes, inseridos em uma comunidade de fala específica, que propiciarão o aparecimento de novos padrões construcionais, como o padrão correlativo 21 que acabamos de analisar.

- **Padrão micro-construcional correlativo aditivo 22**
 - Não simplesmente... mas (2 ocorrências – 0,52%)

Nesse padrão micro-construcional correlativo aditivo, ocorre um fenômeno semelhante ao já analisado nos padrões construcionais 18 (*não só... e sim*), 19 (*não [V] apenas... e sim*) e 21 (*não [V] só... mas sim*), que é o recrutamento de novas partículas da gramática para a formação da correlação. Neste caso, o advérbio *simplesmente* foi utilizado. Isso foi possível porque esse

elemento linguístico pertence ao mesmo campo semântico-categorial de *somente*, *só* e *apenas*. Assim, em vez de *não só*, *não somente* ou *não apenas*, na prótase, agora temos *não simplesmente*. Vejamos:

(122) É claro que ninguém, em sã consciência, pode apoiar qualquer violência contra a mulher. Aliás, quero me apresentar aqui, **não simplesmente** como um defensor no discurso, **mas** como quem pratica a verdadeira proteção à mulher. – 12/02/2009

Como podemos verificar, a carga semântica de *não somente* (e similares) é semelhante a *não simplesmente*. A diferença entre ambos é que *não simplesmente* acentua o caráter menos importante da informação presente na prótase (*um defensor no discurso*). Em outras palavras, ser *um defensor no discurso* é algo muito simples, prosaico ou trivial, o que é bem diferente de *praticar a verdadeira proteção à mulher*. A informação da apódose, portanto, realça em muito maior medida uma qualidade que o deputado atribui a si próprio.

De acordo com Bybee (2010, p. 78), as construções são formadas a partir de porções da experiência que são repetidamente associadas e reembaladas em uma unidade. Esse processo de formação de construções depende essencialmente do critério de produtividade. O padrão construcional 22 ainda é muito pouco produtivo, o que indica que o seu possível processo de gramaticalização ainda demorará para efetivar-se.

- **Padrão micro-construcional correlativo aditivo 23**
 - Não simplesmente... Δ (1 ocorrências – 0,26%)

A partir desse padrão micro-construcional correlativo aditivo 23, passamos a analisar os pares correlativos encontrados uma única vez no *corpus* de nossa pesquisa. Apresentam, portanto, baixíssima frequência, porque provavelmente são pouco utilizados no discurso de uma forma geral. Somente uma pesquisa de viés mais quantitativo poderia responder a essa questão com maior certeza.

O padrão construcional 23 é muito semelhante ao padrão 22, com uma única exceção no plano formal: a não-formalização do segundo correlator. Essa é uma tendência na formação dos pares correlativos: há diversos padrões construcionais que poderiam ser emparelhados com apenas essa diferença. Assim, já verificamos:

- *Padrão micro-construcional 1 – não [V] apenas...mas*
- *Padrão micro-construcional 7 – não [V] apenas...Δ*

- *Padrão micro-construcional 2 – não [V] só...mas*
- *Padrão micro-construcional 3 – não [V] só...Δ*

- *Padrão micro-construcional 13 – não [V] somente...mas*
- *Padrão micro-construcional 11 – não [V] somente...Δ*

Essa constatação nos mostra que é possível defendermos uma certa organização esquemática para esses padrões micro-construcionais, pelas suas regularidades, o que deverá ser feito na próxima seção deste capítulo. Por ora, vejamos o único exemplo desse padrão 23:

(123) O que o Governador quer é privatizar a saúde, virando as costas não simplesmente para os interesses dos servidores públicos — são os servidores públicos os maiores defensores dos interesses sociais. Δ O governo está virando as costas para toda a sociedade do Rio de Janeiro. – 12/02/2009

Nesse exemplo (123), o orador critica a postura do governador do Estado do Rio de Janeiro por conta de algumas ações na área da Saúde. Da mesma forma que em (122), o primeiro correlator *não simplesmente* atenua, sem desconsiderar, a relevância da informação presente na prótase (*interesses dos servidores públicos*). Isso não seria o mais grave, segundo o ponto de vista do deputado. Ao contrário, o mais grave é o fato exposto na apódose: *o governo está virando as costas para toda a sociedade do Rio de Janeiro*. Trata-se de um discurso grandiloquente, um arranjo sintático com grande grau de complexidade, que tem em vista um nível maior de expressividade e realce.

Como é comum nos pares correlativos instanciados por Δ , nesse exemplo (123), novamente detectamos não só a recuperação de elementos anteriores do discurso, na apódose, como também podemos postular a concretização de uma estrutura paralelística, que serve a fatores coesivos:

- a) *Discurso precedente + Prótase*: (...) virando as costas (...) para os interesses dos servidores públicos.
- b) *Apódose*: (...) virando as costas para toda a sociedade do Rio de Janeiro.

É um ponto relativamente consensual que o significado de uma construção não pode ser reduzido ao significado das partes que a instanciam. Defendemos, portanto, uma abordagem construcional em que a composicionalidade é considerada de forma enfraquecida, já que “o significado de uma expressão vai ser o resultado da integração entre o significado dos elementos lexicais que a compõem e o significado da própria construção”. (Nascimento, 2006, p. 32). Se assim não o fosse, esse padrão construcional só seria compreendido como uma negação de um foco, e não como uma correlação aditiva.

- **Padrão micro-construcional correlativo aditivo 24**
 - **Não somente... mas como (1 ocorrências – 0,26%)**

O padrão micro-construcional correlativo aditivo 24 mescla dois outros padrões construcionais já analisados: o padrão 13 (*não [V] somente...mas*) e o padrão 16 (*não somente... como também*), visto que apódose é formada por *mas como*.

No campo da gramática das construções, Trousdale (2008b, p. 11) afirma que construções interseccionam-se, visto que algumas herdam propriedades de outra(s). Esse movimento de mescla e herança⁸⁹ está na base do próprio processo de gramaticalização, visto que se define, entre outras possibilidades, como a mudança em que os falantes, em contextos linguísticos

⁸⁹ Goldberg (1995, p. 72) afirma que é muito comum as relações de herança ocorrerem entre construções. Entende-se por herança qualquer característica formal ou semântica que esteja na construção básica e se transfira para a construção decorrente. Quando uma construção A motiva o surgimento de uma construção B, as relações de herança podem fazer com que ambas as construções continuem similares, ou pode ocorrer mudanças até bruscas no significado de uma em relação a outra.

específicos, utilizam partes de uma construção com novas funções gramaticais (cf. Trousdale, 2008b, p. 11). Esse movimento, por sua vez, permite a expansão das categorias, como tem ocorrido com a correlação aditiva, nesse padrão 24. Assim, recuperamos, mais uma vez, o conceito de gramática emergente (cf. Hopper, 1991).

Vejamos o exemplo:

(124) Vamos ver se o Governador Sérgio Cabral tem a sensibilidade, o carinho e o amor pela população fluminense e não somente sancione o projeto, mas como o aplique efetivamente, para que a nossa economia possa pelo menos dar um suspiro de alívio. Muito obrigado. – 11/03/2009

O orador faz um apelo para que o governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, sancione um projeto de lei que, segundo o deputado, beneficiaria toda a população desse estado da federação, especialmente no campo da economia.

Nessa ocorrência, a correlação está estabelecida no interior de um item coordenado pela partícula e. Vejamos uma esquematização desse exemplo:

Esquema 5 – Correlação no interior da coordenação

Vamos ver se o Governador Sérgio Cabral tem a sensibilidade, o carinho e o amor pela população fluminense	<u>e</u>	
	não somente	mas como
	sancione o projeto de lei	o aplique efetivamente, para que a nossa economia possa pelo menos dar um suspiro de alívio.
	Prótase oracional	Apódose oracional
Segmento inicial	Coordenada	

O exemplo (124) corrobora mais uma particularidade da correlação: a sua versatilidade. Nesse caso, à diferença de outros que já analisamos, a correlação se estabelece dentro de um membro coordenado, e não o contrário. Isso ajuda a comprovar como a correlação é multifuncional e polivalente, atendendo a diversas exigências comunicacionais.

- **Padrão micro-construcional correlativo aditivo 25**

- Não [V] somente... também (1 ocorrências – 0,26%)

O padrão micro-construcional correlativo aditivo 25 também guarda muitas semelhanças com outros padrões construcionais, especialmente com o padrão 15 (*não [V] só...também*). Vejamos:

(125) Nós não vamos trazer somente a Rede Sarah, vamos trazer também o Instituto Nacional do Câncer, vamos verificar quanto o poder público investe para conseguir resultados de excelência. – 06/05/2009

No exemplo (125), o orador fala sobre a importância de duas instituições de saúde para o Rio de Janeiro: a Rede Sarah e o Instituto Nacional do Câncer. No primeiro correlator, detectamos a inclusão da perífrase verbal nocional *vamos trazer*, que é recuperada no início da apódose. Esse recurso é utilizado para conferir coesão ao discurso, visto que a não-repetição desse termo (ou outro paralelamente similar) tornaria o período agramatical ou, pelo menos, mal formulado.

Como temos verificado em vários exemplos anteriores, também nesse caso uma parte precedente do discurso é recuperada na apódose. Trata-se da própria perífrase verbal incluída no primeiro correlator: *vamos trazer*. Esse recurso tem o poder de compensar a falta do primeiro elemento do segundo correlator (*mas* ou *como*).

- **Padrão micro-construcional correlativo aditivo 26**
 - Não apenas... também (1 ocorrências – 0,26%)

Esse padrão micro-construcional correlativo aditivo é semelhante ao anterior, com uma única diferença: a substituição de *somente* por *apenas*. Vejamos o exemplo:

(126) Desde os seis anos, a menina era estuprada, mas aos nove anos ela engravidou e foi confirmado que ele era o estuprador. E não apenas estuprou essa criança, também sua irmã, hoje com 15 anos, era vítima do mesmo cafajeste, do mesmo bandido! – 11/03/2009

No exemplo (126), o orador denuncia um caso de estupro, que não ocorreu apenas com uma única filha do estuprador, mas também com outra. O próprio ato em discussão, bastante polêmico e perverso, iconicamente propicia o uso de uma estrutura morfossintática em que o realce seja sublinhado.

- **Padrão micro-construcional correlativo aditivo 27**
 - Não só... e também (1 ocorrências – 0,26%)

O padrão micro-construcional correlativo aditivo 27 é o único detectado no *corpus* desta pesquisa que tem a partícula *e também* como segundo correlator. Não é difícil verificarmos que tanto a partícula *e* como *também* funcionam como reforços da ideia de adição. Vejamos:

(127) Agora com essa sede nova seria muito melhor não só para o Estado em termos de cuidado com o meio ambiente, de respeito aos mortos e principalmente as famílias dos mortos [e também] respeito aos moradores. E também melhor para o funcionamento da própria Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro. – 15/09/2009

Coincidentemente, nesse mesmo exemplo, existe a expressão e também dentro do primeiro membro correlato (entre colchetes). Essa partícula cumpre a função de coordenar o

último elemento que está disposto no interior dessa parte da construção. A segunda ocorrência de *e também*, por sua vez, é o verdadeiro segundo correlator, tendo em vista a estrutura paralelística que está em jogo. Vejamos o esquema abaixo:

Esquema 6 – Correlação e estrutura paralelística

Agora com essa sede nova seria muito <u>melhor</u>	<u>não só</u>				<u>E também</u> <u>melhor</u> para o funcionamento da própria Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.
	para o Estado em termos de cuidado com o meio ambiente,	de respeito aos mortos	<u>e</u> principalmente as famílias dos mortos	[<u>e também</u>] respeito aos moradores.	
Segmento inicial	Prótase correlativa				Apódose correlativa

Provavelmente, o uso de *e também* (entre colchetes), no final da prótase correlativa se deve ao fato de o orador já ter utilizado o prototípico coordenador *e*, para coordenar o segundo e terceiro membros da prótase. Serviria, portanto, a funções coesivas.

A segunda ocorrência de *e também*, por outro lado, está disposta de forma paralela ao segmento inicial e à prótase correlativa. Afinal, de acordo com as palavras do orador, a nova sede seria *melhor* para o Estado (prótase) e também *melhor* para o funcionamento da Polícia Civil (apódose). Portanto, são dois usos em níveis hierárquicos distintos.

A mudança linguística, entre outras razões, explica-se pela interferência do falante na forma linguística dos enunciados. Como temos discutido ao longo desta tese, esse fenômeno está na base do que conhecemos como *subjetividade*. Segundo essa teoria, boa parte da mudança linguística pode ser explicada por meio do enriquecimento pragmático de elementos lexicais. É justamente o que parece ter ocorrido com os itens *e* e *sim*, que compõem esse padrão. Esses novos usos, no campo da correlação aditiva, podem se cristalizar (tanto no nível semântico quanto sintático) e culminar no avanço do processo de gramaticalização.

- **Padrão micro-construcional correlativo aditivo 28**
 - Não [V] somente... e sim (1 ocorrências – 0,26%)

Esse padrão micro-construcional é semelhante ao 18 (*não só...e sim*) e 19 (*não [V] apenas...e sim*). Apresenta o ponto comum de possuir a expressão *e sim* como segundo correlator. Vejamos a ocorrência de nosso *corpus*:

(128) Há perspectiva de se atender em torno de 15 mil dependentes. Serão em torno de 15 mil os beneficiados com a construção dessa policlínica. Não devem ser, espero que assim aconteça, somente salas de ambulatório, e sim uma policlínica que engrandeça cada dia mais a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, digna instituição que, como já disse, completou 200 anos. – 02/06/2009

Em (128), o orador fala sobre os benefícios da construção de uma policlínica para atendimento à Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, tendo em vista que essa instituição já vem servindo à população há mais de 200 anos. Registramos que o primeiro correlator *não [V] somente* possui vários elementos incluídos em si: *devem ser, espero que assim aconteça*.

O par correlativo *não [V] somente... e sim*, à maneira de outros similares, apresenta duas importantes peculiaridades. Em primeiro lugar, destacamos a inclusão do advérbio afirmativo *sim* na apódose, que passa a equilibrar ou contrabalançar a força da partícula negativa *não*, presente no primeiro correlator. Em segundo lugar, destacamos que esse advérbio afirmativo está acompanhado da prototípica conjunção coordenativa aditiva *e*. Isso nos permite afirmar que o par correlativo reforça ainda mais a noção de adição.

De acordo com Traugott (2008b, p. 22), no processo de gramaticalização, é muito frequente que haja formas marginalizadas por conta de baixa frequência e prototipicidade. Por outro lado, essas inovações são naturais e constantes, inerentes ao sistema linguístico. Pode ser que essas novas formas (como o padrão micro-construcional 28) sejam aceitas pela comunidade e, conseqüentemente sejam estabilizadas, como também pode ser que elas venham a ficar ainda mais raras ou até mesmo venham a desaparecer. Como ainda diz Traugott (2008b, p. 22), estruturas emergentes são essencialmente instáveis por natureza.

- **Algumas considerações gerais sobre os padrões micro-construcionais**

A convivência de tantos padrões micro-construcionais correlativos diferentes para a expressão da adição é explicada por Goldberg e Jackendoff (2004, p. 535.555) como sendo um verdadeiro fenômeno de variação, visto que as construções, em geral, “demonstram muita variação sintática e semântica”. Essa profusão de padrões, segundo os autores, forma uma *família de construções*, que compartilham importantes propriedades, mas diferem uma das outras, inclusive pelo seu grau de produtividade.

Segundo Traugott (2007, p. 6), a variabilidade é muito comum no campo das relações morfossintáticas. Trousdale (2008a, p. 7; 2008b, p. 7) corrobora suas palavras e acrescenta que quanto mais as construções são utilizadas, mais tendem à variação e extensão. É por isso que detectamos tanta flutuação na forma dos padrões micro-construcionais correlativos, que podem coexistir por até séculos (cf. Hopper e Traugott, 1997, p. 36).

Givón (2002, p. 17.20) também explorou essa questão, ao afirmar que a variação está no cerne do mecanismo responsável pela mudança adaptativa e seletiva. Acrescenta o autor, em clara alusão ao princípio laboviano do uniformitarismo, que as variantes sincrônicas constituem uma espécie de reserva para as mudanças diacrônicas de amanhã.

Dessa forma, concluímos a análise individual dos vinte e oito padrões micro-construcionais correlativos aditivos detectados no *corpus* desta pesquisa. Como vimos, muitos deles apresentam semelhanças entre si, outros já são mais idiossincráticos. É por esse motivo que preferimos considerar a correlação não como um fenômeno único, tal como fez Lehmann (1985), mas como um processo enearizável, visto que algumas construções correlativas apresentam comportamento morfossintático distinto dos demais.

O quadro a seguir procura sistematizar a forma como são compostos esses 28 padrões micro-construcionais. Vejamos:

Quadro 14 – Formação da prótase e apódose, na correlação aditiva

Padrão correlativo	PRÓTASE						APÓDOSE						Padrão construcional
	<i>não</i>	<i>só</i>	<i>somente</i>	<i>apenas</i>	<i>simplesmente</i>	Δ	<i>mas</i>	<i>como</i>	<i>e</i>	<i>também</i>	<i>sim</i>	Δ	
1	X			X			X						Não [V] apenas...mas
2	X	X					X						Não [V] só...mas
3	X	X										X	Não [V] só... Δ
4	X	X					X			X			Não [V] só...mas também
5	X						X			X			Não [V] apenas...mas [V] também
6	X	X						X		X			Não [V] só...como também
7	X			X								X	Não [V] apenas... Δ
8	X	X						X					Não só...como
9	X			X				X		X			Não apenas...como [V] também
10						X	X			X			Δ ...mas [V] também
11	X		X									X	Não [V]soment... Δ
12	X		X				X			X			Não [V] somente...mas também
13	X		X				X						Não [V] somente...mas
14						X		X		X			Δ ...como também
15	X	X								X			Não [V] só...também
16	X		X					X		X			Não somente...como também
17	X			X				X					Não apenas...como
18	X	X							X		X		Não só...e sim
19	X			X					X		X		Não [V] apenas...e sim
20	X						X			X			Não...mas também
21	X	X					X				X		Não [V] só...mas sim
22	X				X		X						Não simplesmente...mas
23	X				X							X	Não simplesmente... Δ
24	X		X				X	X					Não somente...mas como
25	X		X							X			Não [V] somente...também
26	X			X						X			Não apenas...também
27	X	X							X	X			Não só...e também
28	X		X						X		X		Não somente...e sim
Total	26	9	7	7	2	2	11	7	4	13	4	4	

A análise do quadro 14 conduz-nos a algumas oportunas asserções. Em primeiro lugar, verificamos que a partícula *não*, com exceção dos padrões correlativos aditivos perfilados por Δ na prótase, aparece em todos os padrões correlativos. Isso permite-nos afirmar que essa partícula negativa é fundamental na construção da correlação aditiva.

Ainda com relação à prótase, após a partícula *não*, em todos os casos, também com exceção apenas dos padrões correlativos aditivos perfilados por Δ , sempre ocorre um focalizador (*só, somente, apenas* ou *simplesmente*). Essa, portanto, é a constituição básica da prótase correlativa aditiva: partícula negativa (*não*) + focalizador (*só, somente, apenas, simplesmente*).

Destacamos a maior frequência de uso do item *só*, que está presente em nove padrões micro-construcionais correlativos. Do ponto de vista formal, é o mais econômico, tendo em vista sua pequena massa fônica. O item *simplesmente* e Δ , por sua vez, são mais raros. Cada um conta com apenas duas ocorrências cada.

Com relação à apódose, também detectamos uma estrutura básica. O segundo correlator é comumente composto pela partícula *mas, como* e mais raramente *e*, seguida(s) ou não de *também* ou *sim*. Como acontece na prótase, também, em alguns poucos casos, existe a possibilidade de a apódose ser representada por Δ . A partícula *mas* é a mais frequente na primeira posição da apódose, visto que está presente na composição de onze padrões micro-construcionais correlativos aditivos. A partícula *também* aparece como um reforço em treze padrões micro-construcionais correlativos, revelando-se, também, como bastante produtiva.

No plano formal, é interessante apontarmos que o primeiro correlator é instanciado pela conjugação das seguintes partículas: *não, só, somente, apenas, simplesmente, Δ* . No segundo correlator, por sua vez, os elementos são os seguintes: *mas, como, e, também, sim, Δ* . É a combinação desses poucos elementos já existentes em nosso idioma, com outras funções e significados, que permite a existência de, pelo menos, 28 padrões micro-construcionais correlativos aditivos diferentes.

Reiteramos que o fenômeno da correlação, portanto, explora antigas formas para novas funções, tendo em vista que todas essas palavras utilizadas na correlação aditiva possuem outros usos na língua portuguesa, quando tomadas de forma autônoma. De acordo com Heine et al. (1991, p. 28), esse princípio já havia sido afirmado por Werner e Kaplan desde 1963: conceitos mais concretos e/ou mais estabilizados na língua são empregados para expressar fenômenos mais abstratos e/ou mais recentes. Para sermos mais exatos, segundo Traugott (2007, p. 357), não há formas totalmente novas, mas sempre reutilização de formas anteriores, exatamente como temos visto no caso da correlação aditiva.

5.2 PADRÕES MESO-CONSTRUCIONAIS

Como podemos verificar, nossa pesquisa aponta a existência de, pelo menos, 28 padrões micro-construcionais correlativos aditivos. À primeira vista, essa profusão de padrões correlativos pode dar a impressão de uma falta de regularidade no âmbito da formação dos pares correlativos aditivos.

Entretanto, essa falta de regularidade é apenas aparente. Nesse aspecto, a gramática das construções pode nos ajudar de maneira muito produtiva na tipificação e caracterização de blocos tipológicos, que chamamos de *meso-construções*. Essas meso-construções, por sua vez, também podem ser congregadas sob uma formalização mais genérica e abstrata, chamada *macro-construção*, como veremos um pouco adiante.

Primeiramente, vamos propor uma classificação meso-construcional que tome como ponto de partida a composição da apódose. Por esse prisma, seria possível a construção de uma proposta baseada em cinco padrões meso-construcionais, que seriam basicamente formados pela prótase (representada pela letra P), seguida dos elementos constituintes da apódose. São os seguintes:

- Padrão meso-construcional 1: **P... mas** (*também/sim/como*)
- Padrão meso-construcional 2: **P ... Δ**
- Padrão meso-construcional 3: **P... como** (*também*)
- Padrão meso-construcional 4: **P... e** (*também/sim*)
- Padrão meso-construcional 5: **P... também**

Cada padrão meso-construcional constitui uma rede construcional (cf. Traugott, 2008a, p. 6), em que há uma construção básica, que é o núcleo da rede, e outras construções diretamente relacionadas a esse núcleo, que as irradia (cf. Nascimento, 2006, p. 26). São metaforicamente caracterizadas como sendo *famílias*, tendo em vista as particularidades comuns que as congregam.

Trousdale (2008b, p. 12) acentua a importância dos padrões meso-construcionais ao asseverar que é nesse nível que ocorre a regulação e estruturação de novos modelos linguísticos.

As meso-construções são, por definição, menos composicionais em termos de significado do que as micro-construções (os pares correlativos propriamente ditos).

As construções, de uma forma geral, emergem na língua, ou seja, não se encontram de forma estática. O surgimento de novas meso-construções objetiva capturar extensões do sentido original das diversas micro-construções, reunindo-as em blocos. Além disso, de acordo com Traugott (2008b, p. 240), a expansão das categorias funcionais (no caso que estamos investigando, a correlação) ocorre para que a negociação de significados seja facilitada. Afinal, quanto mais opções detém o falante, mais expressivo ele pode ser em seu discurso.

Vejamos cada padrão meso-construcional em particular, acompanhado do número total absoluto e da porcentagem de ocorrências em todo o *corpus* desta pesquisa:

Tabela 3 – Padrão meso-construcional correlativo aditivo 1

PADRÃO MESO-CONSTRUCIONAL 1	PADRÕES MICRO-CONSTRUCIONAIS	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS	PORCENTAGEM DE OCORRÊNCIA
P ... mas (também/sim/como)	Não [V] apenas... <i>mas</i>	74	19,37%
	Não [V] só... <i>mas</i>	69	18,06%
	Não [V] só... <i>mas</i> também	38	9,94%
	Não [V] apenas... <i>mas</i> [V] também	37	9,68%
	Δ... <i>mas</i> [V] também	7	1,83%
	Não [V] somente... <i>mas</i> também	6	1,57%
	Não [V] somente... <i>mas</i>	6	1,57%
	Não... <i>mas</i> também	2	0,52%
	Não [V] só... <i>mas</i> sim	2	0,52%
	Não simplesmente... <i>mas</i>	2	0,52%
	Não somente... <i>mas</i> como	1	0,26%
Total		244	63,87%

O padrão meso-construcional correlativo aditivo 1 possui a seguinte configuração morfossintática: *P... mas (também/sim/como)*. Esse padrão é formado por 11 padrões micro-construcionais, que têm em comum o item *mas* no segundo correlator.

Esse é o padrão meso-construcional mais produtivo, tanto em número de ocorrências (244 dados), quanto em número de padrões micro-construcionais correlativos (11 pares). Todas as ocorrências desse padrão somam, em nosso *corpus*, 63,87% do total de correlatas aditivas.

A apódose é formada somente pela partícula *mas* em 4 pares correlativos diferentes (*Não [V] apenas...mas*, *Não [V] só...mas*, *Não [V] somente...mas*, *Não simplesmente...mas*), que somam juntos um total de 151 ocorrências, o que é um número bastante expressivo. Afinal, esse número corresponde a 61,88% de todas as ocorrências do padrão meso-construcional 1.

A apódose formada por *mas também* está presente em 5 pares correlativos (*Não [V] só...mas também*, *Não [V] apenas...mas também*, *Δ...mas também*, *Não somente...mas também*, *Não...mas também*). Juntos, somam um total de 90 ocorrências, ou seja, 36,88% de todas as ocorrências do padrão meso-construcional 1.

As ocorrências de *mas sim* na apódose são mais raras, visto que só ocorreram 2 vezes (0,81%). Ainda mais rara é a ocorrência de *mas como* na apódose, com apenas 1 caso (0,40%). Trata-se de um uso, de fato, bastante idiossincrático, como está exposto na seção anterior deste capítulo.

Nesse padrão meso-construcional, a prótase correlativa pode estar formalizada em diversas configurações diferentes. Vejamos: *não [V] apenas* (111 casos – 45,49%); *não [V] só* (109 casos – 44,67%), *não [V] somente* (13 casos – 5,32%), *Δ* (7 casos – 2,86%), *não [V] simplesmente* (3 casos – 1,22%) e *não* (2 casos – 0,81%).

Pelos dados expostos, destacamos que esse padrão meso-construcional seleciona como prótases preferenciais as partículas *não [V] apenas* e *não [V] só*, visto que juntas somam 220 casos, ou seja, 90,16% de todos os casos desse padrão meso-construcional.

Em síntese, as principais características desse padrão meso-construcional 1 são:

- É o mais recorrente (63,87%), tanto em números absolutos (244 ocorrências) quanto em número de padrões micro-construcionais correlativos aditivos (11 padrões).
- A apódose é mais frequentemente formada pela partícula *mas*, sem o acompanhamento de outros elementos – 151 ocorrências (61,88%).
- A apódose é mais raramente formada pelas partículas *mas sim*, com 2 ocorrências (0,81%) e por *mas como*, com apenas 1 ocorrência (0,40%).
- Na prótase, é mais frequente o uso de *não [V] apenas* (111 casos – 45,49%) e *não [V] só* (109 casos – 44,67%).

Agora, vejamos o padrão meso-construcional 2:

Tabela 4 – Padrão meso-construcional correlativo aditivo 2

PADRÃO MESO-CONSTRUCIONAL 2	PADRÕES MICRO-CONSTRUCIONAIS	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS	PORCENTAGEM DE OCORRÊNCIA
P ... Δ	Não [V] só...Δ	53	13,87%
	Não [V] apenas...Δ	13	3,40%
	Não [V] somente...Δ	7	1,83%
	Não simplesmente...Δ	1	0,26%
	Total	74	19,37%

O padrão meso-construcional correlativo aditivo 2 possui a seguinte configuração morfossintática: *P... Δ*. Esse padrão é formado por apenas 4 padrões micro-construcionais correlativos, que têm em comum a não-realização morfossintática do segundo correlator.

Apesar de só contar com 4 padrões micro-construcionais correlativos diferentes, esse é o segundo padrão meso-construcional mais produtivo em número de ocorrências (74 dados). Todas as ocorrências desse padrão meso-construcional somam, em nosso *corpus*, 19,37% do total de correlatas aditivas.

Nesse padrão meso-construcional, a prótase correlativa pode estar formalizada em quatro diferentes configurações morfossintáticas: *não [V] só* (53 casos – 71,62%); *não [V] apenas* (13 casos – 17,56%), *não [V] somente* (7 casos – 9,45%) e *não simplesmente* (1 caso – 1,35%). Pelos dados expostos, destacamos que esse padrão meso-construcional seleciona como prótase preferencial a partícula *não [V] só*.

Em síntese, as principais características desse padrão meso-construcional 2 são:

- É o segundo mais recorrente (19,37%) em números absolutos (74 ocorrências).
- A apódose é sempre formada por Δ, em 100% dos casos.
- Na prótase, é mais frequente o uso de *não [V] só* (53 casos – 71,62%).

Agora, vejamos o padrão meso-construcional 3:

Tabela 5 – Padrão meso-construcional correlativo aditivo 3

PADRÃO MESO-CONSTRUCIONAL 3	PADRÕES MICRO-CONSTRUCIONAIS	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS	PORCENTAGEM DE OCORRÊNCIA
P ...como (também)	Não [V] só... <i>como</i> também	23	6,02%
	Não só... <i>como</i>	9	2,35%
	Não apenas... <i>como</i> [V] também	8	2,09%
	Δ... <i>como</i> também	4	1,04%
	Não somente... <i>como</i> também	3	0,78%
	Não apenas... <i>como</i>	3	0,78%
	Total	50	13,08%

O padrão meso-construcional correlativo aditivo 3 possui a seguinte configuração morfosintática: *P... como (também)*. Esse padrão é formado por 6 padrões micro-construcionais correlativos, que têm em comum o item *como* no segundo correlator, acompanhado ou não de *também*.

Esse é o terceiro padrão meso-construcional mais produtivo, em número de ocorrências (50 dados), mas é o segundo mais produtivo em número de pares correlativos (6 diferentes pares). Todas as ocorrências desse padrão meso-construcional somam, em nosso *corpus*, 13,08% do total de correlatas aditivas.

A apódose é formada somente pela partícula *como* em 2 pares correlativos diferentes (*Não só...como*, *Não apenas...como*), que somam juntos um total de 12 ocorrências. Esse número corresponde a 24% de todas as ocorrências do padrão meso-construcional 3.

A apódose formada por *como também* é mais frequente, visto que está presente em 4 pares correlativos (*Não [V] só...como também*, *Não [V] apenas...como também*, *Δ...como também*, *Não somente...como também*). Juntos, somam um total de 38 ocorrências, ou seja, 76% de todas as ocorrências do padrão meso-construcional 3.

Nesse padrão meso-construcional, a prótase correlativa pode estar formalizada em diversas configurações diferentes: *não [V] só* (32 casos – 64%); *não apenas* (11 casos – 22%), *Δ* (4 casos - 8%), *não [V] somente* (3 casos – 6%). Pelos dados expostos, destacamos que esse padrão meso-construcional seleciona como prótase preferencial a partícula *não [V] só*, visto que soma 64% de todos os casos desse padrão 3.

Em síntese, as principais características desse padrão meso-construcional 3 são:

- É o terceiro mais recorrente (13,08%) em números absolutos (50 ocorrências), mas é o segundo mais recorrente em número de padrões micro-construcionais correlativos (6 padrões).
- A apódose é mais frequentemente formada pela partícula *como também* – 38 ocorrências (76%).
- Na prótase, é mais frequente o uso de *não [V] só* (32 casos – 64%).

Agora, vejamos o padrão meso-construcional 4:

Tabela 6 – Padrão meso-construcional correlativo aditivo 4

PADRÃO MESO-CONSTRUCIONAL 4	PADRÕES MICRO-CONSTRUCIONAIS	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS	PORCENTAGEM DE OCORRÊNCIA
P ... e (também/sim)	Não só... <i>e</i> sim	3	0,78%
	Não apenas... <i>e</i> sim	3	0,78%
	Não só... <i>e</i> também	1	0,26%
	Não somente... <i>e</i> sim	1	0,26%
	Total	8	2,09%

O padrão meso-construcional correlativo aditivo 4 possui a seguinte configuração morfosintática: *P... e (também/sim)*. Esse padrão é formado por 4 padrões micro-construcionais correlativos, que têm em comum a partícula prototipicamente coordenativa aditiva *e* no segundo correlator, acompanhada de *sim* ou *também*. Não é muito produtivo, visto que foi encontrado somente em 8 ocorrências (2,09%).

A apódose é formada pelas partículas *e sim* em 3 padrões micro-construcionais correlativos diferentes (*Não só...e sim*, *Não apenas...e sim*, *Não somente...e sim*), que somam juntos um total de 7 ocorrências. Esse número corresponde a 87,5% de todas as ocorrências do padrão meso-construcional 4. A apódose formada por *e também* está presente em apenas 1 par correlativo (*Não [V] só...e também*). Representa, portanto, 12,5% do total.

Nesse padrão meso-construcional, a prótase correlativa pode estar formalizada em três configurações diferentes: *não só* (4 casos – 50%); *não apenas* (3 casos – 37,5%) e *não somente* (1 caso – 12,5%). Pelos dados expostos, destacamos que esse padrão meso-construcional

seleciona como prótase preferencial a partícula *não só*, como tem sido uma tendência em outros padrões meso-construcionais.

Em síntese, as principais características desse padrão 4 são:

- É pouco recorrente (2,09%), em números absolutos (8 ocorrências).
- A apódose é mais frequentemente formada pelas partículas *e sim* (7 ocorrências - 87,5%).
- Na prótase, é mais frequente o uso de *não só* (4 casos – 50%).

Agora, vejamos o padrão meso-construcional 5, que reúne os 3 últimos padrões micro-construcionais correlativos dessa primeira parte de nossa análise:

Tabela 7 – Padrão meso-construcional correlativo aditivo 5

PADRÃO MESO-CONSTRUCIONAL 5	PADRÕES MICRO-CONSTRUCIONAIS	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS	PORCENTAGEM DE OCORRÊNCIA
P ... também	Não só... <i>também</i>	4	1,04%
	Não somente... <i>também</i>	1	0,26%
	Não apenas... <i>também</i>	1	0,26%
	Total	6	1,57%

O padrão meso-construcional correlativo aditivo 5 possui a seguinte configuração morfosintática: *P... também*. Esse padrão é formado por apenas 3 padrões micro-construcionais correlativos, que têm em comum a partícula *também* no segundo correlator, sem o acompanhamento de outros itens linguísticos.

Esse é o padrão meso-construcional com o menor número de dados, visto que só detectamos 6 ocorrências em nosso *corpus*. Todas as ocorrências desse padrão meso-construcional somam, em nosso *corpus*, apenas 1,57% do total de correlatas aditivas.

Nesse padrão meso-construcional, a prótase correlativa pode estar formalizada em três diferentes configurações morfosintáticas: *não só* (4 casos – 66,66%); *não somente* (1 caso – 16,66%), *não apenas* (1 caso – 16,66%). Apesar de contarmos com poucos dados, ainda assim, destacamos que esse padrão meso-construcional seleciona como prótase preferencial a partícula *não [V] só*.

Em síntese, as principais características desse padrão meso-construcional 5 são:

- É o menos recorrente (1,57%) em números absolutos (apenas 6 ocorrências).
- A apódose é sempre formada por *também*, em 100% dos casos.
- Na prótase, é mais frequente o uso de *não só* (4 casos – 66,66%).

Assim, concluímos a investigação dos cinco padrões meso-construcionais detectados nesta tese, a partir do *corpus* analisado. Vale destacar que esse trabalho de análise permite algumas importantes generalizações acerca da correlação aditiva.

Em primeiro lugar, verificamos que os padrões micro-construcionais correlativos com segundo correlator perfilado por *mas* são bem mais frequentes que os demais (244 dados), visto que agregam um total de 63,87% dos dados da pesquisa. Além disso, esse padrão meso-construcional engloba 11 diferentes padrões micro-construcionais correlativos com configurações morfossintáticas distintas na prótase.

Essa constatação permite-nos afirmar que a correlação aditiva, pelo menos nos discursos políticos analisados, em nossa atual sincronia, recruta de maneira preferencial os itens *mas* e *também* para a constituição da apódose. Esse é um uso típico da correlação no português do Brasil atual.

O primeiro padrão meso-construcional possui mais da metade de todos os padrões micro-construcionais correlativos detectadas em nosso *corpus*. Aliás, somente o primeiro par correlativo desse padrão (*não [V] apenas...mas*) possui o mesmo número de ocorrências de todo o segundo padrão meso-construcional correlativo aditivo (74 ocorrências).

Todos as ocorrências dos padrões 3, 4 e 5, que congregam 13 padrões micro-construcionais correlativos diferentes, somam um número menor de ocorrências (64 casos – 16,75%) que o do primeiro par correlativo (*não [V] apenas...mas* – 74 ocorrências) ou do segundo par correlativo (*não [V] só...mas* – 69 ocorrências) do primeiro padrão meso-construcional.

Essas constatações, apoiadas mormente no estudo da apódose correlativa, comprovam a prototipicidade do uso de *mas* nas correlações aditivas, revelando-se como um uso preferencial.

Destacamos, também, que o padrão meso-construcional 2, embora seja caracterizado por uma estrutura pouco típica e até mesmo marginal, foi o segundo mais frequente em nosso *corpus*, contando com 74 ocorrências. Apesar disso, praticamente não encontramos considerações dos especialistas sobre esse tipo de correlata aditiva na literatura pesquisada. Isso demonstra a necessidade de uma revisão de nossos compêndios, caso se queira uma descrição mais fidedigna de nossa realidade linguística.

O mesmo podemos asseverar com relação aos padrões meso-construcionais 4 e 5, que são pouco frequentes, mas que começam a despontar na língua, com a finalidade de tornar o discurso cada vez mais expressivo. Os padrões micro-construcionais correlativos aditivos que instanciam esses padrões meso-construcionais precisam ser pesquisados cada vez mais com afinco, para que possamos nos apropriar desses novos usos linguísticos.

Também postulamos a possibilidade de uma outra classificação de cunho meso-construcional. Nessa segunda proposta, tomamos como ponto de partida a composição da prótase. Por esse prisma, seria possível a construção de uma proposta com seis padrões meso-construcionais, que seriam basicamente formados pela prótase, seguida dos elementos constituintes da apódose (representada pela letra A). São os seguintes:

- Padrão meso-construcional 6: *Não [V] só... A*
- Padrão meso-construcional 7: *Não [V] apenas... A*
- Padrão meso-construcional 8: *Não [V] somente... A*
- Padrão meso-construcional 9: Δ ... A
- Padrão meso-construcional 10: *Não simplesmente... A*
- Padrão meso-construcional 11: *Não... A*

Vejamos cada padrão meso-construcional em particular, acompanhado do número total absoluto e da porcentagem de ocorrências em todo o *corpus* desta pesquisa:

Tabela 8 – Padrão meso-construcional correlativo aditivo 6

PADRÃO MESO-CONSTRUCIONAL 1	PARES CORRELATIVOS	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS	PORCENTAGEM DE OCORRÊNCIA
Não [V] só... A	<i>Não [V] só...mas</i>	69	18,06%
	<i>Não [V] só...Δ</i>	53	13,87%
	<i>Não [V] só...mas também</i>	38	9,94%
	<i>Não [V] só...como também</i>	23	6,02%
	<i>Não só...como</i>	9	2,35%
	<i>Não só...também</i>	4	1,04%
	<i>Não só...e sim</i>	3	0,78%
	<i>Não só...mas sim</i>	2	0,52%
	<i>Não só...e também</i>	1	0,26%
	Total	202	52,87%

O padrão meso-construcional correlativo aditivo 6 possui a seguinte configuração morfossintática: *Não [V] só... A*. Esse padrão é formado por 9 padrões micro-construcionais correlativos aditivos, que contam com a inclusão ou não de elementos entre o primeiro e o segundo elemento do primeiro correlator (*não só*).

Esse é o padrão meso-construcional mais produtivo, tanto em número de ocorrências (202 dados), quanto em número de pares correlativos (9 padrões micro-construcionais correlativos aditivos). Todas as ocorrências desse padrão somam, em nosso *corpus*, 52,87% do total de correlatas aditivas. Isso comprova a preferência dos usuários da língua pelas partículas *não só* na constituição dos pares correlativos.

A apódose formada por *mas* é a mais frequente. Conta com 69 ocorrências, ou seja, 34,15% de todas as ocorrências do padrão meso-construcional 6. As apódoses menos frequentes são as instanciadas por *mas sim* (2 ocorrências) e *e também* (apenas 1 ocorrência)

Tabela 9 – Padrão meso-construcional correlativo aditivo 7

PADRÃO MESO-CONSTRUCIONAL 2	PARES CORRELATIVOS	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS	PORCENTAGEM DE OCORRÊNCIA
Não [V] apenas... A	<i>Não [V] apenas...mas</i>	74	19,37%
	<i>Não [V] apenas...mas também</i>	37	9,68%
	<i>Não [V] apenas...Δ</i>	13	3,40%
	<i>Não apenas...como também</i>	8	2,09%
	<i>Não apenas...como</i>	3	0,78%
	<i>Não apenas...e sim</i>	3	0,78%
	<i>Não apenas...também</i>	1	0,26%
Total		139	36,38%

O padrão meso-construcional correlativo aditivo 7 possui a seguinte configuração morfossintática: *Não [V] apenas... A*. Esse padrão é formado por 7 padrões micro-construcionais correlativos aditivos, que contam com a inclusão ou não de elementos entre o primeiro e o segundo elemento do primeiro correlator (*não apenas*).

Esse é o segundo padrão meso-construcional mais produtivo em número de ocorrências (139 dados). Todas as ocorrências desse padrão somam, em nosso *corpus*, 36,38% do total de correlatas aditivas.

A apódose formada por *mas*, à maneira do padrão meso-construcional 6, também é a mais frequente. Nesse caso, conta com 74 ocorrências, ou seja, 53,23% de todas as ocorrências do padrão meso-construcional 7. A apódose menos frequente é a instanciada por *também* (apenas 1 ocorrência).

Tabela 10 – Padrão meso-construcional correlativo aditivo 8

PADRÃO MESO-CONSTRUCIONAL 3	PARES CORRELATIVOS	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS	PORCENTAGEM DE OCORRÊNCIA
Não [V] somente... A	<i>Não [V]somente...Δ</i>	7	1,83%
	<i>Não somente...mas também</i>	6	1,57%
	<i>Não somente...mas</i>	6	1,57%
	<i>Não somente...como também</i>	3	0,78%
	<i>Não somente...mas como</i>	1	0,26%
	<i>Não somente...também</i>	1	0,26%
	<i>Não somente...e sim</i>	1	0,26%
Total		25	10,73%

O padrão meso-construcional correlativo aditivo 8 possui a seguinte configuração morfossintática: *Não [V] somente... A*. Esse padrão, à maneira do padrão meso-construcional 7, também é formado por 7 padrões micro-construcionais correlativos aditivos, que contam com a inclusão ou não de elementos entre o primeiro e o segundo elemento do primeiro correlator (*não somente*).

Esse é o terceiro padrão meso-construcional mais produtivo em número de ocorrências (25 dados). Todas as ocorrências desse padrão correlativo somam, em nosso *corpus*, um total de 10,73% de correlatas aditivas.

A apódose formada por Δ é a mais frequente. Nesse caso, conta com 7 ocorrências, ou seja, 28% de todas as ocorrências do padrão meso-construcional 8. A apódose menos frequente é a instanciada por *mas como*, *também* e *e sim*, visto que cada uma conta com apenas 1 ocorrência.

Tabela 11 – Padrão meso-construcional correlativo aditivo 9

PADRÃO MESO-CONSTRUCIONAL 4	PARES CORRELATIVOS	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS	PORCENTAGEM DE OCORRÊNCIA
Δ ... A	Δ ...mas também	7	1,83%
	Δ ...como também	4	1,04%
	Total	11	2,87%

O padrão meso-construcional correlativo aditivo 9 possui a seguinte configuração morfossintática: Δ ... A. Esse padrão é formado por apenas dois padrões micro-construcionais correlativos aditivos (Δ ... *mas também* e Δ ... *como também*).

Esse padrão meso-construcional é pouco produtivo, tanto em número de ocorrências (11 dados), quanto em número de pares correlativos (2 pares). Todas as ocorrências desse padrão correlativo somam, em nosso *corpus*, um total de somente 2,87% de correlatas aditivas. Isso comprova a preferência dos usuários da língua por outros padrões correlativos.

A apódose formada por *mas também* é mais frequente. Conta com 7 ocorrências, ou seja, 63,63% de todas as ocorrências do padrão meso-construcional 9. A apódose formada por *como também*, por sua vez, é menos frequente: houve apenas 4 ocorrências, ou seja, 36,36%.

Tabela 12 – Padrão meso-construcional correlativo aditivo 10

PADRÃO MESO-CONSTRUCIONAL 5	PARES CORRELATIVOS	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS	PORCENTAGEM DE OCORRÊNCIA
Não simplesmente...A	<i>Não simplesmente...mas</i>	2	0,52%
	<i>Não simplesmente...Δ</i>	1	0,26%
	Total	3	0,78%

O padrão meso-construcional correlativo aditivo 10 possui a seguinte configuração morfossintática: *não simplesmente... A*. Esse padrão, à maneira do padrão 9, também é formado por apenas dois padrões micro-construcionais correlativos aditivos (*não simplesmente... mas* e *não simplesmente... Δ*).

Esse padrão meso-construcional é um dos menos produtivos, tanto em número de ocorrências (apenas 3 dados), quanto em número de pares correlativos (apenas 2 pares). Todas as ocorrências desse padrão correlativo somam, em nosso *corpus*, um total de somente 0,78% de correlatas aditivas. Isso comprova a preferência dos usuários da língua por outros padrões correlativos.

Tabela 13 – Padrão meso-construcional correlativo aditivo 11

PADRÃO MESO-CONSTRUCIONAL 6	PARES CORRELATIVOS	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS	PORCENTAGEM DE OCORRÊNCIA
Não... A	<i>Não...mas também</i>	2	0,52%
	Total	2	0,52%

O padrão meso-construcional correlativo aditivo 11 possui a seguinte configuração morfossintática: *não... mas também*. Esse padrão é formado por apenas um padrão micro-construcional correlativo aditivo que, por conta de sua composição, não pôde ser alocado entre os anteriores.

Esse padrão meso-construcional é o menos produtivo, tanto em número de ocorrências (2 dados), quanto em número de pares correlativos (apenas 1). Todas as ocorrências desse padrão

correlativo somam, em nosso *corpus*, um total de somente 0,52% de correlatas aditivas. Isso comprova como esse uso linguístico é marcado.

Apesar de só contar com um único padrão micro-construcional correlativo aditivo, ainda assim, consideramos que esse padrão está no nível das meso-construções, porque não pode ficar reduzido aos demais, visto que sua configuração morfossintática é distinta. Afinal, como dizem Goldberg e Jackendoff (2004, p. 564), muitos exemplos idiossincráticos e pequenas subclasses de construções precisam ser exploradas e armazenadas individualmente.

Chegando a esse ponto da pesquisa, concluímos a análise não só de todos os pares correlativos como também de todos os padrões meso-construcionais detectados no *corpus* selecionado.

- **Algumas considerações gerais sobre os padrões meso-construcionais**

A tipificação dos dados em padrões meso-construcionais permite uma visão um pouco diferenciada sobre a correlação aditiva. Afinal, comprovamos que a aparente profusão de formas segue uma regularidade. Aliás, é a comprovação dessa regularidade que nos permite a organização dos padrões micro-construcionais correlativos aditivos em padrões meso-construcionais.

Por outro lado, defendemos que é possível uma abordagem ainda mais econômica e ao mesmo tempo abrangente para o fenômeno que estamos analisando. É possível postularmos uma visão esquemática ainda mais concisa para a correlação aditiva. Para isso, vamos recapitular a configuração morfossintática dos padrões meso-construcionais. Tanto a prótase quanto a apódose foram assim esquematizadas:

- Padrão meso-construcional 1: ***P... mas (também/sim/como)***
- Padrão meso-construcional 2: ***P ... Δ***
- Padrão meso-construcional 3: ***P... como (também)***
- Padrão meso-construcional 4: ***P... e (também/sim)***
- Padrão meso-construcional 5: ***P... também***

- Padrão meso-construcional 6: *Não [V] só... A*
- Padrão meso-construcional 7: *Não [V] apenas... A*
- Padrão meso-construcional 8: *Não [V] somente... A*
- Padrão meso-construcional 9: Δ ... A
- Padrão meso-construcional 10: *Não simplesmente... A*
- Padrão meso-construcional 11: *Não... A*

Apesar de os padrões acima apontarem diferentes estratégias de composição, detectamos muitas regularidades. Por ora, vamos focar nos padrões meso-construcionais 6, 7 e 8, que se revelaram como os mais produtivos em língua portuguesa.

No que concerne a esses padrões, responsáveis por 366 ocorrências de todo o nosso *corpus*, ou seja, 95,81%, verificamos um padrão formal, na prótase, que pode ser esquematizado da seguinte maneira:

Padrão 6 – NÃO [v] SÓ Padrão 7 – NÃO [v] APENAS Padrão 8 – NÃO [v] SOMENTE
--

No padrão 6, com 202 ocorrências, ou seja, com 52,87% do total, verificamos uma regularidade formal que conta com a partícula *não* seguida ou não de verbo, mais a partícula *só*. Curiosamente, as regularidades não param por aí, visto que após a prótase, a apódose regularmente também é instanciada por uma das seguintes partículas: *como*, *mas*, *sim*, *e* e *também*, ou ainda por uma combinação entre elas ou Δ .

Fato exatamente semelhante ocorre com o padrão 7, com 139 ocorrências, ou seja, com 36,38% do total. A prótase que conta com a partícula negativa *não* seguida ou não de verbo, mais a partícula *apenas* também é seguida por uma apódose instanciada por uma das seguintes três

partículas: *como*, *mas*, *sim*, *e* e *também*⁹⁰, ou ainda por uma combinação entre elas ou Δ . Para termos econômicos na descrição, o mesmo podemos afirmar com relação ao padrão 8.

Assim, a grande profusão de diferentes formas aponta, na verdade, para um macro-padrão funcional bastante regular. Aliás, podemos acrescentar a esse primeiro grupo as ocorrências do padrão 10 (*não simplesmente... A*), pelas suas semelhanças. Essa decisão faria com que esse grande bloco contasse com mais três ocorrências, perfazendo um total de 369 ocorrências, ou seja, a quase totalidade dos dados: 96,59% de todas as correlatas aditivas.

Em termos semânticos, a prótase correlativa encontrada nos padrões meso-construcionais 6, 7, 8 e 10, formada por *não [v] só*, *não [v] apenas*, *não [v] somente* e *não simplesmente*, é instanciada por *não* (partícula denotativa de negação), seguida por *só*, *apenas*, *somente* ou *simplesmente*, que funcionam como partícula veiculadora da ideia de restrição ou focalização. Assim, na prótase correlativa, transmite-se a ideia de uma restrição negativa ou negação de um foco.

A apódose correlativa, por sua vez, com grande frequência, é formada mormente por *mas* (*também*) (244 ocorrências – 63,87%): combina uma conjunção prototipicamente adversativa⁹¹ (*mas*) com um advérbio de inclusão (*também*). Há, assim, um jogo entre restrição negativa ou negação de um foco (na prótase), acompanhada de um focalizador com denotação de inclusão (na apódose).

Tanto na prótase quanto na apódose entrou em cena o mecanismo da *analogia*, que, segundo os funcionalistas, é um dos principais mecanismos de variação e mudança nas construções gramaticais, descrito já por Meillet (1912). Os ajustes analógicos, passo a passo, vão alterando as micro-construções e, por consequência, provocando o surgimento e o realinhamento das meso-construções.

A analogia, em um primeiro momento, renova ou altera detalhes da construção, usualmente deixando a estrutura mais ou menos intacta (cf. Traugott, 2004, p. 5), mas ao mesmo

⁹⁰ De uma forma geral, quase todas as conjunções portuguesas são oriundas de reinterpretações de outras classes gramaticais, ocorridas ainda no latim ou já na própria língua portuguesa, em trajetórias de crescentes abstratizações. Em outras palavras, atuou sobre antigos advérbios, principalmente, o princípio da decategorização (cf. Heine, 2003, p. 579).

⁹¹ De acordo com Módolo (2008, p. 67) e Castilho (2010, p. 342.351), a partícula *mas* conserva seu valor etimológico de inclusão ou soma. Afinal, *mas*, assim como a partícula aditiva *mais*, derivam do advérbio latino *magis*, cujo valor semântico de base era estabelecer comparações de quantidades ou qualidades, identificando-se nele, ainda, valores secundários de inclusão de indivíduos/objetos em um conjunto. Constatamos, portanto, um processo de dessemantização.

tempo afastando-a do protótipo construcional. É justamente o que acontece de maneira muito flagrante na prótase correlativa aditiva. Os itens *só*, *apenas*, *somente* e *simplesmente*, justamente por apresentarem carga semântica similar, são recrutados pela língua para perfazer os diversos padrões micro-construcionais correlativos aditivos, por meio da analogia.

Bybee (2010, p. 81) esclarece que, nos diversos padrões construcionais de uma língua, itens semanticamente semelhantes (como é o caso de *só*, *apenas*, *somente* e *simplesmente*) são agrupados em torno de um exemplar mais frequente, como é a partícula *só*, fato atestado pela análise de nossos dados, no tocante à correlação aditiva. Dessa forma, o membro mais frequente serve como o membro central da categoria, e as novas expressões tendem a ser formadas por mecanismos analógicos, a partir desse membro. A autora (2010, p. 86) acrescenta que a expansão das categorias, propiciada pela ação da analogia, é feita por meio da adição de membros semelhantes (como é o caso da correlação aditiva).

Os membros dessa categoria, que instancia a prótase correlativa, podem ser graduados em relação a sua centralidade ou marginalidade. Assim, o item *só* é bem central e prototípico. Por outro lado, o item *simplesmente*, pela sua baixa frequência, pode ser considerado mais marginal ou menos prototípico.

Esses usos, com o tempo, convencionalizam-se, especialmente se forem acessados pelas pessoas em situações reais de uso. A partir daí, cria-se o que chamamos de *rede construcional* ou uma *estrutura de semelhança de família* (cf. Bybee, 2010), para recuperarmos o termo criado por Wittgenstein, ainda em 1953.

As redes construcionais (ou estruturas de semelhança de família) são, portanto, consequência do modo como as categorias se expandem por analogia. Essa explicação dispensa elucubrações que recorrem a abstrações, difíceis de serem comprovadas cientificamente. Enfim, é a disponibilização de um padrão que cria a formação analógica.

Assim, em termos formais ou estruturais, reunindo a investigação realizada até esse ponto da pesquisa, poderíamos sumarizar a constituição da correlação aditiva por meio da seguinte esquematização, que, na verdade, é o padrão macro-construcional a que as meso e micro-construções já exploradas estão ligadas:

Esquema 7 – Padrão macro-construcional correlativo aditivo

Prótase		Apódose	
<i>Negação</i>	<i>Focalização</i>	<i>Inclusão</i>	<i>Reforço</i>
<i>não</i>	<i>só</i>	<i>mas</i>	<i>sim</i>
	<i>apenas</i>	<i>como</i>	<i>como</i>
	<i>somente</i>	<i>e</i>	
	<i>simplesmente</i>	<i>também</i>	
	$\emptyset$	Δ	
Δ			

O esquema acima, que representa um padrão macro-construcional, exprime, com clareza, a formação da correlação aditiva. Na prótase, encontramos um elemento de negação (sempre a partícula *não*), seguido de focalização (*só*, *apenas*, *somente* e *simplesmente*). Na apódose, por sua vez, há um elemento de inclusão (*mas*, *como*, *e* e *também*), seguido ou não de um elemento de reforço (*sim* e *como*).

As duas partes que perfazem a correlação aditiva (prótase e apódose) transmitem a ideia de uma polarização (negação na prótase e afirmação na apódose). Ao falar da pertinência do processo de polarização, Neves (2010, p. 145) explica a atuação dessas duas forças aparentemente antagônicas:

Uma marca polar negativa – por exemplo, *não só* ou *senão* no primeiro membro – implica/obriga a sequência de uma contraparte que insista em uma marca positiva, para acréscimo, restabelecimento ou compensação de uma noção cuja presença foi minimizada, mal valorizada, ou, mesmo, negada. Esse acréscimo é feito, no caso de *não só*, por *mas*, *como* e outros. (...) Tais categorias também são responsáveis pela quebra de linearidade da sentença, pondo de lado sua sucessão temporal.

Assim, a polarização que se instaura na correlação aditiva é contrabalanceada pela sua própria estrutura, dialógica por natureza. Aliás, a negociação de significados, segundo Traugott (2008a, p. 3) é a responsável pela geração de novos usos linguísticos. É nos processos de comunicação humana, especialmente os de cunho dialógico, que os falantes exploram novas implicaturas e novas inferências são feitas sobre o conteúdo linguístico.

A negociação, quando adquire certo nível de frequência, passa a esquematizar novas construções, comumente com progressivos graus de abstração. Essas novas construções, com o tempo, rotinizam-se e começam a se cristalizar na língua.

Para Vogt (1977, p. 135) *apud* Guimarães (1987, p. 124),

quando um locutor diz ‘não só p mas também q’, ele procede como se pressupusesse no seu interlocutor a intenção de acrescentar, como é próprio deste operador, um caráter de exclusividade; *não só* é a marca dessa ausência. A recusa do interlocutor encontra, enfim, a sua razão argumentativa no fato de q ser apresentado como um argumento de igual força que p, isto é, como um argumento que, por ser igual, opõe-se de certa forma a *mas também q*.

Assim, os correlatores têm função precípua na articulação dos argumentos. Quirk *et al.* (1985, p. 941) também analisam o par correlativo *não só...como também* em língua inglesa e afirmam que o seu significado é essencialmente aditivo, porém, distingue mais do equaciona, forçando-nos a ver no primeiro termo um elemento ‘dado’. Nos pares correlativos, portanto, a ênfase é evidente, como vimos demonstrando ao longo de nossa pesquisa. Essa é, de fato, uma importante diferença entre a correlação aditiva e a coordenação aditiva, de caráter mais neutro.

Nos discursos políticos, que foi o gênero textual destacado para nossa análise, as sequências argumentativas expressam com clareza esse ponto de vista: a correlação nos força a olhar na prótase alguma informação já dada, em contraste com o que vemos na apódose, que normalmente veicula algo novo ou surpreendente. Vejamos alguns exemplos:

(129) Já haviam nos trazido o problema que vem assolando, não só a Cidade de Campos, mas todas as cidades vizinhas, que é a falta de leitos para pacientes de alta complexidade. – 27/08/2009

(130) Bom, Eike, eu acho que a gente fez aqui um resumo rápido, durante uma hora e pouco que a gente teve para escrever algumas coisas, mas a gente quer dizer que, por tudo isso, nós, lá do grupo, entendemos que você mais do que merece esse título. Você, para nós, é um grande soldado que vive lutando em defesa não só do Rio de Janeiro, mas de um Brasil melhor. – 13/08/2009

No exemplo (129), no discurso político de um dos deputados da ALERJ, a falta de leitos era um tema que vinha sendo discutido com relação à cidade de Campos. Assim, essa já era uma informação dada, que veio perfilada pela prótase. A apódose, por sua vez, acrescenta o elemento novo que é a falta de leitos também em várias cidades vizinhas.

O mesmo ocorre no exemplo (130). O empresário Eike Batista estava no foco das atenções e sendo condecorado com uma grande homenagem na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Sabe-se que a ALERJ, obviamente, tem como função principal tratar de assuntos mormente de interesse do nosso estado do Rio de Janeiro. Sendo assim, a homenagem ao referido empresário, em um primeiro momento, destinava-se pelos seus feitos em prol desse estado da federação. Essa era a informação dada, inclusive pelo fato de o empresário ter sido convidado para receber a homenagem por esse mesmo motivo. O par correlativo, por sua vez, introduz uma nova informação trazida pelo deputado que discursava: “Eike Batista é um ‘soldado’ que luta também em defesa de um Brasil melhor”, que é uma informação nova, presente na apódose, e que funciona como elemento novo no discurso.

O jogo argumentativo entre informações velha e nova é propiciado pela correlação, que passa a ser um *locus* privilegiado para esse torneio verbal. Evidentemente, o jogo entre velho e novo também poderia ser veiculado pela coordenação aditiva; por outro lado, o movimento argumentativo no texto não teria a mesma força enfática. Aliás, os próprios autores afirmam isso ao falar em “ênfase maior” da correlação. Em outras palavras, a correlação propicia, como temos visto, a ideia de *crescendum* argumentativo com mais clareza do que o faria a coordenação.

O gênero textual sob análise permite esse tipo de jogo argumentativo com maior facilidade, principalmente pelo fato de lidar mais claramente com relações de poder e persuasão. Afinal, no discurso político, é sempre muito recorrente a estratégia de surpreender o plenário e demais ouvintes por meio de elaborações discursivas que perseguem o convencimento.

Cabe ressaltarmos, contudo, que esse efeito causado pela correlação nem sempre é observado em todas as ocorrências de nosso *corpus*. Vejamos:

(131) Sinto muito orgulho de ter subido a esta tribuna para falar contra a aprovação da lei, na época, pois ela não só discriminava o baile *funk* como também a festa *rave*. – 1º/9/2009

No exemplo (131), tanto o *funk* quanto a *rave* já eram informações dadas, visto que já tinham sido objeto de discurso dos deputados em outra ocasião. Assim, nem sempre a prótase correlativa veicula informação dada e a apódose, informação nova. Esse fato, contudo, não invalida nossa observação, uma vez que partimos de uma perspectiva em que a classificação deve ser feita de forma *fuzzy*, ou seja, não há limites muito bem definidos entre as categorias com que trabalhamos. Portanto, nossa análise se sustenta tendo em vista uma perspectiva de *tendências*, que considera os usos mais prototípicos das categorias, e não determinismos dogmáticos ou regras inexoráveis.

Outra questão merece destaque. Como vimos em nossa fundamentação teórica, por muito tempo se defendeu a tese da verifuncionalidade, hoje adotada por alguns estudiosos em sua versão fraca. Segundo essa tese, o conectivo aditivo excluiria qualquer outro valor semântico que não fosse a prototípica ideia de adição. Por outro lado, verificamos que essa tese não se aplica ao conectivo *e*, que pode assumir diversos sentidos adjacentes (como expusemos no capítulo 3 desta tese). Segundo palavras de Alárcon (2003, p. 1), com relação ao *e*, haveria, na verdade, uma categoria central (adição) e extensões não-centrais (adversidade, concessão etc.), todas ligadas ao sentido mais prototípico, em relações radiais.

Com os padrões construcionais correlativos aditivos, verificamos uma tendência muito mais forte à verifuncionalidade, justamente pelo fato de veicularem prototipicamente, de forma muito frequente, apenas a ideia de adição mormente com ênfase. Aliás, não encontramos nenhum exemplo que tivesse outra ideia adjacente, a não ser que consideremos a comparação em alguns pares perfilados por *como*⁹². Isso, contudo, é muito pouco frequente.

Esse fenômeno é explicado por Bybee (2003, p. 604), para quem o aumento na frequência propiciaria um maior enfraquecimento semântico. Sendo a correlação pouco frequente,

⁹² Hopper (1991) explica que essa é a propriedade da *persistência*. Uma partícula (no caso, o *como*) pode continuar expressando seu sentido original (comparativo e modal), a despeito de ser utilizada com outras função na gramática.

consequentemente os deslizamentos semânticos são mais raros, e os conectivos mais verifuncionais. Por outro lado, com o *e*, conectivo aditivo por excelência, esses deslizamentos são mais comuns e propiciariam a adjunção do valor aditivo a outros matizes semânticos.

Acrescentamos que houve em nosso *corpus* algumas ocorrências de construções correlativas aditivas, tratadas na literatura linguística moderna como *estruturas desgarradas* (cf. Decat, 1999). Essas construções são proscritas na tradição normativista. Talvez seja esse o motivo de não termos encontrado muitas ocorrências desse tipo em nosso *corpus*, que se pauta pelo padrão culto da língua portuguesa. Vejamos um exemplo:

(132) Agora com essa sede nova seria muito [melhor] não só para o Estado em termos de cuidado com o meio ambiente, de respeito aos mortos e principalmente as famílias dos mortos e também respeito aos moradores. E também [melhor] para o funcionamento da própria Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro. – 15/09/2009

Pelo que podemos observar, essa ocorrência não-prototípica de correlação aditiva ocorre com uma especificidade digna de nota: a apódose introduz um outro contorno entonacional. Esse tipo de codificação expressa uma integração sintática mais “frouxa” e, portanto, a possibilidade de desgarramento.

Curiosamente, parece que esse desgarramento é amenizado pela recorrência da partícula *melhor*, que antecede o correlator *não só* e é retomada anaforicamente após o segundo correlator *e também* (indicado entre parênteses no excerto). Assim, o discurso, de certa forma, compensa a falta de coesão gerada pela presença do ponto que antecede a apódose por meio da repetição de elementos.

Segundo Decat (1999), as construções desgarradas só ocorrem com orações não-encaixadas, e ocorrem exatamente porque estas constituem uma “unidade de informação” à parte, com alguma informação nova sobre o tema em questão ou ponte de transição, nos termos de Chafe.

Outra possibilidade de análise é que esse tipo de construção pode estar funcionando como um elo entre outras. Assim, em vez de considerarmos o desgarramento como uma etapa posterior na trajetória dos correladores, poderíamos ver esse fenômeno como uma etapa intermediária entre

a aditiva efetuada com conectivos compostos (*como também, mas também*) e com os correlatores, que são descontínuos (*não só... como também, não só... mas também* etc).

A análise que realizamos também apontou diversas construções correlativas aditivas não-oracionais. Essa constatação nos forçou a uma análise que não esteve centrada apenas no âmbito da oração. Também por esse motivo, adotamos a posição de lidarmos com a correlação em termos de construções (cf. Goldberg, 1995), e não como orações, tal como tem feito a tradição normativa em alguns casos já vistos anteriormente.

Nesse ponto, devemos observar que há semelhança marcante entre a coordenação e a correlação. Afinal, segundo a maioria dos autores, aquele processo de estruturação sintática se efetivaria também tanto em estruturas perfiladas por verbos quanto por estruturas não-verbais.

Também verificamos casos em que a correlação, tal como acontece em alguns momentos com estruturas coordenadas, é assimétrica. Em outras palavras, são exemplos de hibridismo, já que temos uma prótase não-oracional, seguida de uma apódose oracional. Vejamos:

(133) As coisas vão surgindo e eu venho a esta tribuna, não só para esta denúncia e também essa reivindicação, como também para alertar o Governo do Estado sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos profissionais de Saúde. – 27/08/2009

Vejamos o exemplo, agora, esquematizado:

Esquema 8 – Correlação em nível inferior e superior à coordenação

As coisas vão surgindo	e eu venho a esta tribuna	
	<u>não só</u> para esta denúncia ----- e [também] essa reivindicação	<u>como [também]</u> para alertar o Governo do Estado sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos profissionais da Saúde
	Prótase correlativa	Apódose correlativa

Em primeiro lugar, devemos asseverar que a construção anterior apresenta a coordenação em dois níveis: um acima da correlação (“e eu venho a esta tribuna”) e outro abaixo da correlação (“e também essa reivindicação”), reforçando nossas hipóteses anteriores quanto ao escopo da correlação.

Em segundo lugar, é bastante pertinente a presença do item *também* em dois momentos: no segundo item coordenado da prótase e na constituição do correlator da apódose. Esse detalhe é pertinente porque evidencia a gramaticalização do item *também*. Afinal, no discurso, a primeira ocorrência é percebida como distinta da segunda, já que, neste segundo caso, está em íntima ligação com a partícula *como*. Na primeira ocorrência, o item *também* serve apenas como reforço para a partícula coordenativa aditiva *e*.

Em terceiro lugar, verificamos que a correlação está em uma relação flagrante de assimetria, já que a prótase é não-oracional e a apódose é oracional, ou seja, constata-se falta de paralelismo sintático entre os termos correlatos. Contudo, como assumimos uma proposta calcada na teoria dos protótipos, não vemos problemas na descrição desse dado.

É possível que esse tipo de estrutura ocorra devido à existência dos sintagmas nominais *denúncia* e *reivindicação*, que são deverbais respectivamente de *denunciar* e *reivindicar*. Assim, o parentesco categorial de tais palavras possibilitaria esse tipo de construção, já que estaríamos lidando com verbos. Além disso, as nominalizações deverbais originárias dos verbos *denunciar* e *reivindicar* atuam em um campo semântico muito próximo de *alertar*, que é o núcleo da apódose correlativa. Essa constatação poderia comprovar, inclusive, a existência de paralelismo temático, a despeito da não-existência de paralelismo sintático entre prótase e apódose.

Analisemos outro exemplo, que vem seguido da mesma técnica de esquematização adotada em (133):

(134) Então, espero que o CECA, como o Dr. Gusmão, já se colocou sempre à disposição, cumpra não só com o que está na lei, mas que tenha bom senso em cumprir com todas as audiências públicas que se façam necessárias para discutir essa situação. – 12/08/2009

Esquema 9 – Correlação assimétrica

Então, [espero que o CECA], como o Dr. Gusmão, já se colocou sempre à disposição,	cumpra <u>não só</u> com o que está na lei	<u>mas</u> que tenha bom senso em cumprir com todas as audiências públicas que se façam necessárias para discutir essa situação.
Segmento inicial	Prótase correlativa	Apódose correlativa

Neste exemplo, observamos que a prótase não é iniciada pelo correlator *não só*, mas pelo verbo *cumpra*. Essa proposta de segmentação foi escolhida, justamente para mantermos o paralelismo sintático estabelecido entre a prótase e a apódose, que são oracionais e funcionam como complemento do segmento destacado entre parênteses “*Espero que o CECA*”.

Se, por outro lado, analisássemos o verbo *cumpra* como elemento integrante do *segmento inicial*, esse paralelismo seria quebrado e estaríamos diante de uma construção correlativa assimétrica. Enfim, esse parece ser um dado não-prototípico pelas especificidades que apresenta.

Por fim, devemos observar que a presença do verbo *cumpra*, no início da prótase, e o verbo *cumprir*, na apódose, ajudam a reforçar a ideia de que eles se encontram correlativamente em mesmo nível. A repetição desse mesmo lexema reforça a sensação de estarmos diante de uma construção correlativa. De qualquer forma, esse é um caso de difícil análise, justamente pela constituição sintática bastante peculiar.

Concluímos, portanto, que tanto na correlação oracional quanto na correlação não-oracional, há diversas maneiras de expressarmos o matiz aditivo. Afinal, tanto uma estratégia quanto a outra são muito significativas, pelo menos em termos de frequência de tipo, como mostram os nossos dados.

Outra consideração importante diz respeito à ordem. Na literatura linguística, temos analisado que a posição inicial é particularmente útil para as quebras temáticas no discurso e para a abertura de parágrafos (Decat et al., 2001; Givón, 1990, p. 971). Vejamos alguns exemplos coletados do nosso *corpus*, meramente para fins ilustrativos:

a) no início do período:

(135) Não é apenas a manifestação, que já seria relevante e razoável, dos servidores públicos da Saúde, que trabalham no Hospital Carlos Chagas, é o interesse social. – 27/08/2009

b) no meio do período:

(136) Sei quanto isso trouxe de prejuízo à cultura do *funk*, e fico feliz de ter, aqui, hoje, apoiado e ver o interior do Estado também dando a sua demonstração de apoiar, para que o *funk*, essa manifestação cultural, se propague por todo o território do Estado do Rio de Janeiro, não só na Região Metropolitana, mas também no interior do Estado, fazendo a cultura prevalecer, sendo respeitada por todo o nosso Estado. – 1º/09/2009

c) no fim do período:

(137) Quero parabenizá-lo por essa atitude, que cada vez mais aumenta o valor do legislador nesta Casa. Sua pessoa, a meu ver, é esse expoente que nós temos, não só nesse projeto de lei que foi feito e que V. Exa. me passou ontem, mas também na lembrança de ontem. – 30/04/2009

O exemplo (135) representa um caso em que a correlação encabeça o período. Apesar de ser um período independente sintaticamente, mantém uma forte relação semântico-discursiva com o discurso precedente. Afinal, o deputado orador está se referindo a uma manifestação que ocorreu em data, local e horário definidos, que estão explicitados no parágrafo anterior. Dessa forma, a informação presente nesse par correlativo funciona, na verdade, como um apêndice à informação anterior.

O exemplo (136) correlaciona os itens *Região Metropolitana* e *interior do Estado*. A pequena extensão dos termos ligados possibilita a inclusão de tais pares correlativos no meio do período. Dessa forma, podemos apontar uma forte tendência icônica entre extensão dos termos ligados e posição da correlação. Assim, quanto mais leves os termos ligados, mais propensos são a ficarem inclusos no meio do período.

O exemplo (137), por fim, aloca a correlação no fim do período. O final de um segmento é a posição privilegiada para o rema, ou seja, a posição da informação nova, com maior grau de informatividade (Cunha et al., 2003, p. 43). Assim, os pares correlativos, ao serem utilizados na comunicação, indicam a introdução de novas informações, geralmente não compartilhadas pelos interlocutores.

Essa estratégia de alocar as informações novas após as informações velhas corrobora a afirmação feita anteriormente de que os pares correlativos introduzem a ideia de um *crescendum* argumentativo. Em contextos de forte argumentatividade, a antecipação de informações novas provavelmente não causaria o impacto costumeiro que marca o estilo oratório dos gêneros que caracterizam o domínio discursivo político.

Assim, a observação dos dados permite-nos observar que a correlação está a serviço, principalmente, de uma maior explicitação dos conteúdos desenvolvidos ao longo do texto, pelo menos, de caráter argumentativo, que constitui o nosso *corpus*.

Com base na investigação dos dados desta pesquisa, podemos fazer duas importantes constatações. Em primeiro lugar, comprovamos que os padrões correlativos aditivos não podem ser simplesmente reunidos em um grupo único chamado *coordenação aditiva*. Afinal, tantos usos diversificados não poderiam estar a serviço de uma mesma ideia que seria apenas “ligar termos ou orações”, como preceituam as nossas gramáticas.

Em segundo lugar, é possível estabelecer um padrão macro-construcional para a correlação aditiva: na prótase, um elemento de negação (sempre a partícula *não*), seguido de focalização (*só, apenas, somente e simplesmente*); na apódose, um elemento de inclusão (*como, e e também*), seguido ou não de um elemento de reforço (*sim e como*). A esse padrão macro-construcional, podemos associar alguns padrões meso-construcionais que, por sua vez, reúnem diversos padrões micro-construcionais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo chegado ao epílogo desta pesquisa, reconhecemos que este é o momento de sumarmos as reflexões e sintetizarmos toda a investigação até aqui realizada, principalmente com o objetivo de respondermos às questões formuladas no início desta pesquisa, novamente aqui reproduzidas:

- Quais são as motivações para o uso de construções correlatas em língua portuguesa?
- Quais são as principais propriedades morfosintáticas das construções correlatas aditivas em nosso idioma, que as distinguem da coordenação e da subordinação?
- Como conferir um tratamento construcional para a correlação aditiva, que a esquematize em macro, meso e micro-construções?

Para respondermos à primeira pergunta, precisamos retornar a nossa discussão ao próprio processo de mudança linguística. A gramaticalização atua, entre outros campos, na motivação para o preenchimento das necessidades comunicativas não satisfeitas pelas formas existentes, bem como na existência de conteúdos cognitivos para os quais não se encontram designações linguísticas adequadas. Assim, acreditamos que essa é a força motriz para o uso de construções correlatas, bem como de outras estruturas da língua. O fato significativo é que, para satisfazer a essas necessidades, novas formas gramaticais desenvolvem-se ao lado de estruturas equivalentes disponíveis, com crescente grau de expressividade.

Com respeito à segunda pergunta, temos a afirmar que, de fato, segundo nossos dados, as construções correlatas comportam-se sintaticamente de forma relativamente heterogênea, esquematizando-se na língua por intermédio de diversos padrões micro-construcionais, embalados em formatos diferentes. Por outro lado, ao longo de nossa investigação, foi possível detectar algumas características que, de certa forma, são predominantemente comuns em todos esses padrões. Vejamos:

Quadro 15 - Correlação e coordenação, segundo a perspectiva funcionalista

Correlação	Coordenação
Posição menos fixa dos correlatores. (Heine et al., 1991, p. 15-16)	Posição mais fixa dos coordenadores
Maior escopo ou peso (Heine et al., 1991, p. 15-16)	Menor escopo, o que significa o avanço no processo de gramaticalização.
Conectores com maior quantidade de massa fônica, ou seja, de substância fonética. Tendem a ser polissilábicos (Heine, 2003, p. 579; Lehmann, 1985)	Conectores mais reduzidos foneticamente, tendo em vista a prototípica conjunção coordenativa <i>e</i> . Tendência à ocorrência de conectores monossilábicos.
Apresenta menor distribuição, ou seja, menor frequência de uso ou habituação (Bybee; Pagliuca, 1985, p. 63)	Apresentam maior frequência de uso, ou seja, maior generalização contextual, se comparada à correlação
Grande profusão de padrões responsáveis por ligar os elementos correlatos, ou seja, maior competição de formas. (Heine et al, 1991, p. 15-16; Lehmann, 1985)	Maior redução no número de membros pertencentes ao mesmo paradigma morfossintático, haja vista a prototipicidade do conectivo <i>e</i> .
Itens mais formais (Votre et al, 2004, p. 77)	Itens mais informais
Sempre marcada pela sínese (Lehmann, 1985)	Pode ser marcada por assínese, haja vista a parataxe justaposta.
Menor desbotamento, tendo em vista a manutenção da ideia de adição como prevalente.	Maior dessemanticização, tendo em vista usos menos verifuncionais. (Heine, 2003)
Quanto aos correlatores, maior perda de significação pragmática e mais ganho em termos de significação sintática. (Heine et al, 1991, p. 15-16)	Conectores já altamente gramaticalizados pela intensidade de uso.

Todas as características arroladas à esquerda, calcadas nas fontes da literatura linguística funcionalista de vertente norte-americana e ilustradas pelos dados desta pesquisa, depõem a favor da caracterização das correlatas como menos integradas sintaticamente, se comparadas à coordenadas. Em outras palavras, isso significa afirmar que a correlação aditiva seria uma estratégia de cunho mais discursivo do que sintático.

Verificamos, também, que as construções correlatas são marcadas em relação às coordenadas. Em primeiro lugar, elas tendem a ser mais complexas (maiores) em termos de estrutura. Afinal, vêm prototipicamente aos pares, de forma interdependente. Em segundo lugar, elas são bem menos frequentes. Por último, são mais complexas em termos cognitivos, já que processadas com maior esforço mental, com demanda maior de tempo. Assim, os critérios estabelecidos para a marcação também apontam para diferenças substanciais entre a coordenação aditiva e a correlação aditiva, principalmente com base em aspectos pragmáticos, discursivos e cognitivos.

Segundo os gramáticos e outros teóricos consultados, tanto a coordenação aditiva quanto a correlação aditiva compartilham características em comum, o que pode levar alguns estudiosos a verem entre elas uma relação de *camadas* (cf. Hopper, 1991) e a atuação do *princípio cognitivo da força expressiva maximizada* (cf. Goldberg, 1995). Vejamos algumas semelhanças:

- Veiculam a noção básica de adição.
- Ligam elementos frásicos e não-frásicos.
- Geralmente unem elementos de natureza diversa com equivalência sintática.

Por outro lado, a correlação aditiva também apresenta inúmeras propriedades que a diferenciam da coordenação aditiva. As construções correlatas, além de serem mais marcadas, também tendem à verifuncionalidade e são dotadas de especial força argumentativa, que não pode ser comparada à força mais prototípica da adição, que tem como função precípua aproximar ou copular elementos, sem preocupação frequente com ênfase ou intensificação.

A análise de dados do capítulo 5, amparada pela pesquisa teórica que realizamos, aponta diferenças marcantes entre a coordenação e a correlação. Vejamos:

Quadro 16 – Distinção entre correlação e coordenação

Correlação	Coordenação
Conectivos não contíguos, ou seja, descontínuos (Perini, 2000, p. 148; Carone, 2003, p. 62 e 87; Rodrigues, 2007, p. 232-233; Di Tullio, 2005, p. 277)	Conectivos simples ou compostos
Maior efeito de paralelismo (Quirk et al., 1985, 1001)	Menor efeito de paralelismo
Discursos mais formais (Quirk et al., 1985, 1001)	Discursos menos formais
Maior efeito persuasivo e argumentativo (Quirk et al., 1985, 1001)	Menor efeito persuasivo
Interdependência (Oiticica, 1952; Rodrigues, 2007, p. 227)	Independência
Intensificação, ênfase, vigor, <i>crescendum</i> argumentativo (Melo, 1978, p. 152; Uchôa, 2004, p. 111; Rosário, 2007a)	Maior neutralidade (Berndt et al, 1983, p. 306-307)
Número limitado de elementos ligados (Peterson, 1999, p. 137; Bosque y Demonte, 2004, p. 2638)	Possibilidade de coordenações não só binárias mas múltiplas
Menor propensão à substituição por justaposição ou assíndese (Peterson, 1999, p. 137; Gili y Gaya, 1955, p. 246)	Maior propensão à substituição por justaposição.
Permite coocorrência com coordenadores (Peterson, 1999, p. 137; Gili y Gaya, 1955, p. 246)	Não permite coocorrência com coordenadores
Pode iniciar orações ou períodos.	Raramente inicia orações ou períodos
Usos mais verifuncionais	Usos verifuncionais e não verifuncionais
Somente permite leituras <i>multiple-event</i> (interpretações distributivas), por conta de os conectivos descontínuos serem altamente icônicos (Progovac, 2002, p. 277)	Permite leituras <i>multiple-event</i> ou <i>single-event</i>
Função primária de distinguir (Quirk et al, 1985, p. 941)	Função primária de equacionar.
Tendem a apresentar na prótase um elemento velho; na apódose, um elemento novo (Quirk et al., 1985)	Apresenta tanto elementos velhos quanto novos em qualquer posição
Pares correlativos como <i>não só... mas também</i> tiram a linearidade da frase, a sucessão temporal da sentença (Módolo, 2004, p. 141)	Caracteriza-se por uma forte tendência à linearidade.
Maior poder hierarquizador de informações. (Rosário, 2009)	Tendência ao pareamento equativo de informações

De acordo com Givón (1990), quanto maior a quantidade de informação, maior é a quantidade de forma. De fato, já que as correlatas agregam diversas propriedades, é natural que elas sejam perfiladas por conectivos mais “pesados”. Em outras palavras, há a atuação do *subprincípio da quantidade*, que reforça nossa defesa quanto à distinção entre correlatas e coordenadas.

Vemos que as construções correlatas apresentam uma maior especificidade semântico-pragmático-discursiva. Associando-nos ao paradigma da *não-sinonímia da forma gramatical* (cf. Goldberg, 1995), podemos afirmar que coordenadas aditivas e correlatas aditivas apenas assemelham-se quanto à carga semântica da ideia de adição, mas há muitas diferenças entre elas, como vimos por meio dos quadros anteriores. Afinal, diferenças no *frame* sintático comumente carregam diferenças em termos de significado.

É possível verificarmos, ainda, a existência de uma grande diversidade de combinações possíveis para a expressão da ideia de adição por meio da correlação, principalmente com elementos advindos da classe dos advérbios (*não só...como, não apenas...como, tanto...como, não apenas ...mas também, tão...como, não apenas... porém; não...nem*). Essa constatação comprova que esses correlatores ainda não estão gramaticalizados, tendo em vista as variações de forma, possibilidades de flexão e a existência, em alguns casos, de itens inseridos dentro desses conectivos, como alguns verbos e outras palavras.

Assim sendo, acreditamos que respondemos à questão 2, tendo em vista as distinções apresentadas no cotejo entre coordenação e correlação. É provável que, no contexto da tradição, a correlação não tenha sido considerada como um terceiro processo de estruturação sintática por grande parte dos gramáticos pelo fato de estarem quase todos sob a égide do estruturalismo que tendia a uma visão binária, segundo a qual só existiria espaço para dicotomias. Dentro desse espírito, seria mais conveniente falar apenas em subordinação e coordenação.

Por fim, detemo-nos na questão 3, que é um dos focos centrais desta tese: *Como conferir um tratamento construcional para a correlação aditiva, que a esquematize em macro, meso e micro-construções?*

Toda análise empreendida ao longo do capítulo 5 comprovou a possibilidade de a correlação aditiva ser esquematizada, de fato, em três níveis básicos. Esses três níveis são chamados pela Gramática das Construções de micro, meso e macro-construções.

No nível micro-construcional, detectamos a existência de 28 padrões com diferentes configurações morfossintáticas. Na prótase, após a partícula *não*, em todos os casos, com exceção apenas dos padrões correlativos aditivos perfilados por Δ , sempre ocorre um focalizador (*só, somente, apenas* ou *simplesmente*). Essa, portanto, é a constituição básica da prótase correlativa aditiva, em língua portuguesa: partícula negativa (*não*) + focalizador (*só, somente, apenas, simplesmente*).

Destacamos a maior frequência de uso do item *só*, que está presente em nove padrões micro-construcionais correlativos. Do ponto de vista formal, é o mais econômico, tendo em vista sua pequena massa fônica. O item *simplesmente* e Δ , por sua vez, são mais raros. Cada um conta com apenas duas ocorrências cada.

Com relação à apódose, também detectamos uma estrutura básica. O segundo correlator é comumente composto pela partícula *mas, como* e mais raramente *e*, seguida(s) ou não de *também* ou *sim*. Como acontece na prótase, também, em alguns poucos casos, existe a possibilidade de a apódose ser representada por Δ . A partícula *mas* é a mais frequente na primeira posição da apódose, visto que está presente na composição de onze padrões micro-construcionais correlativos aditivos. A partícula *também* aparece como um reforço em treze padrões micro-construcionais correlativos, revelando-se, também, como bastante produtiva.

Ressaltamos que, à primeira vista, essa profusão de padrões correlativos pode dar a impressão de uma falta de regularidade no âmbito da formação dos pares correlativos aditivos. Entretanto, essa falta de regularidade é apenas aparente, visto que comprovamos ser possível uma caracterização das correlatas aditivas em blocos tipológicos, que chamamos de *meso-construções* (em número de 5 ou 6 a depender do critério que se busque para a esquematização).

As regularidades detectadas no nível meso-construcional, por sua vez, também apontam para uma macro-construção, de caráter mais abstrato e genérico. A esquematização desse padrão macro-construcional a que as meso e micro-construções estão ligadas foi feita por meio do esquema 7, já apresentado no capítulo anterior. Entretanto, pela sua importância nessa pesquisa, novamente o retomamos. Vejamos:

Prótase		Apódose	
<i>Negação</i>	<i>Focalização</i>	<i>Inclusão</i>	<i>Reforço</i>
<i>não</i>	<i>só</i>	<i>mas</i>	<i>sim</i>
	<i>apenas</i>	<i>como</i>	<i>como</i>
	<i>somente</i>	<i>e</i>	
	<i>simplesmente</i>	<i>também</i>	
	$\emptyset$	Δ	
Δ			

O esquema acima, que representa um padrão macro-construcional, exprime, com clareza, a formação da correlação aditiva. Na prótase, encontramos um elemento de negação (sempre a partícula *não*), seguido de focalização (*só*, *apenas*, *somente* e *simplesmente*). Na apódose, por sua vez, há um elemento de inclusão (*mas*, *como*, *e* e *também*), seguido ou não de um elemento de reforço (*sim* e *como*). Há, assim, um jogo entre restrição negativa ou negação de um foco (na prótase), acompanhada de uma inclusão, que conta ou não com reforço (na apódose).

Diante dessas reflexões, podemos comprovar a nossa tese: *as construções correlatas aditivas, de fato, apresentam características suficientes que as distinguem das coordenadas aditivas e podem ser esquematizadas em uma perspectiva construcional em três níveis: macro, meso e micro-construções.*

Certamente muito ainda há por ser investigado no que concerne aos processos de estruturação sintática, especialmente com referência à correlação, relegada por décadas ao ostracismo na descrição e análise da gramática do português. Contudo, por meio de nossa pesquisa, acreditamos que uma parte do caminho já foi percorrida, a ponto de comprovarmos por meio de argumentos e exemplos que a correlação apresenta um estatuto diferente dos outros tradicionais processos de estruturação sintática, tanto em termos funcionais quanto formais.

Por fim, da mesma forma como reconhecemos e ressaltamos o limite da pesquisa realizada, também enfatizamos a importância da continuidade deste estudo, bem como a necessidade de realização de outros que a este se somem, para que obtenhamos uma descrição interpretativa de nossa realidade linguística de modo mais efetivo e realístico.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Antônio Suárez. Coordenação e Subordinação – uma proposta de descrição gramatical. *ALFA – Revista de Linguística*, São Paulo, v. 41, Fundação Editora da UNESP, 1997.

_____. *Curso de Redação*. São Paulo: Ática, 1994.

ALARCÓN, Irma. *The polysemy of the conjunction y in Spanish proverbs*. Disponível em <http://www.indiana.edu/~iulcwp/>. Acesso em 2003.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 2004.

ANDRADE, Regina Maria Zuccolo Barragat de. *Conjunções em português: aspectos sintático-semânticos*. 1987. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

AZEREDO, José Carlos. *Fundamentos de Gramática do Português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

_____. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Houaiss/Publifolha, 2008.

_____. *Iniciação à sintaxe do português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

AZEVEDO FILHO, Leodegário A. de. *Para uma gramática estrutural da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Edições Gernasa, 1971.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARRETO, Therezinha Maria Mello. *Conjunções: aspectos de sua constituição e funcionamento na história do português*. 1992. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1992.

_____. *Gramaticalização das conjunções na história do português*. 2v. 1999. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.

BARROS, Enéas Martins de. *Nova Gramática da Língua Portuguesa*. São Paulo: Atlas, 1985.

BECHARA, Evanildo. *Lições de Português pela análise sintática*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004

_____. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BERNDT, R. et al. *English Grammar: a university handbook*. Berlin: Verlag Enzyklopädie Leipzig, 1983.

BON, Francisco Matte. *Gramática comunicativa del español: de la idea a la lengua*. Tomo 2. Madrid: Edelsa, 2001.

BOSQUE, Ignacio; DEMONTE, Violeta. (Org.). *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Madrid: Espasa, 2004.

BUENO, Silveira. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1963.

BYBEE, Joan. Mechanisms of Change in Grammaticalization: The Role of Frequency. In: JOSEPH, Brian; JANDA, Richard (Ed.). *The Handbook of Historical Linguistics*. [S.l.]: Blackwell Publishing, 2003.

_____. *Language, usage and cognition*. Cambridge: CUP, 2010.

BYBEE, Joan L.; PAGLIUCA, William Pagliuca. 1985. Cross-linguistic comparison and the development of grammatical meaning. In J. Fisiak (ed.) *Historical semantics, historical word formation*. The Hague: Mouton. 59-83.

CACOULOS, Rena Torres; SCHWENTER, Scott A. *Towards an Operational Notion of Subjectification*. University of New Mexico and The Ohio State University. Disponível em: <http://people.cohums.ohio-state.edu/schwenter1/Torres&Schwenter.pdf>. Acesso em dezembro/2010.

CAMARA Jr., Joaquim Mattoso. *Dicionário de Linguística e Gramática*. Petrópolis: Vozes, 1981.

CARONE, Flávia de Barros. *Morfossintaxe*. Rio de Janeiro: Ática, 2006.

_____. *Subordinação e coordenação: confrontos e contrastes*. São Paulo: Ática, 2003. (Série Princípios)

CARVALHO, Cristina dos Santos. Processos sintáticos de articulação de orações: algumas abordagens funcionalistas. *Veredas: Conexões de orações*, Juiz de Fora, v. 14/15. 2004

CASTILHO, Ataliba T. de. *A língua falada no ensino de português*. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. How people use adverbial clauses. In: *Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*, 10, 1984, Berkeley. Proceedings. . . Berkeley: Berkeley Linguistics Society, 1984, p.437-449.

CHEDIAK, Antônio José (Org.). *Nomenclatura Gramatical Brasileira e sua elaboração*. [S.l.]: CADES, 1960.

CORREA, Ana Regina Curuchi. A gramaticalização do conectivo 'e' em textos de formandos de Letras. *Estudos Linguísticos*, [S.l.], v. 36, p. 52-58, maio/agosto. 2007.

CROFT, William. *Language structure in its human context: new directions for the language sciences in the twenty-first century*. Cambridge Encyclopedia of the Language Sciences, ed. Patrick Hogan. Cambridge: Cambridge University. Press. Final Draft, September 2007.

_____. Toward a social cognitive linguistics. *New directions in cognitive linguistics*, ed. Vyvyan Evans and Stéphanie Pourcel, 395-420. Amsterdam: John Benjamins, 2009.

CUENCA, Maria Josep; HILFERTY, Joseph. *Introducción a la lingüística cognitiva*. Barcelona: Ariel Lingüística S.A., 1999.

CUNHA, Maria Angélica Furtado da Cunha. A negação no português: uma perspectiva pancrônica. In: FURTADO DA CUNHA. (Org.) *Procedimentos discursivos na fala de Natal: uma abordagem funcionalista*. Natal: EDUFRN, 2000.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

CUNHA, Maria Angélica Furtado da; OLIVEIRA, Mariangela Rios de; MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). *Linguística Funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

DECAT, Maria Beatriz N. Por uma abordagem da (in)dependência de cláusulas à luz da noção de 'unidade informacional'. *Scripta: Linguística e Filologia*, Belo Horizonte: PUC Minas, v. 2, n. 4, p. 23-38, 2º semestre. 1999.

_____ et al (Org.). *Aspectos da Gramática do Português: uma abordagem funcionalista*. Campinas: Mercado das Letras, 2001.

DI TULLIO, Ângela. *Manual de gramática del español*. Buenos Aires: La isla de la luna, 2005.

DIAS, Augusto Epiphany da Silva. *Syntaxe Histórica Portuguesa*. 5ª ed. Lisboa: Clássica, 1970.

EASTWOOD, John. *Oxford Guide to English Grammar*. Oxford: Oxford University Press, 1985.

FRIED, Mirjan. Constructions and constructs: mapping a shift between predication and attribution. Princeton University. In: BERGS, A.; DIEWALD, G. (Eds.) *Constructions and language change*, 47-79. Mouton de Gruyter, 2008.

GARCÍA, Ángel López. Relaciones paratáticas e hipotáticas. In: BOSQUE, Ignacio; DEMONTE, Violeta. (Org.). *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Madrid: Espasa, 2004.

GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1967.

GILI Y GAYA, Samuel. *Curso superior de sintaxis española*. Barcelona: Publicaciones y Ediciones Spes S.A., 1955.

GIVÓN, Talmy. *English Grammar: a functional –based introduction*. vol 1. Amsterdam: John Benjamins, 1993

_____. _____. vol 2. Amsterdam: John Benjamins, 1994

_____. *Functionalism and Grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 1995.

_____. From discourse to syntax: grammar as a processing strategy. In: _____. *Syntax and semantics*. vol. 12. New York: Academic Press, 1979.

_____. *Syntax: a functional typological introduction*. v. 2. Amsterdam: John Benjamins, 1990.

_____. *Bio-linguistics: the Santa Barbara Lectures*. John Benjamins, 2002.

GOLDBERG, Adele E. *Constructions: A Construction Grammar Approach to Argument Structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

_____. *Constructions: a new theoretical approach to language*. Trends in Cognitive Sciences, 7(5), 219-224. 2003

_____; CASENHISER, Devin. *English Constructions*. Disponível em: <http://www.princeton.edu/~adele/English%20Constructions.rtf>. Acesso em maio/2010

_____; JACKENDOFF, Ray. *The English resultative as a family of constructions*. Language 80. (2004): 532-567.

GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite et al. (Org.). *Introdução à Gramaticalização*. São Paulo: Parábola, 2007.

GUIMARÃES, Eduardo. *Texto e argumentação: um estudo de conjunções do português*. Campinas: Pontes, 1987.

HAIMAN, John; THOMPSON, Sandra A. *Clause combining in Grammar and Discourse*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1988.

HALLIDAY, M.A.K.; HASAN, Ruqaiya. *Cohesion in English*. [S.l.]: Longman, 2002.

HASPELMATH, Martins. *On directionality in language change with particular reference to grammaticalization*. [S.l.]: Leipiz, 2002.

HEINE, Bernd. Grammaticalization. In: JOSEPH, B.; JANDA, R. (Ed.). *A handbook of historical linguistics*. [S.l.]: Blackweel, 2003.

_____ et al.. *Grammaticalization: A conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

HEINE, Bernd; KUTEVA, Tania. *The Genesis of Grammar: a reconstruction*. Oxford, 2007.

HENRIQUES, Cláudio Cezar. *Sintaxe Portuguesa para a linguagem culta contemporânea*. Rio de Janeiro: Oficina do autor, 2003.

HOPPER, Paul. On some principles of grammaticalization. In: TRAUGOTT, E.; HEINE, B. *Approaches to grammaticalization*. vol. 1. Amsterdam: Benjamins, 1991.

HOPPER, Paul; TRAUGOTT, Elisabeth. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

HOUAISS, A. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

ILARI, Rodolfo et al. As conjunções. In: ILARI, Rodolfo; NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*. Vol. 2. São Paulo: Unicamp, 2008.

KURY, Adriano da Gama. *Novas lições de análise sintática*. São Paulo: Ática, 2003.

LEHMANN, Christian. Towards a typology of clause linkage. In: HAIMAN, John; THOMPSON, Sandra A. *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 1985.

LIMA, Mário Pereira de Souza. *Grammatica Expositiva da Língua Portuguesa para uso das escolas secundárias*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

LIMA-HERNANDES, Maria Célia. Estágios de gramaticalização da noção de tempo: processos de combinação de orações. *Veredas: Conexões de orações*, Juiz de Fora, vol. 14/15. 2004

LLORACH, Emílio Alarcos. *Gramática de la Lengua Española*. Madrid: Espasa, 1999.

LUFT, Celso Pedro. *Moderna Gramática Brasileira*. São Paulo: Globo, 2000.

MACAMBIRA, José Rebouças. *Português Estrutural*. São Paulo: Pioneira, 1978.

MACHADO, I. L.; MELLO, R. (Org.). *Gêneros: reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004.

MACIEL, Maximino. *Grammatica descriptiva baseada nas doutrinas modernas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1931.

MANNA, Aloizio. *Padrões estruturais da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita*. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. *Gêneros textuais & Ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

MARTELOTTA, Mário. Funcionalismo e metodologia quantitativa. In: OLIVEIRA, Mariângela Rios de; ROSÁRIO, Ivo da Costa (Org.). *Pesquisa em Linguística Funcional: convergências e divergências*. Rio de Janeiro: Leo Christiano Editorial, 2009, p. 1-20.

MATEUS, Maria Helena et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2003.

MATTHIESSEN, Christian; THOMPSON, Sandra A. The structure of discourse and 'subordination'. In: HAIMAN; THOMPSON (Ed.). *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 1988.

MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. *O português arcaico*. Rio de Janeiro: Contexto, 2006.

MELO, Gladstone Chaves de Melo. *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.

_____. *Iniciação à Filologia e à Linguística Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1997.

MITHUN, Marianne. The grammaticization of coordination. In: HAIMAN, John; THOMPSON, Sandra A. *Clause combining in Grammar and Discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1988.

MÓDOLO, Marcelo. As construções correlatas. In: ILARI, Rodolfo; NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*. vol. 2. São Paulo, Unicamp, 2008.

_____. *Gramaticalização das conjunções correlativas no Português*. 2004. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

_____. *(Pré) publications: forskning og undervisning*. Denmark: Aarhus Universitet, 1999.

MONTEIRO, José Lemos. *A Estilística*. Rio de Janeiro: Ática, 1991.

NASCIMENTO, Mauro José Rocha do. *Repensando as vogais temáticas nominais a partir da gramática das construções*. 2006. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do Português*. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. *Ensino de língua e vivência da linguagem: temas em confronto*. São Paulo: Contexto, 2010.

NEY, João Luiz Ney. *Guia de análise sintática*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1955.

NÖEL, Dirk. *Diachronic construction Grammar vs. Grammaticalization theory*. Nº 225. Kahtolieke Universiteit Leuven. 2006.

NOVAES, Ana Maria Pires. *Pesquisa e ensino: os conectores oracionais e sua incidência no Português culto do Brasil*. 2000. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000.

OITICICA, José. *Teoria da Correlação*. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1952.

OLIVEIRA, Mariangela Rios de; VOTRE, Sebastião Josué. A trajetória das concepções de *discurso* e de *gramática* na perspectiva funcionalista. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 24, jan/jun. 2009.

PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática Expositiva*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943.

PERES, João Andrade; MÓIA, Telmo. *Áreas críticas da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1995.

PERINI, Mário. *Gramática descritiva do Português*. São Paulo: Ática, 2000.

PETERSON, Peter G. Coordinators plus plus? *Journal of Linguistics*, 1999.

PEZATTI, Erolilde Goreti; LONGUIN-THOMAZI, Sanderléia. As construções coordenadas. In: ILARI, Rodolfo; NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*. vol. 2. São Paulo: Unicamp, 2008.

POGGIO, Rosauta Maria Galvão Fagundes. *Processos de gramaticalização de preposições do latim ao português: uma abordagem funcionalista*. Salvador: EDUFBA, 2003.

PROGOVAC, Ljiljana. Correlative conjunctions and events: a reply to a reply. *Syntax*, p. 277-283, dez. 2002.

_____. Events and economy of coordination. *Syntax*, p. 141-159, ago. 1999.

QUIRK, Randolph et al. *A Comprehensive Grammar of the English Language*. [S.l.]: Longman, 1985.

RIBEIRO, Manoel P. *Nova Gramática da Língua Portuguesa: uma comunicação interativa*. Rio de Janeiro: Metáfora, 2004.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

RODRIGUES, Violeta Virginia. Correlação. In: VIEIRA, Silvia Rodrigues; BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. (Org.). *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2007.

ROSÁRIO, Ivo da Costa do. *Aspectos sintáticos e semânticos do como na linguagem padrão contemporânea*. 2007a. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007a.

_____. Construções aditivas: uma análise funcional. In: OLIVEIRA, Mariângela Rios de; _____ (Org.). *Pesquisa em Linguística Funcional: convergências e divergências*. Rio de Janeiro: Leo Christiano Editorial, 2009. 1 CD ROM. p. 52-62.

_____. *Gramaticalização de até: usos na linguagem padrão dos séculos XIX e XX*. 2007b. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007b.

_____; RODRIGUES, Violeta Virginia. *Correlação na perspectiva funcional*. In: RODRIGUES, Violeta Virginia (Org.) *Articulação de orações: pesquisa e ensino*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

SAID ALI, Manoel. *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1966.

SCHÖNEFELD, Doris. *Constructions*. Disponível em: http://www.constructions-online.de/articles/specvol1/667/Schoenefeld_Constructions.pdf. Acesso em maio/2010

SOARES, Magda Becker; CAMPOS, Edson Nascimento. *Técnica de Redação*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, [19--]

SOUZA, M. Cecília P. de Souza; KOCH, Ingedore Villaça. *Linguística aplicada ao Português: Sintaxe*. Rio de Janeiro: Cortez, 1991.

TAYLOR, John R. *Linguistic Categorization: Prototypes in Linguistic Theory*. Oxford: Oxford University Press, 1992.

TORRES, Almeida. *Moderna Gramática Expositiva*. Fundo de Cultura, 1973.

THOMPSON, Sandra A.; COUPER-KUHLEN, Elizabeth. *The clause as a locus of grammar and interaction*. Discourse Studies. 2005, vol 7(4-5):481-505. Disponível em: <http://dis.sagepub.com>.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs. *Constructionalization, grammaticalization and lexicalization again*. Some issues in frequency. Course on Gzn and C x G. Dec 18th 2007.

_____. 'All he endeavoured to prove was...': constructional emergence from the perspective of grammaticalization. 2008a. (Texto digitado).

_____. Grammaticalization, constructions and the incremental development of language: Suggestions from the development of degree modifiers in English. In: Regine Eckardt, Gerhardt Jäger, and Tonjes Veenstra (eds.). *Variation, Selection, Development – Probing the Evolutionary Model of Language Change*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2008b, p. 219-250.

_____. Constructions in grammaticalization. In: BRIAN D., Joseph; JANDA, Richard D. (Eds.). *The Handbook of Historical Linguistics*. Blackwell Publishing, 2004. Blackwell Reference Online. 08 July 2009. http://www.blackwellreference.com/subscriber/tocnode?id=g9781405127479_chunk_g978140512747922.

_____. Revisiting Subjectification and Intersubjectification. (No prelo). Forthcoming in Hubert Cuyckens, Kristin Davidse and Lieven Vandelanotte, eds., *Subjectification, Intersubjectification and Grammaticalization*. (Topics in English Linguistics.) Berlin and New York: Mouton de Gruyter.

_____; DASHER, Richard B. *Regularity in semantic change*. Cambridge: University Press, 2002.

_____; HEINE, Bernd. *Approaches to grammaticalization*. vol 1. Amsterdam: Benjamins, 1991.

TROUSDALE, Graeme. *Constructions in grammaticalization and lexicalization: evidence from the history of a composite predicate construction in English*. 2008a.

TROUSDALE, Graeme. Words and constructions in grammaticalization: The end of the English impersonal construction. In: FITZMAURICE, Susan M.; MINKOVA, Donka (Eds.). *Studies in the History of the English Language IV*. Berlin, New York (Mouton de Gruyter), 2008b.

UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão (Org.). *Dispersos de J. Mattoso Camara Jr.* Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

VILELA, Mário; KOCH, Ingedore Villaça. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Almedina, 2001.

VOTRE, Sebastião Josué et al. *Gramaticalização*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.